

MARIANA DUCCINI JUNQUEIRA DA SILVA

Em nome do pai:

Articulações discursivas em matérias sobre parricídio

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Área de Concentração Teoria e Pesquisa em Comunicação, Linha de Pesquisa Epistemologia, Teoria e Metodologia da Comunicação, da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção de Título de Mestre em Ciências da Comunicação, sob a orientação da Profa. Dra. Rosana de Lima Soares

Escola de Comunicações e Artes
Universidade de São Paulo

Fevereiro de 2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

MARIANA DUCCINI JUNQUEIRA DA SILVA

Em nome do pai:

Articulações discursivas em matérias sobre parricídio

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Área de Concentração Teoria e Pesquisa em Comunicação, Linha de Pesquisa Epistemologia, Teoria e Metodologia da Comunicação, da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção de Título de Mestre em Ciências da Comunicação, sob a orientação da Profa. Dra. Rosana de Lima Soares

Escola de Comunicações e Artes
Universidade de São Paulo

Fevereiro de 2007

Banca Examinadora

Profa. Dra. Rosana de Lima Soares – Orientadora

Profa. Dra. Helena Hatshue Nagamine Brandão - FFLCH/USP

Profa. Dra. Mayra Rodrigues Gomes - ECA/USP

Dedicatória

*“Episódio de linguagem que acompanha todo presente amoroso, real ou projetado, e, ainda, mais geralmente, todo gesto, efetivo ou interior, pelo qual o sujeito dedica alguma coisa ao ser amado” (Roland Barthes, *Fragmentos de um discurso amoroso*)*

A meus pais, Marilda e Osmar, com o amor de sempre.

Para sempre.

Agradecimentos

Rosana de Lima Soares

pelo olhar luminoso

pela suavidade ao caminhar comigo

por mostrar confiança no trabalho, quando eu desanimava

Professoras Helena Nagamine Brandão e Mayra Rodrigues Gomes

pela generosidade em indicar caminhos

Professora Ana Rosa Gomes Cabello

por ter me ensinado a amar a pesquisa

André Lima, Cristina Pontes, Andréa Limberto, Ricardo Gallina

pelos ótimos momentos na ECA

Catarina Fürst, Erika Nakahata, Tatiane Castro, Nelson Trindade, Sérgio Dallfollo

pela amizade de toda a vida

Felipe

por ser meu irmão favorito

Márcia Dianni

por todas as boas energias

Fernando Jorge

pelo carinho e pela ajuda com o *corpus*

Renato Panace

por ter sempre um sorriso para mim

Vargas

pela amizade e pelas fotos

Resumo

Esta pesquisa visa a apresentar as construções discursivas sobre crimes de parricídio em reportagens das revistas semanais brasileiras *Veja*, *IstoÉ* e *Época*, num período compreendido entre os anos de 1970 e 2002, totalizando 10 matérias analisadas. A partir dos referenciais teóricos propostos pelas Ciências da Linguagem, Teorias da Enunciação e Análise do Discurso de orientação francesa, buscou-se depreender como as referidas reportagens viabilizam determinados efeitos de sentido, respaldadas por uma *vontade de verdade*, na terminologia de Michel Foucault. Intentou-se, ainda, verificar de que forma a instância enunciativa mobiliza estratégias para construir sua identidade, em vista do princípio constitutivamente heterogêneo do discurso. As análises efetuadas denotam que, a despeito de as matérias terem sido veiculadas em momentos diversos, ao longo de 32 anos, têm em comum o fato de identificarem a mencionada predisposição de verdade ao *lugar do pai*, enquanto metáfora das injunções de que emana a própria organização da sociedade.

Palavras-chave: linguagem – análise do discurso - enunciação - parricídio – revistas semanais - comunicação

Abstract

This research aims to present the discursive constructions on crimes of parricide as they appeared in articles published by the Brazilians weekly magazines *Veja*, *IstoÉ* and *Época*, between 1970 e 2002. In all, 10 articles were analysed. Taking into account the theoretical background of the Sciences of Language, Enunciation and French Discourse Analysis, we attempted to infer how these articles undertake certain sense effects based on a *will to truth*, as referred by Michel Foucault. The analysis is also intended to examine the enunciative instance's strategies in building its identity, in consideration of discourse heterogeneous characteristic. Despite of being published in different moments along 32 years, the articles are similar in basing that *will to truth* on the *name of the father*, as a metaphorical construction of the injunctions which organizes the society itself.

Keywords: language - discourse analysis - enunciation - parricide - weekly magazines - communication

Índice

Apresentação

1. Pressupostos e quadro teórico
2. Objetivos
3. *Corpus*
4. Plano da dissertação

Introdução

1. Primeiras indagações
2. Articulações teórico-metodológicas
 - 2.1. As Ciências da Linguagem
 - 2.2. As Teorias da Enunciação
 - 2.3. A Análise do Discurso
 - 2.4. Em termos de *pós-supostos*: aberturas teóricas

Capítulo Primeiro

Fábrica de realidades: o jornalismo como prática discursiva

1. Um fato de língua
2. Teorias clássicas da comunicação: a língua como instrumento
3. O jornalismo sob a caução do real
4. Insinuações da instância enunciativa no texto jornalístico
5. O jornalismo de *fait divers*: no “alhores da causa”

Capítulo Segundo

Édipo tirano: entre o desejo e o poder

1. Dimensão trágica e dimensão mítica
2. O Édipo de Foucault: complexo de saber e poder
3. O Édipo de Freud: os limites do desejo

Capítulo Terceiro

Preâmbulos da análise

1. Conceitos e categorias
2. Percursos e procedimentos da constituição do *corpus*

Capítulo Quarto

Quem sai aos seus?

O parricídio como construção discursiva

1. Caso Marcelino Souto Maia Neto: o refugio da notícia
2. Caso Jorge Delmanto Bouchabki: entre a suspeição e a condenação
3. Caso Andréia Gomes Pereira do Amaral: sob a marca da degradação
4. Caso Suzane Louise von Richthofen: a frustração do ideal

Conclusões provisórias

Bibliografia

Anexos

Epígrafe

Gostaria de ter atrás de mim (tendo tomado a palavra há muito tempo, duplicando de antemão tudo o que eu vou dizer) uma voz que dissesse: “É preciso continuar, eu não posso continuar, é preciso continuar, é preciso pronunciar palavras enquanto as há, é preciso dizê-las até que elas me encontrem, até que me digam – estranho castigo, estranha falta, é preciso continuar, talvez já tenha acontecido, talvez já me tenham dito, talvez me tenham levado ao limiar de minha história, diante da porta que se abre sobre minha história, eu me surpreenderia se ela abrisse”.

Michel Foucault, *A ordem do discurso*

Apresentação

1. Pressupostos e quadro teórico

A dissertação de mestrado *Em nome do pai: articulações discursivas em matérias sobre parricídio* propõe a análise discursiva em um conjunto de 10 matérias jornalísticas referentes ao tema do parricídio, publicadas nas revistas semanais de informação geral *Veja*, *IstoÉ* e *Época*, entre os anos de 1970 e 2002. Para tanto, preconizou dez objetos, após dois recortes em relação a um *corpus* inicialmente composto por 40 matérias.

Fundamentalmente tributária ao pensamento de que a linguagem é constituinte do humano, na medida em que o inscreve em uma ordem simbólica, orientando seu posicionamento como sujeito e viabilizando as trocas sociais que fazem movimentar a sociedade, a pesquisa orienta-se por referenciais teóricos que abordam a linguagem à luz de seu próprio funcionamento. Para além de objeto de mediação, esse estatuto não representaria o mundo, mas, fundamentalmente o engendraria, em termos da referida ordem simbólica.

Nesse contexto, preconizam-se como ponto de partida algumas das formulações iniciais das chamadas Ciências da Linguagem, em vista das conquistas da Antropologia Estrutural (pela noção de ordem simbólica, derivada dos trabalhos de Marcel Mauss e de Lévi-Strauss), da Psicanálise freudo-lacaniana (pela introdução do conceito de inconsciente, assim como o de um sujeito que se estrutura em vista de uma topologia complexa) e da Lingüística Geral de Saussure, que, conferindo à língua o estatuto sistêmico, reivindica autonomia para a abordagem sincrônica do objeto, tangendo suas leis internas de funcionamento.

A essa posição, que preconiza o âmbito da estrutura, é adjacente a idéia de signo lingüístico. Unidade elementar da língua, o signo seria dedutível a partir de suas relações internas com o conjunto. Essa unidade subsume uma noção valorativa que opera em dois eixos: primeiramente, ela pode ser permutada por outros elementos; concomitantemente, seu poder de troca é determinado por relações fixas que valem tanto para ela quanto para os outros objetos da mesma natureza. O signo, dessarte, não teria existência garantida senão por sua relação com o todo.

O isolamento da língua segundo uma ordem específica, em conformidade inexorável a uma estrutura, na perspectiva da Lingüística Geral, não teria como considerar esse estatuto segundo seu espaço de realização: a dimensão social. Lugar do acontecimento (e não da abstração das leis sistêmicas), sobrevém assim a perspectiva do discurso, âmbito em que se situa propriamente esta pesquisa.

Em vista do referido panorama, são preconizadas as relações intersubjetivas – o sujeito, ele próprio, teria na fala sua possibilidade de realização. Por meio de um ato individual, ele se inscreve na língua, fundando uma relação de pessoalidade (em solidária articulação com as variáveis de tempo e espaço tangentes ao processo), sendo competente, da mesma forma, para delegar voz (Benveniste, 1989). A instalação da subjetividade prevê a reversibilidade inerente aos processos de comunicação. Advém, assim, o campo das Teorias da Enunciação como possibilidade teórica fundamental a este trabalho.

Uma abordagem da enunciação que eventualmente preconizasse apenas as materialidades do processo (as instalações de pessoa, tempo e espaço, com o levantamento estrito dessas marcas) tenderia ao risco de se apartar do viés do *acontecimento*. Mais do que isso, torna-se latente a asserção segundo a qual o posicionamento de uma identidade só se torna viável à luz de uma alteridade, não somente nas relações entre sujeitos, mas também no interior dos processos discursivos. A literalidade e a transparência, assim, seriam decorrentes de efeitos de estabilização, por meio dos quais o sujeito constrói um posicionamento *de onde fala*, negociando com o exterior constitutivo.

A partir dessas considerações, a Análise do Discurso de orientação francesa vem completar o referencial teórico da dissertação, instituindo o primado do interdiscurso como condição elementar ao próprio discurso. Privilegiando a observação que permite apreender os efeitos de sentido advindos de cada materialização de *fala*, é por meio de tal efeito que a análise visa a tanger as disposições de *verdade* que orientam nem tanto o que se diz, mas, fundamentalmente, as formas como isso é dito.

Na perspectiva deste trabalho, as teorizações expressas constituem o instrumental adequado à abordagem de matérias referentes a parricídios: pelas referencializações ao *modo de dizer*, partindo-se das superfícies textuais, tornam-se apreensíveis as expectativas e os valores latentes no corpo social que acabam por ser amplificados durante a empreitada de discursivização desses crimes pelas revistas semanais de informação geral.

2. Objetivos

Conforme referido, é por meio das construções que viabilizam certos efeitos de sentido que a Análise do Discurso busca tanger as disposições de verdade que orientam a circulação de determinados enunciados, em espaços institucionalmente constituídos, de acordo com cada momento histórico. Tendo-se essas observações como especialmente pertinentes ao âmbito da pesquisa, o trabalho estará baseado na tentativa de depreender, nas materialidades textuais das reportagens que compõem o *corpus*, vestígios que possam remeter a interpretação ao posicionamento da instância enunciativa.

A construção de tal posicionamento subjetivo empreende regularidades que, ao negociarem com a heterogeneidade constitutiva própria ao discurso – aderindo a ela ou dela se defendendo –, viabilizam também um efeito de transparência, como se o *dito* não pudesse ser materializado de outra forma.

Com a observação, assim, das estratégias que preconizam tal ilusão referencial (a exemplo das escolhas de determinadas palavras, a hierarquização das informações, a correferencialização entre as materialidades verbal e imagética, a instalação das categorias de pessoa, tempo e espaço, a remetência à intertextualidade e, perpassando todas essas características, as formas implícitas e explícitas de negociação com a alteridade), a pesquisa objetivará a depreensão das constituições ideológicas que orientam os discursos tangentes aos crimes de parricídio.

Após a análise de cada uma das matérias que constituem o *corpus*, será priorizado o trabalho, já na fase das Considerações, em se descrever de que maneira (e em que direção) as configurações ideológicas operacionalizam-se para conferir ao discurso o aspecto de *verdade*. Tendo-se em vista que as matérias analisadas contemplam quatro ocorrências distintas, em um período de 32 anos, será pertinente avaliar, ainda, se o deslocamento temporal (ou mesmo as particularidades inerentes a cada um dos episódios) suscitou algum tipo de reconfiguração ao referido estatuto.

3. *Corpus*

Inicialmente formado por 40 matérias, referentes a oito casos distintos de crimes de parricídio, procedeu-se a um primeiro recorte do *corpus* desta pesquisa a fim de tornar viável o trabalho de análise proposto. A seleção do material releva das injunções advindas do próprio tema, cuja irregularidade sazonal inviabilizaria uma seleção aleatória.

O primeiro recorte, assim, partiu da matéria tida como a mais recente no grupo (2002), na direção daquela considerada mais antiga (1970). Com os limites assim estabelecidos, foram escolhidas reportagens referentes às duas décadas seqüentes ao objeto mais antigo, de forma a construir um panorama contínuo, até que se chegasse à primeira década de 2000 (coincidente com a matéria mais recente).

Após a aplicação desse critério inicial, foram montados os grupos de análise (de 1 a 4), referentes, respectivamente, aos casos: Marcelino Souto Maia Neto (1 matéria); Jorge Delamanto Bouchabki (5 matérias), Andréia Gomes Pereira do Amaral (2 matérias); Suzane Louise von Richthofen (7 matérias).

Com o *corpus* estruturado a partir de 15 reportagens, notou-se uma desproporção entre os grupos que haviam sido montados, em vista da quantidade de textos referentes a cada um deles. Por essa razão, das 5 reportagens tangentes ao caso Jorge Delmanto, duas foram excluídas por sorteio. O mesmo critério suscitou a eliminação de 3 dentre as 7 reportagens do caso Suzane von Richthofen.

Em referência aos grupos temáticos (1, 2, 3 ou 4), procede-se a uma esquematização do quadro global das reportagens, já com o *corpus* estruturado em 10 matérias:

Grupo	Matérias	Revista	Data
1- Marcelino	1A: “Morte em casa”	<i>Veja</i>	11/03/70
2 – Jorge	2A: “O suspeito n.1”	<i>Veja</i>	26/04/89
	2B: “O dedo da polícia(…)”	<i>Veja em São Paulo</i>	26/04/89
	2C: “Rua Cuba: o delegado apresenta(…)”	<i>IstoÉ Senhor</i>	26/04/89
3 – Andréia	3A: “Eu tinha nojo dele”	<i>Veja</i>	13/04/94
	3B: “Casa de horrores”	<i>IstoÉ</i>	13/04/94
4 - Suzane	4A: “Ela matou os próprios pais”	<i>Veja</i>	13/11/02
	4B: “Hediondo”	<i>IstoÉ</i>	13/11/02
	4C: “Monstro em casa”	<i>Época</i>	11/11/02
	4D: “No rastro de Suzane”	<i>Época</i>	09/12/02

4. Plano da dissertação

A pesquisa traz, na Introdução, as indagações iniciais que motivaram o estudo, desde a compilação, ainda de forma dispersa, dos objetos do *corpus*. Estrutram-se, no âmbito das formulações que deram origem ao trabalho, os questionamentos tangentes à ordem da linguagem como constitutiva do humano, assim como aqueles que expressam a necessidade de uma abordagem da prática jornalística segundo um olhar do interior, que atribuisse a ele o estatuto de *fato linguageiro* (idéia propriamente desenvolvida no Capítulo Primeiro). Ainda tangentes às primeiras indagações, emergem algumas formulações relacionadas ao parricídio, uma das motivações temáticas deste trabalho, segundo a leitura freudiana do mito do pai primevo. Em um segundo momento, passa-se à descrição dos referenciais teóricos a que recorreu a pesquisa, já descritos no item 1 desta Apresentação (Ciências da Linguagem, Teorias da Enunciação e Análise do Discurso de orientação francesa).

No Capítulo Primeiro (Fábrica de realidades: o jornalismo como prática discursiva), empreende-se a descrição do fazer jornalístico à luz das reflexões propostas pelas Ciências da Linguagem e pelas Teorias da Enunciação, o que permitiria abordar essa prática conforme baseada em suas especificidades constitutivas – e não sob um viés extrínseco. Nesse âmbito, apresentam-se também ponderações acerca de algumas teorias clássicas da comunicação (notadamente, as filiações funcionalista e frankfurtiana), no sentido em que preconizam uma noção instrumentalizante da linguagem, perspectiva díspar à referencializada pela pesquisa. Na seqüência, busca-se uma descrição, baseada nas formulações enunciativas, dos procedimentos que conferem ao jornalismo o aspecto de emanar diretamente do *real*. Ao final, é apresentado um olhar sobre as formas por meio das

quais a instância enunciativa se faz presente nesses textos (a despeito das sucessivas estratégias de apagamento), assim como ponderações acerca do chamado *fait divers*.

O Capítulo Segundo (Édipo tirano: entre o desejo e o poder) propõe algumas leituras derivadas da acepção mítica e da acepção trágica da narrativa de Édipo, uma vez que, ao recompor a temática do parricídio, tais versões poderiam fornecer suportes para que se analisassem possíveis ocorrências intertextuais nas matérias do *corpus*. Entre essas leituras, preconizam-se a de Michel Foucault, presente em *A verdade e as formas jurídicas*, assim como a de Sigmund Freud, correspondente ao complexo nuclear (o “complexo de Édipo”), que, na gênese da sexualidade humana, localiza o indivíduo em uma relação ternária com as funções materna e paterna.

Chamado de Preâmbulos da Análise, o Capítulo Terceiro propõe algumas fundamentações que respaldarão esse trabalho, aludindo a conceitos e categorias necessários a ele, além de explicitar os percursos e procedimentos da constituição do *corpus*, de maneira mais detalhada.

O Capítulo Quarto, finalmente, destina-se à análise das 10 matérias dispostas nos quatro grupos já mencionados, operacionalizando os conceitos teóricos na observação dos objetos e marcando similaridades e divergências relativas aos casos e às publicações. Uma interpretação global, com efeito, é apresentada nas Considerações Provisórias, com o intuito de se empreender ponderações acerca das disposições de *verdade* que emanam desses objetos discursivos.

Introdução

“Sou homem: nada do que é humano me é alheio”

(Terencio)

1. Primeiras indagações

A abordagem teórica proposta na dissertação *Em nome do pai: articulações discursivas em matérias sobre parricídio*, ao colocar em perspectiva – ao mesmo tempo em que auto-referencializa – dois estatutos fundamentais no referido contexto (o assassinio de pais por seus filhos, assim como as construções discursivas engendradas a partir desse panorama por um tipo específico de manifestação midiática, os textos de revistas semanais de informação geral¹), traz à luz uma série de problematizações tangentes ao próprio olhar teórico-metodológico que se fez necessário considerar para o desenvolvimento deste trabalho.

A se ter em vista o momento inicial da trajetória da pesquisa, na observação preliminar das materialidades que ora compõem o *corpus*, àquele momento ainda dispersas – não sistematizadas –, emergiam de forma renitente algumas inquietações. As reportagens em questão, desde a que se convencionou, obviamente segundo critérios arbitrários, qualificar como mais antiga (datada do ano de 1970), até a classificada como mais recente (correspondente ao ano de 2002), traziam, segundo sua estruturação como construtos de linguagem, uma dissimetria essencial.

Algumas dessas matérias jornalísticas lançam-se, em sua determinação como pretensas unidades textuais a relatarem um *fato* (noção que será, futuramente, relativizada),

¹ Conforme classificação proposta pelo IVC, Instituto Verificador de Circulação.

a uma empreitada extenuante de colocar em foco peculiaridades acerca desses acontecimentos, como se, no mais ínfimo dos detalhes, pudesse estar latente a *chave do mistério*, leia-se, a satisfatória relação casuística a explicitar as motivações de cada crime de parricídio. A despeito disso, a *última palavra* jamais sobrevinha. Na ordem de um deslizamento, na remetência (inexorável e involuntária) a um para além, a força de algo que não era dito denunciava a impossibilidade de significação absoluta, de recobrimento total do *fato* pelo estatuto do *aquilo que dele se diz*: qualquer coisa que materializava sua presença, justa e paradoxalmente, no lugar em que se fazia ausência.

Em busca de referenciais que pudessem, segundo um olhar oblíquo, respaldar articulações acerca dessa falta radical (uma vez que a superação dela mostrava-se a cada vez patentemente inviável), convergiam saberes que, procurando as especificidades da condição humana, remetiam a um estatuto que, a rigor, encarnava a própria condição – enquanto possibilidade – humana: a linguagem.

Essa perspectiva, que orienta os estudos da linguagem conforme constituinte de uma ordem específica – desde sempre *lá* – à qual adere o indivíduo, ainda que de maneira involuntária, traz em si a necessária problematização a respeito das abordagens que encaram esse estatuto como elemento de mediação entre o homem e o mundo. As articulações teóricas que se afastam desse *olhar do exterior*, doravante, expõem a precariedade da abordagem instrumental(izante) da linguagem, segundo a qual as entidades ontológicas, em sua materialidade estática, em determinado momento acedessem a uma categorização languageira, convertendo-se, pois, em elementos do mundo. Ora, no âmbito aqui preconizado, as *coisas do mundo* só poderiam sê-lo em vista de se materializarem, fundamentalmente, como *coisas da linguagem*.

Tendo em vista tais motivações, iniciou-se a busca progressiva de não mais um eixo teórico-metodológico vertical, homogêneo, a lançar luz sobre o problema que se havia apresentado; antes, as características de convergência de conhecimentos, em que pesasse o reconhecimento da impossibilidade de respostas unívocas, revelavam-se como a única perspectiva legítima para o trabalho. Foi nesse âmbito que as Ciências da Linguagem, parâmetro teórico a ser desenvolvido ainda nesta Introdução, sobrevieram como construto de base a orientar nosso percurso.

Reitera-se, ao mesmo passo em que se assume o risco da redundância, um aspecto fundamental que advém pelo *entrar em cena* desse pensamento: o do estatuto da linguagem como constituinte da condição humana, lugar em que os indivíduos são interpelados em sujeitos para que possam viver em sociedade, ordem esta também forjada pelo domínio simbólico. A ruptura com as abordagens que buscavam a essência da(s) língua(s), assim como suas transformações, sua evolução no decorrer dos tempos (notadamente, de forma um tanto mais próxima, a perspectiva historicista em voga no século 19 desta era), é assinalada por Julia Kristeva, já na introdução de sua *História da Linguagem*, obra publicada em 1969:

Quanto à concepção de linguagem como “chave” do homem e da história social, como via de acesso às leis do funcionamento da sociedade, essa talvez constitua uma das mais importantes características de nossa época. Pois trata-se realmente de um fenómeno novo: a linguagem, cuja prática o homem sempre dominou – que constitui um todo com o homem e com a sociedade, aos quais está intimamente ligada –, essa linguagem, agora mais do que em qualquer outro momento da história, é isolada e como que colocada à distância para ser captada enquanto objecto de conhecimento particular, susceptível de nos dar acesso não apenas às leis do seu próprio funcionamento, mas também a tudo o que resulta da ordem social (Kristeva, 1981: 13).²

O referido deslocamento epistemológico, segundo o qual a linguagem começa a ser pensada sob a óptica de seu próprio funcionamento, enquanto instauradora de uma ordem simbólica que faz emergir não apenas os sujeitos (pela interpelação deles como efeito dessa ordem), mas a própria constituição das relações que regem a vida social, abre a perspectiva, no universo deste estudo, a algumas questões fundamentais. Na medida em que a noção de sociedade, no que sobrevêm a existência e a observância a suas regras específicas, responde essencialmente à condição de estatuto de linguagem, fenece a crença em um real que seria imanente às *coisas do mundo*. Torna-se inconsistente, porquanto, a idéia de que a

² Foi mantida a grafia que se observa na tradução, tangente ao português de Portugal.

linguagem possa *representar* esse universo: radicalmente, ela o cria e recria, conferindo alguma ordenação – alguma significação – aos seres. Tal processo funda-se em em uma relação que só se torna compreensível a partir do reconhecimento de uma ruptura, diga-se, da suspensão de um *continuum*. Ao mesmo tempo em que “demarca, significa e comunica”, no célebre aforisma de Kristeva (1981: 14), a linguagem aponta, paradoxalmente, para uma disjunção entre um sujeito e outro(s), assim como entre eles e as demais entidades do mundo. Desvanece-se em definitivo uma – jamais conquistada – completude. As relações humanas são, assim, fundadas sob o signo da falta.

Postas essas considerações, torna-se possível inferir que, aquilo a que comumente se costuma qualificar como *real*, enquanto manifestação proveniente de um mundo sensível, poderia ser mais bem alocado sob a rubrica de *realidade*, posto que *efeito de linguagem*. A partir da citada falta primeva, a realidade constituir-se-ia no entrecruzar de diferentes discursos, viabilizando a construção das identidades dos sujeitos, do corpo social e, como conseqüência, dos próprios discursos que operacionalizam essa dinâmica. Não se trata, pois, de superar ou de sobrepor a falta (o próprio real, enquanto aquilo que escapa à ordem simbolizada pela e na linguagem), mas de propor articulações no entorno dela. Para o âmbito da prática jornalística, tendo em vista uma das especificidades desta pesquisa, tal reordenamento propõe problematizações centrais circundantes às premissas de imparcialidade, neutralidade, objetividade, conforme analisa o Capítulo Primeiro.

Adjacente a esse panorama, que instaura a dimensão do humano como linguagem, são preconizadas ainda questões sobre a constituição do sujeito, que ora já não pode ser pensado qual uma unidade autônoma e soberana, mote do sujeito renascentista. Sob a luz do racionalismo cartesiano, projetava-se a dúvida radical, metódica – aquela deliberada e *apriorística*, que recobriria com o estatuto do *não verdadeiro* aquilo que fosse a princípio *duvidoso*. Por meio desse raciocínio, constituía-se, por seu turno, a máxima das certezas: a da própria existência do sujeito, que, se duvida, o faz em razão do pensar; se pensa, é porque existe. A inferência imediata viabilizada por esse percurso vem sustentar que a qualificação do indivíduo enquanto sujeito teria como crivo o *cogito*, a faculdade do pensar. O sujeito da linguagem, ao contrário, seria constituído em heteronomia, pela assunção involuntária do indivíduo a uma ordem que o antecede.

As teorias que compõem, mais amplamente, o campo das Ciências da Linguagem abrem a possibilidade a essa noção de sujeito não autônomo (não homogêneo), assim como a da instauração de um *sistema* simbólico, via linguagem, que demarca a posição desses sujeitos na ordem social. Sublinha-se, nesse âmbito, que determinados aspectos, ao passo que introduzem a referida noção de sistema, apontam para limitações que, para este trabalho, deveriam ser levadas em consideração. A maioria dos saberes referencializados nesse panorama específico dos estudos da linguagem apresenta um núcleo comum, e inicial, tangente ao estruturalismo. Nas ciências humanas, esse universo – ainda que não especificado sob o termo exposto – encontra-se primordialmente sistematizado nos trabalhos do lingüista suíço Ferdinand de Saussure, a ponto de diferentes teóricos³ referirem-se ao trabalho *Cours de linguistique générale* (1916), compilado e organizado por discípulos do autor, como o marco inaugural do estruturalismo, no que tange, sobretudo, à abordagem dos fatos de língua no interior de um sistema, em que os elementos são definidos por sua relação, posicional e oposicional, com os demais elementos, assim como com o conjunto.

A perspectiva estruturalista a respeito da língua (que, progressivamente, saía do âmbito estrito da lingüística e se dispersava, enquanto método, na direção de outras áreas do saber, como a antropologia, a filosofia, a psicologia etc.), pela própria constituição do objeto de estudo enquanto um sistema, não poderia lançar luz às questões aqui relativas às *situações* em que se produz o dizer. Expunha-se, pelas próprias injunções desta pesquisa, a necessidade de abordagens que tratassem a língua não sob o viés estrito da estrutura, da abstração de suas regras internas de funcionamento, mas, fundamentalmente, sob a óptica do acontecimento (Pêcheux, 2006).

O processo de subjetivação não poderia, pois, mostrar-se independentemente da instalação do sujeito enquanto fato de língua; e a instalação dessa subjetividade encontra espaço privilegiado de descrição e análise no universo das teorias da Enunciação. Movimento pelo qual a língua (sistema estabelecido) converte-se em acontecimento (discurso), por um ato individual volitivo de fala, a enunciação fundamenta uma relação de actorialidade, ao mesmo tempo em que relaciona essa instância a duas outras variáveis, que se estruturam também como construtos de língua: o tempo e o espaço. A partir dos cânones,

³ São os casos de Kristeva (1981) e Ducrot e Todorov (2001).

das formas estáveis, o homem, no entanto, imprime ao código algo de original. Esse processo permite não só que se depreenda, por meio da materialidade produzida (o enunciado), a perspectiva construída por um *eu*, o sujeito da enunciação; mais do que isso, mostra-se suficiente para delegar voz a um locutor que se instala como *eu* no discurso, ele próprio também competente para qualificar um interlocutor (tu), em um processo de reversibilidade de vozes (Benveniste, 1989).

Em um universo ainda mais amplo, a língua teria como especificidade o fato de, diferentemente de constituir um bloco homogêneo, trabalhar segundo a lógica do recobrimento, em um movimento de mão dupla: advém pois, o estatuto do discurso como a língua em atividade, articulando os significados em relação ao homem, ao mesmo tempo em que empreende o significado do próprio homem. No âmbito preconizado, trabalha-se a língua *no mundo*, não mais o sistema abstrato, tendo-se em consideração os processos e as condições a partir dos quais se produzem as materialidades lingüísticas.

Concomitantemente, a noção de *língua movendo-se para produzir sentidos* não poderia prescindir de articulações com a memória (se algo faz sentido é porque se apresenta a partir de uma base anterior, compartilhada, de forma que não haveria um discurso adâmico, nessa lógica dos pré-construtos) e da remetência a formações discursivas que se apresentam como dominantes em cada momento histórico (as palavras mudariam de sentido conforme as posições subjetivas de quem as emprega, e as formações discursivas adviriam, nesse contexto, como elementos dos quais emana o sentido, conferindo a regularidade do funcionamento do discurso, por estabelecer o que pode e o que deve ser dito em cada circunstância histórica). Torna-se, assim, depreensível que os sentidos só poderiam ser determinados ideologicamente, pela inscrição em determinada formação discursiva e não em outra(s). A ideologia é latente no discurso, mas sua presença é dissimulada por uma dupla operação de esquecimento (Pêcheux, 1975), constitutiva da unidade discursiva, conforme será descrito. É nesse sentido que a recorrência à Análise do Discurso (falamos aqui daquela que segue a orientação francesa)⁴ tornou-se essencial ao propósito desta análise, uma vez que seus procedimentos explicitam as formas segundo as quais linguagem e ideologia se articulam, no processo de constituição do sentido entre os sujeitos.

⁴ Brandão, 2004.

De forma bastante generalizante, a trajetória até aqui relatada procura expressar as questões inicialmente motivadas, assim como algumas das relações suscitadas, no âmbito da composição do quadro teórico deste trabalho. Tratar-se-á, na seqüência, de situar, por meio do detalhamento, tais campos do pensamento sobre a linguagem, referindo suas especificidades em um panorama determinado, ao mesmo tempo em que deverão ser pontuadas as aberturas epistemológicas que se mostram relevantes ao desenvolvimento da análise aqui proposta. Anteriormente, no entanto, crê-se pertinente sublinhar, ainda no âmbito das primeiras indagações, algumas das motivações que deram origem ao tema escolhido – o parricídio –, como estatuto decisivo no âmbito da organização das relações sociais, na medida em que as associações decorrentes dessa condição – a figurativização do assassinato, em tempos imemoriais, de um pai terrífico por seus filhos banidos – subsidiam as inferências sobre a lei primordial (no sentido de uma interdição) que possibilitou a estruturação e a evolução da sociedade tal como a concebemos. Por meio da investigação psicanalítica empreendida por Sigmund Freud, sobretudo a partir do início do século 20, acerca da composição dos tabus e, posteriormente, da coerção dos impulsos agressivos dos indivíduos como base da civilização, essas analogias ganham relevantes interpretações.

A renúncia a esse impulso, explicita o médico austríaco, seria geradora de uma frustração cultural, manifesta segundo uma hostilidade à qual todas as civilizações estariam sujeitas. Ao analisar primordialmente tais condições com base nos trabalhos de antropólogos como H. Spencer, J.G. Frazer e W. Wundt, tangentes a certas povoações totêmicas, Freud (1913/1999) propõe a releitura das injunções que emanam dos *tabus*, articulando-as em dois eixos: a) a proibição da destruição do *totem* (essencialmente, um animal, mas podendo ser representado também, em algumas culturas, por um elemento vegetal ou ainda determinado fenômeno da natureza, e que, ao expressar uma identidade comum a todo o clã, estabeleceria laços mais poderosos do que os consangüíneos) e b) a premência da exogamia, ou seja, a interdição relativa a uniões sexuais dentro do mesmo agrupamento. Este interdito, como se pode inferir, relaciona-se à proibição do incesto, vistas as citadas identificações parentais postas em perspectiva por meio do *contrato totêmico*. No que é peculiar à aniquilação do totem, depreende-se a tensão relativa ao parricídio: o desenvolvimento da teoria freudiana desemboca na noção de que o totem seria um substituto do pai primitivo assassinado pelos filhos, ou seja, em uma restauração da

função paterna, voltaria a articular, ora de forma mais intensa (uma vez que as relações estariam amalgamadas pelo sentimento de culpa pelo crime coletivo, transmissível através das gerações) a coerção advinda da autoridade.

O tabu, nessa perspectiva, teria sua existência assegurada segundo características bastante notáveis: refere-se a uma proibição primeva que é imposta do exterior, por meio da figura-função de um *pai* regulador; dirige-se contra os anseios mais poderosos do homem (visto que, onde existe proibição, há de haver um desejo latente e proibido); prevê uma atitude ambivalente por parte de quem a ele obedece – em uma ordem de *desejo e contradesejo*, encontram-se referencializados o respeito, o temor, o afeto, por um lado, e a premência da violação da lei, em vista da agressividade essencial do indivíduo, por outro. A idéia de *contágio* representa também uma variável peculiar da noção de tabu. De acordo com as formulações freudianas, aquele que, por meio do contato, sobretudo do toque e/ou do olhar (indicadores inegáveis do desejo), entra em conjunção com o tabu torna-se, ele próprio, um tabu. Conspurcado, materializa um perigo evidente: o alastramento da tentação – tendo em vista que a inclinação à ruptura, à violação, seria comum a todos (ainda que reprimida, não desapareceria, persistindo em termos inconscientes).

Pondera-se, no entanto, à luz de Freud, que o tabu da aniquilação (em realidade, da devoração) do totem pode e deve ser suspenso em condições excepcionais: por ocasião das festividades, pontualidade temporal em que os excessos (a ruptura com a proibição) não só são permitidos, mas ainda exigidos, como forma de se reiterar a identidade coesa do clã, rememorando os princípios pelos quais a própria vida comunitária tornou-se viável. Aludindo-se ao já referido sentimento ambivalente, expressa-se, então esta atitude: tendo em vista que o totem reúne sua força por meio da posição vicária com a figura do pai, a ingestão dele (fazendo-se carne e sangue unificados ao se mesclar com a carne e o sangue de todos e de cada um dos descendentes) reforça os laços de identificação. Por um lado, faz lembrar que todos são cúmplices de um crime comum: o assassinio original do pai terrível (o sentimento de culpa é, assim, rateado entre todos os membros do grupo), mas celebra, paradoxalmente, a libertação em relação a esse pai primitivo. Por outro, com a conjuntura em que o ódio mostra-se cada vez mais apaziguado, sobrevém dos escombros o amor que os assassinos sentiam em relação ao pai; a ingestão de seu corpo, dessa forma, reflete também uma inclinação a *ser igual*, a reunir no próprio organismo a força do progenitor:

Se chamarmos a celebração da refeição totêmica em nosso auxílio, poderemos encontrar uma resposta. Certo dia, os irmãos que tinham sido expulsos retornaram juntos, mataram e devoraram o pai, colocando assim um fim à horda patriarcal. Unidos, tiveram a coragem de fazê-lo e foram bem sucedidos no que lhes teria sido impossível fazer individualmente (...). Selvagens canibais como eram, não é preciso dizer que não apenas matavam, mas também devoravam a vítima. O violento pai primevo fora sem dúvida o temido e invejado modelo de cada um do grupo de irmãos: e, pelo ato de devorá-lo, realizavam a identificação com ele, cada um deles adquirindo uma parte de sua força. A refeição totêmica, que é talvez o mais antigo festival da humanidade, seria assim uma repetição, e uma comemoração, desse ato memorável e criminoso, que foi o começo de tantas coisas: da organização social, das restrições morais e das religiões (Freud, 1913/1999: 146, grifos da pesquisadora).

Pela inferência dessa descrição, depreende-se de que forma a história da civilização fundou-se e evoluiu sobre as forças reguladoras subjacentes ao crime e à memória. O ônus do parricídio, trazendo como máxima expressão o sentimento generalizado de culpa, fez represar de forma drástica os impulsos agressivos e sexuais dos grupos descendentes: o modelo, tão temido quanto desejável pelos jovens vingadores, era precisamente o do pai imoderado em suas vontades. Estava transposta a autoridade que limitava os anseios de poder de todos os elementos da organização outrora banida. Ocorre, no entanto, que logo foi percebida a necessidade de algum dispositivo regulador, a fim de que a história não se repetisse. Caso alguém assumisse exatamente o lugar do pai, convocaria a si, inevitavelmente, a ira e a inveja dos demais – o agrupamento estaria fadado à auto-aniquilação.

Do remorso filial derivou o estatuto segundo o qual o espólio do pai permaneceria intocável: seu corpo (então substituído pelo totem) seria, via de regra, inviolável, assim como suas mulheres. Como realmente intentassem a convivência, a organização fraternal (responsável por torná-los fortes), aos irmãos totêmicos não restou alternativa – os impulsos sexuais, nos diz Freud, dividem os indivíduos, em lugar de uni-los. As exigências da autopreservação falaram mais alto: os interditos que até então emanavam da truculenta figura-função do pai ora eram reverenciados pelos próprios herdeiros. Sob a emergência da culpa, proibições de incesto e de parricídio (sendo que esta posteriormente se generalizou, vetando o assassinato dos demais membros da comunidade) inauguraram a civilização.

A coerção dos referidos impulsos, conforme exposto, pressupõe uma série de restrições que são mutuamente impostas. Os próprios tabus, assim como as leis e os costumes, tornam-se os veiculadores de tais proibições. Há, pois, um dispêndio considerável de energia a fim de que a inclinação à agressividade e aos *excessos* sexuais seja refreada, de forma a garantir a sobrevivência da civilização, que funciona segundo o intuito de reunir os indivíduos em comunidades cada vez maiores. Um dos mecanismos que tornam possível a vida comunitária, por essa mesma razão, diz respeito ao estabelecimento de laços libidinais entre os próprios elementos do grupo, operacionalizando processos de identificação. Tal vínculo comunal, entretanto, é reificado por meio das relações de amizade, o que só se torna possível na medida em que a libido é deslocada, “inibida em sua finalidade” (Freud, 1929/1997: 64), o que pressupõe severas restrições à atividade sexual dos membros do grupo.

O descentramento da libido, além de propiciar o estabelecimento de laços de amizade, também por um processo de identificação constitui a base do amor dirigido, aquele que viabiliza a diferenciação, por meio do isolamento, do “par apaixonado” (Freitas, 1992b: 26) em relação ao corpo comunitário, segundo a lógica que impede a escolha objetal incestuosa. Dessa maneira, o amor dirigido obedece a duas pré-condições, em realidade, indissociáveis (Freud, 1913/1999). Para que *eu* possa amar tal ou qual pessoa, esta deverá ser semelhante a *mim* (para que *eu* possa, assim, *me* reconhecer e *me* amar no outro) e, além disso, ser mais perfeita do que *eu* (a fim de que *eu* possa realizar, nessa relação, um ideal de meu próprio *eu*).

O princípio erótico que dá consistência tanto às uniões comunais quanto aos laços de amor dirigido, entretanto, não estabilizaria de forma determinante a inclinação agressiva inerente ao indivíduo: antes, na base do mesmo processo, é que reside essa tendência à destruição: se, por um turno, o *outro* pode corporificar um adequado objeto amoroso-sexual para determinado sujeito, também pode, é verdade, representar alguém cujos desejos coincidem com os do próprio sujeito, e que, portanto, estaria pronto a satisfazer em seu próximo todos os matizes agressivos. A trajetória da civilização, infere-se, oscila de acordo com a luta entre essas duas forças antagônicas: Eros (a pulsão de vida) e Tânatos (a pulsão de morte).

O recurso mais sofisticado, no processo civilizatório, para que a pulsão de destruição seja inibida – uma vez que sua neutralização absoluta é impossível, donde ela acaba por persistir em termos inconscientes – é reenviá-la para o lugar de onde proveio, ou seja, o *ego* do indivíduo. Essa agressividade reintrojada seria, então, absorvida por uma parcela do ego, no desenvolvimento de uma instância capaz de se colocar contra a própria estrutura (ao mesmo tempo em que se torna a ela articulada); eis a gênese do *superego*, que se viabiliza na forma de uma consciência, uma instância de censura que funciona ao jogar contra o ego a mesma agressividade que este teria satisfeito em outros objetos dele distintos. É justamente dessa tensão entre o ego, que opera no sentido da satisfação dos desejos, e o superego que provém o já referido sentimento de culpa. A gênese da consciência traz consigo a certeza da vigilância permanente: nada pode escapar ao *conhecimento* do superego. Em tal medida, não haveria, nos domínios desse mentor, grandes diferenças entre a intenção e a efetiva realização do ato; mais do que isso, na medida em que a tentação (a satisfação dos impulsos) é a cada vez frustrada, a consciência volta sempre a erguer suas fileiras, em um grau mais elevado de exigência: aqui, já não basta o efeito de impedir a satisfação; há de haver ainda alguma espécie de punição contra a sobrevivência dos desejos proibidos: “A agressividade da consciência continua a agressividade da autoridade [paterna]” (Freud, 1929/1997: 89).

É a esse incômodo da culpa, sempre lá, articulando a ubiqüidade da consciência, a que Freud alude quando explicita um constante *mal-estar* derivado da gênese da civilização. Perceptível como uma insatisfação abstrata, seria ela o motor que impele os indivíduos rumo a outras motivações, a exemplo da arte, das religiões etc. Tornam-se aqui

interessantes, sobretudo, as relações inferíveis pelo estatuto do parricídio como ordenador, pela conseqüente interdição, da lei fundamental que rege a composição da sociedade – e, mais ainda, os mecanismos segundo os quais esse funcionamento social torna-se possível.

Ainda que aparentemente óbvio, cabe ressaltar que as inferências derivadas do tema do parricídio, conforme propostas, devem proceder a uma leitura figurativa – mesmo metafórica – acerca do acontecimento primordial, uma vez que o assunto em relevo é tangente a realidades psíquicas; a premência da culpa inconsciente é antes um indicador das vicissitudes da própria organização dos humanos em sociedades do que do fato de se matar efetivamente o pai (ou mesmo disso se abster). É a ambivalência constitutiva do psiquismo humano, materializando a luta renitente entre Eros e Tânetos, o cerne do conflito gerador do sentimento de culpa. Nessa mesma esteira, à luz de uma interpretação metafórica das proibições relativas às culturas totêmicas (não anquilar a autoridade e não cometer incesto), pode-se inferir a composição da lei primordial como o *primeiro não*, ou seja, uma interdição fundante, qualquer que seja, da qual emanam as demais restrições que vão regular a existência da sociedade.

A despeito disso, a se levar em consideração todas essas injunções que determinam a vida social – e que por isso mesmo são legitimadas e revividas constantemente por meio das leis, dos costumes, das práticas sociais, enfim – deparamo-nos aqui (em vista do objeto específico desta pesquisa) com a concretização literal da metáfora: o efetivo assassinato de pais por seus filhos. Como, então, estariam articulados os relatos sobre esses acontecimentos, em vista de sua entrada em duas ordens específicas (a primeira e mais abrangente, a própria ordem simbólica, e a segunda, a ordem de uma instituição social específica, representada pelos veículos de comunicação)? De que maneira, na medida em que as interdições de parricídio e incesto encarnam a própria possibilidade de haver sociedade enquanto tal, as matérias jornalísticas em questão abordam os efeitos, para essa mesma sociedade, de um crime de parricídio? Ou ainda, se existe uma lei que rompe a continuidade entre todas as coisas do mundo, nomeando os seres na medida em que estabelece diferenças, como abordar aquilo que, a rigor, torna-se inominável, ao tentar circunscrever o *antes da lei*?

Seguindo a premência dessas indagações – e reconhecendo, sobretudo, a inconsistência das respostas categóricas e monolíticas para esse fim – buscamos, a partir

dos universos teóricos apresentados a seguir, alguns caminhos possíveis. A essa altura, descrentes da possibilidade de se tanger uma verdade absoluta, ou ainda uma significação unívoca, impôs-se um deslocamento radical na própria gênese de nossos questionamentos. Em lugar de *o que isso quer dizer?*, o novo foco nos impele a perguntar: *como isso quer dizer?* Do que não sabemos os nomes guardemos, então, as semelhanças.⁵

⁵ Em paráfrase a verso de Manoel de Barros, in: *O livro das ignorâncias*, 2ª. Parte – “Os deslimites das palavras” – Dia 1, I.7. Rio de Janeiro: Record/Altaya, 1993. P. 45.

2. Articulações teórico-metodológicas

2.1. As Ciências da Linguagem

A um movimento que começou a florescer no final do século 19 – época quase inteiramente dominada pela perspectiva historicista no que é tangente aos estudos da língua⁶ - corresponde uma dupla característica já manifesta por meio do sintagma “Ciências da Linguagem”. Trata-se, com efeito, de se observar as variações de número, singular e plural, que ele vindica. Primeiramente, ao conferir a citada unidade ao termo *linguagem*, propõe-se a delimitar um objeto de conhecimento e estudo específicos, apreendido não mais pela observação das transformações de sua materialidade no decorrer dos tempos, pela busca de uma *essência*, mas notavelmente por sua composição enquanto um sistema, com regras próprias de funcionamento. Ao passo que essa empreitada possa denotar algum intento de restrição (a fim de demarcar o objeto segundo uma característica bastante específica), o plural *ciências*, por seu turno, vem expressar uma intencionalidade de abertura. É convocado, aqui, o auxílio de conceitos provenientes de diversas áreas do saber, para que se comece a investigar o papel e o valor da linguagem na constituição do humano. No entrecruzar das conquistas teóricas da antropologia, da sociologia, da psicanálise, da lógica, da própria lingüística, entre outras acepções, emerge o campo fértil desse estudo.

Tal condição essencialmente múltipla, no âmbito do desenvolvimento das Ciências da Linguagem, ao longo de todo o século passado, sobretudo, propiciou que fossem alocadas sob a terminologia, como é depreensível, diferentes linhas de pensamento. Em vista dessa abrangência, o presente trabalho, no mesmo momento em que reconhece em tal estratégia um fator de limitação, centra as descrições aqui propostas em três esferas do conhecimento: a antropologia estrutural, a psicanálise e a lingüística a partir de Saussure.

Na égide desta dissertação, prioriza-se o referido momento inicial de apresentação de um campo denominado Ciências da Linguagem pelo fato de essas correntes

⁶ A este respeito, ver: Kristeva (1981), p. 15, além do capítulo XV – “A linguagem como história” (p.197 e seguintes).

representarem, cada uma em suas particularidades, idéias inaugurais no sentido que aqui se contempla para pensar a linguagem conforme uma ordem simbólica que trabalha no sentido de instaurar o humano, interpelando-o como sujeito e colocando em perspectiva as trocas necessárias ao estabelecimento da sociedade. Cabe assim reiterar que, para o trabalho, elas constituem um substrato a engendrar alguns fundamentos necessários ao desenvolvimento das idéias subseqüentes, conforme será denotado.

A noção de língua como sistema, ao propor o signo como unidade fundamental, prevê também sua qualificação como um valor: seu poder de troca serviria à designação de uma realidade lingüística que a ele é, contudo, estranha. Tal realidade não é o significado, sendo, no entanto, efetivamente atingida por meio do significado (Ducrot e Todorov, 2001: 27).

Da lavra da antropologia estrutural, sobretudo por meio dos trabalhos de Claude Lévi-Strauss, em solidária leitura da obra de Marcel Mauss, emerge a conceituação de ordem simbólica como elemento comum às sociedades humanas. Regulada por operações específicas que colocam em funcionamento a dinâmica social, como será descrito, essa ordem trabalharia em termos de um caráter re-presentacional, no sentido de *estar em lugar de alguma outra coisa*. Pondera-se, entretanto, que o *estar em lugar de* não endossa a eventual idéia de que o simbólico refletiria o mundo sensível. Antes, ele próprio seria fundante desse estatuto: a qualificação de *ser humano* é, pois, indissociável da assunção dos indivíduos a tal ordem que, naturalmente, antecede-os. Como representantes por excelência – posto que viabilizadores – desse sistema simbólico, Lévi-Strauss distingue a linguagem, as regras matrimoniais, a arte, a religião, a ciência, as relações econômicas.

Para que esse construto simbólico tenha sido, em um tempo imemorial, dinamizado, tornou-se premente o estabelecimento de um marco de início, o grau zero, das “atividades sociais aparentemente homogêneas entre si” (Lévi-Strauss, 1974: 24). Esse pretense começo é identificado a uma dissimetria: algo haveria de frustrar uma completude para que os indivíduos entrassem em relação, em comunicação. A separação radical entre um sujeito e todos os outros, a busca pela conjunção, faz explicitar essa ausência. À tentativa de se restaurar uma *para sempre perdida* unidade respondem as operações de troca. Sob a leitura de Mauss, para quem esse movimento estaria subsumido segundo as operações de dar, receber e retribuir, Lévi-Strauss alude ao princípio da doação como o paradigma comum na

mediação das relações entre os membros de uma comunidade. Nada se troca fora do simbólico:

A troca não é um edifício complexo, construído a partir das obrigações de dar, de receber, e de retribuir, com o auxílio de um cimento afetivo e mítico. É uma síntese imediatamente dada ao e pelo pensamento simbólico, que, na troca como em toda outra forma de comunicação, supera a contradição que lhe é inerente de perceber as coisas como os elementos do diálogo, simultaneamente sob a relação de si e de outro e destinadas por natureza a passar de um para o outro. Que elas sejam de um e de outro representa uma situação derivada por relação com o caráter relacional inicial (Lévi-Strauss, 1974: 32).

Ao articular troca e comunicação, o teórico abre a possibilidade para uma importante inferência acerca daquilo que, fundamentalmente, está previsto, ao mesmo passo em que torna possível, o próprio mecanismo das trocas: a emergência da linguagem. Emana dessas ponderações, conforme já citado, a idéia de que é essa ordem que faz substantivas as coisas do mundo: estas não esperam, inertes, por serem nomeadas; ao contrário, só têm garantida sua existência posto que recebem um nome, ou seja, quando entram nesse circuito e são destacadas de uma continuidade, em um processo regido pela diferenciação. Existir, a rigor, implica ter ascendido às redes do simbólico. E é em vista de materializar essa ordem que a linguagem, alerta Lévi-Strauss, só pôde ter surgido de um único golpe: “Quaisquer que tenham sido o momento e as circunstâncias de seu aparecimento na escala da vida animal, a linguagem só pode ter nascido de uma só vez. As coisas não puderam passar a significar progressivamente” (Lévi-Strauss, 1974: 33).

No panorama da antropologia estrutural, é de fundamental interesse sublinhar, ainda outra vez, o aspecto de complementaridade próprio da organização simbólica: o deslocamento, via trocas (via comunicação), de um sujeito em direção a outro. Conforme antevisto, a condição necessária a motivar tal busca só pode ser da ordem de uma falta – esta que, mesmo dissimulada segundo a ilusão cinética que permeia a comunicação humana no sentido (fugidio) de um *objeto total*, é trazida à luz em termos de uma alteridade

absoluta que *um dia teria sido*. Qual a metáfora de um paraíso (para sempre) perdido, seria esse o lugar, comum a todos e a cada um dos humanos, onde as dissimetrias poderiam ser superadas.

Porção que não se subordina, ao mesmo tempo em que exerce o comando em relação aos sujeitos, por se configurar como *denominador comum*, essa instância, efetivamente, materializaria o poder de conferir existência às trocas sociais: do contrário, de que maneira seria possível, em termos das rigorosas diferenças étnico-culturais existentes, haver um elemento de intersecção entre os indivíduos, impelindo-os à comunicação? Tal estatuto que reuniria o que a ele é próprio em termos de uma certa compatibilização (em vista da especificidade) entre os sujeitos, denotado nos trabalhos de Lévi-Strauss, a psicanálise freudiana o apresenta como força inaugural de suas investigações: o inconsciente.

Na aurora do século passado, a teoria psicanalítica veio, pois, propor um corte epistemológico. Em um percurso caracterizado pela absorção, mas também pela rejeição – ainda que, sobretudo, pela reformulação – de determinados conceitos da psiquiatria clássica do século 19, o novo pensamento, na busca de dirimir o enigma da histeria, propõe um deslocamento de base. O sintoma, manifesto no organismo fisiológico (ou ainda no comportamento), não teria sua origem no corpo somático, mas em *outro lugar*.

Com essas asserções, depreende-se um alargamento nas divisas da noção de psiquismo, não mais interpretado segundo uma unidade. Sob a persistente influência da metáfora da máquina, espólio das Revoluções Industriais⁷, o pensador austríaco vem falar em termos de um *aparelho* psíquico, com estruturas solidariamente articuladas. Ocorre, porém, que o inconsciente transborda a referida articulação. Impossibilitado, por sua constituição, de se acomodar a qualquer *lugar* pré-determinado, ele contaminaria os outros lugares; antes, enredá-los-ia em seus domínios. Por não se encadear às outras estruturas (o consciente e o pré-consciente), essa instância adviria como a alteridade absoluta, porção eternamente irreconquistável pelo homem.

⁷ Idéia desenvolvida pelo psicanalista Oscar Angel Cesarotto, na aula inaugural do curso de extensão “As idéias de Lacan”, ministrado entre setembro e dezembro de 2003, em conjunto com Fani Hisgail, Geraldino Alves Ferreira Neto e Márcio Peter de Souza Leite, sob organização da Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Elemento que resiste às renúncias e interdições com que o sujeito paga seu tributo para habitar a ordem simbólica, o inconsciente representa o *algo a mais*, a memória da união ancestral, ao mesmo tempo em que se constitui como aquilo que pulsa para além dos limites do representável, do nomeável. É aquilo que fala no sujeito – e, em realidade, por meio do sujeito –, mesmo à revelia dele. Precisamente por sua característica, em termos, inarticulável, nutre o próprio mecanismo de recobrimento da falta.

Conforme já citado, os efeitos dessa ausência são sentidos como base motora das relações de troca da sociedade. E esta, sublinhe-se novamente, apenas existe em vista da emergência de uma ordem característica, em que a linguagem desempenha papel indispensável. Como instituição que corporifica as leis que regem a vida social e a própria constituição dos sujeitos, é na linguagem que as manifestações do inconsciente tornam-se mais perceptíveis. Nesse sentido, a psicanálise circunda seu objeto na *fala* do paciente. O dizer do sujeito – tanto em termos de realidade, quanto em termos *fictícios* –, expressa uma verdade, talvez não objetiva, mas certamente discursiva, que seria comum à realidade dita concreta (em que pese a precariedade desse conceito, à luz das articulações teóricas até aqui desenvolvidas), assim como à realidade psíquica. Isso porque, também por meio do discurso, o sujeito constrói (assume) um posicionamento, derivando as motivações que produzem os sintomas (Kristeva, 1981: 268).

Provém daí a inferência de que a teoria psicanalítica – e eis então uma substancial diferença quanto à lingüística formal, conforme será denotado em breve – não pode prescindir de uma abordagem da língua que leve em conta sua *realização*, a fim de que o sujeito seja, assim, reificado. Trata-se, com efeito, de considerar a língua no âmbito do discurso, do acontecimento. Dessa maneira, a psicanálise lança luz às questões relativas à constituição do sentido, tendo em vista que, ao lado do sujeito, ele só pode ser construído em termos de um trabalho discursivo. Perece, então, a idéia de que o sujeito possa representar uma unidade estanque, fixa, que seria também coincidente com aquilo que ele pensa, que materializa em termos de fala.

Tendo-se em vista essas formulações de base, torna-se pertinente pensar na releitura das teorias freudianas, conforme proposta por Jacques Lacan, sobretudo no que é específico a uma primazia do significante em relação ao significado, conceitos que serão desdobrados já na próxima etapa, com as inferências acerca da lingüística saussureana. Para efeitos

imediatos, cabe, no entanto, introduzir a noção de signo, nesse viés, como unidade lingüística por excelência, constituída segundo um valor que emana de um sistema ao qual pertence; por denotar esse valor, o signo operaria um movimento de troca, condicionado por relações fixas comuns a todos os objetos dessa organização (Ducrot e Todorov, 2001: 27). Com efeito, o valor de um signo particular, em termos dessa conceituação sistêmica da língua, seria fundado em uma relação de negatividade: a característica preponderante de um signo é a não coincidência: ser aquilo que os outros não são.

Essa unidade, conforme a descrição exaustiva empreendida por Saussure, faz associar uma imagem acústica – a impressão psíquica que provoca determinada alteração nos sentidos humanos –, chamada de significante, a um conceito, uma idéia, o significado. Nessa perspectiva, o signo existiria sob o viés duplo da marca e da falta, articulando uma porção sensível (significante) e outra ausente (significado). Conforme antevista em Freud e posteriormente retomada por Lacan, a referida primazia do significante não se mostra, no entanto e ao contrário de eventuais aparências nesse sentido, solidária à abordagem imanente (sistêmica) da língua, considerando-a como alheia de sua realização no discurso.

Trata-se de retomar, de maneira bastante sintética, algumas das ponderações de Freud quando da análise dos mecanismos dos sonhos. Isso porque cada elemento manifesto nesse panorama estaria *sobredeterminado*, ou seja, várias vezes representado, nos pensamentos oníricos. Uma confluência dessa idéia expressa-se pelo mote de que, ao ser evocado por determinado significante, o(s) correspondente(s) significado(s) não se articularia(m) segundo a mesma disposição *linear* prevista no âmbito da lingüística estrutural. No universo do sonho, apenas as derivações contextuais, apreendidas pelo sentido da realidade psíquica buscado no momento da escuta psicanalítica, dariam conta de explicitar as várias possibilidades de significado para determinado significante.

Em vista da instância censora a que já se fez referência neste texto, o conteúdo do sonho, ainda que expresse as latências do desejo, não recompõe de forma objetiva, literal, a expressão dele. Antes, tal restituição é feita de forma precária, plena em lacunas e discontinuidades. A tal propriedade compete o nome de condensação. Paralelamente, tendo em vista que o desejo sempre persiste, sempre volta a se insinuar, outro mecanismo do sonho (não menos importante) é o de propor uma certa deformação em seu conteúdo manifesto, uma forma de *driblar* a censura, centrando o referido conteúdo em elementos

significantes que propõem significados diversos dos *pré-vistos*. Esse processo é referencializado como deslocamento.

Mostra-se conveniente esboçar, na seqüência, algumas notas referentes à constituição do sujeito, segundo os desdobramentos da teoria lacaniana. Em tal perspectiva, o sujeito não existiria *a priori*, mas seria constituído conforme uma topologia complexa, no articular de três ordens distintas. Conforme já explicitado, é no entrelaçar de discursos que esse sujeito se especifica – construindo, também, os sentidos de sua realidade, ainda que não de maneira absolutamente autônoma. Estabelece-se, pois, a especificidade de um *sujeito falante* (que, sendo externo ao ser, constrói-se como produto dessa fala). O exame da referida topologia traz algumas inferências a respeito das condições em que esse sujeito fala. Ainda que as sistematizações acerca dessas três estruturas, no âmbito da teoria de Lacan, não tenham sido concomitantes, procede-se à apresentação delas como lugares simultâneos e indissociáveis na constituição do sujeito.

O registro do imaginário diz respeito à instância em que é fundada a função do *eu* (ego), na justa medida do olhar do outro, em um processo de identificação com a *imago* do semelhante. Esse momento psíquico e ontológico da constituição humana, cronologicamente localizado no intervalo que abrange dos seis aos dezoito meses da criança, é marcado pela percepção da própria imagem, mediada por alguém que assuma a função materna, no intuito de impelir o indivíduo a *ser alguém*, como pode ser inferido pelo acompanhamento da leitura de Lacan, acerca de seu “Estádio do espelho como formador da função do eu”, em que relata a identificação narcísica do sujeito com sua própria imagem:

Basta compreender o estágio do espelho como uma identificação, no sentido pleno que a análise atribui a esse termo, ou seja, a transformação produzida no sujeito quando ele assume uma imagem (...). A assunção jubilatória de sua imagem especular por esse ser ainda mergulhado na impotência motora e na dependência da amamentação que é o filhote de homem nesse estágio de infans parecer-nos-á, pois, manifestar, numa situação exemplar, a matriz simbólica em que [o eu] se precipita numa forma primordial, antes de se objetivar na dialética da identificação com o

outro e antes que a linguagem lhe restitua, no universal, sua função de sujeito (Lacan, 1998: 97).

Essa demanda dirigida (*seja!*), ao mesmo tempo em que permite a auto-observação segundo uma imagem integrada, uma forma virtualmente completa (gênese da função imaginária), marca a disjunção radical entre o sujeito e o Outro: este percebe, assim, que sua aventura será determinada pela fragmentação, pela descontinuidade. Ao mesmo tempo em que estabelece a possibilidade da identificação do sujeito consigo próprio, pela profusão de imagens, o estádio do espelho também relaciona, por articular a dissimetria, os dois outros registros constituintes da topologia: o simbólico e o real.

Ao registro simbólico coaduna-se, no rastro das inferências já expostas, o estatuto viabilizado pelas leis da linguagem. Se é específico da função imaginária a condição de o sujeito mirar-se a si próprio, no âmbito da ordem simbólica é premente o movimento de ser observado, em uma assunção à lei (às interdições que regulam a entrada nos domínios do simbólico e modulam as regras que estabelecem em que parâmetros serão efetuadas as trocas sociais). Em solidariedade às construções – ideais, posto que imagéticas – provindas do imaginário, a ordem simbólica, *locus* em que se assentam as instituições, faz circular os discursos que determinam o próprio posicionamento do sujeito.

A terceira tópica, que corresponde ao real, traz à cena a instância que subsiste para além do simbolizável, do nomeável. Ao real responderá tudo aquilo que não for passível de mediação por palavras (o simbólico), assim como tudo quanto for refratário a uma identificação via *imago* dos semelhantes, constituindo assim objeto parcial de desejo (o imaginário), no mecanismo ilusório da alteridade. O real é a porção que só se torna inferível a partir do limite imposto pelo simbólico: instância do imprevisível, daquilo que não se inscreve no mundo (o *i-mundo*), do que extrapola a cena. Domínio do caos, do *trauma*, do que irrompe sem aviso prévio.

Cabe, aqui, ratificar a impropriedade do emprego do termo *real* no intuito de denotar as concretudes do mundo sensível, posto que, no sentido lacaniano, o real corresponde à massa amorfa, refratária, por sua própria natureza, às injunções da ordem simbólica. Como falta estrutural, o real, portanto, não se coaduna à idéia de *realidade*.

Pensando-se, ainda, sob a lógica do discurso, não há como se intentar uma noção de sujeito que prescindia da figura do outro. Se há fala, há também a virtualidade de uma interlocução: mais do que isso, o sujeito determinado pela linguagem teria início precisamente nesse fugidio lugar do Outro – a máxima alteridade –, responsável por fazer emergir o primeiro significante (Freitas, 1992a: 54). O marco da alteridade absoluta só poderia emergir como estatuto alheio às interdições, as contradições, em suma, à lei que marca a separação radical. Por tal razão, essa instância é identificada ao inconsciente. O sujeito psicanalítico, fundamentalmente, o será como sujeito do inconsciente: aquele fundado na relação com o desejo do – e em relação ao – Outro. Esse lugar da alteridade plena é também, por excelência, o lugar do gozo: onde há gozo, há *um*. O desejo irrompe como expressão direta de uma falta, esta que marca a divisão fundamental do sujeito, impossibilitado de uma conjunção com o Outro.

Em vista disso, o sujeito falante será ainda *faltante*, clivado em relação ao todo e, por isso mesmo, em renitente busca do objeto para sempre perdido. Como resultante da topologia imaginário – simbólico – real, o sujeito é função da auto-imagem que constrói (e das imagens ideais que projeta, na busca do outro), ao mesmo passo em que, cindido pela falta, emerge à ordem simbólica, em assunção a suas leis de funcionamento. Por isso, esse sujeito é deslizante, evanescente, jamais completo. Compõe-se e recompõe-se no constante entrelaçar de discursos.

No âmbito da emergência das Ciências da Linguagem, cabe ainda sublinhar como essencial o movimento pelo qual a Linguística Geral passou a constituir uma ciência autônoma, conferindo à língua *status* de objeto de estudo. Esse trabalho foi essencialmente desempenhado por Ferdinand de Saussure, ao passo que reivindicou, explicitamente, legitimidade para a pesquisa sincrônica da língua, ou seja, o reconhecimento de sua propriedade em termos de uma organização, um conjunto específico. Cabe ressaltar que tal empreitada, à época (segunda metade do século 19), representava um distanciamento radical em relação à perspectiva historicista, que norteava, sobretudo, a abordagem comparatista. Em consonância com o desenvolvimento das ciências naturais, em uma época dominada pelo princípio do evolucionismo, os comparatistas preconizavam a análise de um suposto nascimento *perfeito* das línguas, assim como a de sua evolução, marcada em essência pelo princípio da degradação ao longo da história. Esse *caminhar para a morte*

que seria próprio às línguas naturais subsume a noção de que os indivíduos adotariam em relação ao código uma atitude utilitarista. Frequentes vezes, ainda sob influência dos ideais românticos, a lingüística histórica buscou uma “origem comum” das línguas, atribuída, então, ao sânscrito, em vista de seu parentesco com algumas línguas européias (Kristeva, 1981: 1999).

Na perspectiva da lingüística geral, que, a despeito dos pontos de concomitância, sucede cronologicamente a abordagem historicista, o estudo não mais responde às noções de história, evolução, mas, fundamentalmente, à de estrutura. Na investigação das condições gerais que regem o funcionamento das línguas, advém a noção de *sistema*: de acordo com a análise saussureana, não seria possível a apreensão, diretamente na experiência cotidiana, dos fatores colocados em jogo por uma língua. Antes, essa leitura deveria ser feita com base na referência aos outros elementos, bem como em função da totalidade. Depreende-se, pois, um caráter relacional e de conjunto: a única realidade possível aos elementos lingüísticos estaria fundamentada nessas relações. Em vista desse caráter organizado da língua, tratar-se-ia, pois, de tanger, nessa organização sistêmica, a ordem e a regularidade que norteiam os elementos.

Em *co-incidência* à noção de sistema, emerge a descrição das unidades elementares desse conjunto, em vista de uma já referida condição valorativa, que se explicita em duas vertentes mutuamente articuladas: a) a unidade lingüística pode ser permutada (evocação de *uma coisa* por outra); b) o movimento que determina essa troca é condicionado por meio de relações que valem igualmente para todos os elementos do sistema. A concepção de signo, que materializa essa unidade elementar, estabelece uma associação entre uma impressão sensorial (imagem acústica) e um conceito, conforme já foi visto. Os desenvolvimentos das teorias saussureanas mostram que o signo é sempre institucional, sendo legítimo para um certo número de usuários. Expressando, ao mesmo tempo, a marca e a falta, o signo articula suas instâncias constituintes: “O significado, diremos tautologicamente, não existe fora de sua relação com o significante – nem antes, nem depois, nem alhures; o mesmo gesto cria o significante e o significado, conceitos que não podem ser pensados isoladamente” (Ducrot e Todorov, 2001: 102).

Em vista da abordagem sincrônica prevista, que orienta as descrições no sentido da composição de um sistema formal, cujo funcionamento seria regulado por leis

determinadas, a lingüística saussureana teve de operar uma separação metodológica de seu objeto de estudo próprio em relação ao campo mais amplo, heterogêneo, da linguagem. Mas tal característica polimorfa, sublinhe-se, não escapa às ponderações do autor:

Tomada em seu todo, a linguagem é multiforme e heteróclita; cavaleiro de diferentes domínios, ao mesmo tempo física, fisiológica e psíquica, ela pertence, além disso, ao domínio individual e ao domínio social; não se deixa classificar em nenhuma categoria de fatos humanos, pois não se sabe como inferir sua unidade (Saussure, 7ª. ed.: 17).

A empreitada em se isolar a língua (nessa perspectiva, compreendida como a parte social, externa ao indivíduo, abstrata) do campo da linguagem denota o local privilegiado que a lingüística reservou à *langue*, em detrimento da *parole*. Ao mesmo tempo em que os trabalhos dessa ciência puderam abrir a perspectiva para o estabelecimento de uma ciência autônoma, com um objeto de estudo delimitado (o que, assim, conferiu à lingüística o papel de piloto das ciências humanas, na época), também apontava para algo que não poderia ser negligenciado, pelo menos dali em diante, no desenvolvimento dos estudos da linguagem enquanto “cavaleiro de vários domínios”: não existe língua em abstrato, ou seja, alienada de sua realização na fala.

A abordagem estruturalista firma-se pela definição dos objetos de estudo uns em relação aos outros (e deles na relação com o todo sistêmico), de forma que algumas de suas relações mútuas não são fundadas em uma natureza individual dos elementos, que, sob essa óptica, não podem ser pensados em vista dos objetos de outros domínios. Antes, a pretensa natureza individual freqüentemente advém como resultado das próprias ligações inerentes ao sistema. As propriedades de cada elemento são, reitera-se, deduzidas a partir dessas relações internas. No campo dos estudos da linguagem – assim como em outros – tal posicionamento epistemológico é calcado sobre a consideração de um primado relativo ao objeto, conforme se pode acompanhar na leitura de Ducrot:

Quando isolamos determinado conjunto de fenômenos para submetê-los a um estudo estrutural, postulamos que suas relações internas podem, ao

menos em parte, deduzir-se umas a partir das outras. Supomos, então, ser possível conferir ao domínio estudado uma certa inteligibilidade, sem que seja necessário abandoná-lo e vinculá-lo a um outro campo de experiência. Tipicamente estrutural, sob este ponto de vista, é o estudo da percepção proposto pela “psicologia da forma” – na medida em que ela recusa descrever e explicar a percepção a partir de um conhecimento prévio do mundo. Essa atitude Merleau-Ponty a designava como a crença no “primado da percepção”. Se quisermos empreender uma pesquisa estrutural em lingüística, faz-se necessário, pois, admitir, no mesmo sentido, um “primado da linguagem”, isto é, uma independência, parcial ao menos, dos fenômenos de que ela é o lugar (Ducrot, 1987: 68).

O pensamento saussureano, dessarte, traz em sua consideração um aspecto irreduzível à ordem lingüística, que não se poderia articular em outro âmbito senão em conformidade à estrutura. Não se considera, pois, o fenômeno da língua em suas variedades contextuais, tangentes à ordem do acontecimento. Para essa nova perspectiva, a língua e o componente social não se dissociam. As palavras – ou ainda, o signo lingüístico – não poderiam ser considerados unidades mínimas da língua em termos de uma abordagem discursiva, em que se leve em conta, de saída, o processo de enunciação de um sujeito que fala a um outro sujeito.

Nesse panorama, são as relações intersubjetivas que compõem o fundamento das teorizações. Um dos indicadores dessa abertura – possibilitada apenas por meio de um olhar de través – no âmbito da lingüística estrutural referir-se-ia à discordância saussureana quanto ao caráter de degradação das línguas (conforme a terminologia dos comparativistas), devido às transformações nela introduzidas pela fala. Para Saussure, essas modificações seriam explicadas em vista da função própria da língua – a de comunicar –, sem colocar em risco o caráter organizado, sistêmico do código. Mas ocorre que tal componente sistêmico só pode existir, repita-se, abstratamente, para alguém de um processo de comunicação.

Pensando-se em tais articulações no âmbito específico desta pesquisa, sobrevém a necessidade de circundar a emergência da língua nos processos vivos da comunicação, o

que se torna viável em termos de uma abordagem discursiva, inicialmente no sentido a que se refere Kristeva:

O discurso implica primeiro a participação do sujeito na sua linguagem através da fala do indivíduo. Utilizando a estrutura anónima da língua, o sujeito forma-se no discurso que comunica ao outro. No discurso, a língua comum a todos torna-se o veículo de uma mensagem única, própria da estrutura particular de um determinado sujeito que imprime sobre a estrutura obrigatória da língua uma marca específica, em que se marca o sujeito sem que por tal ele tenha consciência disso (Kristeva, 1981: 21).

Latente nessas formulações da pensadora búlgara, o viés da constituição de um sujeito na medida em que se realiza na fala, apoiando-se em elementos canônicos (“a estrutura anônima da língua”), está a concepção de enunciação, sobretudo conforme preconizada por Émile Benveniste, a quem são devidos os trabalhos inaugurais na estruturação dos estudos enunciativos, ainda que a referência ao termo tenha sido empregada sistematicamente em lingüística a partir das formulações de Charles Bally, conforme sublinham Charaudeau e Maingueneau (2004: 93).

Ao qualificar esse estatuto como a colocação em funcionamento da língua por meio de um ato individual de utilização, Benveniste empreende também um ideário acerca da constituição da subjetividade na linguagem, posicionamento que, em certa medida, é compartilhado por Anscombe e Ducrot (1976: 18): “A enunciação será para nós a atividade de linguagem exercida por aquele que fala, no momento e no lugar em que fala” (mas também, como é possível depreender no desenvolvimento das teorizações, por aquele que escuta, no momento e no lugar em que escuta).

2.2. As teorias da Enunciação

Assumindo-se inicialmente as formulações de Benveniste acerca da enunciação, é possível que se depreenda, graças à inscrição de um sujeito falante no sistema da língua, a possibilidade de se fundar uma relação de actorialidade, imbricada às dimensões do tempo e do espaço. Servindo-se dos cânones, das formas estabilizadas, mas também imprimindo à estrutura algo de original (uma vez que a enunciação pode ser compreendida como um acontecimento histórico, único a cada vez), o indivíduo investe-se de uma autoridade para que possa advir como *eu*, nas dimensões temporais do *aqui* e do *agora*. Os processos de referencialização a serem depreendidos quando da análise do processo (apenas destacáveis em vista das marcas lingüísticas presentes no enunciado, como será explicitado) consideram como base a situação específica de enunciação: a co-ocorrência ou mesmo o distanciamento às categorias de pessoa, espaço e tempo. Sobre esse estatuto, exemplifica-se que as noções de passado ou de futuro são definidas como tais em função do presente da enunciação, como anterioridade e posterioridade, respectivamente, em relação ao citado marco temporal.

Em vista de sua natureza como ato, a enunciação é da ordem do inefável, do impalpável. Dela são depreensíveis os vestígios por meio da materialidade constituída pelo enunciado; essas instâncias, entretanto, são indissociáveis e, naturalmente, interdependentes: o enunciado não está assentado no *absoluto* – em um duplo movimento, tem como ancoragem a própria enunciação. Kerbrat-Orecchioni (1980: 28), ao postular as necessidades em se empreender uma lingüística da enunciação, sublinha, entretanto, a premência de, em lugar de um “enunciado acontecimento” (em sua análise, exterior ao indivíduo que o produz), falar-se em um “enunciado objeto fabricado”, em que o sujeito falante se inscreva em seu próprio discurso, ao mesmo tempo em que o faça em relação ao *outro*.

Benveniste, nessa esteira, confere papel privilegiado ao sujeito falante na dinâmica da enunciação, uma vez que se ocupa em descrever e analisar os expedientes pelos quais

esse sujeito pode se apropriar do aparelho formal da língua para fazer valer seu posicionamento. A subjetividade, ela própria, seria a possibilidade de o locutor firmar-se enquanto sujeito, no interior do enunciado. É, pois, na dinâmica da linguagem, que emerge esse fundamento: *eu* só se constitui como tal por meio de um ato individual de fala, *eu* só se pode tornar *eu* na medida em que se enuncia. A categoria de pessoa refere-se a um construto de linguagem responsável pela instalação de um sujeito, este convertendo-se em ponto de referência para que as categorias de espaço e tempo possam, igualmente, ser postas em perspectiva.

A conformação da subjetividade prevê, inerentemente, o aspecto da reversibilidade: a qualificação de um *eu* só se estrutura enquanto tal pelo fato de que existe uma instância que disjunge do sujeito, projetando no enunciado um *não eu* (e, por conseguinte, as respectivas configurações de espaço e de tempo). Enunciar-se como *eu* pressupõe também a potencialidade de se interpelar um *tu*. A acepção benvenistiana abre, assim, um precedente para que se coloque em perspectiva a relação sujeito – outro, na gênese do processo enunciativo:

Enquanto realização individual, a enunciação pode se definir, em relação à língua, como um processo de apropriação. O locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor por meio de índices específicos, de um lado, e por meio de procedimentos acessórios, de outro. Mas imediatamente, desde que ele se declara locutor e assume a língua, ele implanta o outro diante de si, qualquer que seja o grau de presença que ele atribua a este outro. Toda enunciação é, explícita ou implicitamente, uma alocução, ela postula um alocutário (Benveniste, 1989: 84).

As marcas que fazem remissão às categorias fundamentais a esse processo (actante, tempo e espaço) são detectáveis por meio dos índices que remetem ao estatuto enunciativo: os pronomes, os especificadores de pessoas e tempos verbais, os modalizadores, os marcadores espaço-temporais, assim como as diferentes indicações de discurso reportado, tanto no âmbito explícito (as aspas, os itálicos), como no âmbito tácito (a paráfrase, a ironia

etc.). Esse percurso não apenas sinaliza para a pertinência de um indivíduo que se converte em actante – por *dizer* eu – mas também leva em conta um narrador implícito que se mostra suficiente para delegar voz, instalando outras instâncias actanciais no processo:

A enunciação permite que todo ser, num proceso de personificação, torne-se enunciador e instaure como enunciatário, bastando para isso que se dirija a ele qualquer outro ser, concreto ou abstrato, presente ou ausente, existente ou inexistente. A enunciação tem o poder de convocar aqueles a quem diz tu e instaurar como pessoa aqueles a quem dá a palavra (Fiorin, 2002: 42).

Insiste-se, ao se pontuar diferentes acepções acerca do jogo enunciação-enunciado, na emergência de um estatuto que será de fundamental importância às questões que se apresentam neste trabalho: a configuração do sujeito em vista do outro, na dinâmica locutor-alocutário. Os desenvolvimentos teóricos, aqui, apresentar-se-ão de forma a mostrar (quando das ponderações acerca das teorias de análise do discurso), a relevância da noção de alteridade como constituinte não apenas dos sujeitos que enunciam, mas, ainda, da própria materialidade discursiva que se constitui, fundamentalmente, em heterogeneidade. Por ora, será dada seqüência à explanação sobre os componentes do quadro enunciativo, à luz das marcas que denunciam a instalação dos sujeitos no enunciado.

Quando Antoine Culioli vem explicitar o que chama de “algumas contradições em lingüística” (1973), em leitura crítica aos estudos estruturalistas, pondera que, devido às próprias condições da enunciação, esta só poderia ser compreendida enquanto acomodação intersubjetiva. Nesse paradigma, é pertinente que se fale, pois, em uma *coenunciação*, donde a referência à construção do sentido nos textos, em virtude da atividade significativa do par locutor-alocutário, em vista de um contexto, um conhecimento partilhado. “A linguagem é um sistema”, ressalta o teórico, “porém, um sistema aberto” (1973: 87).

A operacionalização segundo a qual um enunciado pode se ancorar em sua situação de enunciação consiste no processo de embreagem; os elementos que marcam essa empreitada recebem o nome de embreantes, em tradução para o francês do termo *shifter*, empregado por Roman Jakobson. Há ainda a possibilidade de se falar em dêiticos ou em elementos indiciais. Essas materializações denotam as referencializações de actorialidade,

tempo e espaço, sempre em vista da enunciação. Por esse motivo, os embreantes de pessoa são constituídos, via de regra, pelas derivações pronominais que indicam a primeira e a segunda pessoas: eu, tu, nós, vós, meu, minha, teu, nosso, vosso, seu (este último em função discursiva – não gramatical – que o torna correspondente ao pronome “você”). Aqueles que se referem ao tempo correspondem às marcações de presente, passado e futuro acrescidas aos verbos, bem como aos advérbios e locuções adverbiais da sorte de: ontem, amanhã, daqui a um mês, há dois anos (sempre levando-se em conta, reitere-se, o marco temporal da enunciação). Menos numerosos, os embreantes de espaço seguem a mesma lógica da referencialização: a partir do *aqui* – espaço da coenunciação por excelência –, derivam-se: lá, acolá, adiante etc.

Como elementos estruturais da situação enunciativa, os embreantes apresentam uma característica de constância, mas, ao mesmo tempo, são mutáveis (objetivamente), no interior de cada um desses atos, em vista do caráter de acontecimento, que é tangente à enunciação: “Um embreante tem um significado estável (*eu*, por exemplo, designa sempre aquele que fala), mas caracteriza-se pelo fato de que seu referente é identificado em relação ao ambiente espaço-temporal de cada enunciação particular onde ele se encontra” (Maingueneau: 2004, 110).

Deve-se considerar, igualmente, a existência de enunciados engendrados em não conformidade à situação enunciativa. Chamados de não embreados, eles se estruturam segundo um apagamento dessas referências, que, em lugar de remeterem ao plano da enunciação, buscam tais identificações em elementos do próprio texto (aqui entendido como materialidade significativa forçosamente estabilizada). Uma vez que pertencem, evidentemente, a um universo de comunicação, esses enunciados têm enunciador e coenunciador, porém são erigidos como que de maneira autônoma, em privilégio do sistema enuncivo – não do enunciativo –, ao passo em que se fixam segundo as referências do *não eu, não aqui, não agora*. O ponto de vista que deriva do emprego do sistema enuncivo trabalha para construir um efeito de distanciamento, objetividade, como se o discurso enunciasse a si próprio.

Para retomar a perspectiva benvenistiana, referiu-se à embreagem como a maneira pela qual, segundo o emprego de uma referencialização específica (materializada pelo próprio funcionamento dos embreantes como ancoragem à situação de enunciação), tanto o

locutor quanto o alocutário são inscritos na materialidade discursiva. Outras formas de se tanger essa presença que não pela referencialização dêitica dizem respeito àquilo que o lingüista francês denomina procedimentos acessórios. Como exemplos, apresentam-se as modalizações e as escolhas léxicas.

A modalização, podendo ser entendida como uma das dimensões da enunciação, designa a atitude do sujeito falante em relação ao interlocutor, assim como ao seu próprio enunciado. Duas vertentes principais emergem, quando da descrição das modalidades. A que se refere ao âmbito da semiótica narrativa (Greimas e Courtès, 1979), é fundada sobretudo à luz das competências dos sujeitos: nesse âmbito, correspondem às modalidades do *poder*, do *saber*, do *crer*, do *dever*, do *querer* etc. Existem, ainda, as modalidades aléticas (que, denotando as formas segundo as quais um enunciado pode ser recoberto segundo os valorativos *verdadeiro* ou *falso*, expressam necessidade, possibilidade, contingência) e as deônticas (referentes às formas de conduta, expressam prescrição, facultatividade, interdição)⁸. Na perspectiva lingüística, destacam-se as formulações de Culioli (1990), segundo as quais as modalidades são arroladas quanto aos universos: afirmativo, negativo, injuntivo; certo, provável, necessário; apreciativo, depreciativo; e pragmático, referente ao modo alocutório, prevendo uma atitude persuasiva a fim de que o alocutário desempenhe determinada atitude (Charaudeau e Maingueneau, 2004: 335).

As escolhas lexicais também denotam uma aceção valorativa por parte do locutor. Ainda de forma mais abrangente, constituem indícios de verdades ideologicamente construídas, uma vez que se fazem identificar a determinada formação discursiva e não a outra. Nesse aspecto, dir-se-á que a força do que é dito materializa-se sobretudo em vista daquilo que não o é. Tal aceção, fundamental para a investigação a respeito dos efeitos de sentido, na perspectiva da Análise do Discurso, será desenvolvida adiante.

Em vista do que foi exposto, pondera-se que uma abordagem da enunciação unicamente baseada nas materialidades do processo (pelo levantamento estrito das referências postas em jogo: embreantes, modalizações, escolhas léxicas) pode denotar um risco de se intentar uma abordagem cujo procedimento em certa medida formalista torne a análise apartada do viés do acontecimento. Tal perspectiva, adiante-se, desconsideraria uma

⁸ Ver as formulações de Meunier acerca de “modalidades de enunciação” e “modalidades de enunciado” (cf. Charaudeau e Maingueneau, 2004, p. 355-356).

das propriedades centrais da enunciação discursiva: a de que, tendo como base a relação eu-outro (não só em termos de pessoalidade, mas ainda na tensão entre identidade e alteridade no interior dos processos de discurso), a aparente transparência da materialidade lingüística, ordenada em vista de um efeito de estabilização, é realmente da ordem da opacidade, conforme diz Jacqueline Authier-Revuz, tangendo a metaenunciação (processo pelo qual, ao mesmo tempo em que se realiza, a enunciação se auto-avalia, corrigindo-se, justificando-se, antecipando equívocos interpretativos, de forma a reafirmar o pacto fundamental com a instância de coenunciação):

Para além do “eu” do “aparelho formal da enunciação”, que, designando o sujeito da enunciação nessa mesma enunciação, permite-lhe, conforme a análise de Benveniste, constituir-se como tal, o conjunto das formas (...) da metaenunciação opacificante, outro registro do “homem na língua”, não pode ser considerado como o que, descrevendo a enunciação – e seu sujeito – nessa mesma enunciação, permite-lhe configurar-se, assegurar-se uma imagem, “preservada” (conforme o contorno que lhe desenha a linha recortada dos segmentos opacificados) sobre o jogo incessante e irrepresentável das heterogeneidades através do qual ela se realiza? (Authier-Revuz, 2001: 27).

Parece coerente, pensando-se nas afluências desse percurso, introduzir as contribuições de uma vertente teórica em cujo desenvolvimento as questões relativas à alteridade, ao efeito de transparência em vista de uma opacificação constituinte e ao princípio central da heterogeneidade apresentem formulações para se tanger os estudos das atividades de linguagem. Tais propostas permitiriam interpretar os processos que se coadunam para que os sentidos possam ser construídos na língua, não apenas sob a óptica de seu funcionamento, mas também sob a forma com que os sujeitos e os enunciados em circulação são afetados e constituídos pelos referidos princípios. Advêm, assim, as perspectivas da Análise do Discurso de orientação francesa.

Antes de se proceder ao detalhamento dessas teorizações, crê-se pertinente sublinhar que muitos dos desenvolvimentos das teorias da Enunciação puderam ser realocados (ou

mesmo estruturados) em vista das derivações da Análise do Discurso (e vice-versa). Com efeito, as convergências por vezes mostram bem pouco produtivas – é o que ocorreria no âmbito deste trabalho – as homocategorizações, a separação estanque entre as duas correntes. Dentre outros, podem ser explicitados os estudos de Oswald Ducrot, pensando-se na abordagem polifônica sobre a enunciação, e de Jacqueline Authier-Revuz, que, ao empreender um abrangente trabalho acerca das heterogeneidades, dialoga com a perspectiva clássica das teorias enunciativas, sem, entretanto, negligenciar algumas das conquistas mais importantes da Análise do Discurso, em uma auto-referencialização constante entre a estrutura e o acontecimento.

2.3. A Análise do Discurso

A tentativa de se tanger um marco inaugural da Análise do Discurso é sempre precária, em vista de duas variáveis principais. Primeiramente, a convergência de elementos de correntes teóricas distintas dilui as pretensões de se fixar fronteiras para a acomodação desse campo do conhecimento. Em segundo lugar, uma parte das investidas que se amalgamaram para compor a teoria apresentou-se como retomada, releitura de antigas práticas analíticas sobre os textos, a exemplo da retórica, da filologia e da hermenêutica.

A primazia do uso do termo “análise do discurso”, em todo caso, é comumente atribuída ao lingüista ucraniano – naturalizado estadunidense – Zellig Harris, graças ao artigo *Discourse Analysis*, datado de 1952. O trabalho propunha a extensão dos procedimentos da lingüística distribucional aos enunciados, afastando-se de uma análise propriamente conteudística (Orlandi, 2000: 18). Ocorre, entretanto, que as interpretações eram empreendidas unicamente na superfície dos próprios enunciados, para ele associados à idéia de discurso. A característica da imanência, assim como a do isomorfismo, não eram alteradas: o pesquisador aplicava o mesmo método entre as unidades menores e maiores, de forma que o discurso era antevisto como uma frase mais longa.

A relação ao contexto, à situação de produção, começa a ser delineada com os estudos de Michel Pêcheux⁹, que expressam a preocupação em abstrair a dimensão do

⁹ Em relação ao desenvolvimento “cronológico” aqui referencializado, ver: PÊCHEUX. *A análise do discurso, três épocas*. In: Gadet e Hak (1997).

discurso como um estatuto indissociável da tessitura da língua, mas também indissociável da tessitura das relações sociais.

O início das teorizações de Pêcheux, entretanto, não passa ileso a uma conjuntura – a França dos anos 1960 – em que preponderavam as idéias estruturalistas. Chamado, assim, de “análise automática do discurso” (AAD), esse trabalho instrumentaliza a investigação por meio da seleção de classes de enunciados, postas em uma dinâmica inter-relacional. Isso significa que as questões tangentes à enunciação eram, basicamente, desconsideradas. Os procedimentos homogeneizadores da abordagem harrisiana eram, pois, incorporados para viabilizar a referida análise automática.

Mesmo que, no âmbito da operacionalização, os procedimentos fossem ainda orientados por uma concepção monológica, preocupada em focalizar discursos doutrinários (posto que construídos sob o efeito da estabilidade), o substrato teórico da Análise do Discurso, desde o princípio, pauta-se por uma recusa em interpretar o estatuto da língua – assim como a materialização de um sujeito – sob o prisma da unicidade, da homogeneidade:

Essa tomada de posição estruturalista que se esfuma depois da AD-1 produz uma recusa (que, esta, não vai variar da AD-1 à AD-3) de qualquer metalíngua universal supostamente inscrita no inatismo do espírito humano, e de toda suposição de um sujeito intencional como origem enunciativa de seu discurso (Pêcheux, in Gadet e Hak, 2001: 311).

Pêcheux leva em consideração o estatuto sistêmico da língua, mas relativiza as teorizações formalistas, aludindo à impossibilidade de uma reflexividade absoluta entre signo, referente e homem. No âmbito do materialismo histórico, com a leitura da teoria das ideologias de Louis Althusser, preconiza-se a idéia de que há um real da história não acessível ao indivíduo, uma vez que ele se engendraria enquanto sujeito na medida em que, de fato, estaria *assujeitado* por ideologias que garantiriam a permanência das relações de produção. Na imbricação com a psicanálise, baseada na releitura lacaniana das formulações de Freud, alude-se à assunção do indivíduo a uma ordem simbólica que o constitui enquanto sujeito, precisamente porque funda uma ordem social regida por marcos

reguladores das trocas próprias à vida em sociedade. Um sujeito só se constituiria enquanto tal segundo essa lei – e em relação a outros sujeitos.

A perspectiva que marca a segunda fase da Análise do Discurso, como reflexo da referida sistematização que articula a lingüística, o marxismo e a psicanálise, preconizava a emergência de determinantes exteriores à superfície dos enunciados. Sobrevém, assim, a percepção de que as relações entre as máquinas discursivas (e não a estrutura fechada) é que deveriam se constituir enquanto objeto de análise. E é pela referida relação que se começa a depreender uma assimetria inerente ao processo – assimetria que é expressa pela disparidade de forças entre os discursos, ou pela composição de elementos que exercem influência desigual, não uniforme, uns sobre os outros. Reestruturando a noção foucaultiana (1969/1986) de “formação discursiva”, Pêcheux observa que todo agrupamento social é regido por construtos que respaldam posicionamentos ideológicos. No interior dessas formações, haveria uma tensão motivada pelas relações de dominação, aliança ou embate.

O componente ideológico seria responsável por interpelar os indivíduos, assujeitando-os, de forma a fazê-los assumir determinadas posições em dada configuração social. As formações discursivas, dessarte, validariam as formações ideológicas ao regular o “que pode e deve ser dito (...), a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada” (Haroche, Henry e Pêcheux, 1971: 102). A formação discursiva seria, pois, o lugar em que os enunciados seriam retomados, rearticulados, em uma renitente busca pelo fechamento de seus limites, como forma de se preservar uma identidade.

A essas acepções vem se sobrepor, no entanto, a impossibilidade de um fechamento estrutural das formações discursivas, visto que a relação assimétrica entre as diferentes manifestações – bem como delas com o exterior – inviabilizaria uma pretensa acomodação. Constantemente atravessada por elementos de outras formações, a relação estrutura-se sob a égide da polêmica. O caráter de insistência da alteridade face à identidade torna precário o intuito de se conceber a formação discursiva como um estatuto original, adâmico.

É o próprio Pêcheux quem explora, posteriormente, a *falência* da noção de formação discursiva enquanto uma estrutura hermética. A idéia de pré-construído, desenvolvida a partir de 1975, identifica-se às marcas, no enunciado, de um ou vários enunciados anteriores. Relativizando a oposição deliberada entre interior e exterior das formações discursivas, ganha força a idéia de interdiscursividade, enquanto a imbricação (e,

efetivamente, a auto-referencialização) de diferentes discursos em um interior discursivo. Eis o mote da terceira etapa do desenvolvimento das teorias de Análise do Discurso – a chamada AD-3 (Pêcheux, *in*: Gadet e Hak, 2001).

A abertura da concepção de formação discursiva, que ora deixa de ser configurada conforme uma *ilha* para aceitar a presença inexorável do outro – como elemento constituinte da própria identidade discursiva – faz arejar a teoria, em vista de abordagens que dimensionam a inscrição, no segmento do discurso, da própria exterioridade discursiva. Derivam daí posicionamentos que sustentam a primazia do interdiscurso; nessa abordagem eminentemente relacional, a propriedade de um discurso só pode ser conferida no âmbito de uma referencialização com outros discursos – e não sob a iniciativa de se pensar em sua gênese como um movimento autônomo, independente, para, apenas posteriormente, serem colocados em relação (estratégia que fundamentou a primeira fase da Análise do Discurso).

Tal deslocamento epistemológico, que qualifica o outro como condição fundamental para a emergência e para a validade da prática discursiva, torna bastante fértil o terreno dos estudos lingüísticos, no sentido de articular as idéias de Mikhail Bakhtin acerca do dialogismo e da polifonia. A estruturação dos discursos não mais estaria subordinada ao crivo do uno, do monovocalizante; ao contrário, a emergência desse estatuto traria como fundamento a vocação do entrecruzar de vozes para constituir o discurso.

As formulações teóricas que subsidiam essas acepções emergem no âmbito da Filosofia da Linguagem. Instâncias interdependentes, a polifonia é engendrada a partir das diversas vocalizações que atravessam a manifestação discursiva (uma vez que ela própria se configura como a materialização das forças em oposição na sociedade, segundo o viés bakhtiniano). A polifonia é, portanto, associada ao nível do enunciado. Já o dialogismo advém em um duplo movimento: o primeiro volta-se à relação de um discurso com seu exterior constitutivo, assim como com outros discursos (Brandão, 2004) – o que, genericamente, é identificado à noção de interdiscursividade. O segundo é baseado na relação antevista com o discurso do alocutário.

Sob esse prisma, o dialogismo poderia ser qualificado segundo um componente estrutural da prática discursiva, em vista de uma tendência pontual, localizável (devido a sua materialização no tecido do enunciado), que tange a polifonia.

Cabe sublinhar que mesmo os enunciados que se estruturam por meio de uma forte tendência monovocalizante, a exemplo das manifestações autoritárias, não prescindem do componente dialógico. O alto grau de constrangimento que modula essas expressões instaura a ausência (por si só, fecunda em sentido) daquilo que emerge como *não dito*: o avesso do discurso.

Após essa descrição sumária a respeito das etapas de estruturação da Análise do Discurso (que somente em vista de critérios ilustrativos pode justificar o esquematismo e a maneira demasiadamente *estanque* conforme se apresentou), torna-se viável o trabalho de retomar algumas das posições centrais à teoria. Inicialmente, cabe examinar os domínios a partir dos quais ela encontrou seu espaço de construção.

No que se refere à lingüística, é relevante o deslocamento em relação aos estudos estruturalistas, primeiramente em vista da oposição língua-fala. O discurso não poderia ser identificado à fala (como contraponto do código sistêmico), porque seu funcionamento traria à cena as imbricações do componente social com o histórico, do subjetivo com o objetivo, enfim, do sistema com sua realização, não se tratando, assim, de uma oposição entre as categorias. Para essa perspectiva, não haveria apartamento entre a língua e o discurso, quando muito, uma relação de recobrimento: a língua seria a materialidade que torna possível falar-se em discurso. E este, veículo por excelência da ideologia – que trabalha de forma a produzir evidências, como se o processo comunicacional que garante a interação entre os sujeitos fosse da ordem da transparência (e não o resultado das tensões sociais). A ideologia opera, pois, a engenharia do apagamento no processo de articulação das identidades. Dessa maneira, a Análise do Discurso vai trabalhar as articulações língua-discurso-ideologia. Por outro lado, a lingüística geral, ao introduzir a noção de sistema, fornece o substrato a partir do qual é possível pensar na língua como uma ordem própria. Essa abertura constitui um dos pontos que os estudos do discurso levam em consideração para pensar o código conforme a característica de não transparência, noção que encontra maior respaldo pelo viés de a lingüística estrutural tratar seu objeto de forma abstrata, fora do espaço de realização (Orlandi, 2000).

Da psicanálise, tornam-se caras à Análise do Discurso as referencializações sobre o sujeito constituído como uma topologia, conforme já denotado. Essa vertente encara a ideologia como materialmente relacionada ao inconsciente. Por isso, o funcionamento

ideológico dissimularia o fato de que as identidades construídas seriam resultantes de um processo em que o sujeito, longe de ser a origem incondicional do que diz, só pode ser entendido como tal por ocupar uma posição, não tendo acesso direto à exterioridade que o interpela. E esse lugar que ocupa seria viabilizado em vista das construções imaginárias, que “produzem imagens dos sujeitos, assim como do objeto do discurso, dentro de uma conjuntura sócio-histórica” (Orlandi, 2000: 40).

Na perspectiva althusseriana (1974), em cuja leitura a Análise do Discurso francesa encontrou respaldo para se estruturar (tendo em vista que o interesse inicial da teoria voltava-se ao trabalho com textos do campo da política como instituição), é exposto, inicialmente, o funcionamento da ideologia como uma imbricação entre os aparelhos repressivos (polícia, sistema judiciário, formas de administração governamentais) e os aparelhos ideológicos (família, religião, cultura) do Estado para garantir, de forma objetiva ou não, que a classe dominante permanecesse exercendo controle sobre a classe dominada. Na seqüência, é empreendida uma análise da interdependência das instâncias ideológicas nas esferas geral (do Estado) e particular (do indivíduo), para demonstrar como ocorre a interpelação dos sujeitos, na medida em que são inseridos em ordens regulamentadas pelos aparelhos ideológicos. A própria constituição da subjetividade, depreende-se, seria o efeito ideológico preponderante.

A conceituação de formação discursiva é estreitamente ligada às questões que acabam de ser formuladas: afastada em definitivo a idéia de transparência da linguagem, pode-se inferir que as palavras teriam alterados seus sentidos em termos da posição daqueles que as empregam – e essas posições, reitera-se, derivam das formações imaginárias. A formação discursiva advém, então, como um princípio de estabilizações (donde “o que pode e deve ser dito, em determinada conjuntura”). As palavras não teriam sentido em si mesmas. Este emanaria das formações discursivas em que se inscrevem os sujeitos e os discursos que (os) realizam (Foucault, 2002). Por meio das formações discursivas, o analista consegue depreender as regularidades que imprimem ao discurso um princípio de identidade (quando ele é fundamentalmente heterogêneo). Por essa razão, o sentido – instância que move as investigações a que se propõe a análise do discurso – é sempre uma construção da ideologia.

As formações discursivas teriam a faculdade de promover a estruturação do espaço social por meio das diferenciações discursivas (Achard, 1995: 84). Sublinha-se, no entanto, que os limites não são fixos: pelo princípio da interdiscursividade (e a despeito das operações de homogeneização), as formações discursivas configuram-se e reconfiguram-se nas próprias relações mútuas que se estabelecem no processo de funcionamento da linguagem.

O materialismo histórico, finalmente, vem completar o tripé teórico que serviu de base para a análise do discurso. Nesse contexto, novamente as articulações da ideologia, emanadas do pertencimento dos indivíduos a determinadas classes sociais como determinante à posição que fazem ocupar como sujeitos, são retomadas. Tendo em vista a constituição do homem em sua história, emergem as implicações relativas às condições de produção dos dizeres. Em sentido estrito, esse estatuto refere-se ao contexto imediato do processo comunicacional, pensado, pois, nos termos da enunciação. Há que se ressaltar, no entanto, a diferença em relação às formulações clássicas da teoria, uma vez que, para a análise do discurso (em vista das ponderações explicitadas), não haveria como se considerar uma aceção fracamente subjetivista da linguagem. É também por isso que, de forma mais ampla, as condições de produção englobam o contexto sócio-histórico, ou seja, as conformações estabelecidas por um processo simbólico, institucional. Para a Análise do Discurso, a língua só se configura como tal em vista de construir sentidos – e, para isso, deve se inscrever na história.

Se algo, assim, *faz sentido*, isso ocorre em vista de uma retomada. Existe um saber anterior, pré-construído, que possibilita o dizer: a memória discursiva (Brandão, 1998). Ela constitui uma rede de filiações, de *já ditos* que são convocados, ainda que essa articulação não se estruture em termos explícitos ou conscientes, no momento mesmo do dizer. Os sentidos não são, assim, imediatos, mas convocados em cada formulação. Pelas determinações da memória discursiva, a língua historiciza-se: cada ato de fala pressupõe, fundamentalmente, uma atividade interpretativa, no sentido de que, no estabelecimentos dessas materialidades, concorrem as formas lingüísticas próprias de cada enunciado, assim como as relações contextuais (de natureza lingüística e não-lingüística) e cotextuais (retomadas a partir de elementos anteriores, presentes no texto). A despeito disso, o sentido aparece como se fosse uma evidência (e uma unidade) *desde sempre lá*.

Conforme já denotado, esses efeitos de sentido, em ampla medida, são produzidos à revelia de uma consciência do sujeito, afetado que é, no âmbito da Análise do Discurso, pelo real da língua e pelo real da história. As articulações da memória fazem com que todo discurso seja, em fundamento, interdiscurso, em vista das formulações que, tendo já sido postas em circulação, são retomadas no dizer. Daí deriva que somente uma parte desse dizer é acessível aos sujeitos: mesmo aquilo que ele não fala adquire significação em suas palavras (Orlandi, 2000). As determinações da memória discursiva operam em dois âmbitos solidários: o institucionalizado, correspondente aos discursos que têm função de arquivo, de forma a amplificar e a reiterar constantemente o posicionamento das instituições sociais (em razão disso, sua circulação é mais facilmente depreendida do que a do outro estatuto); e o constitutivo, referente, então, ao interdiscurso.

Por meio da noção de efeito constitutivo de memória, é possível compreender em que medida a idéia de transparência torna-se problemática à Análise do Discurso. Essa ilusão viabiliza-se apenas na ordem das remetências de uma palavra, um discurso, a determinadas formações discursivas. É esse o mecanismo que respalda a designação de uma *coisa* por uma palavra, como se fossem duas ordens aderentes. A ideologia faz *colar* as palavras e as coisas, segundo um princípio de estabilização dos discursos.

Tal processo, no entanto, é posto em perspectiva segundo uma dupla operação de esquecimento (Pêcheux, 1975). Por um lado, esse apagamento diz respeito (de maneira mais ampla) às estratégias ideológicas, coadunadas na Análise do Discurso segundo as atividades do inconsciente (Orlandi, 2000). Provêm daí as ilusões sobre a origem do sujeito em relação aos materiais discursivos que produz, como se essas questões não fossem determinadas pelo modo como os próprios sujeitos, ao serem afetados pela língua e pela história, ocupam determinadas posições. Por outro lado, concorre um “esquecimento localizado”, de ordem enunciativa. Este, semi-consciente, opera na ordem da ilusão de referencialidade inerente aos discursos, como se *aquilo que é dito* só pudesse, de fato, ser dito de determinado modo. Ocorre, entretanto, que as línguas, pensadas sob o prisma da construção de sentidos, são metafóricas por excelência (entendendo-se, aqui, o sentido de *metaphora* como transferência): não é possível falar-se em literalidade, em vista também do interdiscurso, mas em um jogo de desvios, de refrações, na tomada de uma palavra por

outra. A adoção de determinada forma sintática diz algo sobre *como* significa, pelo modo de dizer (Orlandi, 2002: 35).

Torna-se essencial referencializar que os processos de esquecimento representam condições imprescindíveis para que os indivíduos possam se constituir em sujeitos, ingressando na ordem de filiação de sentidos. O esquecimento não é acessório ou voluntário, mas estruturante. Por meio dele, é possível pensar-se em uma subjetividade, não mais relacionada à unicidade ou à preponderância do *eu* enquanto origem do que diz, mas em vista de se conferir regularidades ao discurso, remetendo-o a determinadas formações discursivas, na esfera da constituição de sua identidade – assim como a do próprio sujeito. Os dispositivos de Análise do Discurso, por seu turno, trabalham para detectar essas relações, desvelando as estratégias empregadas em vista dos efeitos de referencialidade e transparência. É nesse sentido que se trata de perceber no texto, como objeto simbólico, os fios condutores articulados pelo discurso em nome de uma “vontade de verdade” (Foucault, 2002). Enquanto unidade construída, o texto expressa uma coerência, ou mesmo uma estabilidade. Como estrutura que se dá à análise, entretanto, traz latentes os indícios da presença da não coincidência, da dispersividade (no sentido de mudança de lugar, de não permanência), da remetência contínua a seu exterior (visto como constitutivo).

Cabe, então, sublinhar a pertinência de estudos específicos que tratam das questões da heterogeneidade discursiva. Como já referencializado, essas ponderações são localizáveis, ainda que não de forma exclusivista, nos desenvolvimentos teóricos do que se convencionou chamar, à luz de Pêcheux, a terceira fase da Análise do Discurso. Ao incorporar de forma central um estatuto que já era insinuado desde os primórdios desse pensamento, a investigação volta-se a analisar a emergência da alteridade nos discursos, seja de forma explícita (quando possível), seja em termos de uma condição constitutiva.

Tributária do pensamento bakhtiniano, essencialmente no que tange o dialogismo próprio à gênese do discurso, Jacqueline Authier-Revuz redimensionou os estatutos do dialogismo e da polifonia estruturando formulações acerca das heterogeneidades enunciativas. Instala-se no bojo dessa abordagem a problemática de como os discursos se relacionam com seu exterior, na própria dinâmica de sua constituição. Sob a premissa de que o já dito – desde sempre dito – sobrevém na trama do discurso, a questão da heterogeneidade coaduna-se à busca pelo lugar do outro, no intuito de mostrar as

estratégias sob as quais são empreendidas uma negociação com a alteridade, de forma de destacar o próprio âmbito da identidade discursiva. Essa perspectiva teórica é reiterada inclusive como ponto de partida epistemológico para a empreender o estudo a que Authier-Revuz se propõe:

(...) Quaisquer que sejam as precauções tomadas para delimitar um campo autonomamente lingüístico, num domínio como o da enunciação, o exterior inevitavelmente retorna implicitamente ao interior da descrição e isto sob a forma “natural” de reprodução, na análise, das evidências vivenciadas pelos sujeitos falantes quanto a sua atividade de linguagem. Assim, é explicitamente que eu gostaria de não recorrer a abordagens que, do exterior da lingüística, seduzidas irreversivelmente pelas evidências narcísicas do sujeito fonte e senhor de seu dizer, para recorrer a um exterior pertinente para o campo lingüístico da enunciação, a fim de poder trabalhar neste campo sem participar da “operação de salvamento do sujeito” que P. Kuentz denunciava há dez anos (Authier-Revuz, 1990: 25).

Authier-Revuz preconiza, então, duas séries de heterogeneidades que modulam a gênese dos discursos. A primeira, especificada como *constitutiva*, remonta à noção bakhtiniana sobre o dialogismo, ou seja, à dinâmica própria da constituição dos discursos como produto de inerdiscursos. Na base dessa formulação, reside o estatuto segundo o qual um discurso adâmico, fundador, sobrevém como intangível. Na égide de uma dialogização interna, nenhuma composição é isenta a formulações já circulantes.

O âmbito da heterogeneidade mostrada situa-se nas formas de negociação do sujeito com a heterogeneidade constitutiva do discurso. É precisamente onde há a colocação explícita das manifestações do interdiscurso, seja de forma marcada (por meio de recursos como aspas, itálicos, pontuações relativas ao discurso direto), seja de forma não marcada (casos de citações indiretas, paródias, estereótipos, lugares-comuns e de fenômenos como a ironia, em que ocorre um jogo de dissimulação para simular uma interpretação não literal: a instância do enunciado diz, mas a instância da enunciação nega, em uma relação que se respalda no contexto comum dos interlocutores). As formas mostradas de heterogeneidade

articulam-se, pois, como elementos de sujeição do discurso (ao contrário da heterogeneidade original, constitutiva), na medida em que, delimitando o lugar da alteridade, tratam de resguardar o lugar da identidade.

Ainda no aspecto das relações de um discurso com seu exterior constitutivo, sobrevem a questão circundante à metaenunciação (ou metadiscurso), no sentido da ruptura de uma pretensa linha homogênea do discurso, fazendo emergir um comentário circundante ao próprio texto. Para além de um mero processo de retificação, como deliberação consciente de um sujeito, a exemplo do que sugerem algumas abordagens do campo da pragmática enunciativa (Possenti, 2004: 82 – 83), a metaenunciação seria sintomática da heterogeneidade constitutiva e, naturalmente, da ação do interdiscurso. Processo pelo qual emergem na continuidade dos enunciados expressões relativas a correções, ajustamentos, ressalvas (como: “isto é”, “no sentido de...”, “ou melhor”, “quero dizer com isso que...” etc.), a metaenunciação vem explicitar as não coincidências do dizer: seja a não coincidência do discurso consigo mesmo, das palavras com as coisas, das palavras consigo mesmas ou ainda entre os coenunciadores (Authier-Revuz, 2001: 20 e seguintes).

Para a dimensão desta pesquisa, as questões circundantes às emergências de uma alteridade no discurso, materializadas pelas diversas ocorrências de heterogeneidade, são pistas essenciais a fim de que se possa compreender de que forma as “vontades de verdade”, as demarcações de lugares *próprios* e *impróprios* em relação aos estatutos ideológicos preponderantes na sociedade, enfim, as articulações valorativas, em termos de efeitos de sentido, são operacionalizadas para construir a identidade discursiva em matérias jornalísticas sobre parricídio nas revistas semanais de informação.

Considerando-se os diferentes momentos cronológicos relativos à publicação de cada grupo de matérias, em um intervalo temporal que totaliza 32 anos entre o primeiro caso (1970) e o último (2002), será interessante a tentativa de se investigar, à luz do instrumental teórico da enunciação e da análise do discurso, se houve mudanças substanciais relativas aos elementos em que a própria sociedade ancora suas crenças e julgamentos sobre os casos de parricídio – em vista de os veículos de comunicação representarem, eles próprios, espaços instituídos para as trocas simbólicas e, por isso mesmo, interagirem de alguma forma com essas “vontades de verdade”.

2.4. Em termos de *pós-supostos*: aberturas teóricas

Quando da sistematização do quadro teórico desta pesquisa, freqüentes vezes considerou-se o risco existente na articulação de linhas de pensamento que eventualmente trouxessem, como construtos epistemológicos, perspectivas divergentes (ou ainda, de certa maneira inconciliáveis) entre si. Em razão disso, procurou-se estabelecer, no momento mesmo da referencialização a esses estudos, a delimitação dos pontos de convergência e de divergência, de co-incidência e de ultrapassagem, das diversas aberturas teóricas aqui apresentadas, pensando-se no âmbito global da introdução metodológica. Mais do que isso, o intento foi o de mostrar as fases de um percurso – por isso mesmo, entendendo-se os desvios como estruturantes - a orientar as postulações que se tornaram relevantes ao estudo.

Pela natureza das questões que se impuseram desde o princípio do trabalho (e que, com efeito, persistiram como motivadoras nas ocasiões em que as demandas do objeto insinuavam-se a cada vez mais exigentes), a recorrência a essas teorias constituíram a construção de um espaço fluido, onde as problematizações essencialmente dialógicas – posto que consideravam produções simbólicas (humanas, portanto) –, poderiam ser miradas à luz da não transparência, do necessário aspecto pluriforme. Sabe-se, contudo (e crê-se adequado reiterar tal condição, a despeito de sua obviedade), que a empreitada só seria possível, em termos da abordagem do *corpus*, tendo-se sempre em vista a perspectiva de um recorte, de uma análise parcial. No reconhecimento da completude enquanto impossibilidade, restou a assunção da idéia de não superação dos limites. Antes, intentou-se mudá-los de lugar, na tentativa de que isso permitisse enxergar o problema algumas braças adiante.

Das formulações iniciais das Ciências da Linguagem como ponto de partida, tomase o panorama que possibilitou, em diversos campos do conhecimentos seqüentes, a retomada das concepções sobre o papel da linguagem como constituinte do humano – e não segundo uma ordem a ele exterior –, sobretudo em vista das conquistas da Antropologia

Estrutural e da Psicanálise. Em relação a esses dois estatutos mostra-se pertinente aludir, como conseqüência, às formulações quanto ao sujeito, em termos das noções de ordem simbólica e de inconsciente. Tributários da idéia de descentramento do sujeito, que floresceu em diversas direções no decorrer dos séculos 19 e 20, esses dois campos mobilizam conhecimentos que permitiram as inferências sobre as formas de constituição das subjetividades, em termos das trocas simbólicas, na relação fundamental com o outro.

Nesse momento, cabe matizar, à luz de uma visão panorâmica que englobe as demais teorias aqui preconizadas (em especial a chamada primeira fase da Análise do Discurso), a questão do *assujeitamento* radical, que teria tomado inspiração a partir das formulações althusserianas a respeito do funcionamento ideológico. A relativização de um sujeito pleno saber, origem do dito, tornar-se-ia questionável, inversamente, no caso da polarização extrema, ou seja, segundo a eventual desconsideração de um *eu* que ocupa determinado posicionamento, a partir do qual formula seus dizeres. Os estudos da heterogeneidade, com efeito, trazem como central a idéia da alteridade constitutiva, mas também denotam a preocupação clara em investigar como, a partir dela, uma função-identidade se faz estruturar (Possenti, 2004: 75 e seguintes). Dessa maneira, as concepções de um sujeito não absolutamente livre, em clara reordenação da tradição filosófica ocidental, mas, da mesma forma, não privado de qualquer autonomia (leitura mais sectária sobre o *assujeitamento*) emergem como parâmetro a legitimar a análise sobre as formas de constituição da identidade nos discursos.

Ainda no âmbito de uma das vertentes originais das Ciências da Linguagem, a lingüística geral, ao se estabelecer como campo de conhecimento particular, construindo um método para abordar seu objeto de estudo, redimensiona o papel das ciências humanas, estendendo a outros domínios seus procedimentos, que assim foram eventualmente rearticulados, como no caso da psicanálise freudo-laciana, ao tanger por exemplo a questão significante-significado. A abordagem sistêmica da língua permitiu que esse objeto fosse avaliado segundo uma ordem específica, em vista de suas propriedades de funcionamento (e não mais em vista de suas evoluções formais no decorrer dos tempos, o que fundamentava a busca de uma origem das línguas). Com os desdobramentos próprios aos estudos da linguagem, ganhavam corpo, entretanto, as teorizações relativas à

constituição da subjetividade na linguagem, assim como às abordagens do discurso como articulação entre a língua, o sujeito e a ideologia.

Sob esse viés, estruturam-se as investigações a que se propõe esse trabalho. Na busca de se deprender como os discursos em questão constroem suas identidades, assentando-se em determinadas posições veritativas, partir-se-á das superfícies lingüísticas, condensadas segundo as construções que visam ao projeto de transparência e totalidade do dizer, a fim de que, decompondo-se essas estruturas, chegue-se aos objetos discursivos, respaldados pelas formações discursivas que os referencializam, sustentadas, por sua vez, nos lugares imaginários ocupados pelos sujeitos e pelos próprios discursos. Em uma auto-remetência constante entre essas etapas, a fase subsequente tentará tanger não apenas o objeto, mas o processo discursivo: os efeitos da língua na ideologia e, concomitantemente, as formas como esta se materializa na língua, de forma a garantir, referendando, as tensas relações de poder que orientam as relações sociais.

A remetência entre estrutura e acontecimento, dessarte, vem propor uma abordagem dos fenômenos enunciativos (que expressam a constituição da subjetividade na linguagem) tendo como parâmetro sua realização enquanto prática discursiva, ou seja, entendendo-se a heterogeneidade como princípio elementar do processo, na remetência ao avesso do discurso para que se depreenda como as materialidades analisadas operam na configuração do sentido.

A julgar apropriado um aforisma de Maingueneau (1984), segundo o qual “não se polemiza a não ser consigo mesmo”, em referência à polêmica enquanto “apenas um modo entre tantos de se desprender, de forma imaginária, da alteridade que determina o sujeito discursivo”, inicia-se a trajetória desta pesquisa sob o signo do heterogêneo. Na ordem mesma de se assumir um posicionamento subjetivo a fim de que se comece a falar – condição *sine qua non* da aventura humana –, é no entrecruzar de vozes, saberes, memórias que se pode reconhecer esse lugar.

Capítulo Primeiro

Fábrica de realidades: o jornalismo como prática discursiva

*“O real concreto torna-se a justificativa suficiente do dizer”
(Roland Barthes)*

1. Um fato de língua

Na égide das reflexões propostas pelas Ciências da Linguagem e, mais especificamente, em vista das ponderações sublinhadas nos estudos da Enunciação, tornar-se-ia incoerente, aqui, uma abordagem da prática jornalística que não a considerasse sob seu viés intrínseco, ou seja, sob o movimento interior específico que a constitui. Advém, assim, a necessidade de situar o jornalismo segundo um fato de língua (Gomes, 2000: 19), na medida em que essa prática é sustentada pela organização discursiva de um substrato amorfo, assistemático, ora identificado à idéia de acontecimento.

No âmbito particular das teorias da Enunciação, são depreensíveis conjuntos de procedimentos que modulam o discurso jornalístico de maneira a amplificar um efeito (posto que fabricação) de realidade, de coincidência entre o *fato* e sua formulação como discurso. Tais estratégias operam, prioritariamente, na ordem de um apagamento sistemático das marcas específicas (indicadores das categorias de pessoa, espaço e tempo) que qualificam, em cada enunciado, a presença da instância enunciativa.

Ocorre, entretanto, que mesmo as materializações que emergem da referida estratégia de apagamento guardam também, como revés, determinadas especificidades que tornam possível constatar a presença velada de uma instância que enuncia, conforme será desenvolvido adiante.

Aquilo que se classifica como *fato*, nessa perspectiva que aborda o fazer jornalístico no bojo das regulações intrínsecas à prática (e não conforme um olhar do exterior), só encontra razão de ser como uma construção linguageira. A impossibilidade de significação

plena, de recobrimento absoluto da *coisa em si* pelo estatuto do *que dela se diz* orienta uma dinâmica segundo a qual a realidade emerge como construto de articulações discursivas, elas próprias legitimadoras das práticas sociais.

O fato, assim, não haveria como ser apreendido segundo uma entidade autônoma, auto-suficiente, que independesse das imbricações referencializadas pela constituição na (e por meio da) linguagem, estruturando-se em um para além da ordem simbólica. Tornam-se, em tal medida, precárias as acepções que referencializam o fazer jornalístico na égide da coincidência inexorável entre fato e relato, na descrição imediata dos acontecimentos. Sublinhe-se, simultaneamente, que os artífices desse processo – os jornalistas – operam no intuito de organizar (hierarquizar, relativizar, comparar, auto-referencializar, localizar espaço-temporalmente) os fatos na ordem do discurso. Articule-se ainda a esse panorama a consideração de que os artífices, eles próprios, são também organizados discursivamente. A gênese da condição humana pressupõe a inviabilidade de uma relação supostamente objetiva entre o homem (que nessa ótica coaduna-se à conceituação de sujeito) e os fatos (as contruções languageiras que encetam determinados efeitos de sentido). Nenhum desses dois elementos pode existir fora dos limites da linguagem.

O *modus operandi* da prática jornalística, a despeito de emergir travestido de uma expressão imediata do real, é preconizado justamente por colocar em perspectiva as múltiplas imagens (ainda que as relações de poder trabalhem no intuito de conferir ao discurso um caráter mais homogêneo, menos ameaçado por desestabilizações advindas dos atritos sociais) que se prestam à construção da realidade, segundo infere Herbert Gans:

Eu argumentaria que o objetivo primeiro das notícias é derivado do papel dos jornalistas como construtores da nação e da sociedade, e como gerenciadores da arena simbólica. O objetivo mais importante das notícias, portanto, é fornecer à arena simbólica e à cidadania imagens abrangentes e representativas (ou construtos) da nação e da sociedade (Gans, 1980: 312).

Nesse papel de construir imagens representativas, o jornalismo acaba por se constituir como uma instituição social, na medida em que reverbera e ajuda a legitimar, via construção de sentidos, as trocas simbólicas. Ocupa, portanto, uma posição, um lugar determinado de onde se manifesta. Estrutura-se, a exemplo das demais produções culturais

(radicalmente humanas, portanto), à sombra da impossibilidade de uma aderência absoluta entre o acontecimento e a representação que dele se faz. Haveria, pois, algo mais complexo na prática jornalística do que a mera disposição em se relatar os fatos, tão-somente.

Para o âmbito da comunicação, tais acepções constituem um reordenamento das teorias que balizam as conceituações desse processo como uma articulação linear, em que sujeitos supostamente homogêneos dirigir-se-iam a sujeitos outros, também homogêneos, no intuito e na perspectiva do *tornar comum* determinada informação (abordagem a ser desenvolvida no item: “Teorias clássicas da comunicação: a língua como instrumento”). A materialização dos acontecimentos é da ordem do caos, da dispersividade. E o próprio da prática jornalística – a rigor, de toda prática discursiva – é conferir alguma ordenação, alguma regularidade a essa massa amorfa. Por outras palavras, a especificidade do discurso é construir realidades.

Encarado dessarte como uma instituição social, o jornalismo pauta-se por estatutos específicos no processo de organização discursiva do real. Efetivamente, tais elementos são articulados como forma de viabilizar a legitimação (pela reiteração constante) do acordo social por meio do qual as demais instâncias da sociedade, assim como as relações entre elas e os indivíduos, são forjadas e sustentadas pela dinâmica da linguagem. Em um movimento duplo, de remetência e de confirmação do pacto, as categorias preconizadas pelo sociólogo alemão Otto Groth (periodicidade, universalidade, atualidade, difusão)¹⁰, no intuito de conceituar e sistematizar o jornalismo como uma ciência, trazem latentes – no âmbito que aqui se insere – as indicações da citada recorrência ao pacto social.

A periodicidade subsume, ela própria, o constante recolocar em cena desse acordo, por meio de uma materialização que reincide, remete a um entorno, implicando, pois, um saber prévio e extensivo – o próprio compromisso que advém com o pacto. Além disso, a periodicidade preconiza também como efeito de sentido uma aproximação entre o acontecimento e sua formulação em termos discursivos – sendo esta uma das dinâmicas que fazem corroborar o efeito de realidade buscado pelo jornalismo.

Ao conceito de universalidade, conforme desenvolvido por Groth, é adjacente a noção de mundo objetivo (constituído não apenas por seres ontológicos, mas ainda pelas

¹⁰ Belau, A.F. *La Ciencia Periodística de Otto Groth*. In: *Cuadernos de Trabajo*. Universidade de Navarra, Pamplona, 1996.

relações culturais entre os homens, o que englobaria opiniões, idéias, valores etc.). Ocorreria aqui, portanto, uma abstração relativa às características particulares (individuais) do homem, em nome de um ideal de humanidade – assim como de um ideal dos interesses, aspirações e curiosidades desses indivíduos, como se compusessem um corpo compacto. Ora, a transposição de diversos componentes de uma ordem particular a uma ordem outra, a do coletivo, reintroduz a lógica da aliança social: anulam-se as manifestações individuais, díspares, como tributárias de um poder que organiza o espectro da sociedade *em nome de todos*. Reitera-se, pois, a dinâmica que constitui as instituições sociais.

Em consonância à categoria de periodicidade, a atualidade emerge como a variável responsável por instalar uma relação temporal entre o sujeito e os acontecimentos que serão discursivizados. Note-se a sutileza de tal aceção, que estabelece uma dissimetria entre a atualidade e a novidade (uma vez que esta não necessariamente está subsumida pela referida relação temporal que legitima o momento presente; a novidade, antes, coloca em relevo uma relação qualitativa entre um sujeito cognoscente e um objeto até então desconhecido).¹¹ Estrutura-se, pois, a relação estreita entre o componente temporal do *acontecimento* e o do relato: o presente como simultaneidade, como categoria fundamental da atividade humana: ainda que sob a (re)avaliação do passado e a expectativa do futuro, é no momento do *agora* que se delineiam os campos e as possibilidades de ação dos homens. É no tempo presente que o sujeito enuncia-se a si próprio, como um evento único, irreplicável.

A difusão emerge como a categoria proposta por Groth que, efetivamente, torna possível as outras três. Relacionada à dimensão mais abstrata da prática jornalística, na concepção que coloca como centrais as injunções advindas do pacto social, é a difusão que garante o acesso aos sujeitos (e também pelos sujeitos) das informações que circulam no intuito de legitimar e amplificar as trocas simbólicas que estruturam as instituições – inclusive e sobretudo a primeira delas: a língua.

Partindo-se dessa perspectiva, depreende-se, inclusive, que as injunções do pacto social são determinantes a uma noção central ao discurso jornalístico: o conceito de objetividade. Esse valor coaduna-se fortemente ao panorama da observação e do

¹¹ Fidalgo, A. *Jornalismo online segundo o modelo de Otto Groth*, em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/fidalgo-groth-jornalismo-online.pdf>

experimentalismo, premissas gestadas no seio do movimento Renascentista ocidental. A idéia de objetividade, assim, advém intelectualmente como um produto da modernidade, redimensionado no âmbito das ciências positivistas, como sublinham Lempereur e Thinés ao circunscreverem a origem do termo: “Caráter de uma realidade que aparece aos sentidos e à qual a percepção atribui uma natureza real, caracterizando, desse modo, fenômenos que se prestam à observação e à experimentação” (Lempereur e Thinés, 1984: 647).

A premissa de objetividade, expressa, primordialmente, pela ausência das formas verbais de primeira pessoa¹², faz amalgamar, referencializando, a contingência do contrato social com o efeito de real, no que tange dois estatutos: o deslocamento para as formas correlatas de terceira pessoa verbal operacionaliza a construção de enunciados que parecem desvinculados de um sujeito enunciativo, como se as materialidades discursivas emanassem diretamente dos acontecimentos, resguardando certa aderência em relação a eles. É também nesse sentido que o jornalismo pôde se legitimar segundo a condição de instância vigilante de outras instituições: a ele é dado observar o exercício das diferentes instâncias de poder, uma vez que se configura como a expressão do real sem mediações. Ainda sob essa égide, sobrevém, concomitantemente, o aspecto que endossa a prática jornalística como um falar em nome da coletividade:

Se ao jornalismo é vetado o falar em primeira pessoa, este fato se dá não tanto em nome de objetividade, largamente comprometida se seguirmos a lógica do signo até seu limite, mas porque esse poder que se funda na língua-mãe e organiza o campo social em nome de todos, não pode falar nem ser reiterado ou lembrado como individuação, uma vez que é a reafirmação/rememoração da palavra consignada por todos. É pela mesma razão que se notará a presença constante de sujeitos coletivos no jornalismo, por exemplo, a faculdade de medicina, a sociedade dos

¹² Trata-se, aqui, de situar a observação no que tange o chamado gênero informativo do jornalismo, como não-coincidente aos gêneros opinativo e interpretativo (acerca dessa classificação ver: Melo, J.M. de *A opinião no jornalismo brasileiro*. Petrópolis, Vozes, 1994.). A despeito disso, considere-se que a referida separação, sob o ponto de vista teórico que norteia esta pesquisa, não escapa de uma relativa problematização, aqui sistematizada pelo pensamento de Sousa: “(...) Parece-me que formulações retóricas como a ‘separação’ entre informação e opinião, entre o ‘fato’ e o ‘comentário’ que os valores jornalísticos clássicos propõem favorecem a construção de uma imagem do jornalismo como espelho da realidade” (Sousa, J. P. *Teorias da notícia e do jornalismo*. Chapecó, Argos, 2002, p.19).

moradores de bairro, o conselho técnico de tal e tal entidade, etc. (Gomes, 2000: 20).

Conforme exposto até aqui, a abordagem que preconiza um olhar sobre a prática jornalística segundo suas características intrínsecas, que o situam como um fato de língua, expõe a problemática acerca das teorizações que se respaldam em uma visão instrumental da língua. É justamente no que tange uma pretensa homogeneidade aos processos jornalísticos (e, mais amplamente, aos processos comunicacionais) que se estruturam as observações críticas a seguir.

2. Teorias clássicas da comunicação: a língua como instrumento

Os estudos canônicos da comunicação costumam ser pautados por encarar a língua sob o ponto de vista utilitário: esse estatuto seria mero instrumento, passível de manipulação, em um processo determinado, essencialmente, pelo intuito de convencer o interlocutor acerca de um estatuto de verdade. A língua adviria tão-somente como o meio, o canal para colocar em funcionamento o processo.

Nas bases de sua *Retórica*, Aristóteles (já no século IV a.C.) centrava a prática da comunicação na descrição de estratégias para persuadir. O filósofo grego colocava em perspectiva, assim, a inter-relação de três instâncias: quem profere o discurso, a materialidade do que é dito (o enunciado em si) e a quem se destina o discurso. Galgando o percurso da “arte do bem falar”, Aristóteles buscava identificar os subsídios para revestir o enunciado de elementos que o distanciassem do ordinário. Essa característica seria preponderante em vista de garantir, por parte do alocutário, adesão relativa àquilo que fosse proferido pelo locutor: “Importa dar ao estilo um ar estrangeiro, uma vez que os homens admiram o que vem de longe e que a admiração causa prazer” (Aristóteles, s/d: 58).

A estrutura triádica formalizada por Aristóteles forneceu o fundamento para o esquema elementar das teorias clássicas da comunicação: Emissor – Mensagem – Receptor. É nesse construto que se respaldam duas importantes vertentes dos estudos comunicacionais: a Escola Funcionalista (de origem estadunidense) e a Escola da Teoria Crítica, também caracterizada sob a denominação “Escola de Frankfurt” (européia)¹³.

¹³ A respeito dessas correntes, ver: WOLF, M. *Teorias da Comunicação*. Lisboa, Presença: 1995.

Dessa forma, as Teorias da Comunicação dimensionam a questão a respeito das trocas intersubjetivas de maneira verticalizante, uma vez que é latente, nas duas acepções postas em relevo, a noção de predominância (dominação) de determinado segmento do grupo social em relação a outro(s). A teoria crítica e o funcionalismo emergem como produtos das ciências sociais aplicadas; não tangem, dessa maneira, a problemática que se coloca quando da emergência da linguagem como constituinte do humano. Não se trata, aqui, de negar (tampouco de negligenciar) o movimento das forças em oposição na sociedade e os próprios mecanismos de articulação do poder. O que se preconiza, com efeito, é o caráter circular, não homogêneo do processo.

A tendência funcionalista, que abre a perspectiva para os estudos acerca da recepção, visa ao domínio dos atos (e, sobretudo, dos efeitos) do processo de comunicação, por meio do controle de variáveis como o *feedback* (as formas de reação da instância dita receptora) e da própria objetivação do código. Nesse âmbito, os estudos conferiram primazia às questões da intencionalidade comunicativa (os meios de se enunciar para suscitar as reações desejadas no público), dos problemas que poderiam incidir no universo da recepção, das variáveis que se coadunam para o suposto domínio do código.

Os estudiosos dessa escola reuniam-se em torno da concepção de que o jornalismo estava disposto no espectro mais amplo dos meios de comunicação de massa, sendo suscetível, portanto, de ordenar estruturas cujo arranjo interno propiciasse o sucesso da intencionalidade enunciativa. As formulações teóricas coincidem com a delimitação do campo das Relações Públicas (Nascimento, 2002). Não por acaso, o marco inicial desses estudos é aproximado ao aparecimento da obra *Propaganda Techniques in the World War* (“Técnicas de Propaganda na Guerra Mundial”), em 1927, por Harold Lasswell. Infere-se, pois, que a aferição das reações advindas da opinião pública (a recepção) era elemento central nos estudos funcionalistas.

O problema que concerne à eficiência das mensagens traz, em si, a ligação com o papel do emissor: este lugar deveria ser, pois, *habitado* por indivíduos que demonstrassem a necessária competência na manipulação pressuposta da transmissão de informações. Tal correlação de poder é fundamental para os teóricos de Frankfurt, que, a partir de uma abordagem centrada nas teorias marxistas, trazem para o âmbito da comunicação as questões relativas à luta de classes (Nascimento, 2002: 27-28).

Fundamentada, sobretudo, nos trabalhos de T. Adorno, M. Horkheimer e W. Benjamin, a teoria crítica vem potencializar as relações entre capital e trabalho, na constituição do fazer comunicativo. Ela introduz o conceito de indústria cultural, com base na hipótese de que a produção das mensagens (encaradas, elas próprias, como bens simbólicos de consumo) é orientada pelas contradições de poder intrínsecas às sociedades. No desenvolvimento desse conceito de indústria, os pensadores frankfurtianos criticam a padronização, a homogeneização, da instância receptora (aqui identificada à instância consumidora), no movimento de distribuição dos bens culturais.

O pressuposto latente nessas formulações é o de que uma parcela da sociedade é contínua e sistematicamente dominada por outro segmento que, de forma irreversível, operacionaliza as funções de manipulação. Os meios de comunicação de massa, assim, seriam os protagonistas dessa relação ambivalente: a indústria cultural encerraria o monopólio dos bens de produção e de difusão de mensagens, por um lado, com vistas à citada dominação; as massas, alijadas do potencial crítico e das condições materiais de ascensão na sociedade, por outro, estariam inexoravelmente destinadas a aquiescer às determinações da classe dominante. Nas palavras de Adorno:

Dependência e servidão dos homens, objetivo último da indústria cultural, não poderiam ser mais fielmente caracterizados do que por aquela pessoa estudada numa pesquisa norte-americana, que pensava que as angústias dos tempos presentes teriam fim se as pessoas se limitassem a seguir as personalidades preeminentes. A satisfação compensatória que a indústria cultural oferece às pessoas ao despertar nelas a sensação confortável de que o mundo está em ordem, frustra-as na própria felicidade que ela ilusoriamente propicia. O efeito de conjunto da indústria cultural é o de uma antidesmistificação, a de um anti-iluminismo (anti-Aufklärung); nela, como Horkheimer e eu dissemos, a desmistificação, a Aufklärung, a saber, dominação técnica progressiva, se transforma em engodo das massas, isto é, em meio de tolher a sua consciência (Adorno, 1977: 294-295).

A problematização que advém das idéias das duas correntes, aqui sintetizadas, é a pressuposição de uma homogeneidade inerente ao processo. A pretensa transmissão de *ego* a *ego* retira do estatuto da linguagem a propriedade de fundação de uma ordem específica, para além da qual a conquista humana é, para sempre, frustrada. Esse aspecto puramente representacional da linguagem negligencia seu papel constitutivo: da imbricação entre o lingüístico e o histórico, é tecida uma rede que antecede o humano (antes mesmo, estabelece as condições de *ser* humano).

O redimensionamento proposto pelas Ciências da Linguagem vem ao encontro da predisposição em se abordar os processos comunicacionais (a própria prática jornalística, portanto) como efeitos de língua, o que postula, necessariamente, a inscrição do sujeito na ordem do simbólico. No âmbito das teorias de análise do discurso, tal acepção do sujeito dividido é redimensionada, entre outras abordagens, com os estudos a respeito das heterogeneidades enunciativas. A própria assunção de uma heterogeneidade que é constitutiva de todo discurso (amplamente desenvolvida nas formulações sobre dialogismo e polifonia, de Mikhail Bakhtin) expõe a precariedade das teorias representacionais da linguagem.

Interpretar, pois, o jornalismo como uma prática discursiva requer que os estudos acerca dessa modalidade sejam prioritariamente centrados nas características interiores que o determinam: sua própria constituição enquanto fato de língua. E é como tal que essa prática organiza o mundo, lançando mão de estratégias que consolidem o exercício conforme uma instituição social.

3. O jornalismo sob a caução do *real*

À luz das ponderações que explicitam os motivos pelos quais, no âmbito desta pesquisa, mostram-se inviáveis as abordagens lineares e instrumentais acerca do fazer jornalístico, cabe investigar as formas que organizam essa prática como emanção imediata do *real*. É, pois, nesse âmbito que as observações sobre a Enunciação – partindo-se da acepção benvenistiana de mobilização de um sistema de referências por um sujeito falante, ato único e sem igual – ocupam lugar privilegiado. Conseqüentemente, conforme sublinha Dominique Maingueneau, os enunciados provêm de um exercício constitutivamente

reflexivo, na medida em que estão ancorados em uma inteligência que, obviamente, os antecede:

Um enunciado não se assenta no absoluto; ele deve ser situado em relação a alguma coisa. Ora, a linguagem humana tem como característica o fato de que os enunciados tomam como ponto de referência o próprio ato enunciativo do qual são o produto. Não são todas as características desse ato que são levadas em conta, mas aquelas que definem a situação de enunciação lingüística: enunciador e co-enunciador, momento e lugar da enunciação (Maingueneau, 2004: 105).

Na esteira de tal dimensão reflexiva, o discurso jornalístico de caráter informativo organiza-se, entretanto, segundo particularidades epistêmicas que garantem um espectro de objetividade, neutralidade. Nesse panorama, torna-se pertinente ressaltar questões tangentes à modalização, conjuntura que explicita os posicionamentos do sujeito em relação ao(s) interlocutor(es), a si mesmo e a seu propósito¹⁴.

Para Sorin Alexandrescu (1976), existem duas modalidades epistêmicas – o *saber* e o *crer* – que regem todos os atos de enunciação, ainda quando implícitas nos enunciados, ou seja, não articuláveis por uma lexicalização nessas materialidades. O próprio apagamento das modalidades estaria a serviço de uma construção de sentido, conforme será explicitado a seguir.

A pressuposição unívoca de *saber* e *crer* advém, macroestruturalmente, graças a duas características próprias do ato enunciativo: a) um locutor¹⁵ L deve ter uma plataforma mínima de informação sobre o estado daquilo que vai enunciar; b) essa materialidade deve ser “compatível” com as outras enunciações do mesmo locutor L. Outras modalidades (a exemplo de *dizer*, *querer*, *poder* etc.) denotariam atitudes “facultativas” da instância de locução (a rigor, tal acepção denota que a ausência dessas modalidades nos enunciados não

¹⁴ Ver: Charaudeau e Maingueneau, 2004, p. 336-337.

¹⁵ Terminologia utilizada pelo autor.

necessariamente faz pressupor sua presença implícita, como ocorre nos casos de *crer* e *saber*).

Ocorre, entretanto, que o efeito de neutralidade, no discurso jornalístico, respalda-se em uma amplificação da modalidade do *saber*, como legitimadora de um valor de verdade objetiva. A modalidade *crer*, ao contrário, articula-se mais especificamente à dimensão do opinativo, ainda que o *saber* não esteja privado desse panorama. Isso porque a questão da objetividade torna-se matizada, em vista das provas (validações) com as quais o locutor garante seus enunciados.

No universo do *crer*, mais de uma verdade está pressuposta: ele está intrinsecamente comprometido a trabalhar com probabilidades, tendo em vista, portanto, um critério de preferência/plausibilidade. Como consequência radical, essa modalidade não pressupõe nem a verdade nem a falsidade do estatuto enunciado. Antes, os dois casos podem ser válidos, uma vez que mais de um mundo possível é projetado.

É, pois, o engajamento do locutor segundo essas modalidades epistêmicas – depreensível a partir do enunciado – o que vai determinar os graus de veredicto que modulam seus discursos.

4. Insinuações da instância enunciativa no texto jornalístico

Uma série de operações que faz explicitar a existência de uma instância enunciativa (e, mais ainda, as formas como esta se situa em relação ao ato enunciativo) é identificada ao conceito de embreagem. Tal movimento é apreensível por meio dos vestígios deixados na materialidade dos enunciados. Compreende-se, pois, que o ponto de referência dessas marcas (será assumida, aqui, a denominação de *embreantes*) é, justamente, sua situação de enunciação. Conforme explicitado na Introdução deste trabalho, os embreantes referem-se à instalação das categorias de pessoa, tempo e espaço. Por sua natureza, eles não encontram referência própria na língua. Antes, adquirem um patamar estável no interior dos enunciados, mas há que se reiterar que tal característica só se torna possível em relação à enunciação particular em que se inserem.

Por esse motivo, determinados elementos do texto, ainda quando referentes às noções de pessoa, tempo ou espaço podem não constituir embreantes. São reconhecíveis, basicamente, três tipos de referências a denotar a forma de presença desses elementos,

embreados ou não. A primeira, já explicitada, diz respeito à situação de enunciação, garantida quando o marco referencial é precisamente esse acontecimento. Em segundo lugar, há a possibilidade de a referência estar ancorada em um elemento antecedente ao termo analisável, previsto no enunciado, numa situação de cotexto (dá-se preferência a essa terminologia em lugar de *contexto*, em ressonância a uma generalização que responde tanto à natureza lingüística – sobretudo verbal – quanto não-lingüística – situacional ou cultural – dos elementos que compõem o enunciado)¹⁶. Finalmente, estrutura-se um tipo de referencialização que não se ancora nem na enunciação nem no co-texto, sendo, pois, identificável a uma situação fora de contexto¹⁷.

O discurso jornalístico, conforme referido, guarda como uma das chaves de sua especificidade o não uso da primeira pessoa verbal. Nesse panorama, depreende-se que a referência enunciativa, para essa determinada categoria embreada, não seja mobilizada. Com efeito, será preconizada, como refere Benveniste, a não pessoa, ou seja, aquela instância lingüística que, como validadora de um efeito de objetividade, disjunge da instância enunciativa (aquela que diz *eu* e, conseqüentemente, interpela e engendra o *tu*). Constata-se, pois, uma alternância, evidentemente não simétrica, entre as referencializações cotextuais e fora de contexto, no decurso da materialidade discursiva. Como, em termos de categoria de pessoa, a referência pela enunciação não se mostra, será por meio das modalizações, tanto macroestruturais (epistêmicas) quanto pontuais (escolhas léxicas, instalação da voz etc.), que o enunciador deixará antever sua presença, por meio daquilo que diz. Todo enunciado tem um valor modal, denotando, portanto, a presença de uma instância que enuncia.

Em relação às categorias de tempo e espaço, também se verifica, no discurso jornalístico classificado como informativo, o predomínio das referencializações cotextuais e fora de contexto. Note-se, entretanto, que em determinadas circunstâncias podem ser observadas referências ao momento enunciativo (é o que ocorre, por exemplo, em construções a exemplo de: “Na última semana...”). Como regularidade, todavia, o jornalismo privilegia o sistema enuncivo, isto é, as seqüências textuais em que não

¹⁶ Ver: Charaudeau e Maingueneau, 2004, p. 127. Um exemplo de referência co-textual pode ser verificado no enunciado: “João saiu. Ele estava apressado”, em relação ao pronome anafórico “ele”, que remete ao termo antecedente “João”, que, por sua vez, não constitui um embreado.

¹⁷ Um exemplo dessa tipologia: “No verão do ano de 1952...”.

aparecem as marcas da enunciação, em detrimento do sistema enunciativo (Courtès, 1989: 48).

Essas estratégias de apagamento, reitere-se, prestam-se à construção de uma referencialidade que endossa a especificidade do discurso como uma expressão do real. Ocorre, no entanto, que, para além das modalizações pontuais, as relações entre uma instância que enuncia e a voz de uma outra instância por ela delegada mostram como uma pretensa objetividade *trai-se* no movimento dessas mesmas relações.

Às duas instâncias referidas, Sophie Marnette (2004) reinstala a terminologia de *locutor*¹⁸, estabelecendo uma articulação entre locutor citante (L1) e locutor citado (I2). Ao explicitar as relações entre apagamento enunciativo e discurso reportado, a autora qualifica como locutor citante aquele responsável pelo estabelecimento do texto jornalístico (aqui, vulgar e generalizadamente identificado ao *jornalista*, como instância de língua); o locutor citado seria aquele a quem se delega voz, em uma enunciação de segundo grau, a fim de que se materializem os discursos reportados (identificado, pois, à noção de *fonte de informação*).

Mesmo com as estratégias de apagamento, é possível depreender nos textos indícios da chamada sobrenunciação de L1, a despeito do aparente lugar privilegiado que se concerne às fontes (I2), nas matérias jornalísticas. De acordo com Marnette, os indicadores dessa sobrenunciação estruturar-se-iam em quatro vertentes principais.

Inicialmente, ela estaria ancorada nas próprias concretudes léxicas presentes nos enunciados, de maneira que os qualificadores (adjetivos), advérbios intercalados ao discurso reportado, jogos semânticos com os verbos *dicendi*, entre outros, denunciariam a emissão de julgamentos mais ou menos implícitos sobre o enunciado de I2, segundo a autora.

Outra forma de se constatar L1 como locutor sobrenunciador seria a estratégia de se *des-originar* I2, ou seja, instalar deliberadamente a falta de referências precisas sobre a fonte de informação, ainda conforme Marnette. Nesse aspecto, haveria uma impossibilidade ou uma inutilidade (decréscimo do valor *importância*) em se definir sua origem, segundo

¹⁸ Torna-se conveniente, à luz da teoria polifônica de Oswald Ducrot, matizar as noções acerca de *enunciador* e de *locutor*. Ao primeiro, estaria identificada a idéia de um ser de pura enunciação, que determina o ponto de vista sob o qual os acontecimentos serão apresentados. O segundo refere-se a “um ser que, no próprio sentido do enunciado, é apresentado como seu responsável”. A tensão, portanto, configura-se entre as noções de enunciação e enunciado (cf. Charaudeau e Maingueneau, 2004, p. 310).

critérios particulares (subjetivos) de L1. As fontes, dessarte, anônimas, só teriam seu discurso legitimado em vista da constituição de uma entidade testemunhal – a própria construção ideológica acerca do sujeito-jornalista. É o que acontece, por exemplo, nos casos de declarações *off the records*, quando há uma pretensa instrução da fonte para que a mesma não seja identificada, ou ainda em circunstâncias em que a qualificação de I2 é interpretada como desnecessária (a exemplo do que ocorreria em “Segundo um dos moradores da vila, ‘a coleta de lixo ainda não foi normalizada’”).

A respeito dessa estratégia específica de sobrenúnciação jornalística, há que se observar as contingências pelas quais aparecem as situações contrárias, ou seja, a delimitação (freqüentemente pela nomeação) de I2, garantindo à fonte um lugar legitimado enquanto porta-voz de certos estatutos. Nesses casos, prioritariamente, a fonte nomeada é aquela que representa determinada instituição social, chegando mesmo a ser confundida com ela (o presidente da República, o reitor da universidade, o astro do *show business* etc.). É também nessa esteira que sobrevêm, conforme já referido, os sujeitos coletivos no discurso jornalístico.

Paralelamente, a especificação da fonte pode advir da necessidade de um testemunho imediato dos *factos*, quando da impossibilidade de esse papel ser desempenhado pelo sujeito-jornalista. Isso ocorre com expressiva freqüência no que tange as matérias jornalísticas do universo do *fait divers*. Dado o caráter de irregularidade, de suspensão da ordem causal-consecutiva), a especificação dos responsáveis pelo discurso que se reporta subsume uma estratégia de normatização desse mesmo discurso segundo as injunções específicas do fazer jornalístico.

A terceira forma de sobrenúnciação diz respeito a um apagamento do “querer dizer” de I2 por parte de L1. Tal estratégia é engendrada quando o locutor citante reconstrói o ponto de vista do locutor citado, por meio de uma espécie de bricolagem a partir de outros suportes midiáticos (TV, agências noticiosas, processos de rádio-escuta etc.). Sob esse efeito *patchwork*, na conceituação de Marnette, o discurso citado é neutralizado, uma vez que é comum ocorrer a diluição dos embreantes que marcam a passagem do discurso direto ao discurso indireto. Uma vez que, mesmo nesses casos, existe a recorrência ao recurso das aspas, forma mostrada e marcada de heterogeneidade discursiva, é depreensível uma dupla estratégia de L1: ao papel de relatar, adiciona-se o feito de *autenticar* a prática jornalística

(notadamente, pela explicitação do próprio discurso reportado). Muito freqüente, nesse panorama, é o uso do discurso direto, ainda que o emprego do discurso indireto “invadido” pelas aspas também preconize tal efeito de sentido, uma vez que se trata, em qualquer dos casos, de uma reinterpretação empreendida por L1 em relação ao estatuto de I2.

O apagamento do *dito* do locutor citado pelo citante emerge, finalmente, como a quarta forma de sobrenúnciação jornalística, nas formulações da autora. A falta de embreantes e/ou de elementos que explicitem a presença de discurso reportado são as características dessa estratégia. Exemplos são perceptíveis em construções como: “Fulano *foi julgado/foi condenado*”, donde I2, representando, neste caso, uma instituição judicial específica (que julga/condena), não é identificado ao seu enunciado, como se este pertencesse ao âmbito específico de L1.

Passadas em revista as quatro formas possíveis de sobrenúnciação de um locutor citante, segundo Marnette, é pertinente observar a validade de uma – ainda que contestável – subenúnciação de L1, correspondente a contextos determinados e visando a efeitos específicos de sentido. Essa artimanha de subtração do locutor, colocando em relevo a fonte, traz algumas significações relevantes. Se os pontos de vista de L1 e I2 forem, de algum modo, coincidentes, essa estratégia corresponderia a um efeito de homogeneização do discurso, de forma a desautorizar a polêmica (aqui identificada à multiplicidade de vozes, efeito de polifonia). Outra conjuntura possível refere-se à não adesão entre os pontos de vista de locutor citante e locutor citado. Nesse contexto, estaria em destaque a lógica do *nem uma palavra*, posto que o silêncio, ele próprio, é fecundo em significação. Dessa maneira, L1, pseudo-subenunciador, ancora-se em um posicionamento de quem *não fala, mas pensa*, eximindo-se da responsabilidade – mas, com efeito, negando solidariedade – em relação aos estatutos do locutor citante.

Conforme o exposto sobre as estratégias de subenúnciação, torna-se latente o raciocínio segundo o qual, em realidade, praticamente não existiria subenúnciação de L1. Isso porque, mesmo com a projeção desse apagamento, o que prevalece acaba por ser a intenção do locutor citante. Ora solidário com as investidas de I2, ora imerso em uma atitude de discordância em relação a elas, seu ponto de vista sempre será, ao menos, insinuado. Ainda quando essas observações se tornarem precárias em vista da natureza de

um subenunciador pontual (o jornalista), o veículo de comunicação, enquanto instituição social, ocupará, ele próprio o lugar de sobrenunciador.

5. O jornalismo de *fait divers*: no alhures da causa

O posicionamento teórico que permite identificar a prática jornalística segundo um fato de língua e, por conseguinte, o interpela como uma instituição social, prevê, devido a essas mesmas injunções, a organização de um saber prévio, sistemático – memória discursiva que respalda a sobrevivência de toda instituição. O tratamento dispensado às notícias, portanto, segue a lógica dessa estrutura episódica. A informação, ou ainda, a construção discursiva acerca dos acontecimentos, estaria sob o crivo do particular, do nomeado, qual um elemento pontual em um universo extensivo.

A informação, assim, tem como característica a remetência a algo além do enunciado, em uma série que coaduna fragmentos que têm por característica comum a ligação a esse traço exterior, já conhecido. É o que se verifica, por exemplo, nos casos das editorias jornalísticas que remetem à referida institucionalização: política, economia, ciência etc.

Existe, entretanto, uma categoria de acontecimentos que, discursivizados, não se subordinam a esse efeito de memória, de pertencimento e auto-referencialização. Contrariamente, estruturam-se como uma *informação total*, por reunirem em si um saber imanente. Por não encetarem articulações exteriores a sua própria constituição, essas notícias freqüentemente são arroladas sob a terminologia *variedades*; porém, é por meio de uma intervenção da língua francesa, fazendo emergir a denominação *fait divers*, que sobrevém a especificidade desse conceito: “Eventos do cotidiano (no que se referem a acidentes, delitos, crimes) sem ligação entre si, fazendo-se objeto de uma rubrica específica nas mídias. <<todos esses horríveis *faits divers*: martírios infantis, crianças abandonadas pela própria mãe (Beauvoir)>>. Sing: um *fait divers* trágico, marcante”.¹⁹

¹⁹ *Le Petit Robert de la langue française*. Dictionnaires Le Robert/ VUEF, 2001 – version électronique du Nouveau Petit Robert; verbete: “divers, erse”.

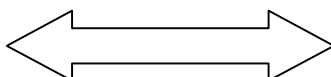
Infere-se, pois, que o *fait divers* corresponde àquilo que perturba a ordem episódica (causal-consecutiva) das notícias, sendo tributário do espanto, da bizarrice, da aberração. Por trazer, em si, a impossibilidade de uma explicação imediata das origens, ele instala um “tempo insuportável que separa *acontecimento* e *causa*” (BARTHES, 2003: 61). Da necessidade desse preenchimento, que faria cessar os *porquês*, emergem as matérias jornalísticas sobre os referidos acontecimentos. Interessante notar, seguindo o raciocínio de Barthes, que a construção ideológica acerca da instituição policial (no caso específico em que o *fait divers* se refere a crimes e/ou delitos) parece seguir a mesma lógica. O policial, assim, constituiria uma versão moderna de Édipo, o decifrador de enigmas, em uma busca radical (posto que responsável pela aniquilação do tirano) que, fazendo cessar os *porquês*, faria também cessar toda a angústia.

Ocorre, todavia, que a natureza do *fait divers* torna essa busca quase sempre cativa de uma frustração. Isso porque a dinâmica dos eventos é marcada por um deslocamento: expectativa em relação a uma causa – aparecimento de outra (notadamente, insuficiente, pobre demais em suas relações com o mundo exterior). A instalação da circularidade *decepcionante*, em que pequenas causas são o combustível de grandes efeitos, faz com que, de antemão, essas mesmas causas estejam em toda parte – frequentemente, por isso, o jornalismo empreende a arqueologia dos índices mais discretos como possibilidades de resolução dos mistérios, a exemplo do que ocorre nos romances policiais. A contrapartida do *fait divers*, quando os acontecimentos são recolocados pelo estatuto discursivo, é a tentativa de se atribuir um significado ao acaso que submete a causa.

Em quase todas as circunstâncias, esse acaso é figurativizado em termos valorativos: ou é da ordem da *sorte*, ou é da ordem do *azar*; mais ainda, quando há a coadunação de elementos que desembocam no acontecimento *fortuito*, instala-se a idéia de coincidência. Mesmo que em âmbitos ou níveis distintos, a coincidência subsume, em certa medida, a noção de repetição. E à repetição insinua-se a necessidade de se atribuir significados, ainda que, como relembra Barthes, esses significados mantenham-se suspensos. É justamente essa causalidade siderante entre o racional e o desconhecido o que torna tão imperiosa, nos casos de *fait divers*, a busca por um significado, uma explicação, tangente aos acontecimentos.

No âmbito desta pesquisa, torna-se ainda pertinente sublinhar uma característica central a esses eventos: o que importa, em realidade, não são os dois termos de uma relação dada, mas, efetivamente, o tipo de relação que os une (o sentido humano latente nessa variável). O caráter bizarro, aberrante, provém exatamente da supressão da distância lógica que aparta os dois termos:

**“Casal assassinado a golpes
de barra de ferro”**



**“Crime planejado pela
própria filha”**

O caráter articulado que referencializa esses dois elementos guarda, no entanto, uma *falha*, do ponto de vista lógico, que não transita ilesa pelas articulações discursivas propostas pelas matérias jornalísticas que tratam do parricídio. Nas reportagens constituintes do *corpus*, estão estruturadas várias das inteligências enunciativas descritas neste capítulo, a fim de tramar uma resposta aos incessantes *porquês* que se avolumam no contexto dessa temática específica.

Como tributário da noção de objetividade, entretanto, assentado na modalidade do *saber*, o discurso jornalístico empreende determinadas estratégias cujo efeito de sentido sobrevém precisamente por se furtar à ordem do espanto. Antes, essas reportagens denotam a instalação de uma maquinaria enunciativa (apenas apreensível por meio de uma leitura transversa, reitere-se) que tem garantido seu funcionamento simulando ocupar um lugar exterior ao discurso – posicionamento epistêmico que fenece ante a abordagem da prática jornalística como fundada e fundamentada na linguagem.

No âmbito específico do *fait divers*, cabe voltar à questão do espanto como ordem refratária à ordenação, ao previsível, ao episódico. À luz de Didier-Weill, talvez seja pertinente falar-se (na relação temática do parricídio quando discursivizado nas matérias analisadas) em um espanto que se assemelha àquele advindo do campo da arte: “O objeto artístico se caracteriza, ele, pelo surgimento específico de uma coisa que, até então latente, ausente, é *subitamente levada ao estado de aparecimento* (...). O que nos mostra um quadro? Que a presença do invisível, interdito de permanência no mundo cotidiano, cessa

de ser interdita, ao trilhar um caminho até nossos olhos que, nesse encontro espantoso, ‘depõem as armas’” (Didier-Weill, 1997: 24).

Capítulo Segundo

Édipo tirano: entre o desejo e o poder

“O inferno são os outros”
(Jean Paul Sartre)

1. Dimensão trágica e dimensão mítica

Com vistas a desenvolver, como uma das operacionalizações fundamentais deste estudo, o reconhecimento e a interpretação das emergências intertextuais em segmentos do *corpus* da pesquisa, a tragédia grega *Édipo tirano* (430 a.C.), de Sófocles, sobrevém como um relato relevante para que sejam articuladas as pretensas conexões intertextuais nas matérias jornalísticas que têm o parricídio como tema central.

A figurativização dos dois elementos que, de maneira casuística, conduzem à ruína o soberano Édipo (o parricídio e o incesto) advém, ora segundo a perspectiva mítica, ora sob o viés trágico, como ponto de partida para que diversos pensadores ocidentais refaçam o percurso metafórico da personagem para estruturar conceitos ou formulações peculiares.

Nesse âmbito, tornaram-se célebres, entre outras tantas, as investigações do filósofo socrático Aristóteles (497-405 a.C.), que, em sua *Poética*, ocupa-se em circunscrever o sentido da tragédia enquanto “imitação de uma ação séria e completa, dotada de extensão, em linguagem condimentada para cada uma das partes, por meio de atores, e não mediante narrativa, e que opera, graças ao terror e à piedade, a purificação de determinadas emoções” (Aristóteles, s/d: 127). Para o filósofo, a quem *Édipo tirano* constituía a mais perfeita dentre as tragédias (sob o ponto de vista da completude dos esquemas canônicos), a referida articulação entre o terror (*phóbos*) e a piedade (*éleos*) era suficiente para suscitar, na

audiência, a purgação de sensações latentes e, em certa medida, coletivas – sobrevém, aqui, o conceito de *cathársis*.

A dimensão do trágico coaduna-se, ainda na perspectiva aristotélica, à questão do fatalismo: a trajetória do herói, que no geral se desenvolve do pólo da glória (*eudaimonia*) para o da desgraça (*daimonia*), tem como substrato uma falha ou erro estrutural (em nada identificada a questões fundamentalmente éticas ou morais), conhecida como *hamartía*. Esta se refere, preponderantemente, a um juízo equivocado, não raras vezes respaldado pela ignorância do herói em relação a sua própria origem.

Reside aí, precisamente, a perdição de Édipo: sua *hamartía* consiste em tentar fugir ao destino, respondendo de forma enfaticamente positiva, entretanto, a todas as condicionais para que o ciclo da ruína seja estabelecido de forma inexorável. Emerge, então, uma das correntes interpretações acerca dessa tragédia (Chauí, s/d: 72-73): ela subsume a história de alguém que se aniquila na medida em que percorre o caminho do autoconhecimento. Isso porque Édipo, a despeito da característica autocrática que denota sua atuação como soberano de Tebas, não é, efetivamente, magnânimo. Antes, ele simboliza (conforme se converte em uma espécie de bode expiatório da sociedade, sendo condenado ao ostracismo) um eterno cativo da vontade dos deuses – que guardam a cartografia inexorável de todos os seus passos – assim como da vontade da coletividade – uma vez que a referida obra de Sófocles se estrutura no contexto da nascente ordem democrática grega (oposta à composição da antiga aristocracia), em que a constituição do tirano resultava, para além de anacrônica, verdadeiramente nociva:

Se lembrarmos que a tragédia pretende legitimar a nova ordem democrática, também precisaremos lembrar que na democracia grega dois princípios são essenciais: o da isonomia, que garante igualdade de todos os cidadãos perante as leis, e o da isegoria, que garante a todos os cidadãos o direito à palavra nas decisões políticas. Ora, o tirano, estando acima dos demais, quebra a isonomia e a isegoria, é um desigual que fere os princípios democráticos. Para os tiranos, a democracia possuía uma pena: o ostracismo. Assim, o título da tragédia já indica uma figura que a ordem democrática coloca no ostracismo (Chauí, s/d: 61).

Conforme explicita Chauí, o título da tragédia sofocliana é tributário da valoração algo disfórica então atribuída à imagem do tirano. Eis o motivo por que houve a opção, já assinalada no início deste capítulo, em se aludir à obra como *Édipo tirano*, em detrimento da variação *Édipo rei*. Tal questão não se restringe à superfície de “maior ou menor coerência/precisão” em termos de tradução grego – português. Subsiste uma particularidade histórica que auxilia o redimensionamento do problema.

No contexto da Antiguidade Clássica, o tirano (*tyrannós*) não é propriamente identificado ao governante opressor, que rege a população por meio da força. Ao contrário, o termo é o oposto de *basileus*, ou seja, indivíduo que ascende ao poder graças à linhagem, ao sangue. O basileu herda o poder; o tirano o conquista, notadamente em virtude de suas características como guerreiro ou de sua sabedoria. Quando subjuga a Esfinge, resolvendo o enigma proposto (“Decifra-me ou te devoro”), Édipo retira a cidade de Tebas do jugo de uma peste, que espalhava tanto a morte quanto a deformação física aos cidadãos nascentes. O herói converte-se, pois, em tirano. E é a suposta sabedoria dele (ou, ainda, o excesso de sabedoria, que se converte em uma tentativa desesperada de manutenção do poder), que o fará cumprir os desígnios da tragédia, como será explicitado a seguir (Chauí, s/d: 62).

Paralelamente à referida dimensão trágica, há que se considerar as leituras acerca da história de Édipo que são estruturadas segundo uma interpretação da lógica e do funcionamento dos mitos, empreendidas, por exemplo, por Lévi-Strauss (Rocha, 2001: 76-92), que preconiza o olhar sobre a narrativa edípiana no intuito de estudar como diferentes povoações relacionam-se com a questão de sua origem, conforme será descrito.

Dadas as especificidades – e as finalidades – de cada uma das manifestações ora abordadas (a tragédia e o mito), enseja-se, antes, identificar feixes de possíveis associações, referencializações, alusões, releituras e outros estatutos circundantes à noção de intertextualidade, para que possam ser colocados em perspectiva, quando do exame das reportagens que constituem o *corpus* deste trabalho, no âmbito de verificar a validade (bem como as formas de estruturação) das manifestações interdiscursivas. Por conseguinte, o exame dessa possível reincidência na materialidade dos textos analisados poderia fornecer alguns indícios das chamadas “vontades de verdade”, segundo a terminologia de Foucault

(2002), que continuam a respaldar determinadas produções culturais contemporâneas, como é o caso dos textos jornalísticos.

De volta ao estatuto mítico, torna-se pertinente examinar algumas das especificidades que atribuem a essa manifestação uma característica, em determinado grau, de imanência. Pronto a ser incorporado – e, com efeito, reincorporado – pela sociedade, a um só tempo, o mito advém como uma figurativização (posto que alegoria) de neutralização das contradições inerentes ao humano. Não sem razão, as mensagens que encontram lugar privilegiado (ainda que não exclusivo) no terreno das mitologias referem-se às questões da origem, da transcendência, das limitações do homem.

Na perspectiva de Roland Barthes (1980), sentido e forma “são inextrincáveis” no mito, o que funda uma dinâmica em essência ambivalente: ao leitor, essa materialidade sobrevém, ao mesmo tempo, como verdadeira e irreal. No mito, a imagem (ou o significante) não só evoca, como também implica o conceito. Em uma dinâmica mútua, a conjuntura é transformada em eternidade:

O que o mundo fornece ao mito é um real histórico, definido, por mais longe que se recue no tempo, pela maneira como os homens o produziram ou utilizaram; e o que o mito restitui é uma imagem natural desse real (...). O mito é constituído pela eliminação da qualidade histórica das coisas: nele, as coisas perdem a lembrança de sua produção (Barthes, 1980: 163).

Nesse âmbito, depreende-se que o mito propõe uma evacuação dos componentes contingentes, históricos, materiais dos fenômenos: ele não os explica, constata-os. Banha-os nas águas da estabilização, da não contradição, retirando-os do seio da política (como correlata das construções, assim como das sujeições, sócio-históricas próprias do homem). Na lógica do mito, há uma operacionalização interna para que as coisas “signifiquem por si” (donde o termo “imanência”). A relação proposta pelo texto mítico é de utilitarismo, não de verdade (ou mesmo de verossimilhança), de acordo com a acepção barthesiana. Por esse motivo, a explicitada “despolitização” presta-se às necessidades de cada circunstância, em dado momento sócio-histórico. A sociedade é quem escolhe, articula, rearticula e, não raro, desconsidera (temporária ou permanentemente) seus mitos.

É relevante, pois, que ora sejam retomados alguns aspectos constitutivos da tragédia, a fim de que, sob a ótica puramente didática (em que pese o reducionismo aí implicado), possam ser pontuadas suas peculiaridades em relação ao mito. Ao passo em que este encarna a neutralização das contradições, são precisamente elas que constituem a força motriz da tragédia. O que seria a catarse, senão a exacerbação máxima, o ponto intolerável de tensão, entre dois estatutos inconciliáveis?

Da mesma maneira, a forte despoltização característica do mito seria impensável na constituição da tragédia. Ela advém e se consolida entre os séculos VI e V a.C., momento que coincide com o estabelecimento de instituições representativas da *pólis*: as assembleias, os tribunais, novas idéias concernentes à legislação. Sublinha Chauí:

(...) A tragédia (...) é sobretudo, no dizer de Jean-Pierre Vernant, uma instituição social e uma experiência poética. Além de ser custeada pela Cidade-Estado, de ser um concurso público de que participam os cidadãos, de ser representada por atores profissionais e por um colégio cívico de cidadãos (que fazem o coro), ela é uma interrogação que a Cidade efetua, uma reflexão da cidade sobre os conflitos entre a nova ordem democrática (ordem humana e jurídica) e a ordem antiga, aristocrática (ordem religiosa e fundada no sangue). (...) Em outras palavras, a redefinição do lugar como poder público (e não mais privativo de um grupo ligado por laços de sangue) e da instância da lei como cívica (Chauí, s/d: 58-59).

Cabe ponderar que um expressivo número de tragédias arcaicas tem como embrião uma narrativa mítica – o que, evidentemente, é um indicador de que as duas modalidades são, em grande medida, auto-referenciais. Ocorre que, em vista dos sentidos propostos e das finalidades a que se destinam, tragédia e mito podem motivar interpretações de sentidos múltiplos. A se tomar como exemplo a resolução, por Édipo, do enigma da Esfinge, isso é perceptível.

No momento em que o monstro tebano lança o desafio (“Quem é, ao mesmo tempo, quatro pés, três pés e dois pés?”), o então príncipe de Corinto, servindo-se da própria astúcia, alude rapidamente ao homem (quando criança, arrasta-se sobre quatro apoios,

engatinhando; na fase adulta, anda ereto, sem o auxílio de apoios adicionais; na velhice, um tanto debilitado, recorre a um bastão para poder se equilibrar). Algumas versões do mito, entretanto, dão conta de que Édipo nada verbaliza à Esfinge. Antes, aponta para si próprio – o que é, em termos, distinto da resposta “o homem”.

Segundo uma acepção mítica (reitere-se: despolitizada, imanente), o fato de o príncipe mostrar a si próprio como decifração do enigma, pode ser interpretado conforme a polarização capacidade vs. incapacidade de *andar sozinho*, de ser *autônomo*. A própria etimologia da palavra Édipo (“pés inchados”) alude a isso. A única etapa em que Édipo foi ilusoriamente senhor de seus passos deu-se durante a maturidade, quando se tornou rei de Tebas. Na infância (abandonado pela mãe) e na velhice (condenado a errar, cego, por ter cometido parricídio e incesto), o herói depende da boa vontade de outros para que possa, a rigor, sobreviver.

Por outro lado, uma análise segundo a concepção trágica do mesmo excerto, ainda de acordo com Chauí, projeta o leitor em outra direção. Ao responder “o homem” (admitindo-se essa cena como possível, dada a diversidade de versões), Édipo incorpora a variável do *tempo* (sucessão: infância – maturidade – velhice), a fim de subjugar a Esfinge. Ocorre que, ao se considerar, entretanto: a) a validade de o monstro ter enunciado realmente a ressalva *ao mesmo tempo*; e b) o fato de o herói ter apontado para si o dedo indicador; sobrevêm, aqui, a gênese da contradição. Édipo é, ao mesmo tempo, o menino (filho de Jocasta), o homem (marido dela, pai de seus quatro filhos) e o velho (ao mesmo tempo, avô dos próprios filhos).

Voltando ao estatuto do mito, o antropólogo Claude Lévi-Strauss, em sua análise estruturalista, que privilegia as relações de parentesco constituídas (ele divide diferentes mitos, não apenas o de Édipo, em pequenos estatutos-chave a que denomina *mitemas*), interpreta a história de Édipo como um relato sobre a *origem*. Isso porque examina os mitemas que constitui segundo os grupos: “relações de parentesco supervalorizadas” vs. “relações de parentesco superdesvalorizadas” (Rocha, 2001: 90).

Na linhagem edípica, sobrevêm como exemplos do primeiro grupo: Cadmo (fundador da cidade de Tebas, berço de Édipo) sai à procura da irmã, Europa, raptada por Zeus; Antígona (filha de Édipo com Jocasta) enterra o irmão Polínice, violando a proibição

de seu tio, Creonte. No segundo grupo, emergem como exemplos: Édipo mata Laio, que é seu pai; Etéocles (filho de Édipo e Jocasta) mata seu irmão Polinice; etc.

Com base na interpretação do mito, Lévi-Strauss explica que todas as sociedades recorrem a narrativas desse tipo para entender sua origem e organização. A estrutura seria, pois, a mesma nesses diferentes grupos sociais. O antropólogo vai ainda adiante, ao analisar, etimologicamente, os nomes dos ascendentes de Édipo. Segundo a mitologia, o pai de Cadmo e Europa é chamado Lábdaco (“coxo”); Laio significa “torto”; Édipo, “pés inchados”. Dessa feita, o teórico associa esse mito com outros correlatos dos continentes americano e africano, para descobrir que a alusão às deformações dos membros locomotores também se verifica.

Nesses relatos, a deficiência é identificada à autoctonia, ou seja, a dificuldade de andar apresentada por aqueles seres que provêm diretamente da terra. Instala-se, pois, o impasse: o homem será realmente autóctone (*vem do mesmo*) ou seria originário de dois seres, sexualmente diferenciados? Quando, tanto a impertinência da autoctonia, quanto a evidência da diferenciação sexual são reconhecidas pela sociedade em questão, valida-se o tabu do incesto, ou seja, a lei que possibilita a distensão entre a natureza e o homem, abrindo espaço para o advento da ordem cultural, simbólica.

Uma vez ponderadas as aproximações e as diferenciações entre as abordagens trágica e mítica da história de Édipo, assim como dois dos possíveis feixes de reflexões oriundos de cada uma delas (a teorização aristotélica sobre as propriedades da tragédia, e as análises sobre questões de origem, a partir do viés do mito, por Lévi-Strauss), apresentar-se-ão as duas interpretações acerca de Édipo que nortearão a operacionalização da análise proposta por esta pesquisa.

Dentre outras tantas, as duas abordagens foram escolhidas com base nos seguintes critérios: fecundidade teórica das idéias desenvolvidas; pertinência dos dois referentes teóricos ao âmbito – aqui generalizado – dos estudos da cultura (tangendo questões essenciais a esse contexto: composição da sexualidade, relações de poder, formas de articulação dele com o conhecimento – operacionalização do saber); possibilidade de se empreender, sob a óptica da emergência de intertextualidade, resultados mais expressivos durante a investigação, levando-se em conta a especificidade do objeto de estudo.

2. O Édipo de Foucault: complexo de saber e poder

Sob o olhar de Michel Foucault, notadamente pela segunda das conferências que aparece desenvolvida em *A verdade e as formas jurídicas* (2005), o relato sobre Édipo estrutura-se segundo a idéia de que existe uma relação estreita entre saber e poder (com efeito, no que é tangente a poder político e conhecimento). O pensador, logo de início, deixa explícita a ressalva de que não tangerá a dimensão mítica de Édipo, mas o texto trágico, tal como se lê na peça de Sófocles.

Para Foucault, *Édipo* fundamenta-se enquanto uma narrativa em que se empreende uma pesquisa pela verdade: o herói, desconhecendo o componente trágico dos fatos (é parricida, é incestuoso), lança-se em uma busca pela verdade que, segundo acredita, será sua redenção (em outras palavras, a forma de manter sua soberania sobre a população de Tebas). Ocorre que, a partir de determinadas técnicas, a recomposição dessa verdade plena acaba por fazer perecer a citada soberania do monarca.

É interessante observar que a tragédia é reorganizada segundo uma ordem a que o teórico denomina “Lei das metades”; por meio do ajuste de fragmentos de informação, sempre aos pares (em uma lógica em que o aparecimento de uma metade torna imprescindível que se empreenda uma busca na direção da faltante), é que também o poder se recompõe, progressivamente. Não o poder ilusório de Édipo, que julga, inadvertidamente, que deixará de ter o trono ameaçado no exato instante em que desvendar o motivo da maldição que assola seu reino (na forma de uma peste).

O poder, ao contrário, está disperso, figurativizado nesses fragmentos de informação. Ele, porém, transcende o homem, ainda que seja o rei, Édipo tirano. O jogo das metades configura-se em todos os níveis: aparece na dimensão dos deuses, com o deus de Delfos, Apolo, e o cego adivinho, Tirésias, que representa a sombra, o duplo da divindade

na Terra. Nesse patamar, tem-se, pela junção dos fragmentos, o seguinte estatuto: 1. “A cidade vive o efeito de uma conspiração”; 2. “A conspiração refere-se a um assassinato”; 3. “A vítima do assassinato é Laio”; 4. “Édipo é o assassino”.

Toda essa verdade, entretanto, foi enunciada de forma profética, prescritiva: o enunciado mira o futuro. Faltam, pois, as outras duas dimensões temporais para que o indício se materialize, de fato.

Se a dimensão futura é enunciada pela *boca* do divino, o nível presente é identificado à nobreza, representado pelo par Édipo – Jocasta. No encaixe das duas metades, tem-se: “Laio foi morto no entroncamento de três caminhos” (fragmento de Jocasta) e “Isso foi exatamente o que fiz na viagem a Tebas, matar um homem no entroncamento de três caminhos” (fragmento de Édipo).

Para que o ciclo da tragédia se feche – e a grande peça chamada Poder seja reconstituída por meio de todas essas *semiverdades* – falta apenas a dimensão do passado, isto é, a necessidade de testemunho(s) que desse(m) conta de que Laio e Jocasta são pais de Édipo, o que transformaria o soberano, de um só golpe, em parricida e incestuoso.

Mais uma vez, opera-se a lei das metades, ora no estrato da camada mais humilde da população. O primeiro fragmento vem de um escravo de Políbio, pai adotivo de Édipo, que vai a Tebas anunciar a morte de seu senhor e acaba por revelar que Políbio não era o pai biológico de Édipo. O segundo fragmento é denotado por meio de pastor que vivia recluso e admite ter entregado um menino, da casa real de Laio e Jocasta, ao escravo de Políbio, rei de Corinto.

Uma vez recomposto o ciclo, com o reconhecimento da dimensão trágica dos acontecimentos, é latente, na composição sofocliana, a forma de operação dos pequenos fragmentos (instrumentos) de poder:

É pelo ajustamento de duas metades que se poderá reconhecer a autenticidade da mensagem, isto é, a continuidade do poder que se exerce. O poder se manifesta, completa seu ciclo, mantém sua unidade graças a este jogo de pequenos fragmentos (Foucault, 2005: 38).

Outro aspecto relevante que deriva da exposição da lei das metades é um deslocamento que é colocado em marcha, quando da reconstituição da *peça* Poder.

Evidencia-se a necessidade de uma confirmação, radicalmente humana, acerca daquilo que os deuses já haviam predito. É nesse âmbito que se situam o escravo de Corinto e o pastor de Citerão. Eles personificam a figura da testemunha, que passa a ser tão importante, em termos das estruturas judiciárias da Grécia clássica, naquele contexto.

Há, então, a emergência de um outro tipo de relação para com a verdade. A um ato, a uma contenda, para que recebam a valoração de *verdadeiro* ou *falso*, não mais é suficiente o fato de se recorrer aos deuses, jurando em seu nome. Aparece, pois, a necessidade do testemunho, de alguém que atribuirá ou não validações com base naquilo que *viu*, presenciou. Esse novo panorama não desqualifica, no entanto, o teor das profecias divinas; ao contrário, aproxima-as ao relato dos homens, como se esse fosse reflexo direto daquelas.

A relação entre poder e saber é materializada, no texto de Sófocles, pelo próprio tirano. Ele representa aquele que sabia demais (tanto sabia, que conquistou para si o trono de Tebas; tanto sabia, que, em sua busca renitente pela verdade, acabou por descobrir uma outra *verdade*, tão plena e irremediável, que o expulsou para longe do convívio com seus semelhantes).

Édipo operacionaliza seu saber com o intuito exclusivo de não ter o poder usurpado. Ele desconfia que Creonte, irmão de Jocasta, quer lhe tomar o trono. Chega mesmo a cogitar que o cego Tirésias conspira contra ele, desejoso que estaria (o adivinho) do Governo de Tebas.

O tirano subsume a imagem daquele que caminha solitário. Reúne, de si para si, um saber empírico, precisamente o que não transige e que foi forjado mediante as provas de superioridade em relação aos outros membros da *pólis*. “Saber autocrático do tirano”, na terminologia de Foucault.

A saga de Édipo constitui-se, propriamente, como a saga da busca. Foi pela busca (e, conseqüentemente, pelo encontro), que ele galgou o caminho de *filho enjeitado* a soberano. Mas foi também pela busca, pelo afã de tudo querer ver (a rigor, quando se encontra algo, faz-se com os olhos abertos), que foi ao encontro da própria ruína. Em um contexto político (a Grécia arcaica) que se orientava rumo a um ideal democrático em que a vontade de verdade aproximava-se a um certo ideal de equilíbrio, Édipo tirano destoava como a encarnação dos excessos.

3. O Édipo de Freud: os limites do desejo

A segunda releitura referente à tragédia de Édipo de que este estudo se servirá para a análise, primordialmente, diz respeito à formulação de Sigmund Freud a respeito do chamado “Complexo de Édipo”, uma imbricação de sentimentos e fantasias ambivalentes que, na gênese da sexualidade humana, ainda durante a infância, localiza o indivíduo em uma relação triádica com dois outros indivíduos que desempenhem, para essa criança, as funções materna e paterna. Também denominado “complexo nuclear”, pelo caráter de universalidade (seria recorrente, para Freud, a todas as civilizações), o Complexo de Édipo fundamenta-se (de forma muito generalista, esquemática e mesmo reducionista) na cena da citada relação ternária, uma vez que se desenvolve durante a fase que Freud classificou como fálica (cronologicamente identificada ao período que vai, em aproximado, dos 3 aos 5 anos de idade).

As etapas que precedem a fase fálica, chamadas, respectivamente, de fase oral e fase anal, seriam caracterizadas segundo uma relação dual, seja pelo fato de que a criança se relacionar exclusivamente com a mãe (com partes do corpo dela ou com fragmentos que façam as vezes de substitutos, os denominados objetos parciais), seja porque se relaciona com seu próprio corpo, como se este fosse o corpo de outrem.

Com o advento da fase fálica, há uma perturbação no processo. A estruturação da função paterna desnuda à criança, como momento inaugural, o estatuto de que seu desejo jamais será satisfeito de maneira unívoca, irrefreada. A posição paterna é também aquela que sinaliza ao pequeno indivíduo com o primeiro *não*, a interdição fundamental que o habilita a ingressar no mundo das leis simbólicas, precisamente aquelas que estruturam a civilização, a cultura.

Na medida em que essas acepções parecem se opor ao estatuto da barbárie (remontamos, aqui, às formulações de Lévi-Strauss a respeito das estruturas fundamentais

de parentesco), a interdição do incesto advém como metáfora dessa proibição, do *não* fundamental. Ocorre, no entanto, que a interdição (para além de representar, literalmente, o tabu do incesto e para além de limitar a função paterna ao pai ontológico) investe-se como um limitador do desejo. O que é colocado em jogo, então, é a tensão entre o processo de subjetivação do indivíduo e as injunções da cultura.

É da dissolução – mais ou menos precária, de sujeito a sujeito – do Complexo de Édipo que depende, na perspectiva freudiana, não só a gênese, mas também as formas de atuação (com as respectivas intensidades de repressão) da instância do superego. Coadunado ao lugar da censura, do *dèja-vu* – que, como reação ao novo, “leva o homem a decair no já conhecido” (Didier-Weill, 1997:29) –, o superego é o elemento que vai apontar, de maneira sempre enérgica, a posição de onde, ao sujeito, é permitido falar (quando, reiterar-se, isso for permitido).

Ocorre, entretanto, que o processo não se desenvolve de forma linear, tampouco unilateral. A fissura que se abre quando da interdição fundamental, advinda da Lei simbólica, insinua também a permanência (uma vez que é da ordem do *desde sempre lá*) de um fundo perene, que não se articula às outras instâncias do psiquismo, mas que fala à revelia do sujeito. Chamada de inconsciente, tal instância (não localizável, sublinhe-se), não se subordina nem reconhece as articulações de tempo e a lógica da consciência. Por esse motivo, é alheia à contradição. Antes, requer ser interpretada, verdadeiramente decifrada – qual a verdade na tragédia de Édipo, que aparece sob a forma de enigmas, predições, linguagem não denotativa. Aos olhos da consciência, resiste incompreensível. A despeito disso, é porção inalienável do sujeito. A *voz* do oráculo, realmente, só profetiza as *verdades* que Édipo já trazia em si.

É por essa razão que, quando o tirano leva à máxima potência a combinação saber e poder, na vã tentativa de domesticar o desconhecido e manter a qualquer custo a própria soberania, arca com o ônus da auto-aniquilação. Para que possa viver, sobreviver, ser reconhecido em uma ordem simbólica, Édipo precisa matar. Matando, coloca em movimento a roda da tragédia. O preço do reconhecimento, de forma paradoxal, é a própria negação da condição humana, irremediavelmente determinada pela assunção à Lei e a conseqüente aderência (a rigor, involuntária), à ordem do simbólico, como metaforiza Marilena Chauí:

A encruzilhada: a escolha do caminho. Laio impedindo Édipo de trilhar o caminho: o pai assassino, objeto mau que joga a criança fora da estrada da vida. O assassinato de um velho com o golpe de bastão do jovem: o falo de Édipo destruindo o de Laio. O filho oralmente insatisfeito precisa da relação genital com a mãe, o que só pode conseguir através do parricídio (Chauí, s/d: 72).

É interessante observar, por meio da referida formulação, sobretudo onde figura a aniquilação de Laio por Édipo, as articulações advindas de uma imagem do período adolescente, que seria um ideal cultural de nossa sociedade, conforme sublinha Contardo Calligaris:

Cada vez mais, o olhar dos adultos se desloca das crianças para os adolescentes, pois o espetáculo de sua felicidade é de fato mais gratificante. Se conseguirmos realizá-la mantendo os adolescentes protegidos e irresponsáveis como crianças, mas com exigências e voracidades de adultos, eles vão nos oferecer um show bem parecido com a felicidade que gostaríamos aqui e agora, para nós (Calligaris, 2000: 68).

No âmbito de algumas matérias que compõem a análise deste trabalho, torna-se latente a expressão de um julgamento relativo aos personagens parricidas como rompedores do pacto, dessa vez porque, passando de uma insubordinação aceitável, controlada e mesmo desejável (enquanto ideal cultural), exerceriam uma insubordinação autônoma, indo buscar por conta própria seu passaporte de entrada no mundo adulto, o que, de um único lance, tanto fascinaria quanto causaria pânico, nos termos de uma fantasia que se materializa segundo uma das formas mais drásticas possíveis.

4. Substratos para a análise interdiscursiva

O percurso teórico apresentado neste capítulo visa a empreender uma busca por algumas das possíveis interpretações àquele que é considerado, para o presente trabalho, como texto base da tragédia de Édipo – a já referida peça teatral de Sófocles. O autor, para além de ser reconhecido (sob testemunho de Aristóteles) como o mais bem sucedido entre seus congêneres na produção de uma tragédia, escreveu, ainda nesse âmbito, mais duas obras que se coadunam, qual uma unidade, à aventura edipiana.

Antígona pode ser analisada como a personagem que restitui à linhagem de Édipo o direito de reingressar na ordem simbólica – da qual, como uma maldição, a família foi banida quando do desenlace, do cumprimento do ciclo trágico em *Édipo tirano*. Por desobedecer à interdição de Creonte, dando sepultura em Tebas ao irmão Polinice, morto por Etéocles (outro dos filhos de Édipo e Jocasta), Antígona paga com a própria vida pela empreitada.

A outra peça que compõe essa trilogia de Sófocles, *Édipo em Colona*, focaliza o período de errância do soberano banido. Velho e cego, é somente nesta obra que Édipo advoga alguma inocência em relação ao crime do parricídio, quando retruca uma acusação de Creonte: “Se agredido fosses, por acaso, por um desconhecido qualquer em uma estrada deserta, irias, antes de revidar e defender-se, indagar se aquele mesmo homem haveria de ser teu pai?”.

Pela expressividade da composição de tal trilogia sofocliana, optou-se por esse autor, em detrimento de outros trágicos, para que seja estabelecido o texto elementar com base no qual será operacionalizada a análise interdiscursiva, no último capítulo. É pertinente sinalizar, entretanto, que o tema de Édipo, no teatro grego, é abordado ainda por Ésquilo (*Sete contra Tebas*) e Eurípedes (*As Fenícias*). As duas composições versam sobre a luta fratricida de dois filhos de Édipo e Jocasta – Etéocles e Polinice – pelo poder na cidade de Tebas.

Já em uma primeira empreitada intertextual, estruturada neste capítulo, foram sublinhadas as acepções de Michel Foucault e de Sigmund Freud sobre a história de Édipo. Conforme denotado, as duas abordagens tiveram como critério essencial de seleção o fato de apresentarem percursos interpretativos afins às necessidades do trabalho de análise proposto por esta pesquisa.

Um desses fatores liga-se, sobretudo, a uma composição bastante recorrente nas matérias jornalísticas que fazem parte do *corpus*. A figurativização dos adolescentes ou pós-adolescentes corresponderia ao referido ideal de adolescência, detectável na sociedade contemporânea, que, ao mesmo tempo em que impõe a esses jovens uma espécie de *moratória*, espera compulsória e, de resto, quase incoerente para que eles possam ser reconhecidos no mundo dos *adultos*, conforme define Calligaris, incute no espírito dos mesmos adolescentes um valor central à modernidade: o ideal de independência. No caso específico dos parricidas, os jovens construídos discursivamente nas reportagens parecem ter rompido o pacto não só em relação ao pai, mas, sobretudo, em relação ao próprio ideal de adolescência que emana da sociedade, profanando-o. Isso porque eles frustrariam, com seu ato extremo, a *vontade dos adultos*, que projetariam nos jovens aquilo que eles mesmos gostariam de ser *para sempre*.

Nessa ordem paradoxal, resulta muito próxima da tragédia edipiana a polarização entre o *ser reconhecido/fazer parte* e o *tomar à força o lugar do pai*, nos textos jornalísticos em questão. Assim como Édipo, essas personagens tentaram instituir a própria lei. Da mesma maneira que o herói trágico, pagaram o preço do olhar autocrático.

Capítulo Terceiro

Preâmbulos da análise

*“As únicas respostas interessantes são aquelas que destroem as perguntas”
(Susan Sontag)*

1. Conceitos e categorias

Como etapa anterior ao trabalho de análise, apresenta-se, neste capítulo, a descrição dos procedimentos e categorias que serão preconizados para a abordagem do *corpus*. A partir da estruturação do quadro teórico desta pesquisa, tornou-se possível depreender algumas possibilidades analíticas no intuito de se verificar de que maneira os discursos presentes nas reportagens selecionadas, ao se textualizarem, mobilizam determinados efeitos de sentido. Conforme sublinhado em diferentes momentos do trabalho, a constituição do sentido, na perspectiva da enunciação, responde, inicialmente, a dois movimentos: existe algo que é retomado (em vista do processo interdiscursivo, da memória, da remetência de determinado enunciado a algumas formações discursivas), assim como algo que advém como “novidade”, levando-se em consideração o próprio ato enunciativo, a cada vez único, momento por excelência em que se instaura, legitimando-se, a posição subjetiva de quem fala:

O que importa é a conexão entre o que (se) diz e outros discursos do mesmo tipo, ou melhor, produzidos da mesma posição. Mas conta também a eventual sacada (mot d’esprit), que é freqüentemente pessoal, cujo mérito não pode ser simplesmente subtraído ao sujeito (Possenti, in: Gregolin e Baronas, 2003: 45).

A preocupação em se *reconstituir* o percurso por meio do qual é construído o sentido ganha relevância na medida em que isso tende a tornar mais explícitas as formas segundo as quais um discurso, ao dialogar com seu exterior constitutivo, empreende uma identidade. Nesse movimento, torna-se fundamental pensar nas operações ideológicas que orientam o movimento, com vistas a reiterar a referida vontade de verdade – posto que articulada em função da ilusão de transparência do dizer – própria de cada formação discursiva. A *trajetória base* que orientará a análise aqui proposta, portanto, partirá das materialidades textuais apresentadas em cada matéria jornalística, para que, a partir disso, sejam levadas em consideração as estratégias empreendidas na discursivização do texto: a referencialização às formações discursivas específicas e, como consequência, algumas das matrizes ideológicas que subsidiam o processo (Orlandi, 2000).

Para operacionalizar esse trajeto, a interpretação, primeiramente, versará sobre uma leitura panorâmica de cada reportagem, aludindo-se a variáveis como: disposição da matéria na(s) página(s), componentes não-verbais dos textos (fotografias, infográficos, *story-boards* etc.), eventuais coexistências explícitas de discursos de áreas distintas àquelas que constituem a matéria propriamente dita (a exemplo de publicidades), nível de importância concedido à composição discursiva no conjunto de cada revista (presença ou ausência de chamadas de capa, eventual figuração como reportagem principal da edição, abertura em página par ou ímpar etc.). Acredita-se, em termos das formulações da análise do discurso, que todas essas variáveis co-incidentem no aspecto da construção do sentido proposta em cada um dos textos como uma unidade.

As categorias preconizadas na análise, quando da articulação entre as materialidades verbal e não verbal das reportagens, levarão em consideração o âmbito dos estudos enunciativos, tanto em sentido estrito (puramente lingüístico, visando a tanger as operações constituintes do enunciado, segundo as atuações de um locutor que se instala na mensagem, assim como de um sujeito enunciativo que se torna apreensível), quanto em sentido amplo (propriamente discursivo, aludindo-se ao contexto de comunicação, às formas de negociação com o exterior, às articulações da memória e às imbricações ideológicas propostas)²⁰. Pondera-se que, na perspectiva desta pesquisa, não se credita como produtiva

²⁰ A respeito da conceituação que aborda o fenômeno enunciativo segundo as perspectivas “estrita” e “ampla”, ver: Charaudeau, P. e Maingueneau, D., 2004, p. 193 e seguintes.

(nem mesmo como tangível) uma dissociação entre as duas referidas abordagens: antes, a inter-relação entre elas emerge como opção viável no intuito de se buscar compreender os construtos por meio dos quais a identidade discursiva se estrutura.

Em vista dessas ponderações, a análise não se deterá em um levantamento exaustivo das categorias enunciativas em si mesmas (o que, no decurso do trabalho poderia inviabilizar uma interpretação mais direcionada à apreensão dos efeitos de sentido), mas, partindo-se delas, priorizará a recorrência de construções análogas, no processo de remetência a determinada formação discursiva.

Como a atividade enunciativa viabiliza uma dimensão reflexiva, na medida em que possibilita a construção de um universo por meio do ato de fala, as materializações dêiticas (actorialidade, temporalidade e espacialidade) serão consideradas como indícios das operações por meio das quais os enunciados assentam-se na situação de enunciação, propondo, assim, uma qualificação dessa instância – processo conhecido como embreagem. Os enunciados jornalísticos, conforme referido no Capítulo Primeiro, estruturam-se, via de regra, a partir de planos não-embreados, ou seja, caracterizados por um apagamento sistemático da instância enunciativa, com vistas a determinados fins. A despeito disso, as próprias marcações da disjunção relativa à enunciação abrem caminho à composição de determinadas significações.

Outra maneira de se tanger o posicionamento do locutor nesses textos respalda-se na asserção de que todo enunciado encerra um valor modal, procedimento responsável, assim como a embreagem, por denotar a referida presença do locutor no interior do *dito*, seja por meio de constatações, avaliações, julgamentos, prescrições, ou ainda manifestações de assertividade, probabilidade, necessidade, entre outras. Dessa maneira, a verificação das eventuais referências dêiticas, em conjunto com as formas de modalização, subsidiarão o estudo relativo às marcas lingüísticas presentes nos enunciados das reportagens do *corpus*. Paralelamente, serão consideradas ainda determinadas escolhas léxicas vigentes nos textos.

É pertinente lembrar que o estudo dessas categorias não estará restrito a seu valor de imanência, mas matizado em vista do caráter constitutivamente heterogêneo do discurso. Retomam-se, aqui, as formulações de Authier-Revuz (1990) a esse respeito: posto que a univocidade, em termos discursivos, só pode ser considerada segundo determinadas operações da instância subjetiva, com o propósito, consciente ou não, de trabalhar a ilusão

de transparência, trata-se de verificar em que termos é empreendida a negociação com o exterior lingüístico, na constituição das identidades. Por esse motivo, a análise buscará circundar algumas formas de heterogeneidade mostrada, sejam marcadas, sejam não marcadas, para que se torne apreensível a inscrição da alteridade nas seqüências discursivas.

As formas marcadas de heterogeneidade manifestam a presença do *outro* segundo uma ruptura sintática na linearidade daquilo que é dito. Por meio do relato em discurso direto ou ainda pela inserção de termos metalingüísticos, apresenta-se o fragmento heterogêneo recorrendo-se a uma menção explícita na seqüência, delimitando-a como um objeto pontual, que remete o discurso a outro lugar.

Nas formas não marcadas, esse processo não é, *a priori*, tão nítido. Sem que se explicita uma ruptura sintática, estrutura-se a menção por meio do uso, integrando-se o fragmento na cadeia discursiva, ao mesmo tempo em que a construção do *ego* remete – sem descontinuidade explícita, reitera-se – ao lugar do *alter*. A natureza desse outro lugar/lugar do outro, pode ou não ser especificada no contexto em que o fragmento é mencionado, como sublinha Authier-Revuz. Dessa ordem são os trabalhos da ironia, do pastiche, da imitação, por exemplo.

Torna-se ora imprescindível a alusão, no campo da metaenunciação, à chamada “modalização autonímica”, procedimento por meio do qual o enunciador opera um desdobramento discursivo visando a uma reflexão de seu próprio ato de fala. Correspondem a esse estatuto os comentários que a instância enunciativa estabelece no enunciado, marcando as “não coincidências do dizer”. A esse respeito escreve Maingueneau:

A modalização autonímica se manifesta em uma grande variedade de categorias e construções: “de uma certa forma”, “desculpe a expressão”, “se eu posso dizer”, “ou melhor”, “isto é”, “para falar como X”, “deveria dizer”, “enfim”, “em todos os sentidos da palavra” etc. Pode também manifestar-se pela tipografia: itálico, aspas, reticências, parênteses e travessão duplo (Maingueneau, 2004: 159).

Por essas ponderações, depreende-se que a modalização autonímica é um procedimento que indica um certo distanciamento, uma reserva do enunciador face a própria enunciação, tendo em vista a configuração do coenunciador: pode estruturar-se, entre outras acepções, com as finalidades de referencializar que determinado segmento discursivo (ou determinado termo) não foi empregado de maneira correspondente ao que se qualifica como realidade; de propor um ajuste relativo ao uso de certas expressões (orientando a instância de coenunciação quanto ao sentido mais ou menos estrito que se pretende denotar); de se eximir da responsabilidade pela emergência de tal ou qual enunciado ou ainda de repassar ao coenunciador uma lacuna interpretativa, ao mesmo tempo em que se chama a atenção para o segmento que, em vista desse *vazio*, implica a presença do alocutário na compreensão do motivo pelo qual a modalização se faz presente (é o caso das aspas, por exemplo).

No intuito de se detectar alguns pontos de emergência da tensão identidade – alteridade no objeto de estudo, esta análise procurará destacar as formas de modalização autonímica que marquem as não coincidências entre: os interlocutores, o discurso consigo mesmo, as palavras e as *coisas* (quando não houver, eventualmente, *aderência relativa* entre as palavras empregadas e a realidade que designam); e as palavras consigo mesmas (em vista de sentidos potencialmente ambíguos ou contraditórios). O movimento que constitui a identidade discursiva, com efeito, oscila em uma ambivalência orientada pela antevisão da alteridade, nas palavras de Authier-Revuz: a que *outros* é necessário recorrer *vs.* de que *outros* é preciso se defender, para que se legitime o lugar do *um*:

Ao nível da cadeia do discurso, localizar um ponto de heterogeneidade é circunscrever este ponto, ou seja, opô-lo por diferença do resto da cadeia, à homogeneidade ou à unicidade da língua, do discurso, do sentido etc.; corpo estranho delimitado, o fragmento marcado recebe nitidamente através das glosas de correção, reserva, hesitação...um caráter de particularidade acidental, de defeito local. Ao mesmo tempo, remete a um alhures, a um exterior explicitamente especificado ou dado a especificar, determina automaticamente pela diferença um interior, aquele do discurso; ou seja, a designação de um exterior específico é, através de cada marca de distância,

uma operação de constituição de identidade para o discurso (Authier-Revuz, 1990: 31).

Ainda na esteira dos indícios do posicionamento da instância enunciativa em relação ao enunciado que estabelece, levar-se-á em consideração os processos de sobrenúnciação e subenúnciação, segundo as formulações de Marnette (2004), no que se refere às articulações entre locutor citante e locutor citado, desenvolvidas no Capítulo Primeiro deste trabalho. As formas de sobrenúnciação (predominância da voz do locutor citante em relação ao locutor citado), dessarte, poderiam ser identificadas segundo quatro variáveis principais, que cabem ser lembradas: as escolhas lexicais empreendidas; a ausência de qualificação precisa quanto à origem do locutor citado; a reconstrução – segundo o posicionamento do locutor citante – dos enunciados do locutor citado, em vista da reposição dessas materialidades em uma nova enunciação, a partir do que se construiu em outras circunstâncias discursivas, em diferentes suportes midiáticos; e o apagamento do *dito* do locutor citado pelo locutor citante, denotado pela ausência de elementos indiciais (dêiticos) ou de marcas de discurso reportado.

A subenúnciação, por seu turno, estaria respaldada em uma operação de *subtração* do locutor citante (colocando, pois, em relevo a voz do locutor citado), segundo a viabilização de dois efeitos de sentido principais: a homogeneização do discurso, em termos da estratégia de transparência, no caso de eventual aproximação entre as posições enunciativas (no que se refere aos juízos de valor) dos dois locutores; e o silenciamento, como forma de não adesão por parte do locutor citante, em uma circunstância em que os posicionamentos sejam discrepantes.

Dentre as categorias mobilizadas para a análise, no âmbito de se tanger alguns indícios da heterogeneidade discursiva, cabe ainda sublinhar o aspecto da intertextualidade, ou seja, o “processo de incorporação de um texto em outro, seja para reproduzir o sentido incorporado, seja para transformá-lo” (Fiorin, *in*: Barros e Fiorin, 2003: 30). À luz desse conceito, apresentou-se, no Capítulo Segundo da pesquisa, algumas leituras possíveis a partir da tragédia grega *Édipo tirano*, de Sófocles (além da leitura emanada do próprio texto base). A investigação buscará apreender possíveis remetências intertextuais nas matérias jornalísticas que compõem o objeto.

Torna-se necessário, entretanto, sublinhar duas ressalvas. A recorrência ao texto sofocliano, bem como às interpretações dele conforme empreendidas por Freud e Foucault, constituem um parâmetro para a análise, mas não excluem, evidentemente, as considerações acerca de materializações de intertextualidade advindas de outros campos enunciativos. Em segundo lugar, pondera-se que a intertextualidade não seria necessariamente essencial à construção dos textos (entendendo-se aqui o termo segundo um princípio de estabilização, espécie de *rastro* do processo discursivo). O interdiscurso, contrariamente, advém como condição estruturante: todo discurso é, fundamentalmente, interdiscurso, tendo em vista que, para além das expressões estritamente lingüísticas, ele é determinado em vista daquilo que constitui seu exterior. Ao interdiscurso, responde todo o conjunto daquilo que *uma vez já foi dito* e que, a cada nova enunciação, é *esquecido* a fim de que as posições subjetivas possam ser engendradas. Se as palavras, os dizeres, fazem sentido, é porque antes, alhures, já fizeram sentido: este é (re)convocado a cada formulação.

No contexto da interdiscursividade, a questão do esquecimento é, pois, fundamental. E esse esquecimento, conforme já referido, opera em duas vertentes concomitantes: aquela ideológica, que, viabilizando as construções que produzem a transparência do dizer, sustenta também a ilusão do *sujeito origem dos sentidos* e aquela enunciativa, que produz a impressão de aderência absoluta entre o pensamento e o discurso, preconizando um efeito de referencialidade. De ordem semi-consciente, esse último tipo de esquecimento, a despeito de respaldar a impressão de que o que se diz só pode efetivamente ser dito de determinada maneira, aponta para a existência de grupos parafrásticos, que denotam o fato de que o *dito* sempre pode ser outro. Frequentes vezes, inclusive, recorre-se a tais famílias parafrásticas, com o intuito de reiterar, corrigir, propor alterações, enfim, empreender determinada adequação aos enunciados, com vistas a efeitos de sentido específicos (Orlandi, 2000).

Cabe, ainda, apontar uma possível contradição em vista das descrições que acabam de ser referidas. Sustenta-se que a intertextualidade não seria, necessariamente, um princípio de constituição dos textos, contrariamente ao estatuto do interdiscurso. Ocorre, entretanto, que a circulação dos discursos, naturalmente no âmbito social, só poderia ser efetivamente estruturada por meio de um processo de textualização (donde o caráter

relativamente estável dos textos, apoiados no efeito de transparência). Advém, pois, a instância do discurso como indissociável da instância do texto. Para além de circunscrever inexoravelmente os limites de cada um desses construtos, será privilegiado, neste trabalho, o estudo das estratégias segundo as quais o movimento de textualização do discurso empreende efeitos de sentido que só poderão ser desvelados – em termos de funcionamento – tentando-se a discursivização dos textos.

2. Percursos e procedimentos da constituição do *corpus*

A compilação do *corpus* desta pesquisa releva das injunções do próprio tema (as coberturas jornalísticas sobre crimes de parricídio em revistas semanais de informação), cuja irregularidade sazonal inviabilizaria uma seleção aleatória. Inicialmente, o veículo “revista” foi preconizado devido a características que, em conjunto, poderiam apresentar mais possibilidades de aberturas à análise: textos verbais mais extensos, procedimentos gráficos mais complexos em relação ao veículo jornal, eventuais matérias especiais sobre os casos. Como a segmentação por assunto e público-alvo constituiria um complicador para a reunião dessas peças jornalísticas específicas (efetivamente, quase não houve matérias sobre parricídios, nas datas preconizadas, em veículos que correspondem a tal nível de segmentação - relativa à natureza das publicações - a exemplo das categorias: feminina, comportamento, interesse geral/cultura etc.²¹), optou-se pelas revistas semanais, de natureza informativa.

A partir dessa delimitação, buscou-se verificar quais dentre as quatro revistas de circulação nacional assim classificadas pelo IVC (*Veja*, *IstoÉ*, *Época* e *CartaCapital*) empreenderam, de fato, coberturas relativas a parricídios. Em vista do período em que se estruturou o pré-projeto desta pesquisa, final do ano de 2002, as primeiras matérias selecionadas para a composição do *corpus* referem-se ao caso Suzane von Richthofen (ver, no próximo capítulo, sinopses dos crimes). Nesse âmbito, a revista *CartaCapital*, que não divulgou reportagens relativas a esse episódio no referido momento, foi excluída.

Estabelecendo-se como ponto de referência as coberturas jornalísticas do caso von Richthofen, tratou-se de *retroceder*, tanto quanto possível, a fim de se verificar se o intervalo de tempo entre as matérias selecionadas motivaria diferenças significativas, no

²¹ Estes exemplos, referentes à segmentação quanto à natureza das publicações, são propostos segundo a classificação do IVC, Instituto Verificador de Circulação.

processo de construção de sentidos, a cada grupo de textos. Assim, a partir do último grupo (Suzane von Richthofen), que contava *a priori* com sete reportagens, tentou-se delimitar o primeiro, ou seja, tendo em conta a data inicial de circulação da revista mais antiga (*Veja*, 1968), procurou-se a primeira matéria relacionada a um crime de parricídio. Nesse âmbito, foi incorporada ao *corpus* a única reportagem relativa ao caso Marcelino Souto Maia Neto (1970).

Com as pontas então delimitadas – definição do primeiro e do último grupo de matérias, sob o viés cronológico -, procedeu-se à seleção das reportagens referentes às décadas de 1980 e 1990. O critério, nesses casos, foi a repercussão dos crimes no âmbito da opinião pública, motivando que, dentre as mais de 40 matérias pré-selecionadas, fossem inicialmente destacadas cinco matérias referentes ao caso Jorge Delmanto Bouchabki – “o crime da Rua Cuba” (1988) - e duas matérias referentes ao caso Andréia Gomes Pereira do Amaral (1994). Em relação ao episódio Bouchabki, cabe ressaltar que, a rigor, não é possível falar-se em um caso de parricídio: ainda que o filho Jorginho tenha sido apontado, no curso das investigações, como principal suspeito, o mesmo foi impronunciado (não houve julgamento por falta de provas), e, a despeito das sucessivas tentativas de reabertura do inquérito nos anos seqüentes, o crime foi considerado prescrito em 1999. Pondera-se, entretanto, que, para o âmbito desta pesquisa, as construções discursivas presentes nesse grupo de peças jornalísticas justificam sua figuração no *corpus*, uma vez que o trabalho ocupar-se-á de uma análise de características (e não, como é evidente, de ponderações relativas à materialidade dos acontecimentos).

Com a seleção dos quatro grupos de matérias, apresentou-se outro problema: nem todas as revistas estavam em circulação na data de determinados crimes. Com efeito, apenas *Veja* cobriria o período delimitado (1970–2002), com reportagens representativas para todos os grupos. Por outro lado, se esse fosse considerado um critério de exclusão, apenas o caso von Richthofen poderia ser abordado (*Época*, a mais nova das três publicações, começou a ser publicada em 1998). A solução mais viável, uma vez que a expressividade dos textos desencorajava a “troca” por materiais mais recentes (menos numerosos a partir de 1998), foi a da inclusão progressiva das publicações, tendo seu início de circulação como parâmetro. Dessa maneira, a equação entre as reportagens e os veículos em que figuraram ficaria assim disposta, anteriormente a um novo recorte do *corpus*:

- Caso Marcelino Souto Maia Neto (março de 1970): 1 matéria publicada em *Veja*;
- Caso Jorge Delmanto Bouchabki (dezembro de 1988): 3 matérias publicadas em *Veja* (levando-se em consideração a variante *Veja em São Paulo*) e 2 matérias publicadas em *IstoÉ Senhor* (que posteriormente passou a se chamar apenas *IstoÉ*);
- Caso Andréia Gomes Pereira do Amaral (março de 1994): 1 matéria publicada em *Veja* e 1 matéria publicada em *IstoÉ*;
- Caso Suzane Louise von Richthofen (outubro de 2002): 2 matérias publicadas em *Veja*, 2 matérias publicadas em *IstoÉ* (levando-se em consideração a variante *IstoÉ Gente*) e 3 matérias publicadas em *Época*.

Como ao menos dois desses casos tiveram bastante repercussão durante muito tempo depois do período circunscrito ao crime (Jorge Delmanto e Suzane von Richthofen), a compilação de todas as peças jornalísticas, ainda que referentes apenas àquelas publicadas em revistas semanais, tornaria inviável um trabalho de análise. Por essa razão, foram consideradas apenas as matérias imediatamente seqüentes aos episódios. Cabem, no entanto, duas exceções: no caso da Rua Cuba, foram preconizadas as reportagens que relatam o indiciamento de Jorge Delmanto Bouchabki (quase quatro meses após o crime); no caso Suzane Von Richthofen, considerou-se ainda uma reportagem especial, da revista *Época*, publicada dois meses após o crime.

Com o *corpus* estruturado a partir de 15 matérias, notou-se uma desproporção entre os grupos que haviam sido montados, em vista da quantidade de textos referentes a cada um deles. Por essa razão, das 5 reportagens tangentes ao crime da Rua Cuba, duas foram excluídas por meio de sorteio. O mesmo critério suscitou a eliminação de 3 dentre as 7 reportagens do caso von Richthofen. Com esse último processo, a disposição do *corpus* foi reordenada em uma totalização de 10 matérias, a saber: 1 referente ao caso Marcelino; 3 referentes ao caso Jorginho; 2 referentes ao caso Andréia; 4 referentes ao caso Suzane. A fim de sistematizar a leitura de cada grupo de reportagens, assim como do conjunto, propõem-se os quadros esquemáticos seguintes:

Grupo 1:

Caso Marcelino Souto Maia Neto – 1 reportagem

Matéria 1A: “Morte em família”

Revista: *Veja*

Data de publicação: 11 de março de 1970

Edição: 79

Página: 30

Número de páginas: 1/3 de página

Figuração como matéria de capa: não

Chamada de capa: não

Grupo 2:

Caso Jorge Delmanto Bouchabki – 3 reportagens

Matéria 2A: “O suspeito n. 1”

Revista: *Veja*

Data de publicação: 26 de abril de 1989

Edição: 1077

Página: 56

Número de páginas: 1/3 de página

Figuração como matéria de capa: não

Chamada de capa: não

Matéria 2B: “O dedo da polícia aponta para Jorginho”

Revista: *Veja em São Paulo*

Data de publicação: 26 de abril de 1989

Edição: 1077

Páginas: 12 - 20

Número de páginas: 9

Figuração como matéria de capa: sim

Chamada de capa: “O drama do acusado”

Matéria 2C: “Rua Cuba: o delegado apresenta seu culpado”

Revista: *IstoÉ Senhor*

Data de publicação: 26 de abril de 1989

Edição: 1023

Páginas: 62 – 67

Número de páginas: 6

Figuração como matéria de capa: não

Chamada de capa: “Rua Cuba: acharam o culpado?”

Grupo 3:

Caso Andréia Gomes Pereira do Amaral – 2 reportagens

Matéria 3A: “Eu tinha nojo dele”

Revista: *Veja*

Data de publicação: 13 de abril de 1994

Edição: 1335

Páginas: 80 - 82

Número de páginas: 3

Figuração como matéria de capa: não

Chamada de capa: não

Matéria 3B: “Casa de horrores”

Revista: *IstoÉ*

Data de publicação: 13 de abril de 1994

Edição: 1285

Páginas: 59-60

Número de páginas: 2

Figuração como matéria de capa: não

Chamada de capa: não

Grupo 4:

Caso Suzane Louise von Richthofen – 4 reportagens

Matéria 4A: “Ela matou os próprios pais”

Revista: *Veja*

Data de publicação: 13 de novembro de 2002

Edição: 1779

Páginas: 108 - 109

Número de páginas: 2

Figuração como matéria de capa: não

Chamada de capa: “Crime – a filha que matou os pais”

Matéria 4B: “Hediondo”

Revista: *IstoÉ*

Data de publicação: 13 de novembro de 2002

Edição: 1728

Páginas: 24 - 28

Número de páginas: 5

Figuração como matéria de capa: sim

Chamada de capa: “Jovem, rica, bela e cruel”

Matéria 4C: “Monstro em casa”

Revista: *Época*

Data de publicação: 11 de novembro de 2002

Edição: 234

Páginas: 36 - 42

Número de páginas: 7

Figuração como matéria de capa: sim

Chamada de capa: “Matou os pais e foi para o motel”

Matéria 4D: “No rastro de Suzane”

Revista: *Época*

Data de publicação: 9 de dezembro de 2002

Edição: 238

Páginas: 84 - 89

Número de páginas: 6

Figuração como matéria de capa: sim

Chamada de capa: “A verdadeira história”

Após a descrição de cada uma das matérias, em referência a determinado grupo temático (1, 2, 3 ou 4, em vista do crime específico a que se refere), procede-se a uma esquematização do quadro global das reportagens:

Grupo	Matérias	Revista	Data
1- Marcelino	1A: “Morte em casa”	<i>Veja</i>	11/03/70

2 – Jorge	2A: “O suspeito n.1”	<i>Veja</i>	26/04/89
	2B: “O dedo da polícia(…)”	<i>Veja em São Paulo</i>	26/04/89
	2C: “Rua Cuba: o delegado apresenta(…)”	<i>IstoÉ Senhor</i>	26/04/89
3 – Andréia	3A: ““Eu tinha nojo dele””	<i>Veja</i>	13/04/94
	3B: “Casa de horrores”	<i>IstoÉ</i>	13/04/94
4 - Suzane	4A: “Ela matou os próprios pais”	<i>Veja</i>	13/11/02
	4B: “Hediondo”	<i>IstoÉ</i>	13/11/02
	4C: “Monstro em casa”	<i>Época</i>	11/11/02
	4D: “No rastro de Suzane”	<i>Época</i>	09/12/02

A escolha das três publicações referidas, como já foi expresso, levou em consideração primordialmente o fato de somente elas, no âmbito geral das revistas, terem empreendido coberturas mais ou menos sistemáticas (em vista do caráter incomum dos acontecimentos) sobre parricídios. A essa constatação soma-se a relação casuística de os periódicos em destaque responderem à classificação de “informativos / interesse geral”. Cabe ressaltar, entretanto, que a abrangência dessas revistas, em termos de circulação,

também constitui um aspecto relevante: *Veja*, da Editora Abril (publicada desde 1968), tem circulação líquida de 1.124.571 exemplares semanais; *IstoÉ*, da Editora Três (publicada desde 1976), tem circulação líquida de 352.648 exemplares semanais; *Época*, da Editora Globo (publicada desde 1998), tem circulação líquida de 460.040 exemplares semanais.²²

Postas todas as considerações deste capítulo, ocupar-se-á, agora, da análise efetiva das 10 matérias que constituem o objeto de estudo. Inicialmente, cada matéria (seguindo-se a ordem dos grupos descrita) será abordada individualmente, a se verificar a ocorrência e as formas de operacionalização das categorias aqui referencializadas. Feito isso, será proposta, ao fim do trabalho analítico, uma visão englobante, a fim de que sejam pontuadas as aproximações e/ou as divergências, em vista da constituição do sentido, relativas aos crimes e às coberturas apresentadas em cada revista.

Capítulo Quarto

Quem sai aos seus?

O parricídio como construção discursiva

*“Aquilo que herdaste de teus pais, conquista-o para fazê-lo teu”
(J. W. Goethe)*

Para que se pudesse pensar em termos de articulações de discurso nas reportagens que se apresentam, tornou-se premente considerar o aspecto móvel desse estatuto, entendendo-se o princípio de estabilização como um recurso próprio à já referida noção de formação discursiva. Tal fixidez, portanto, seria precária. Da ordem do evento, o jogo entre transparência e opacidade traz latente, na materialidade do *dito*, a insinuação do *inter-dito*. Tal hipótese emerge como fundamento para que se procure tanger em que bases se sustentam as disposições de verdade legitimadas e amplificadas na circulação dos enunciados.

²² Os dados sobre circulação têm como fonte o IVC, referindo-se a setembro de 2006 (em consolidação aos dados do primeiro semestre do mesmo ano).

A análise das articulações discursivas nas matérias que compõem o objeto deste estudo leva em consideração, assim, o procedimento que parte das materialidades textuais, para que sejam apreendidas as estratégias pelas quais se constrói o sentido (Orlandi, 2000). Tratar-se-ia, deessarte, de preconizar as maneiras que viabilizam a discursivização do texto, segundo posicionamentos subjetivos que denotariam os vestígios deixados pela instância enunciativa nos enunciados. É pertinente observar, a esse respeito, o fato de a análise ora falar em instância enunciativa (e suas derivantes: enunciativo e sujeito da enunciação), ora falar em locutor (citante ou citado). O critério a que se recorre, para justificar tal variação, é o de empregar a primeira terminologia quando da interpretação de uma perspectiva, um ponto de vista, apreensível pelas referencializações daquele que se apresenta como *eu* no discurso (caso em que se privilegia a segunda denominação)²³.

A indicação quanto a fragmentos presentes nas matérias mostra-se de forma reiterada no trabalho, demarcando-os por meio de aspas, com as respectivas referências às páginas em que se encontram. O intuito, ao se proceder dessa forma, é o de facilitar as localizações para eventuais consultas aos anexos. São cabíveis exceções nos momentos em que a citada numeração tornar-se inferível pelo contexto ou ainda em casos de reportagens que não excedam o limite de uma página. Acredita-se na validade da transcrição dos ditos fragmentos, ainda quando se tornem exaustivos, devido à importância que se atribui à superfície textual como ponto de partida ao estudo do funcionamento do discurso.

Procede-se, assim, à observação de cada uma das matérias, grupo a grupo. Ao final de cada segmento, propõe-se uma visão relativa àquele conjunto, por meio do item: “Ponderações derivadas das análises”. Uma interpretação mais abrangente acerca dos efeitos de sentido empreendidos – como tributários de determinadas formações discursivas, possibilitando a pontuação de diferenças tangentes aos casos – é apresentada no âmbito das Considerações Provisórias.

²³ Em auxílio a esse critério, cabe a consulta aos verbetes “enunciativo” e “locutor”, em Charaudeau e Maingueneau, 2004, p. 197-198 e 310-311.

1. Caso Marcelino Souto Maia Neto: o refugio da notícia

Sinopse do crime

Em março de 1970, o comerciante Fernando Souto Maia, sua mulher, a sogra e o filho mais novo dele foram encontrados mortos na casa onde moravam, em um bairro nobre de Salvador (BA). O filho mais velho do comerciante, Marcelino Souto Maia Neto, então com 20 anos, confessou o crime. Sentenciado, cumpriu pena e hoje vive em Salvador com a mulher e os sete filhos.

Matéria 1A - “Morte em família” (Revista *Veja*, 11/03/70)

Disposição gráfica da matéria

Disposta em uma página par (de numeração 30, não explícita), a matéria 1A não vem assinada e ocupa apenas um terço da página (notadamente, o último à direita) – os outros dois terços correspondem a um anúncio de roupas íntimas. Dessa maneira, o bloco de texto referente à reportagem analisada apresenta-se na posição vertical (o que, no jargão jornalístico, costuma ser referencializado sob o nome de “pirulito”). Há uma pequena foto do assassino confesso, Marcelino, no formato 3x4, a não ser pelo fato de a personagem figurar de perfil. A imagem é apresentada em preto e branco, assim como toda a composição da página (efetivamente, isso configurava uma característica comum na data de publicação da matéria, 1970, em que apenas as reportagens principais – não raras vezes, apenas uma por edição, além da capa – tinham tratamento em cores). Na fotografia, entretanto, sobressai a sombra da personagem, de maneira bastante pronunciada.

Com base nessas observações, pode-se depreender o parco destaque dado à reportagem, que, além de pouco extensa, apresenta-se no lugar menos propício à leitura, de acordo com pesquisas que estudam o percurso do olhar em páginas impressas²⁴. De fato, a matéria aparece “prensada” entre o anúncio da página 30 e o conteúdo da 31 (também um anúncio), na zona considerada *periférica* (próxima à emenda da página). Ressalte-se, ainda com base nas pesquisas de percurso de leitura, que as páginas pares são menos atrativas ao olhar do que as ímpares.

A foto de Marcelino, semelhante ao modelo 3x4, tende a denotar a *identidade* do personagem qualificado como assassino – uma vez que esse tipo de imagem é bastante comum nos documentos de identificação. Porém, parece tratar-se de uma identidade *oblíqua* (ele está de perfil), ainda mais quando se considera a projeção da sombra no retrato, como indicadora de uma certa obscuridade (tema que, reiterado no texto verbal, emana do crime de parricídio). Ainda em relação à fotografia, cabe sublinhar a legenda, que expressa: “Marcelino: eu queria só matar meu pai”. A figuração do advérbio “só”, posposto ao verbo “querer”, abre a perspectiva para uma interpretação segundo a qual a atitude do rapaz (materializada pela pretensa declaração) ganharia ares de frivolidade, como se o ato de matar constituísse algo corriqueiro na concepção do personagem. Se o referido advérbio

²⁴ Um estudo bastante expressivo a esse respeito foi empreendido pelo Poynter Institute, grupo controlador do jornal *St. Petersburg Times*, da Flórida. A pesquisa em questão utiliza a ferramenta Eye Track, que monitora o deslocamento do olhar quando da leitura de páginas da internet. A despeito disso, os resultados, como ressaltam diversas interpretações a partir dos relatórios, são também relevantes para publicações impressas. O material pode ser consultado em <http://www.poynterextra.org/eyetrack2004/main.htm>

estivesse posposto ao verbo “matar” – “eu queria matar *só* meu pai” –, o enunciado seria, em certa medida, eufemizado: o intento seria o de eliminar apenas o pai, possivelmente em vista de algum atrito específico (levemente insinuado no curso da matéria), e não conjuntamente a mãe, a avó e o irmão.

O título da matéria, entretanto, não expressa claramente o parricídio, mas o estatuto de uma tragédia familiar: a configuração de que o filho é o assassino só se consolida ao final do texto.

Articulações do texto verbal

É perceptível, logo no início da reportagem, uma polarização em termos do par *normalidade vs. desvio*: este último estatuto, entretanto, não é *a priori* referencializado a Marcelino, mas a seu irmão José, “doente mental”. O texto expressa que “a não ser” pela presença dele, a casa dos Souto Maia (tratada segundo as variantes da riqueza e do bom gosto: “palacete da Rua Flórida”, “elegante bairro”) “parecia abrigar uma sólida família classe média abastada, sem problemas”. Aqui, há uma clara relação léxico-semântica entre um possível problema e a condição de José. Contemporaneamente, tal articulação discursiva seria, provavelmente, passível de críticas. Os movimentos sociais engendrados principalmente a partir dos anos 1980 (com a promulgação da “Constituição Cidadã” em 1988, a qualificação das organizações não-governamentais etc.), passaram a disseminar um discurso pautado pelas noções de aceitação, respeito e inclusão das chamadas diferenças, em que se observe a amplitude abstrata de tal conceito. À guisa de exemplo, uma rápida pesquisa cruzada em um site de buscas da internet, considerando-se as expressões “deficiência mental” e “inclusão”, deriva, atualmente, em mais de 180 mil referências²⁵. Na matéria em questão, veiculada praticamente uma década antes da mobilização sistemática dos referidos segmentos sociais, torna-se latente o movimento (frustrado) em, identificando o personagem José ao âmbito do desvio, aproximá-lo à condição de assassino, impressão que é desfeita apenas na metade final do texto: “(...) A polícia descobriu que as impressões digitais encontradas na arma não correspondiam às de José. E que a letra do bilhete [que justificava o crime] não era sua, mas de seu irmão mais velho (vinte anos), Marcelino”.

²⁵ Em <http://www.google.com.br>

Observa-se, adicionalmente, que apenas a partir desse momento *o verdadeiro assassino* é referencializado na reportagem.

O lugar do pai

Uma observação quanto às escolhas léxicas referentes à descrição do personagem Fernando Souto Maia, pai de Marcelino e José, respalda a interpretação que confere a ele a posição de vítima principal dos assassinatos (os nomes da mulher e da sogra não são sequer especificados – e o do filho morto só o é como uma contingência da doença mental, que mobiliza o estigma da aberração, da anormalidade). As construções “chefe da casa” e “dono de duas lojas de tecido e de vários sítios” identificam Fernando à figura do provedor, do condutor da vida familiar.

Na seqüência, merece destaque o excerto “tinha certamente algumas pequenas excentricidades: era extremamente severo com seus três filhos, excessivamente econômico”. Remetendo-se às noções de efeito de transparência do dizer, próprias do processo enunciativo, propõe-se uma recorrência a grupos parafrásticos, pensando-se na constituição do sentido. Efetivamente, a preferência por “extremamente severo”, em lugar de “rude” ou “cruel”, assim como por “excessivamente econômico”, em lugar de “avaro” ou mesmo “egoísta”, assentam as configurações relativas ao pai assassinado na formação discursiva que preconiza a prudência, o não esbanjamento, a preocupação com a formação moral dos filhos. Matizado pelo julgamento de “pequenas excentricidades”, o comportamento de Fernando é, antes, mais passível de aprovação do que de censura. Somado a esse panorama, o tratamento segundo o qual se alude ao crime (“absurdo”, “destruiu a família”, “abalou a população de Salvador”) deixa entrever, inicialmente, que o motivo dos assassinatos guardaria uma particularidade que o afastaria das ocorrências tidas como ordinárias, a exemplo de vingança ou latrocínio. É nesse momento que se estrutura, na reportagem, a informação que desloca o discurso a um para além da imediata relação causa-efeito: um bilhete que traz à cena a origem do crime: “Meus pais são os culpados por meu fracasso”.

O isolamento do tabu

É pertinente relembrar, posta a referida articulação, as formulações freudianas acerca do tabu. Quando se torna discursivizável na matéria o estatuto do parricídio, este já se encontra, pela própria hierarquização dos dados no texto, qualificado de maneira ostensivamente disfórica. Por meio dos excertos “crime absurdo” que “abalou a população de Salvador”, o assassinato é remetido ao corpo social, para fora dos muros da casa da família. Com efeito, o crime parece ser “absurdo” porque, qual a aniquilação do totem, é passível de se disseminar por meio do *contágio*, instalando a tentação. Há pois, como que um julgamento prévio (antes mesmo de se estabelecer a natureza do acontecimento), a fim de se empreender uma sanção negativa: da modalidade epistêmica do saber (própria de quem relata, posto que testemunhou) passa-se implicitamente à modalidade deôntica do prescrever: *não esteja(mos) inclinado(s) a fazer o mesmo*.

Nesse contexto, torna-se depreensível que as marcas de heterogeneidade marcada e mostrada (expressas por meio das referências entre aspas) prestam-se a demarcar o discurso do *outro* (Marcelino) enquanto uma forma de se apontar o lugar do *diferente* – aqui, passível de repreensão, de não aceitação, opondo-se ao posicionamento construído pelo processo de identificação empreendido na matéria. Inicialmente pela declaração contida no bilhete e, ao final, expressa pela menção: “Ele [meu pai] não me dava dinheiro, não me ajudava”, o processo tende a reiterar, pelo discurso direto, a discordância entre a identidade da revista (ou, ao menos, aquela da matéria) e o do personagem em questão.

Paralelamente, um caso de modalização em discurso segundo (Maingueneau, 2004), em que se faz menção e uso simultâneos de um fragmento heterogêneo (“‘Sob intensa comoção popular’, como dizia a manchete do tradicional jornal *A Tarde*”), denota a recorrência a um exterior discursivo, como forma de se trabalhar a ilusão referencial veiculada pela própria materialidade do *dito* que a reportagem sustenta. Nesse âmbito, cabe ainda uma consideração advinda do conceito de sobrenúnciação (Marnette, 2004): o estatuto em que, pedindo-se auxílio a construções textuais de outros suportes midiáticos, apaga-se o “querer dizer” de um pretense locutor citado. Isso porque a matéria recorre a uma formulação de outro veículo (o jornal *A Tarde*), a fim de expressar a “intensa comoção popular”, falando hipoteticamente em nome de cada um desses personagens anônimos. Como o excerto é deslocado de seu espaço enunciativo original, é também reinterpretado por parte do locutor citante, que se constitui como tal para levar a cabo o desenvolvimento

da matéria de *Veja*. Nesse caso, o texto referencializa o periódico baiano como uma publicação “tradicional”, o que, reiterando seu papel como uma instituição reconhecida socialmente, também valida o discurso que preconiza a figurativização do crime como um acontecimento que tomou de assombro a população de Salvador, expressando uma certa indignação relativa ao ato de Marcelino.

Adesão e não adesão enunciativas

Com vistas ao que acaba de ser desenvolvido, percebe-se que a declaração literal de Marcelino serve a uma *defesa* do discurso da reportagem para não se imiscuir no discurso de Marcelino, ao passo que a modalização em discurso segundo (denotando o campo de dizer do jornal *A Tarde*) é, ao contrário, incorporada como parte constitutiva das formulações da matéria em questão, haja vista a não-ruptura sintática. É interessante observar como, a despeito de os dois processos recorrerem ao mesmo artifício tipológico (ambos os fragmentos vêm entre aspas), as formas de negociação com o exterior discursivo empreendem efeitos de sentido diferentes.

Mais uma vez procedendo-se à observação das escolhas léxicas, apreende-se a figurativização do tema da obscuridade, presente na construção: “Essas investigações mostraram que as paredes do palacete da Rua Flórida escondiam muitos segredos”. Remetendo-se à metáfora das paredes como receptores discretos da intimidade das pessoas (donde expressões a exemplo de “entre quatro paredes”), articula-se um juízo de valor segundo o qual a própria vida conjunta da família Souto Maia talvez encobrisse a relação de causa e efeito do crime. Esse percurso embrionário, no entanto, é logo frustrado com a constatação de que José – assim como seus pais e sua avó – era vítima e não executor dos assassinatos, ainda que o bilhete e a arma do crime estivessem dispostos ao lado de seu corpo, como sublinha o texto. A autoria de Marcelino é, então, comprovada segundo um deslize cometido pelo rapaz: um erro ortográfico na palavra “consciente”, no momento do inquérito – mesma falha cometida no bilhete, segundo a matéria (ainda que não haja alusões a respeito quando da abordagem desse objeto).

Reiteração do estigma

Ao final da matéria, outra vez aparece remissão à deficiência mental como o estigma que possivelmente teria originado a aniquilação dos Souto Maia: “Seu advogado [de Marcelino] vai tentar provar que ele *também* é doente mental” (grifo da pesquisadora). O último período da matéria, finalmente, empreende novamente o processo da modalização em discurso segundo: “Mas, na polícia, Marcelino já declarou que matou seu pai em plena consciência, e por motivos bem concretos”. Destaca-se, aqui, a palavra “consciência”, a mesma que explicitou o *erro* do personagem assassino. Nessa retomada, o uso de igual vocábulo parece mobilizar (em termos remissivos) um julgamento segundo o qual o deslize de Marcelino identifica-se a uma falha de consciência: errou ao escrevê-la, assim como falhou em acioná-la, por isso matou a família. Ainda mais porque, os “motivos bem concretos”, de acordo com a reportagem, coadunam-se ao plano de herdar a fortuna, estatuto implícito na última frase da matéria, por meio da recorrência à literalidade do *dito* de Marcelino: “Ele não me dava dinheiro, não me ajudava”.

Ponderações derivadas da análise

A interpretação da matéria “Morte em família” tende a identificá-la, em termos da composição global, à acepção barthesiana (2003) de “refugo da notícia”: não podendo ser arrolada em uma série episódica, ela figura como que deslocada, como se não houvesse lugar legítimo à sua disposição (princípio de emergência dos textos do chamado *fait divers*). Não há nem mesmo numeração explícita a respeito da página em que ela se encontra, assim como se torna perceptível uma estratégia discursivo-editorial para que ela chame tão pouca atenção quanto possível. O próprio anúncio com o qual o texto divide espaço (em proporções notadamente desiguais, em dois para um) articula as temáticas da intimidade, de algo que é feito às escondidas, ao sexo (a genitália do modelo, coberta por uma roupa íntima, é, entretanto pronunciada). Crime e sexo rateiam o espaço de uma página que, a rigor, estrutura-se de modo a denotar o proibido, o marginal, o interdito

(ainda que a repercussão do acontecimento e as motivações comerciais tornem imperioso fazê-lo).

Pensando-se no texto enquanto o movimento de se recobrir um discurso, é também possível analisar os efeitos de sentido que se solidarizam para configurar um tipo de *verdade*. Aqui, na relação entre interior e exterior discursivos, é apreendida a formação discursiva que conforma o *lugar do pai* ao estatuto da lei, da razoabilidade, da justa medida, do acúmulo de bens materiais. Ainda que seja denotado seu comportamento severo e avarento em relação aos filhos, é legitimada a ideologia de se culpabilizar o herdeiro transgressor – e não o progenitor terrífico (enquanto posição de onde emana a Lei). Nessa perspectiva, qualifica-se também e principalmente José, o filho “doente mental”, como transgressor, perturbador da normalidade, como se a trajetória dos Souto Maia começasse a se degradar no âmbito da descendência. A remissão à tragédia de Édipo, aqui, é referencializada sobretudo pelo tema da usurpa: Marcelino teria empreendido o parricídio a fim de se apropriar do espólio do pai, figurativizado pelo dinheiro que o rapaz fora buscar de modo drástico.

Constata-se, ainda, que a matéria é engendrada prioritariamente em vista de enunciados não embreados, pelo apagamento das referencializações dêiticas que explicitariam a presença de um locutor, como se o texto se auto-enunciasse. A única articulação que remete ao sistema enunciativo é de ordem temporal, derivada do marco referencial presente (momento da enunciação): “Na segunda-feira da semana passada”. Dessa maneira, o posicionamento do sujeito enunciativo, enquanto perspectiva (ponto de vista) construída, da qual emana a instalação do locutor, não pode ser abstraído por meio dessas marcas específicas, mas pela seleção léxica, pelas materializações em vista das quais é ordenado o sistema de sobrenunciação e, principalmente, pelas formas de negociação com o exterior do discurso, que se resguarda de uma aproximação com os enunciados identificados a Marcelino – aludindo a eles como estratégia de discriminar uma alteridade que, por meio de um efeito monovocalizador, deve ser mantida *a distância*.

2. Caso Jorge Delmanto Bouchabki: entre a suspeição e a condenação

Sinopse do crime

Na madrugada de 24 de dezembro de 1988, o casal Maria Cecília e Jorge Toufic Bouchabki foi morto a tiros, enquanto dormia, na casa onde morava, em uma área nobre da capital paulista. Pouco mais de três meses após os assassinatos, o filho mais velho do casal, Jorge Delmanto Bouchabki, então aos 18 anos, foi denunciado pelo Ministério Público e indiciado pela polícia como principal suspeito do crime que ficou conhecido como “o caso da Rua Cuba”. O episódio suscitou a curiosidade da opinião pública em vista da dificuldade de elucidação e de fatores como a alteração da cena do crime. Em 1989, Jorge Delmanto foi impronunciado, não chegando a se submeter a julgamento, por falta de provas – a arma do crime jamais foi encontrada. Em 1999, o caso da Rua Cuba foi prescrito. Jorge hoje atua como advogado, ao lado do irmão, Marcelo, em São Paulo.

Matéria 2A - “O suspeito n. 1” (Revista *Veja*, 26/04/89)

Disposição gráfica da matéria

A reportagem “O suspeito n.1” vem disposta em página par (56), ocupando apenas um terço da mesma (porção à direita, próxima à emenda). Os outros dois terços da página referem-se à prisão do empresário e advogado Edevaldo Alves da Silva, sob a acusação de evasão de divisas (ele tentava embarcar para Nova York, com 106 mil dólares em uma mala). Sob a rubrica “Polícia”, as duas matérias, portanto, referem-se a crimes. Ambas apresentam-se sem assinatura. Na matéria 2A, na porção inferior da página (ao final do texto), Jorge Delmanto Bouchabki aparece circundado por seu advogado, que o protege de um grupo de repórteres – o rapaz destaca-se, no texto fotográfico, por figurar em primeiro plano, vestido de branco (os demais têm roupas escuras). Essa característica de diferenciação é reiterada pela legenda: “Jorginho (de branco): contradições”, ainda mais porque, de cabeça baixa, o personagem parece olhar para a porção de texto, esquivando-se das lentes dos fotógrafos. Há, ainda, uma linha fina (excerto que se dispõe logo abaixo do título), que expressa: “Jorginho é indiciado pelo crime da Rua Cuba”. Tendo em vista que a matéria trata de um desdobramento (a acusação formal de Bouchabki, em vista de um crime que havia ocorrido aproximadamente quatro meses antes), as expressões “Jorginho” e “crime da Rua Cuba” retomam, intertextualmente, o estatuto de um eventual caso de parricídio (o pai do acusado também tem nome Jorge), assim como um elemento de mistério que circunda o crime (em vista da impossibilidade de se afirmar categoricamente a autoria dos assassinatos, o episódio passou a ser conhecido como “o crime da Rua Cuba”). Essa construção, entretanto, é relativizada por meio do título: ainda que o termo “suspeito” remeta à instância da dúvida, o sintagma “número 1” traz à cena a materialidade das pretensas evidências que condenariam Jorginho.

Articulações do texto verbal

A reportagem é pontuada por remissões explícitas à intertextualidade, a exemplo de: “O mistério da Rua Cuba, como ficou conhecido um dos crimes de maior repercussão em São Paulo” e “‘Jorginho’, como passou a ser conhecido depois do crime, é filho do casal assassinado”. A recorrência a discursos diversos aos daquele empreendido pelo locutor citante, estruturada entretanto pelo processo sobrenunciativo de apagamento do *dito* do locutor citado (em uma modalização em discurso segundo), coaduna-se a esse efeito de sentido, como se torna depreensível nas construções: “O mistério da Rua Cuba (...) chegou a um desenlace na semana passada – ao menos para a polícia” e “Ele [Jorginho] nega que tenha matado os pais, encontrados sem vida na cama do casal. A polícia acha que mente”.

Por meio dessas estratégias, a alusão a campos discursivos não coincidentes ao da matéria (o âmbito da opinião pública e, mais concretamente, os feitos da polícia) parecem eximir o locutor citante do ônus de responsabilizar o personagem pela autoria do crime – algo que se referenda na construção: “O indiciamento de Jorginho, *porém*, não quer dizer que ele seja mesmo o assassino – significa *apenas* que a polícia tem *indícios* para incriminá-lo” (grifos da pesquisadora). A presença da referida forma de metaenunciação, entretanto, torna latente uma insinuação de julgamento. Há, ainda, outra expressão do mesmo processo, que dessa vez se instaura segundo o apagamento da origem do locutor citado: “a partir do depoimento de 120 pessoas, concluíram que, entre relatos apresentados pelos familiares, o de Jorginho era o único repleto de contradições”. A falta de especificação sobre esses 120 depoentes preconiza, pois, a quantidade de versões dentre as quais apenas a do acusado seria verdadeiramente conflitante.

Logo a seguir, mescla-se à matéria uma investida subenunciadora, na reprodução teoricamente literal da instância de defesa: “‘As investigações foram malfeitas’, alega José Carlos Dias, advogado do estudante e ex-secretário de Justiça de São Paulo”. Sendo esta a frase que finaliza a matéria, nada mais é dito, explicitando um silenciamento por parte do locutor citado, como forma de não aderir a esse campo discursivo. Adicione-se a isso a composição léxica do verbo *dicendi* “alegar”, que é da ordem de “mencionar (causas, argumentos, motivos) em defesa de alguma causa” ou ainda “apresentar (motivos, fatos etc.) para justificar determinado ato”²⁶. O efeito de sentido seria diverso caso a instância enunciativa tivesse optado por outros declaratórios, a exemplo de “dizer”, “sustentar” ou

²⁶ Em: Houaiss, A. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, versão eletrônica.

“afirmar”, matizando a veracidade do que expressa o personagem José Carlos Dias. A menção a ele como ex-secretário de Justiça, ao mesmo passo em que confere certo grau de respeitabilidade (pela remissão ao âmbito de uma instituição social), reforça o aspecto da influência por ele exercida, em uma qualificação da defesa de Jorginho (estatuto reiterado quando da análise das demais matérias do mesmo grupo) enquanto representante de uma elite, construto do qual emanaria alguma impressão de impunidade latente.

Saber e verdade

Em termos de modalização global, o texto em análise oscila entre as ordens epistêmica (notadamente, a do “saber”, própria dos relatos jornalísticos, em primeira instância) e alética, uma vez que o valor de verdade que o locutor imprime a seus enunciados centra-se na remetência aos estatutos discursivos que derivam da instituição que tem, entre suas competências, acusar: a polícia. Por esse motivo, a matéria, pouco extensa, recorre em diversas ocasiões, como já dito, ao locutor citado (ainda que não sob a forma de discurso direto, mas em uma reordenação sobrenunciativa do dizer).

As formas de heterogeneidade que concorrem no texto, como pode ser inferido a partir das características a que se aludiu, são prioritariamente do tipo não marcado, com o propósito de referendar o posicionamento do instância enunciativa. Como exceção, relembra-se a declaração do advogado José Carlos Dias. De forma marcada, essa emergência de alteridade funciona de forma a diferenciar a identidade viabilizada pela matéria, uma vez que não há auto-referencialização que avalize esse segmento no âmbito da incorporação constitutiva da referida identidade do discurso. Nesse caso, é preciso “defender-se” do *outro*.

Esta primeira matéria do grupo 2 guarda algumas semelhanças em relação à analisada no grupo 1, referente ao caso Marcelino Souto Maia Neto. Em termos de composição gráfica, verificam-se praticamente os mesmos procedimentos: disposição em página par e no terço à direita da página, próximo à emenda com a página ímpar, posicionamento que em certa medida desfavorece a leitura. Ainda que não rivalize com um anúncio, o objeto 2A estrutura-se em um conjunto relativo a ocorrências policiais: a outra matéria fala sobre um crime do chamado colarinho branco - nesse caso, também remetível à elite. Em vista de tais características, mais uma vez encontra-se a lógica do *fait divers* como

ordenadora da reportagem. Pondera-se, no entanto, que na matéria 2A essa composição aproxima-se mais à característica de *variedades*, de sortimentos comuns à crônica policial – diferentemente da matéria 1A, em que prevalece o aspecto da marginalidade (no sentido barthesiano do “refugo da notícia”, do inclassificável, posto que a característica de bizarrice, via mobilização de estigmas, é sensivelmente mais pronunciada).

Uma explicação possível a esse fato é que, na mesma edição (26/04/89), a Revista *Veja* traz, em sua variante *Veja em São Paulo*, matéria de capa intitulada: “O drama do acusado”, próximo objeto a ser analisado neste capítulo. Como as duas publicações circularam concomitantemente na maior parte da área do Estado de São Paulo (não podendo ser vendidas em separado), essa observação motiva algumas inferências. Em primeiro lugar, *Veja* parece preconizar o caráter local da cobertura, subestimando sua importância no âmbito nacional. Em segundo lugar, pela própria caracterização da revista *secundária*, os assuntos abordados, na maioria, também correspondem a esse caráter de variedades do qual emana uma dificuldade de classificação, em vista da natureza não episódica do acontecimento narrado.

Matéria 2B : “O dedo da polícia aponta para Jorginho” (Revista <i>Veja em São Paulo</i> , 26/04/89)
--

Disposição gráfica da matéria

Como reportagem principal da edição, o objeto 2B figura como matéria de capa, sem que haja remissões a nenhum outro assunto nesse espaço, a não ser o crime da Rua Cuba. Quase a totalidade da página, abaixo do título da revista, traz uma fotomontagem que apresenta a casa onde ocorreram os assassinatos, em que se sobrepõe um revólver e quatro cápsulas de projétil (os trabalhos da perícia mostram que Jorge Toufic e Maria Cecília foram mortos com dois tiros, cada um). Na parte superior da fotografia da casa, excedendo seu limite vertical, há outro retrato, em dimensões 3x4, de Jorginho. Este apresenta uma

feição serena e olha, obliquamente, à direita. Mais à frente, figura a fotografia, em mesma dimensão 3x4, de Jorge Toufic, que olha à frente. Esta imagem não excede os limites da fotografia da casa. A seu lado direito, apresenta-se uma foto de Maria Cecília, em igual formato, também olhando à frente, excedendo o limite do retrato da casa, na horizontal. A legenda da fotomontagem expressa: “‘Jorginho’, Maria Cecília, Jorge Bouchabki e a casa da Rua Cuba”. A chamada de capa diz: “O drama do acusado”. Abaixo, há uma linha fina: “Por que a polícia incriminou o filho no caso da Rua Cuba”.

Crime dentro de casa

A figuração da imagem da casa, bem como de três de seus habitantes, reforça o caráter de uma suspeita de parricídio – o corpo da reportagem, adiante, reproduz uma frase que se tornou célebre à época, cunhada pelo delegado José Augusto Veloso Sampaio, principal responsável pelas investigações: “O crime da Rua Cuba começa e acaba na casa da Rua Cuba”. A própria direção do revólver, da esquerda para a direita, parece partir de Jorginho, apontando no sentido dos pais. A chamada de capa, ao referenciar o drama vivido pelo rapaz, aponta inicialmente a uma aproximação da instância enunciativa em relação ao acusado. Ocorre, entretanto, que o gênero “drama” remete, originalmente, a uma representação de atos corriqueiros, cotidianos, donde se atribuir teor dramático mesmo aos “pequenos incidentes da vida”²⁷. A tragédia, contrariamente, estrutura-se em nome dos grandes enigmas humanos, da essência profunda do homem, em uma atitude mais interpretativa do que propriamente representativa, como no caso do drama. Esse valor de representação será, em várias ocasiões, reiterado na matéria: tanto em vista das eventuais estratégias utilizadas pela defesa de Jorginho para livrá-lo do julgamento, quanto no que se refere à atuação da polícia (e, mais especificamente, do delegado Sampaio). Dessa maneira, o “drama do acusado” abre a perspectiva para uma interpretação polissêmica: drama enquanto sorte desfavorável do personagem, assim como em termos de uma *mise en scène* cuidadosamente planejada a fim de se construir determinada *verdade*.

Figurativizações do acusado

²⁷ A esse respeito ver: Barthes, R. *Culture et tragédie. Essais sur le culture*, in: <http://www.analitica.com/bitblbio/barthes/culture.htm>

Disposta entre as páginas 12 e 20, a reportagem, assinada por W. F. Padovani, traz ao menos uma imagem por página. Na primeira delas (12), há uma placa de logradouro, onde se lê: “Rua Cuba”. Essa apresentação, ao remeter ao aposto segundo o qual o crime passou a ser conhecido, articula também uma legenda que expressa a posição do delegado, José Augusto Veloso (ora caracterizado sob esse nome, ora caracterizado como Sampaio, o que chega a motivar certa confusão): “Ao final de quatro meses de investigação, levantei fatos que apontam numa só direção: Jorginho matou o pai e a mãe”. A mesma imagem repete-se, com alternância de legendas, nas páginas: 15 (com a legenda sobre a declaração do próprio Jorginho: “O covarde que matou meus pais provavelmente nem pensou que eles tinham filhos, família. Eu sou totalmente inocente”); 17 (com a declaração de Roberto Delmanto, tio do acusado: “É um absurdo que um jovem de 18 anos, além de receber o impacto da morte dos pais, seja injustamente acusado”); 19 (com a declaração do advogado de Jorginho, José Carlos Dias: “É incrível que a polícia alimente o noticiário dos jornais com histórias de um suspeito – e não tenha provas”); e 20 (com a declaração do perito Fortunato Badan Palhares: “Alguém alterou a posição dos corpos depois dos tiros e os cobriu com um lençol. Os exames mostram com clareza”).

Das cinco ocorrências relativas a esse expediente, duas trazem valorações negativas em relação a Jorginho, e três, positivas. Em todas as articulações, entretanto, nota-se a recorrência à heterogeneidade mostrada e marcada (declarações entre aspas) como forma de sobrenunciar a posição do locutor citante: os julgamentos de valor não são – senão raramente – centrados em formações discursivas que preconizam a *verdade* do(s) pai(s) ou as razões do filho, mas a “guerra” entre os componentes que defendem e os que acusam o rapaz. A análise global da matéria, conforme será referencializado em breve, mostra que essa polarização, entretanto, resguarda o lugar de Jorginho, qualificado sobremaneira como a “terceira vítima do crime da Rua Cuba” (p.20, frase que finaliza o texto).

A observação dos demais componentes do texto gráfico (o restante das fotografias, com as respectivas legendas), ainda que denotem certas dubiedades relativas ao acusado, também eufemizam esse efeito. Na página 13, uma foto de Jorginho cabisbaixo, prestes a descer uma escada, ressalta um aspecto de solidão relativo ao rapaz. A legenda em questão é: “O acusado: Jorge Delmanto Bouchabki, 18 anos, filho mais velho de Jorge e Maria Cecília, contou à polícia versões conflitantes sobre a morte dos pais, caiu em contradições e

acabou indiciado pelo crime”. Levando-se em conta que essa página faz par com a anterior (12), a interpretação dessa imagem considera ainda o título (“O dedo da polícia...”), presente na página 12, como componente de um sintagma: a figura ora desolada de Jorginho, como efeito da acusação da polícia (em uma relação causa-efeito).

Na página 14, a única foto conhecida sobre a cena do crime, ladeada pelos mesmos retratos 3x4 de Jorge (pai) e Maria Cecília que constam na capa, acompanhados pela legenda: “A cena do crime como a polícia encontrou na manhã de 24 de dezembro: os corpos de Maria Cecília e Jorge (nas únicas fotos conhecidas) estavam perfeitamente arrumados sobre a cama e cobertos por um lençol”. Na porção inferior à direita, há uma fotografia de um túmulo aberto, com os peritos ao redor – legenda: “A exumação: para desfazer dúvidas quanto ao número de tiros que cada um levou, os corpos de Maria Cecília e Jorge foram periciados duas vezes”. A página que completa a unidade (15) traz uma foto de Flávia, então namorada de Jorginho, na saída de seu depoimento à polícia. Lê-se a legenda: “A namorada: Flávia teve uma educação liberal – e os pais de Jorginho criticavam muito seu comportamento”. Também no âmbito sintagmático, as duas páginas parecem insinuar uma relação causa-efeito (em ordem inversa): a foto do casal morto e do túmulo, de um lado, e a foto da namorada, tida como ponto de divergência entre o acusado e os pais. Há como que uma insinuação sobre a autoria (e o motivo) do crime, mas essa relação é, ainda, eufemizada, já que, na mesma página 15, dispõe-se a referida declaração de Jorginho (abaixo da placa de logradouro), segundo a qual seria “totalmente inocente”.

A voz das instituições

Observando-se o conjunto gráfico formado pelas páginas 16 e 17, tem-se, na primeira, uma foto nitidamente posada do delegado Sampaio, de forma um tanto excêntrica, com o dedo em riste, marcando uma atitude acusatória. Segue-se, como legenda, a referida frase de que o crime teria começado e terminado no sobrado da Rua Cuba. Na sequência, uma foto de Jorge (filho), com a feição transtornada, diante de uma câmera de televisão, em frente a sua casa – legenda: “A agressão: flagrado por uma equipe da TV Globo quando saía da casa na Rua Cuba, Jorginho investiu contra o câmera com um jornal nas mãos, gritando ‘Por quê?’”. A partir do trabalho expresso nessa página dupla, torna-se perceptível um efeito de sentido segundo o qual a pressão das instituições que acusam Jorginho (a

polícia, a imprensa, a opinião pública) estaria torturando psicologicamente o rapaz – idéia reiterada pela declaração de Roberto Delmanto, tio dele, que, também abaixo da placa onde se lê “Rua Cuba”, refere ser um absurdo o fato de Jorginho, aos 18 anos, ter de arcar com o impacto da morte dos pais e, ainda mais, com uma acusação injusta.

No par seguinte, páginas 18 e 19, são dispostas, na primeira página: uma foto de Jorginho com seu advogado, no plantão policial (a legenda expressa exatamente essa condição), circundado por fotógrafos, e outra, ao lado, em que aparece o tio do rapaz, o advogado Roberto Delmanto. Vira uma modalização em discurso segundo (uma vez que a declaração não vem sob a forma de literalidade, mas pela reconstrução do *dito* do locutor citado), o texto refere que o tio acredita no sobrinho. Na parte inferior, ao centro, uma imagem de dois carros na casa do crime, sob a qual se apresenta a legenda: “O carro na garagem: o Voyage vermelho (*esq.*) seria um presente para Jorginho, por ter passado no vestibular – mas ele não passou, e mentiu”. Na página ao lado, logo acima, a placa do logradouro acima da legenda que remete à declaração do advogado José Carlos Dias, criticando a polícia por alimentar o noticiário sem que sejam apresentadas provas contra o suspeito. Na metade inferior da página, ao centro, é estruturado um box, com o título: “Assassinato em família”, ilustrado com um retrato de Roberto Peukert Valente, que cumpria pena de 25 anos por ter assassinado os pais e três irmãos. Se a análise gráfica dessas duas páginas denota, por um lado, uma formação discursiva que remete ao lugar dos pais como provedores (o presente em vista de uma possível aprovação no vestibular) e o do filho como passível de um desvio de caráter (a mentira), por outro, reitera a condição de que o rapaz é apenas um suspeito, e, acima de tudo, que a família acredita em sua inocência. O box que alude ao crime em família (Peukert Valente), ainda que venha conjugado à matéria, viabiliza uma separação gráfica em relação a ela, expressando ao mesmo tempo uma aproximação e a advertência que, ao menos de início, não se trata de um caso análogo.

A recomposição da verdade

A página 20, finalmente, traz uma foto do médico legista Ayush Omar, em atividade no laboratório de análises. A legenda ressalta que o profissional não conseguiu “provar nada” a partir da amostra de sangue recolhida no quarto de Jorginho (omitindo a

informação, disposta na materialidade verbal, que o fato de não possuir as amostras de Jorge Toufic e de Maria Cecília é que inviabilizou o resultado). Na porção inferior central, repete-se o sintagma placa de logradouro – legenda, com uma declaração do perito Badan Palhares. Nela, o pesquisador expressa a evidência da alteração da cena do crime, com a modificação da posição dos corpos sobre a cama. Em termos de efeito de sentido, articula-se o posto de que o crime permanece inexplicado, envolto em mistérios, mas que as evidências contra o suspeito (buscadas no campo *irrefutável* da ciência – donde a foto do legista em atividade) não se estruturam em termos de provas. Em uma alusão interdiscursiva à análise foucaultiana da tragédia de Édipo (as formas jurídicas da verdade), emana o construto segundo o qual Jorginho deve ser beneficiado com a presunção da inocência, uma vez que não aparecem os dois elementos-chave que atribuiriam a ele a autoria do crime: a presença de alguém que viu (a testemunha) e os fragmentos verossímeis (“lei das metades”) que, inter-relacionados segundo o movimento do inquérito, estruturariam a *verdade*.

Articulações do texto verbal

Já apresentadas as inferências sobre a chamada de capa, procede-se ao exame do título da reportagem: “O dedo da polícia aponta para Jorginho”. Aqui, o recurso da metonímia, em que a substituição de termos leva em conta algum grau de semelhança entre eles, em uma relação dita objetiva (na metáfora como figura de linguagem, tal articulação seria forçosamente dependente da subjetividade do autor), estrutura-se em vias de tomar o concreto pelo abstrato: o dedo da polícia pela atitude acusatória. Em uma interpretação conjunta com a linha fina da matéria (“Num inquérito de 1000 páginas, a polícia alinhava apenas evidências e uma acusação pesada contra o filho, o assassinio dos pais”), depreende-se uma mobilização maniqueísta em relação às duas instituições: por um lado, as relações tidas como invioláveis da família; por outro, uma certa arbitrariedade da polícia, que “aponta o dedo e acusa”. Compondo esse panorama, cabe uma observação das escolhas

léxicas, notadamente do verbo *alinhar*, como indicador de uma *costura* incompleta, feita às pressas, e do advérbio *apenas*, em um julgamento segundo o qual as evidências não seriam suficientes para o indiciamento. Nesse sintagma, sobressai uma vontade de verdade que será reiterada em diferentes momentos da matéria, conforme denotará a análise: sob um “ideal de adolescência”, ao qual alude Calligaris (2000), o personagem Jorginho é construído de forma a se valorizar esse estatuto: seja como alguém indefeso no meio de sérias acusações, seja como alguém que, tributário ao citado ideal, não chega a ultrapassar a fronteira da insubordinação consentida.

Imagens da adolescência

Tributária de tal asserção mostram-se as materialidades textuais: “E o mais estarrecedor: o filho mais velho, um jovem de 18 anos de idade, surge nas conclusões da polícia como o autor dos disparos. O filho não confessa” (p.12) e ainda: “Jorge Delmanto Bouchabki, estudante do cursinho Anglo, que fisicamente se parece com o tenista Luís Mattar, entrou no prédio do Departamento Estadual de Investigações Criminais, o Deic, (...) para ser interrogado e indiciado pelo seu principal acusador – o delegado José Augusto Veloso Sampaio”. Em nenhum momento da matéria, os “18 anos de idade” do acusado figuram como indicador de maioridade penal, mas como expressão desse ideal de adolescência. A explicitação da instituição de ensino, assim como da semelhança física de Jorginho com um tenista abrem ainda a possibilidade de identificá-lo como representante da elite. Essa variável alterna-se na reportagem entre uma acepção valorativa do rapaz e o fato – circunscrito ao crime e não exatamente ao possível autor – de caráter bizarro, uma vez que a ocorrência aparece em um lugar impróprio, onde não deveria figurar. Isso é perceptível no excerto em que, anteriormente aludindo à família Delmanto (de Maria Cecília) como tradicional, estrutura-se: “(...) Um crime ocorrido no meio desses nomes, e, mais do que isso, um crime em que o principal suspeito de autoria, segundo a polícia, faz parte da família, já seria capaz de impulsionar muita agitação em torno dele” (p.13). Aqui, sobressai uma ilusão de transparência, de través, segundo a qual o mesmo crime, caso não tivesse ocorrido no seio de uma família elitista, não seria passível de suscitar agitação social de relevo.

Torna-se interessante observar, ainda nesse panorama, que não se faz alusão à origem da família Bouchabki – há apenas uma referência ao fato de Jorge Toufic ser advogado, profissão que, a rigor, é responsável pela fama da família de Maria Cecília: “(...)Uma família tradicionalíssima de advogados criminalistas, os Delmanto. Dante Delmanto, pai de Maria Cecília, foi um dos criminalistas mais famosos das décadas de 40 e 50 (...). Celso Delmanto, irmão de Maria Cecília, morto há duas semanas de câncer no intestino, também era um criminalista de primeiro time – seu livro *Código Penal Comentado* equipa dez entre dez escritórios de advocacia e delegacias do país. Roberto Delmanto, outro irmão de Maria Cecília, mantém ainda hoje a tradição que o patriarca Dante levantou” (p.13). Dessa maneira, anuncia-se, logo de início, o *calibre* do personagem (Roberto) que defende, moralmente, o acusado. A alusão ao fato de o livro de Celso Delmanto estar presente não só em escritórios de advocacia, como também em delegacias, traz ao âmbito discursivo (pela força inerente àquilo que não é dito, mas subentendido) que mesmo a polícia – a rigor, instância que acusa Jorginho, conforme figura na reportagem – serve-se do conhecimento, das *verdades* enunciadas no campo dos Delmanto.

A questão do tradicionalismo apontada acima parece ter ressonância com o fato de a publicação, *Veja em São Paulo*, preconizar em suas coberturas o cotidiano da capital paulista. Isso pode ser depreendido, inclusive, no início da matéria: “A poucos dias de serem enviadas para a Justiça, essas 1000 páginas – que, para montar, a polícia da cidade de São Paulo ouviu 120 pessoas, durante 121 dias – relatam o crime que mexeu com os 11 milhões de paulistanos, desde que ocorreu, na véspera do último Natal” (p.12). Aqui, o efeito referencial é obtido não apenas pela reiteração léxica sobre a cidade, mas ainda pelos embreantes temporais que têm por índice o momento da enunciação: “A poucos dias (...)”, com a marca de posterioridade próxima, e “na véspera do último Natal”, marcando a anterioridade. Por meio de um processo sobrenunciativo, denota-se o estatuto do crime como algo presente na memória coletiva, falando-se, inclusive *em nome* de toda a população de São Paulo, à época, 11 milhões de habitantes.

O lugar da lei

Na primeira página da reportagem, estruturam-se ainda duas investidas intertextuais e interdiscursivas que se mostram relevantes. A primeira delas pode ser acompanhada em:

“‘Ginho’, seu apelido de família, ou ‘Jorginho’, como ficou conhecido pelos quatro cantos da cidade, saiu do prédio do Deic sem responder sequer a uma pergunta que o delegado Veloso havia lhe preparado – seu advogado, *dentro dos limites legais*, preferiu que ele não se manifestasse naquele momento” (grifos da pesquisadora). Além de se referenciar, mais uma vez, o aspecto familiar que circunda o personagem (por meio de seu apelido), alude-se ao campo dos dispositivos legais para sublinhar uma justificativa ao silêncio do suspeito, quando do depoimento. Modalização autonímica semelhante depreende-se em: “O indiciamento, por si só, não significa que Jorginho já esteja condenado. Significa que o delegado Veloso o elegeu como suspeito número 1 e vai passar esse parecer para a Justiça”. A repetição do termo “significa” (levando-se em consideração seu caráter metalingüístico) expressa uma não-coincidência entre as palavras e as coisas (referente ao par indiciamento – condenação). Esse expediente, a se pensar mais uma vez nos dispositivos que viabilizam a ilusão referencial, recorre ao âmbito jurídico para explicitar a posição de Jorginho como suspeito – mais do que isso, para reiterar que sua condição deriva de uma espécie de empreitada particular da polícia: daí se pensar na escolha léxica que motivou a derivação verbal “elegeu” (em referência ao delegado Veloso), ainda que, efetivamente, pareça ter se tratado de uma indicação baseada na vontade do delegado: “‘Ao final desses quatro meses de investigação, levantei fatos que só apontam para um suspeito: Jorginho’, acusa Veloso. ‘Por isso, acho que foi ele quem matou o pai e a mãe’” (p.12).

Ainda que, em termos de modalização global, esse locutor construa seus dizeres em termos epistêmicos (saber e crer), há ao menos uma emergência explícita da modalidade volitiva, aquela que expressa um desejo, uma certa emotividade do falante, em vista de um caráter avaliativo: “O trabalho deles [dos peritos] foi tão conturbado – e às vezes *tão mal feito* – que demorou muito tempo para se chegar a uma conclusão de quantos tiros tomaram Jorge e Maria Cecília (dois cada um), *uma situação inconcebível*” (p.13-14, grifos da pesquisadora). Alguns parágrafos adiante, uma operação sobrenunciativa, pelo apagamento do *dito* do locutor citado remete a esse mesmo locutor (o delegado, no caso) a responsabilidade por julgamento semelhante: “Erros da perícia são uma contingência com a qual o delegado Veloso estava acostumado a conviver em seu exercício profissional” (p.14).

Na seqüência, é referencializada, ao longo da reportagem, uma série de alternâncias textuais que denotam a troca de *farpas* entre, de um lado, a polícia (preconizada pelas emergências discursivas identificada ao posicionamento do delegado Veloso Sampaio), e, de outro, a família Delamanto e a defesa de Jorginho (mais especificamente, o advogado José Carlos Dias), conforme explicitam os fragmentos: “Foi com empenho especial que o delegado Veloso procurou vincular essa habilidade atávica da família de advogados Delmanto às dissimulações que encontrou na cena do crime. ‘Eles tentaram produzir evidências de que o criminoso era uma pessoa estranha à família’, conta Veloso. ‘Tentaram plantar, por exemplo, a idéia de que o criminoso teria entrado pela sacada simplesmente quebrando um pedaço da amurada. Para nossa sorte, tínhamos uma foto, feita logo depois do crime, que mostrava a sacada intacta’” (p.14); e “Os Delmanto acham, no entanto, que a atuação de Veloso foi muito precipitada. ‘A incompetência do delegado Veloso eu já conhecia’, alfineta Roberto Delmanto. ‘O que eu não conhecia era sua fascinação em aparecer na imprensa’” (p.17).

As heterogeneidades

Relevante para a análise, nesses casos, não é tanto a alternância das declarações de acusações mútuas, em si, mas a posição da instância enunciativa em face delas. Em ambas as ocorrências (assim como em construções análogas, observadas no curso da matéria) é novamente a atitude do locutor em vista da emergência das heterogeneidades marcadas e mostradas (expressas pelas declarações das fontes, sempre entre aspas) que viabiliza o funcionamento desses segmentos de forma a torná-los aderentes ao campo discursivo do locutor citante. Em vista disso, as duas instâncias (os acusadores e os defensores do acusado) ora são qualificados euforicamente, ora disfóricamente, no próprio lugar discursivo do locutor, que, para legitimar seu posicionamento, conferindo a ele um ar de verossimilhança (modalidade alética), recorre às declarações literais (entre aspas), como um suporte. Desse *fogo cruzado*, parece resguardar-se, tanto quanto possível, a figura de Jorginho: “Em meio a esse tiroteio, Jorginho foi tocando sua vida como pôde” (p.15).

Nesse sentido, as materialidades discursivas pertinentes ao âmbito do locutor reiteram: a possibilidade (enquanto modalidade epistêmica do “crer”) de uma dissimulação da cena do crime: “O objetivo seria tentar apagar a impressão de que houve discussão ou

luta corporal antes que os disparos fatais fossem feitos” (p.14); o posicionamento do delegado Veloso em franca atividade acusatória em relação a Jorginho: “As contradições encontradas no depoimento de Jorginho à polícia logo após o crime também ajudaram a complicar ainda mais a vida dele, pelo menos na cabeça do delegado” (p.16); a ressalva, ainda quanto à figura de Veloso, de que estaria exercendo seu trabalho de forma competente: “Tome o caso o rumo que tomar, vai ser muito difícil Veloso se livrar dele – como um ator que fez um excelente papel, pelo qual será lembrado” (p.18); a fama dos Delmanto pela prática em dissimular cenários criminosos: “A principal suspeita [de um crime ocorrido em 1973] contratou um advogado que, mesmo com o morto tendo tomado quatro tiros, conseguiu reduzir o episódio a um suicídio. O caso acabou arquivado como suicídio, mas ficou patente a imaginação do advogado. O nome do advogado? Roberto Delmanto” (p.17).

As estratégias para engendrar a posição de Jorginho como um adolescente que, mesmo sob a suspeita de ter cometido duplo assassinato, responderia a contento às características previsíveis correspondentes a sua faixa etária incluem desde o reconhecimento de um conflito com os pais até uma avaliação um tanto disfórica em relação à namorada Flávia Cardoso Soares, passando pela reiteração da boa formação intelectual e moral do rapaz, assim como pelo julgamento da opinião pública, que estaria, de acordo com a reportagem, condenando-o previamente, a reboque do indiciamento proposto pela polícia: “Quando o reconhecem, as pessoas pensam estar diante de alguém que poderia ter matado o pai e a mãe” (p.15). Aqui, o apagamento da origem do(s) locutor(es) citado(s) é auxiliado, na seqüência imediata, por uma ocorrência de discurso direto (a declaração de Roberto Delmanto, já referencializada, de que seria injusto o sobrinho, além de arcar com o impacto da morte dos pais, ainda ser acusado de os ter assassinado). É a partir desse momento que se procede, sistematicamente, à construção discursiva do personagem em questão. A matéria diz, literalmente, que a polícia “planta” suas suspeitas em um conflito latente na família Delmanto. Além de se desqualificar o trabalho da polícia por meio da referida seleção lexical (entre aspas), a alusão ao sobrenome Delmanto, mais uma vez, nega protagonismo ao pai, Bouchabki. Instala-se, mesmo que de forma não totalmente explícita, uma polarização entre duas figuras

femininas que concorreriam para estender a Jorginho seu estilo de vida: a mãe e a namorada.

Estereótipos em movimento

Conforme referido, esse estatuto já é figurativizado quando da disposição gráfica, no sintagma composto pelas páginas 14 e 15. No âmbito da materialidade verbal, a construção reitera-se quando da descrição a respeito da rígida educação de Jorginho, que tinha horários determinados para que voltasse para casa, com a observação de que “essa imposição o desagradava profundamente” (p.15). Segue-se o excerto relativo à educação da namorada: “A namorada, Flávia Cardoso Soares, 16 anos, filha de um marchand, tinha uma educação diametralmente oposta. Seus pais lhe dão liberdade demais e nunca tomam satisfação de seus atos. Aliás, esse choque entre o jeito de ver a vida instalado na família de Jorginho e o fincado na de Flávia forneceu mais dúvidas para o delegado Veloso quanto ao relacionamento que se via na época do crime entre Jorginho e os pais” (p.15). Mobiliza-se, dessarte, uma valoração da personagem Flávia segundo o estereótipo da liberdade que beiraria a licenciosidade: filha de uma pessoa envolvida com o mundo das artes (que não é referencializada pelo próprio nome), aos 16 anos, ela levaria sua vida como bem quisesse (de maneira anômica, conforme a matéria insinua), diferentemente do namorado, que seria controlado pela mãe.

É interessante observar que, nas descrições relativas a esse conflito, nem sequer é mencionado o posicionamento do pai, Jorge Toufic. Essa omissão poderia ser interpretada segundo três vertentes principais, pensando-se em termos de efeitos de sentido. A primeira seria a de figurativizar Maria Cecília como a defensora da ordem do lar (com o tradicionalismo peculiar aos Delmanto), ainda que com eventuais excessos. A segunda seria a de negar legitimidade ao papel de Jorge pai, considerado então *menos importante*. A terceira, derivada dessa, sobreviria como forma de não se polemizar (diretamente ao menos) em termos de um crime propriamente parricida – o que se tornará sensivelmente mais claro na inter-relação com outras análises propostas neste capítulo, em que a “ofensa” ao nome do pai (metaforizando o lugar da lei primeva) emerge como estatuto a associar, deliberadamente, os personagens filhos ao âmbito da desmoralização.

Por meio de uma modalização em discurso segundo, disposta à página 15, referencializa-se que “O delegado Veloso apurou que, exceto nos finais de semana, Jorginho respeitava a ordem dos pais [relativa à imposição quanto ao horário de voltar para casa]”. Depreende-se, pois, uma tensão que remete ao tema *obediência* (figurativizada como mais freqüente) vs. *desobediência*, em uma alusão à ambivalência própria ao ideal construído sobre a adolescência: transigir à regra, por um lado, e buscar a autonomia, a liberdade, por outro.

A regulação do discurso

Desses limites impostos por Maria Cecília, sobressai, na reportagem, aquele relativo ao sexo: “Maria Cecília, a mãe de Jorginho, em novembro do ano passado, teria visto seu filho tendo uma relação sexual com a namorada no quarto dele, na casa da Rua Cuba. Isso teria causado pânico em Maria Cecília por dois motivos. Em sua cabeça, um namoro não deveria ir além de beijos e abraços. Além disso, ela estaria com medo de ver uma menina tão jovem quanto Flávia ficar grávida” (p.15). Remetendo-se ao campo discursivo da personagem em questão, constrói-se, mais uma vez em um viés sobrenunciativo, uma verdade (relativa a Maria Cecília) da qual emanam algumas considerações. *Posto* seu medo em relação a uma possível gravidez de Flávia, esse estaria mais identificado, evidentemente, com um risco de paternidade associado a Jorginho. Enquanto representante (uma vez que Jorge Toufic nem é referencializado) da família juridicamente constituída, emerge do campo discursivo a ela referencializado, pela força do não dito, a preocupação relativa à manutenção e à transmissão do patrimônio. Somem-se a isso as avaliações já referidas quanto à conduta da namorada do filho: aqui identificada à liberdade excessiva.

Ocorre, no entanto que, para além do campo discursivo remetido à Maria Cecília, há que se pensar em uma verdade que emana da materialidade da reportagem: como será referencializado no decorrer da análise, o tema do sexo adolescente é reiterado em três dos quatro grupos que constituem o *corpus*. O próprio fato de essa informação constar da matéria faz supor uma *vontade de falar* – relativa a um assunto que freqüentes vezes é recoberto pelo silêncio. No âmbito da matéria, pois, não se trata de simplesmente reprimir o tema segundo uma avaliação disfórica. Mais do que isso, é emergente a predisposição em abordá-lo, segundo formações discursivas que, ao reconhecerem esse estatuto, também

mobilizam uma regulação acerca do que é ou não é passível de se converter em verdade, circulando como público.

É nesse contexto que advém o que é peculiar ao intento sobrenunciativo: o que a reportagem preconiza não é o julgamento moral em tese empreendido por Maria Cecília, mas o prazer de expor o assunto, polemizar com ele, espreitá-lo, revelá-lo. Nesse sentido, acredita-se possível até mesmo uma atitude solidária da instância enunciativa em relação ao lugar do personagem Jorginho. Praticando o sexo para além das finalidades socialmente impostas, ele se converte em uma espécie de transgressor, viabilizando desejos que talvez ficassem melhor se esquecidos (posto que tão ameaçadores quanto comuns à coletividade). Ao passo que não é reconhecido no mundo adulto, a ele só restaria tomar à força esse reconhecimento: transgredindo. E, como a transgressão vem prenhe de valores almejados pelo corpo social – independência, auto-suficiência, liberdade –, conforme refere Calligaris (2000), a mobilização dos estigmas fica entre Cecília (altamente repressora) e Flávia (positivamente liberal). O discurso coloca Jorginho a salvo, tanto quanto possível.

Ainda nesse âmbito, emergem formulações a exemplo de: “Como não tinha testemunhas e outras provas mais concretas, Veloso, para indiciar Jorginho, se valeu justamente do comportamento dele antes e depois do crime” (p.16). Nota-se um intento em reafirmar a fragilidade da posição de Veloso, segundo as acepções que derivam das formas jurídicas da constituição da verdade: se não há testemunha e se não há fragmentos de prova, como sustentar esse indiciamento?, perguntaria a instância de enunciação.

A partir disso, apresenta-se uma série de procedimentos que condicionam as formulações da polícia, ora pela explicitação do campo discursivo a que ela pertence, ora pela exacerbação léxica das formas verbais no futuro do pretérito, que expressam uma virtualidade, não uma certeza. As duas estratégias podem ser confirmadas, por exemplo, em: “Os guardas, *segundo o delegado, teriam dito* a Jorginho que eles, como policiais de trânsito, não poderiam ajudá-lo” e “O filme que Jorginho *teria dito* que viu não passou na Bandeirantes na noite do dia 23” (p.16). Aqui, a modalidade do crer não é respaldada, de fato, por uma *crença* do locutor citante, mas, acima de tudo, pela explicitação de uma possibilidade: *as coisas talvez não tenham ocorrido dessa maneira*.

Para completar esse panorama, destaca-se uma estratégia subenunciativa, referente a uma declaração de Veloso sobre Jorginho, materializada em: “Normalmente, a primeira

reação que uma pessoa tem, ao tomar conhecimento de que seus pais estão incomunicáveis num quarto, é arrombar a porta, para saber o que está ocorrendo – e Jorginho não pensou sequer nisso” (p.16). Subtraindo-se a esse campo discursivo, o locutor não estrutura comentários acerca da declaração: o silêncio é tido, aqui, como forma de não aderência.

A adesão discursiva

Em adição, emergem, já ao fim da matéria (p.19), excertos que, buscando a heterogeneidade mostrada e marcada, revelam ao contrário a predisposição da instância enunciativa em relação a uma aderência discursiva, ressaltando as qualidades morais do acusado. Para tanto, o locutor recorre às declarações do cabeleireiro do rapaz, Wanderley de Paula, segundo o qual Jorginho “é tranqüilo”, visto que “sempre esperou calmamente sua vez de ser atendido”; do tio Roberto Delmanto: “Já fui pescar com ele várias vezes e nunca notei qualquer problema psicológico (...). Ele é um jovem bem comportado”; e do advogado José Carlos Dias: “Com a morte dos pais, Jorginho, como o irmão mais velho, queria se mostrar forte perante os irmãos, para tranqüilizá-los (...). Porém, quando as suspeitas caíram sobre ele, ele deixou de ser um homem e novamente se transformou num garoto. Ficou muito abatido e sem ação”.

A reportagem alude, ainda, ao que chama de uma “derrapagem” dos jornais, relativa à cobertura do caso, citando nominalmente o *Jornal da Tarde*, assim como o repórter Anélio Barreto (autor da matéria 2C do *corpus* deste trabalho). Em relação a ele, explicita que o mesmo (que à época trabalhava no *Jornal da Tarde*) teria elaborado uma matéria cuja chamada de capa aludia ao “fim do mistério” do crime da Rua Cuba, quando, na verdade, tratava-se do encerramento da série de matérias especiais da publicação, redigidas em forma de romance. A crítica estruturada nesta matéria de *Veja*, ainda que não aborde isso de forma explícita, tange uma possível tendência, dos meios de comunicação, em construir o personagem Jorginho segundo o perfil de um assassino – e não de um acusado.²⁸ Ainda que não diga literalmente, essa formulação presente na matéria 2B sublinharia: *Os jornais*

²⁸ A esse respeito, torna-se interessante a leitura da reportagem “A fabricação de um criminoso”, de autoria de Luís Carlos Cabral e Gérson Sintoni, publicada na *Revista Imprensa*, edição de março de 1989 (páginas 22 – 27), antes da veiculação da matéria aqui analisada (2B, portanto). Na matéria de *Imprensa*, expressa o último parágrafo: “Jorginho talvez nem seja julgado. A polícia poderá chegar a outras conclusões. Ou ele poderá ser julgado e absolvido. Em caso de inocência, quem terão sido os criminosos nesta triste história? Quem lê jornal em São Paulo talvez possa dizer”.

derraparam – mas nós não. Isso reforçaria o lugar da referida reportagem construído enquanto a estratégia de se preservar o personagem Jorginho.

As duas últimas materialidades discursivas interpretadas nesta fase da análise – em que pese a expressividade de coincidirem com os dois últimos parágrafos da matéria, aqueles que tendem a chancelar um posicionamento latente no decorrer do texto – reforçam a idéia presente na chamada de capa – “o drama do acusado”. Inicialmente verifica-se, via o apagamento do dito do locutor citado, uma polarização maniqueísta que reitera o aspecto de falta de proteção relativa a Jorginho, assim como a atitude de certa forma impiedosa de seu “principal acusador”, como explicitou a matéria em outro momento. Leia-se: “Como o artilheiro que no instante do pênalti não pensa na imensa necessidade do goleiro de pegar a bola, o delegado Veloso partiu para o caso da Rua Cuba com a idéia fixa de colocar as mãos no assassino (...). Pela maneira como conduziu o caso, jamais passou por sua cabeça a menor sombra de dúvida de que o garoto poderia ser inocente (...). Se o delegado Veloso estiver errado e se colocar por um instante no lugar de Jorginho, deverá se sentir como o goleiro diante do pênalti” (p.20).

Nesse excerto, o princípio da presunção de inocência não mais é figurativizado pela remetência a um campo discursivo relativo aos direitos civis, como se insinuou em outras ocasiões. Antes, é revestido de um certo teor emotivo, por parte do locutor (pelo empreendimento da modalidade volitiva), que metaforiza o impasse por meio das figuras relativas ao futebol, precisamente no momento em que *um ataca e o outro tenta (se) defender*. Em clara estratégia sobrenunciativa, conforme já referido, a alusão de que nem a “menor sombra de dúvida” passou pela cabeça de Veloso reitera a vontade de *verdade* segundo a qual o delegado poderia abandonar as coerções relativas à estruturação de um inquérito (presença de testemunhas e de provas) em benefício de uma atitude autocrática.

O último parágrafo da reportagem, estruturando a já mencionada asserção de que Jorginho seria “a terceira vítima” do crime da Rua Cuba, “mesmo antes do julgamento”, condensa, em uma combinação das modalidades alética (atitude do falante em relação ao valor de verdade sobre seu enunciado, em que a realização de determinado evento é dada como algo possível) e epistêmica (um posicionamento respaldado por *alguém que sabe*), a formação discursiva que legitima o lugar do rapaz enquanto um possível injustiçado. Nesse contexto, cabe observar a construção: “Acusado de um hediondo crime de morte”, em que a

inversão do sintagma “crime hediondo” preconiza um efeito de sentido diverso. “Hediondo crime”, sob o matiz da acusação (possivelmente improcedente, reitere-se), reforçaria o efeito de uma atitude deliberadamente persecutória em relação ao rapaz. Diferentemente, “crime hediondo” remeteria ao campo do direito criminal, em alusão a um duplo homicídio qualificado (por impossibilidade de defesa por parte das vítimas, que dormiam).

A probabilidade do parricídio não seria, assim, encampada pela instância enunciativa. É pertinente sublinhar, nesse ponto, a coerência discursiva empreendida já na chamada de capa: o “drama” do acusado, novamente em remetência às formulações barthesianas, expressa-se segundo as severas perturbações infligidas ao cotidiano de um jovem de 18 anos. Bem diferente, entretanto, seria falar-se na “tragédia do acusado”.

<p>Matéria 2C: “Rua Cuba: o delegado apresenta seu culpado” (Revista <i>IstoÉ Senhor</i>, 26/04/89)</p>
--

Disposição gráfica da matéria

A reportagem 2C não figura como matéria principal da edição de *IstoÉ Senhor*, embora apresente a chamada de capa (ao alto da página, no centro): “Rua Cuba: acharam o culpado?”. A matéria vem disposta em seis páginas, em uma seqüência de duplas (63-64, 65-66 e 67-68). Assim como no objeto 2B, verifica-se, pois, a predisposição em se alocar a reportagem segundo uma construção gráfica considerada nobre, editorialmente. Sob o chapéu “Polícia”, preconiza-se uma classificação da matéria segundo uma editoria específica. Nesse aspecto, é relevante observar, sobretudo em comparação à matéria 1A,

como um dos componentes característicos do *fait divers* (o princípio do *não classificável*) é gradualmente arrefecido, no âmbito discursivo dessas reportagens.

A despeito da quantidade de páginas, a matéria apresenta uma única foto, em que figuram Jorge Delmanto Bouchabki, com o advogado José Carlos Dias e outras duas pessoas que denotam apoiar moralmente o rapaz. O advogado tem uma feição sisuda ao olhar na direção da câmera; o acusado é apresentado com as mãos postas atrás do corpo, o que faz parecer que esteja algemado, ainda que não esteja. Na legenda, é referencializada sua condição de acusado: “Jorginho: no Deic, com José Carlos Dias, já indiciado”. Para ilustrar o restante das páginas, recorreu-se ao recurso das ilustrações, como se costuma proceder em casos de reconstituições de crimes.

A primeira das ilustrações, disposta na dupla 62-63, mostra o pretense momento do crime, com o casal Bouchabki já baleado e um rapaz que efetua o “tiro de misericórdia”, como denotará o texto verbal. Chama a atenção o fato de, nessa representação, o desenho do assassino ser extremamente semelhante aos que se referem ao personagem Jorginho, nas páginas seqüentes. Ocorre, entretanto, que a ilustração é posicionada ao lado do título, compondo com ele um sintagma. Por meio do apagamento da menção explícita do delegado, alude-se, entretanto, a ela, para formular: “O delegado apresenta seu culpado”. Nessa composição, a responsabilidade do julgamento recairia sobre Veloso (notar, para tanto, a relação semântica de posse, advinda com o pronome “seu”). A escolha léxica que remete à condição de Jorginho (“culpado”) parece encobrir-se na estratégia anteriormente explicitada, uma vez que é a instância da enunciação que fala em culpa – utilizando-se, porém, da remetência a um locutor citado (Veloso). Ao mesmo tempo, a pergunta que se materializa na chamada de capa (“Acharam um culpado?”), na inter-relação com esses construtos, torna-se retórica: não só se insinua que de fato foi achado um culpado como também se referencializa a identidade dele.

A legenda referente a essa primeira ilustração é: “O tiro final: caído ao lado da cama, o assassino dá um tiro praticamente de misericórdia em Maria Cecília. Foram quatro tiros certos, nas duas cabeças”. A reiteração, por três vezes, da palavra “tiro” reforça, matizada pela construção “praticamente de misericórdia”, o caráter qualificado do crime, em alusão interdiscursiva à impossibilidade de defesa das vítimas (na ilustração, aliás, essa asserção não está implícita, uma vez que o casal aparece deitado sobre a cama). Além disso,

o texto opta deliberadamente pela palavra “certeiros” quando, na verdade, o primeiro tiro não atingiu diretamente Jorge Toufic (a própria matéria, posteriormente, traz essa informação): “A bala raspou sua cabeça, na têmpora esquerda, furou o travesseiro, bateu na faixa de aço que ornamenta a cabeceira da cama, raspou a madeira – onde deixou fragmentos da espuma do travesseiro – e caiu no chão” (p.67).

Na dupla seguinte, composta pelas páginas 64 e 65, são apresentadas, na porção central, uma ilustração de um rapaz que assiste a uma TV, na qual é expresso o logotipo do canal Bandeirantes. A legenda diz: “Ginho diz que viu *o Gordo e o Magro* na Rede Bandeirantes. O filme não foi exibido”. A segunda imagem representa Jorginho e sua namorada, Flávia. A moça parece cochichar algo ao ouvido dele. Segue-se a legenda: “O garoto procurou a namorada às 7 da manhã. Era para chegar às 11”. Ambas as construções sublinham o caráter de contradição que circunda tanto o depoimento quanto a atitude do personagem. Ainda nesse caso, não se recorre (em nenhuma das duas legendas) ao tempo verbal futuro do pretérito: antes, o presente do indicativo expressa uma verdade categórica, respaldando o posicionamento do locutor citante em vias da modalidade epistêmica do saber. Quando esse locutor, então, expressa: “diz que viu”, no contexto, parece sustentar a hipótese de que, na verdade, não teria visto.

A última composição dupla traz a ilustração de um homem indefeso sendo atingido por uma prancha, com a legenda: “Uma briga feia com o pai, e Ginho atira nele uma prancha de *surf* do irmão”. Na página final, estrutura-se a imagem de um telefone sendo limpo por mãos cobertas com uma luva. O texto diz: “Limpeza na suíte do casal: para os peritos, a cena do crime foi mudada”. Nos dois desenhos, não aparece a figura de Jorginho. Apenas são destacadas as mãos de alguém que ora agride com a prancha, ora limpa o telefone. Acontece que, na primeira das ilustrações, a legenda referencializa claramente tratar-se de Jorginho, corroborando a alusão metonímica das mãos dele. Em um processo identificativo, insinua-se, pois, de quem seriam as mãos do segundo quadro.

Recorrendo-se, como apoio, à materialidade verbal da matéria, não são depreendidas construções (a exemplo do que ocorre com o objeto 2B), de que a possível alteração (“limpeza”) da cena do crime tenha sido empreendida por parentes de Jorginho. A matéria anterior, relembre-se, denota longamente a fama, justificada ou não, dos Delmanto enquanto mestres em alterar cenas de crimes.

No âmbito do penúltimo desenho, destaca-se a legenda para analisar uma ocorrência de sobrenunciação. Há o apagamento da origem do locutor citado (somente nas materialidades estritamente verbais do texto é que se vai referenciar como fonte dessa informação uma faxineira da casa de praia da família Bouchabki). No último desenho, a legenda explicita a fonte da informação sobre a limpeza no quarto do crime – os peritos –, na estruturação de uma modalização em discurso segundo. Tida possivelmente como menos relevante, a origem do locutor citado desaparece na primeira construção. Na segunda, entretanto, a referencialização quanto à perícia é revestida pelo efeito de *prova científica*, por isso mesmo, pretensamente inquestionável. Novamente com o apoio da materialidade verbal, observa-se que não há referências a possíveis erros no trabalho da polícia, ao contrário daquilo que muitas vezes foi verificado na matéria 2B.

Articulações da materialidade verbal

No que tange as primeiras construções da matéria, é pertinente interpretar as referencializações dêiticas (ou ainda cotextuais/contextuais) estruturadas. O texto é iniciado por um marco referencial temporal (pretérito), que se respalda no momento da enunciação, segundo um aspecto pontual (posto que “acabado”): “No dia 20 de fevereiro passado, uma segunda-feira, seis perguntas foram feitas para Jorge Delmanto Bouchabki, o Ginho, através de um jornal de São Paulo”; expressa-se, ainda: “Dois meses depois, na última quinta-feira, 20, o delegado José Augusto Veloso Sampaio (...) estava com elas sobre sua mesa, para, entre outras, fazê-las diretamente ao rapaz” (p.62). Nesse segundo excerto, a referência temporal não é dêitica, mas cotextual, marcando a posterioridade durativa em relação ao citado cotexto. Por meio dessas referencializações, sobressai o estatuto das

perguntas enquanto ordenadoras de um tempo discursivamente construído, que marca o intervalo entre a interpelação do personagem Jorginho pelo dito jornal (subentende-se que isso não ocorreu por meio de uma entrevista) e a efetiva materialização das questões, por ocasião do indiciamento.

Embreagem de pessoa: o inquérito do repórter

Após a explicitação das perguntas, que, entre outras coisas, questionava o fato de o rapaz possuir um revólver (posto que o acusado afirmava que a arma era pequena e não poderia ser a mesma do crime, ainda que não soubesse qual o calibre do revólver utilizado no assassinato dos pais, segundo a reportagem), estrutura-se outra referencialização dêitica bastante expressiva: “Foram perguntas publicadas por este repórter no *Jornal da Tarde* de São Paulo, no final de uma série de reportagens sobre o crime da Rua Cuba” (p.62-63). Nota-se, aqui, o processo de embreagem, entendido como “o efeito de retorno à enunciação” (Fiorin, 2002: 48). Constrói-se, assim, uma neutralização actancial, uma vez que “este repórter” (terceira pessoa verbal) refere-se, na verdade, a um *eu* que enuncia. Depreende-se que tal expediente encerra uma dupla empreitada: por um lado, o afastamento de um *eu* da materialidade discursiva garantiria o efeito de objetividade pretendido (lembre-se, à luz de Benveniste, que a terceira pessoa verbal é também aquela que denota a “não-subjetividade”). Por outro, a permanência do *eu*, ainda que neutralizado pela embreagem, faria emergir essa instância como lugar privilegiado: cada uma das perguntas por ela proposta coaduna-se na constituição do locutor como um *decifrador de enigmas*, juntando os fragmentos que recomporiam a *verdade*. Um indício desse panorama é a referencialização sobrenunciativa (p.62) da matéria publicada pelo *Jornal da Tarde*, que originalmente lançou as referidas perguntas. Observe-se que, a respeito da mesma reportagem, a matéria 2B (analisada anteriormente) falava em uma “derrapagem”. Aqui, no entanto, a referencialização intertextual remete a ela como um roteiro que, anteriormente ao trabalho da polícia, empreenderia uma investigação.

Em uma perspectiva interdiscursiva, há referência ao campo legal quando do relato sobre o silêncio de Jorginho no depoimento do qual saiu indiciado: “Alegando direitos constitucionais, Ginho declarou que responderia apenas em juízo” (p.62). A escolha léxica referente ao verbo “alegar”, como já expresso em outro momento, é da ordem semântica de

uma justificativa que se propõe a fim de defender determinado ato ou conduta. Logo na seqüência, a matéria denota que essa pretensa justificativa, por parte de Jorginho, não surtiu o efeito que seria esperado: “Resultado: Jorge Delmanto Bouchabki, 18 anos, foi indiciado criminalmente pela morte de seus pais”. O mesmo espaço discursivo a que se recorre (segundo uma não aderência do locutor, expressa sobremaneira pelo verbo “alegar”) para indicar a posição do acusado – que não respondeu as perguntas propostas na referida fase do inquérito – é preconizado em vista da sobrenunção (“foi indiciado”), dessa vez aderente, para explicitar o procedimento da polícia. Tem-se, então, por um lado os “direitos constitucionais” e, por outro, o fato de se “indiciar criminalmente”.

Efeitos de verdade

Da mesma maneira que ocorre nas construções da matéria 2B, aparece na 2C a alusão mais ou menos tácita a um crime de elite – e, com efeito, da repercussão social causada por esse fator: “Foram quatro meses em que o crime da Rua Cuba, no bairro dos Jardins, um dos mais nobres de São Paulo, praticamente monopolizou a imprensa e a opinião pública em termos de reportagem policial. O público, chocado com o crime em si e com o mistério que o cercou (...), teve sua curiosidade multiplicada quando (...) um dos delegados da Homicídios declarou: ‘Quando o assassino for descoberto, haverá desgraça em cima de desgraça’” (p.63). Em termos enunciativos, dialoga-se, ainda outra vez, com o espaço do jornalismo (“reportagens policiais”), da mesma maneira como foi apreendido na análise acerca da embreagem actancial. Nesse âmbito, sobressai a vontade de *verdade* em dois níveis: a de um pretenso rigor de fatos, preconizado pela atividade jornalística (a remetência a esse âmbito, por si só, já configuraria uma predisposição do locutor em revestir veritativamente seu estatuto discursivo, na articulação da modalidade alética), e da legitimidade social dessa instituição (“monopolizou a imprensa e a opinião pública”). Nessa perspectiva, a instância enunciativa dá-se o direito de mais uma vez sobrenunçar (pelo apagamento do dito) a voz de uma coletividade, referindo-se ao fato de que o público teria ficado em choque. A mesma estratégia é denotada logo a seguir, ainda na página 63, com a materialidade: “De chocado, o público passou ao estado de perplexidade”. Contrariamente, percebe-se a subnunção por meio da declaração de um dos delegados da seção de Homicídios (“desgraça sobre desgraça”). Aqui, a estratégia visa a uma homogeneização de

discursos (o da instância locutora citante e o da citada) – e não ao silenciamento como forma de repúdio ou discordância.

A construção que se faz do personagem Veloso Sampaio não mais preconiza a qualificação dele segundo o “principal acusador”, conforme na matéria 2B, mas dilui esse ônus lançando-o à corporação policial como instituição, ou ainda a outros personagens, como se estabelece em: “(...) Logo no dia seguinte, com *os policiais* declarando que a solução do caso estava dentro da própria casa. Dias mais tarde *o delegado geral da Polícia de São Paulo*, Amândio Malheiro Lopes, declararia que Jorge delmanto Bouchabki era o principal suspeito da morte do casal” (p.63) – grifos da pesquisadora.

O lugar do pai: figurativização apreciativa

Também se mostram relevantes as articulações sobre a construção dos personagens Jorge (pai) e Maria Cecília, em relação ao tratamento dispensado ao filho Jorginho e às preocupações quanto ao namoro com Flávia: “(O casal Bouchabki achava o comportamento dos dois avançado demais – Ginho tinha até as chaves da casa da namorada. “Tome cuidado”, recomendava Jorge. Agora, com o vestibular em curso, os pais haviam insistido em que ele reduzisse essas visitas e estudasse mais)” (p. 64). A se observar, primeiramente, os recursos tipológicos constituintes desse excerto, sobrevêm algumas considerações.

Disposto entre parênteses, o fragmento denota um caráter explicativo/justificativo acerca de um estatuto que se hierarquiza anteriormente (a asserção de que Jorginho havia telefonado para a namorada e que ligaria novamente, para combinar um encontro). A atitude de se utilizar os parênteses, portanto, chama atenção a uma avaliação positiva da instância enunciativa em relação ao possível tratamento preconizado pelo casal, em uma remetência à modalidade volitiva. A presença do travessão indicaria uma disposição em se realçar a oração “interferente”, para explicitar até que ponto chegava a intimidade do casal Jorginho e Flávia. Essas marcas refletem um procedimento sobrenunciativo que cumula: a) na apresentação da declaração que se atribui ao pai de Jorginho (“Tome cuidado”), como forma de se recorrer à heterogeneidade para respaldar o lugar da identidade discursiva; e b) na embreagem temporal, em que ocorre a neutralização de uma referência díspar ao momento da enunciação, em nome de outra, materializada de forma coincidente (“Agora, com o vestibular em curso...”). A estratégia de presentificação, ao marcar uma pretensa

concomitância da enunciação (da matéria) com o estatuto imediato do vestibular (relativo ao personagem Jorge Toufic) identifica essas duas instâncias, de forma a propor um efeito de sentido segundo o qual a premência do tempo justificaria o posicionamento *aconselhador* do pai de Jorginho.

A expressão “avançado demais”, relativa ao namoro, abre igualmente a possibilidade de certas interpretações interdiscursivas (e mesmo intertextuais). Quando intenta viabilizar essa construção por meio de um efeito de transparência, a instância enunciadora opacifica o principal aspecto segundo o qual a relação seria demasiadamente avançada: o sexo. Aqui, nota-se a subtração do discurso relativo à matéria em face desse estatuto. Tal subtração, pondere-se, é apenas parcial, uma vez que se aponta a ela, para, em seguida silenciar (processo que permite, por si só, uma significação fecunda). A esse respeito, parece importante destacar um excerto, constituído em discurso direto, para indicar uma conversa entre Jorginho e Flávia: “‘Gostaria de dormir com você em sua casa’ – era Ginho, ligando da Rua Cuba” (p.64). A presença dessa declaração expressa a idéia de que quem propunha o encontro era Jorginho – e não Flávia. Mais ainda, ele é que estaria deslocado de seu *lugar original*, indo à casa da moça. Essas formulações expressam uma diferença latente em relação às construções discursivas sobre o mesmo tema dispostas na matéria 2B (em uma recorrência à personagem Flávia como a *intrusa*, que, criada em um meio liberal, levava o *perigo* à casa dos Bouchabki).

Mais adiante, na página 66, dispõe-se a seguinte construção: “Sua relação [de Jorge Toufic] com Maria Cecília é descrita por todos como harmoniosa, e o único fato a registrar, em um inquérito de quatro volumes e mais de mil páginas, é que, em um dia qualquer, teria levado ao apartamento do Guarujá uma mulher que não era a sua”. Mesmo que insinuada, uma possível relação adúltera de Jorge é qualificada como algo irrelevante, nesse contexto. Primeiramente, nota-se um apagamento da origem do locutor citado, com vistas a um efeito generalizador, que afastaria eventuais ressalvas (quem seriam esses “todos” que aludem ao casamento como harmonioso?). Depois, há a observação, pela magnitude da extensão do inquérito, de que se encontrou apenas um possível deslize do personagem, dentre todos os relatos. A própria desqualificação do marco temporal (“um dia qualquer”) reforça a idéia de que a informação não deveria respaldar julgamentos disfóricos sobre o caráter de Jorge. Finalmente, o uso do condicional (“teria levado”) trabalha a modalidade do *crer* segundo a

dúvida: não há garantias cabais de que as coisas realmente tivessem se passado daquela maneira. Some-se a isso a observação de que não há referências sobre a fonte de tal informação.

Pensando-se na mobilização, via discursos, que mobiliza o movimento de estigmas e estereótipos, pode-se inferir que o efeito de sentido advindo dessas formulações certamente não seria o mesmo caso a reportagem afirmasse que “em um dia qualquer, Maria Cecília teria levado ao apartamento do Guarujá um marido que não era o seu”.

Efeitos de presentificação

Outro caso de embreagem, processo que marca a neutralização de pelo menos uma das categorias referenciais, é expresso pelo trabalho do tempo quando dos relatos acerca da madrugada de 24 de dezembro de 1988, data em que o casal Bouchabki foi assassinado. Observe-se: “Na sala da Rua Cuba 109, à uma hora da manhã do dia 24, véspera de Natal, Jorge está diante da televisão, ao lado do filho Ginho, vendo o filme que rola na Globo. No primeiro andar, o primeiro quarto, logo à direita, no topo da escada, é o de Marcelo: ele está lá, vendo tevê. (...) Passam alguns minutos da uma da madrugada. Jorge vem subindo a escada, dá alguns passos no *hall* e entra na suíte. Não sairia dali com vida” (p.64). Instala-se no texto um marco referencial pretérito (“uma hora da manhã do dia 24”), que disjunge do momento enunciativo. As relações temporais dispostas a partir dele, entretanto, são neutralizadas (uma vez que se deveriam estruturar em vista desse marco referencial), sob um efeito de presentificação.

Somada ao excesso de detalhes, essas construções visam a marcar a posição do locutor como *testemunha ocular*, como se estivesse a observar o desenrolar dos acontecimentos. A estratégia citada advém, assim, como um preâmbulo para as formulações seguintes, que denotam as contradições no comportamento e nas declarações do acusado. A construção que se utiliza do futuro do pretérito (“Não sairia dali com vida”), à luz da embreagem temporal que presentifica os acontecimentos, sobrevém como uma “antecipação imaginária” (Fiorin, 2002: 160), a fim de mais uma vez demarcar a posição do locutor como *aquela que tudo sabe*.

Na seqüência, são materializadas as elaborações textuais que cooperam de forma a aproximar o personagem Jorginho do assassino: “Ginho diria à polícia em seu segundo

depoimento, 12 dias depois, que ficou vendo televisão (...) – coisa que não havia feito no primeiro depoimento, dois dias depois dos crimes –, contou ter visto o final de um filme policial no canal 9 (...), assistiu a um trecho do programa *Shop Tour*, no canal 13, e mais um trecho do *Gordo e o Magro*, também no 13 (...). Uma estranha coincidência: na madrugada do dia 24 de dezembro (...), a Rede Bandeirantes de Televisão, canal 13, não exibiu filme algum do *Gordo e o Magro*. Nem o programa *Shop Tour*. Passava das cinco da manhã. O assassino atravessou a porta da suíte, apontou o revólver e começou a atirar” (p.64).

Referências temporais: a qualificação do assassino

Uma série de referencializações enunciativas marcam o referido empreendimento do enunciador: após utilizar a forma “contou ter visto” (derivada semanticamente do condicional “teria visto”, expressando uma possibilidade em contrário), há a referência “assistiu”, com o pretérito perfeito do indicativo, pontual (acabado), dinâmico, como que denotando um estatuto inquestionável. Ocorre, no entanto, que a evidenciação de que o canal não teria exibido determinados programas expõe a premência da contradição. A força expressiva, nesse caso, provém de um jogo de forças entre duas verdades (ambas construídas como tal, em vista da citada aspectualização dos verbos), donde aquela que coincide com o ponto de vista (em recorrência à heterogeneidade mostrada, não marcada) do locutor sai como vitoriosa. Além disso, o relato interrompe o fluxo narrativo referente a Jorginho para focá-lo no assassino. Como não há mudança de parágrafo, empreende-se uma identificação entre essas duas instâncias (a despeito da interrupção na forma, ocorre uma continuidade sêmio-discursiva). O uso do pretérito imperfeito (“passava”) serve ainda a um efeito de sentido de continuidade, dentro do momento de referência (a madrugada de 24 de dezembro). Essa idéia de estaticidade coaduna-se à formulação textual referente à atividade do assassino como algo que é visto do interior, no curso de sua execução.

A hierarquização do parágrafo seguinte completa esse quadro: “Ginho chegou à casa de Flávia, às sete da manhã, a pé. Ele resolvera caminhar os quatro quarteirões que separam as ruas Cuba e Veneza. Flávia achou estranho que viesse tão cedo, uma vez que combinara chegar às onze e que, aos sábados e domingos, costumava acordar mais tarde” (p.64). As materializações revezam-se, assim, entre as posições: Jorginho – assassino –

Jorginho, em um recurso similar às edições fílmicas que, por contigüidade de elementos em planos distintos, acaba por associá-los. Em uma ocorrência de discurso indireto a denotar a pretensa opinião de Flávia, o locutor explicita aderência discursiva em relação a mais um *indício* do comportamento controverso do acusado. No mesmo excerto, depreende-se a idéia de proximidade geográfica entre as casas de Flávia e Jorginho, o que sustentaria a posição do locutor de que os dois fizessem parte de mundos semelhantes (com efeito, uma área rica, elitizada da capital paulista). Note-se que, na matéria 2B, não apareceram referências a respeito do lugar onde a garota morava.

A reportagem em análise, aliás, parece não mobilizar valorações propriamente negativas em relação a Flávia. Na transcrição de um bilhete que a garota teria enviado a Jorginho, expressa-se: “Jorge, maus humores, ‘semanas da desgraça’, brigas familiares, crises de ciúme, encarnações [sic] sem qualquer fundo real irão sempre existir, mas nunca, nunca mesmo farão que o meu amor deixe de existir. Te amo. Flávia. ESQUECE O QUE ACONTECEU. ENTENDE UM POUCO SEUS PAIS E TRATE DE ESTUDAR.’ (As palavras finais estão escritas assim mesmo, em letras maiúsculas)” (p.65). A recorrência ao bilhete parece expressar o intuito de se sublinhar que a garota faria as vezes de responsável, sensata – donde o conselho para que o rapaz compreendesse os pais, com a explicitação de que o fragmento teria sido grafado todo em maiúsculas, marca que se presta a um efeito de destaque no corpo do texto citado. Quem faria o papel de problemático, em vista dessa construção, seria Jorginho: mal humorado, propenso a brigas em família, ciumento e com idéias persecutórias.

Um pouco mais adiante, a reportagem expressa uma valoração relativa aos personagens Jorge (pai) e Maria Cecília: “Com o filho, Jorge vinha sendo severo, assim como Maria Cecília, o que não seria condenado pela grande maioria dos casais deste país: afinal Ginho estava se preparando para uma fase importante, a dos vestibulares da Fuvest, Unicamp e Mackenzie. Mas o antiquário Fernando Cardoso Soares, pai de Flávia, registrou sua opinião: ‘Os pais davam pouca liberdade a Jorginho, considerando-se a sua idade. Eles muitas vezes o proibiam de sair, ou determinavam a hora em que deveria voltar para casa – enfim, ele tinha menos liberdade que Flávia’” (p.66). Inicialmente, percebe-se o julgamento positivo em relação ao casal Bouchabki, com a articulação da modalidade alética, por meio da qual o locutor expressa uma opinião baseando-se em estatutos cristalizados no senso

comum. A própria incorporação, no texto, da declaração de Fernando Soares, pai de Flávia, ocorre dessa vez por meio de uma subenunciação do locutor citante: ele registra a opinião do personagem, porém silencia-se em relação a ela, como forma de demonstrar uma não aderência ao construto (que talvez fizesse arrefecer uma imagem positiva do casal Bouchabki). Antes, no entanto, cabe analisar a perífrase verbal que faz as vezes de *dicendi*: “registrou sua opinião”. Ora, a opinião é da ordem da crença, de um aspecto subjetivo, o que denota, via construção textual, que Fernando Soares poderia não estar certo (articulação mais identificada à modalidade do saber).

Percebe-se, assim, como é construído o lugar do pai no texto: ambos (Jorge, o de Jorginho, e Fernando, o de Flávia) têm garantida pelo locutor citante uma posição legitimada, que os habilita a *falar* segundo esse lugar: seja pela reconstrução em discurso indireto, como no caso de Jorge, seja pela menção à declaração pretensamente literal, como no caso de Fernando. Essas observações são consideradas importantes, sobretudo, em comparação com a matéria 2B, em que, conforme referido, a posição de Jorge (pai) é negligenciada em função do lugar de Maria Cecília (com efeito, da família Delmanto). No caso de Flávia, não aparecia sequer o nome de seu pai, quanto mais uma declaração literal.

Como forma de se evidenciar o comportamento agressivo do rapaz, a reportagem relata, entre outros excertos, uma briga entre ele e o pai: “Norma Lúcia Pontes Petris, faxineira do prédio em que os Bouchabki compraram o apartamento do Guarujá, testemunhou pelo menos dois atritos sérios entre Ginho e Jorge. No primeiro (...) Ginho discordava da posição em que o pai queria instalar uma máquina de lavar e passou a gritar com ele. Entre os gritos, houve um “Vá tomar no...”. Jorge respondeu com moderação: “Calma, Jorginho, não é assim que você faz com seu pai” (p.66). Aqui, diferentemente do que ocorre em outro momento da análise, verifica-se a explicitação da fonte que relata a briga. Além disso, o verbo “testemunhar”, tido em relação a Norma Lúcia, traz ao texto o âmbito de um exterior discursivo composto pelas formulações relativas ao processo de inquérito, em que as evidências co-ocorreriam para incriminar Jorginho.

Há que se perceber, ainda, um processo de substantivação da expressão que vem em autonomia simples (o xingamento de Jorginho em relação ao pai), designando o próprio signo lingüístico. Ao particularizá-la por meio do artigo indefinido (“um”), o locutor *coisifica* a expressão, apontando para a gravidade da materialização dela, no contexto. O

palavrão, em si, é interdito, ainda que inferível, como forma de se censurar o lugar discursivo do filho. O ato dele torna-se mais desmedido a se considerar a forma como o pai teria reagido ao episódio: com *moderação*, segundo diz a matéria. A recomposição da fala de Jorge Toufic marca mais um processo de embreagem actancial: “não é assim que se faz com *seu pai*” – em lugar de *comigo*. Dessa forma, a discussão não estaria polarizada simplesmente entre um *tu* e um *eu* que, por guardarem certa relação de reversibilidade subjetiva, estariam no mesmo nível. A embreagem denota que isso ocorre entre lugares sociais, discursivamente construídos, que demarcam a posição do filho perante a posição do pai – seria essa a variável que impediria, segundo uma expectativa que emana da relação entre esses posicionamentos, o citado xingamento.

Em outra ocasião da matéria, ainda, há a evidenciação do pretense destemperado de Jorginho (dessa vez em alusão a uma briga dele com Flávia), que reforçaria sua condição de suspeito principal do crime da Rua Cuba: “A discussão principal, como conta Maria Isabel [segunda mulher do pai de Flávia Soares], e aquela que mais pesa contra Ginho, contém uma frase importante dele para Flávia: ‘Não me encha o saco. Aqueles que me enchem já não estão aí e agora não vai ser você a me encher’. Isso foi depois da morte de Jorge e Maria Cecília, e Maria Isabel acha que ele se referia claramente a eles” (p.66). A alusão às declarações de Jorginho sob o âmbito do calão vem reforçar a idéia de insubordinação – em nada parecidas com aquelas que enquadram o garoto sob a aura da boa educação, conforme aparecem na matéria 2B.

Na última página da matéria sobrevém a formulação que torna patente uma intenção de verdade, da instância enunciativa, em que as figuras do acusado e do assassino tornem-se a mesma: “Depois do indiciamento o delegado José Augusto Veloso Sampaio vai encaminhar o inquérito à Justiça, esperando que ela retire dessa descrição a palavra assassino e coloque em seu lugar o nome de Jorge Delmanto Bouchabki” (p.67). Novamente por meio sobrenunciativo, ressalta-se a expectativa do delegado (sem uma declaração literal, entretanto), e, em termos de escolhas léxicas, a qualificação do inquérito como uma “descrição” – não como uma “interpretação” – emerge segundo um efeito de transparência que coaduna o referido objeto à materialidade dos fatos, uma vez que quem “descreve” o faz exclusivamente pela observação sensorial, tão ligada à idéia de objetividade. Note-se ainda que não são usadas aspas para marcar a palavra “assassino”, o

que faria denotar o signo lingüístico e não o executor em si. Há, pois, a omissão da modalização autonímica, que marcaria a não-coincidência entre as palavras e as coisas, segundo classificação de Authier-Revuz (2001). O locutor encampa esse termo (“assassino”), por uma homogeneização de seu próprio discurso (sem remetência à alteridade, embora ela exista), preconizando um efeito de coincidência entre a referida palavra e o nome de Jorge Delmanto Bouchabki.

O último parágrafo da matéria sublinha o estatuto de alteração da cena do crime, além de qualificá-lo em termos de uma tragédia: “Na cama já não havia nem o colchão nem o estrado. Ali, naquele cenário remexido, estavam os vestígios de uma das maiores tragédias familiares já registradas na história policial da cidade”. Em curiosa referencialização entre as matérias 2B e esta (2C), tornam-se depreensíveis as vontades de verdade que orientam a instância enunciativa da primeira a falar em “drama” e a da segunda, em “tragédia”: nesta, o crime da Rua Cuba pareceria imerso em características que escondem um grande enigma (a aura de mistério é freqüentes vezes reiterada no texto): as diferentes emergências que aproximam a matéria a um romance (ilustrações que marcam um segundo nível de enunciação; recomposição de diálogos, de forma direta, sem que se tivesse conhecimento literal a respeito dessas declarações; descrições excessivamente detalhistas sobre cenários etc.) tornam-se auto-referencializadas para respaldar a assunção, advinda da própria tragédia, de que a arte não imitaria a vida, mas estenderia a ela princípios regulares para se interpretá-la.

Por outro lado, a descrição exaustiva de pormenores, as formulações que identificam Jorginho ao âmbito da agressividade e da perturbação psicológica, enfim, as *miudezas cotidianas* de que não se poderia prescindir, fazem pensar que a matéria 2C está muito mais para o âmbito do drama, ao contrário do que referencializa textualmente o enunciatador.

Ponderações derivadas das análises

As inferências a partir da análise do Grupo 2, em conjunto, mostram como as materializações discursivas dispostas nas matérias operam em vista de efeitos de sentidos divergentes, em cada uma delas. A primeira análise, referente ao objeto 2A, expõe os

construtos segundo os quais a instância da enunciação preconiza a modalização autonímica de forma a reiterar a não coincidência do discurso consigo mesmo, recorrendo ao campo da heterogeneidade com o intuito de garantir uma pretensa isenção por parte desse enunciador. Em vista disso, podem ser verificadas expressões do tipo: “como ficou conhecido” (em relação ao crime da Rua Cuba) ou “isso significa” (em relação às derivações do indiciamento de Jorginho, ao denotar que, por si, isso não seria a mesma coisa que uma condenação categórica do rapaz). Em diferentes construções, depreende-se a estratégia que possibilita ao locutor citante eximir-se da responsabilidade em apontar o personagem como culpado, remetendo essas formulações, sobretudo, ao campo discursivo da polícia.

No que tange o objeto 2B, a maioria das estratégias enunciativas solidariza-se com o objetivo de qualificar o personagem Jorginho como *alvo de um fogo cruzado*. Depreende-se, assim, o sujeito enunciador como tributário explícito de um ideal de adolescência que o motiva até mesmo a secundarizar a possibilidade de um crime de parricídio, como temática, aludindo ao “drama do acusado” enquanto imerso nas contradições típicas dessa faixa etária (a assunção de responsabilidades do mundo adulto, de um lado, e a moratória imposta – sobretudo por sua família – para que pudesse ser reconhecido como legítimo habitante de tal mundo, por outro), em adição ao fato de ser apontado por diferentes instâncias sociais (discursivamente construídas como os lugares da polícia, da própria família, da imprensa, da opinião pública) sob a marca da suspeição. Nesse contexto, a forma empreendida pela matéria para acomodar esse posicionamento do acusado é opô-lo, em uma relação diferencial, aos lugares empreendidos para os personagens Veloso Sampaio, família Delmanto, Maria Cecília e até mesmo Flávia, de forma a qualificar Jorginho como a “terceira vítima do crime da Rua Cuba”.

A matéria 2C parece operacionalizar algumas dessas posições de maneira inversa (por tal motivo, foram tão freqüentes as comparações pontuais entre este objeto e o 2B, quando do desenvolvimento da análise). Aqui, o estatuto do parricídio, ainda que como hipótese, é favorecido, entre outras variáveis, pela figurativização do comportamento *dúbio* do acusado, aliada às construções que fazem sobressair o lugar do pai (avaliado segundo qualificações positivas, em consonância às idéias recorrentes no senso comum: um homem de atuação “correta”, como diz o texto). Essas articulações, reitera-se, não foram observadas quando da interpretação da matéria anterior. O objeto 2C, freqüentes vezes,

alude ao acusado como “Ginho” (as outras reportagens optam por “Jorginho”), denotando uma espécie de proximidade entre o estatuto do personagem e o da instância que enuncia, como se esta, estando a par do interior dos acontecimentos, conhecesse o perfil do acusado suficientemente para *apostar* em sua culpa efetiva.

Dos três objetos que compõem o grupo, os dois últimos têm referencializados os respectivos autores das matérias. Pensando-se na autoria como um princípio de agrupamento discursivo (Foucault, 2002), orientado por regularidades que emanam da identidade textualizada, cabe analisar que, nos objetos 2B e 2C, a assinatura das matérias sobrevêm ainda como expediente de se explicitar o ponto de vista de determinado sujeito em relação às formulações que se tornam legitimadas, em que pesem as citadas construções que, apelando às heterogeneidades, garantem que o locutor citante se abstenha da responsabilidade sobre determinados *ditos*. Na matéria 2A, essa ausência pode ser entendida como um subterfúgio para referendar a condição de objetividade perseguida, como se o estatuto textual se auto-enunciasse.

Como decorrência dessas conclusões, é pertinente lembrar as peculiaridades entre as reportagens presentes na revista *Veja* e em sua variante *Veja em São Paulo*. Ainda que os volumes circulassem em conjunto, percebe-se uma disposição sectária, na primeira, em tratar em detalhes o crime da Rua Cuba, ao menos na edição em análise. Nesta, o episódio é revestido ainda da característica de refugio da notícia: dispõe-se em uma página considerada menos nobre e figura, dividindo espaço com outra matéria, em uma espécie de *vala comum*, cuja ordenação advém apenas do título presente no chapéu (segmento a denotar o assunto da reportagem): “Polícia”. Tal silenciamento relativo adviria como predisposição em não se reconhecer o assunto como legítimo de figurar, com destaque, em suas páginas. Operacionalização bastante diversa é verificada na organização editorial do objeto 2B, que aparece como matéria de capa e estrutura-se no decorrer de 9 páginas. Em *IstoÉ Senhor*, ainda que também se encontre o mesmo chapéu presente em *Veja*, depreende-se uma sistematização mais clara do lugar da matéria (que ocupa 6 páginas) e um indício de sua importância, no conjunto da publicação, é inferido pela presença de uma chamada de capa.

3. Caso Andréia Gomes Pereira do Amaral: sob a marca da degradação

Sinopse do crime

Em 29 de março de 1994, foi assassinado enquanto dormia, em Santos, no litoral sul de São Paulo, o casal Antonio do Amaral e Deolinda Gomes Pereira, a golpes de punhal. Os corpos foram enterrados nas proximidades do Rio Casqueiro, na divisa entre Santos e Cubatão. No dia 1º. de abril, Andréia Pereira Gomes do Amaral, aos 20 anos, filha de Antonio e Deolinda, e o então namorado (Daniel, 17 anos) confessaram o crime. O rapaz foi para a Febem, de onde fugiu em seguida. Andréia foi sentenciada inicialmente a 25 anos de prisão. Em um segundo julgamento, teve a pena reduzida para 19 anos. Classificada como detenta de bom comportamento, a moça progrediu do regime fechado para o semi-aberto, mas, em março de 2000, envolveu-se em um caso de estelionato e, autuada em flagrante, acabou voltando para o regime fechado. Atualmente, cumpre pena.

Matéria 3A: ““Eu tinha nojo dele”” (Revista *Veja*, 13/04/94)

Disposição gráfica da matéria

Em três páginas, a matéria 3A é *aberta* na dupla 80-81, trazendo na junção da última coluna da página par com as duas primeiras da página ímpar uma fotografia de Andréia com o braço apoiado sobre uma mesa e o dedo indicador em riste, como se estivesse profetizando. Esse sintagma é reiterado pelo fato de o rosto da moça estar virado para o lado direito (na direção da saída da página) e, acima de sua cabeça, figurar um vitrô através do qual passa luminosidade. Além disso, a personagem tem a boca escancarada, em um aspecto que aparenta anormalidade psíquica, e parece mirar o além. No segundo plano da foto, dispõe-se uma senhora que olha, assustada, para a menina, com a mão na cabeça a denotar perplexidade. É interessante notar que, à frente dessa segunda personagem, aparece um jornal dobrado, como a metaforizar a atualidade do caso e o interesse da mídia em relação a ele, fazendo-o figurar em suas páginas; mais do que isso, na composição o jornal parece *estar do lado* daqueles que estariam chocados com o duplo assassinato.

Abaixo dessa foto, com a largura coincidente à da segunda coluna (e o comprimento um pouco inferior a um terço de coluna) apresenta-se uma foto de Daniel, o referido namorado de Andréia, que confessou a execução do crime. Com os cabelos desgrenhados, barbudo, ele aparece com uma tarja preta sobre os olhos (em vista de ser menor de 18 anos), em uma reiteração interdiscursiva da materialização identificada ao aspecto de marginalidade. No conjunto, a foto de Andréia é sensivelmente maior do que a do rapaz, como se ela dominasse a cena.

A legenda referente expressa: “Andréia dá entrevista na cadeia e justifica por que ajudou o namorado, Daniel (*abaixo*), a matar seus pais: ‘Ele me surrava e violentava. Eu tinha nojo do meu pai’”. Nessa composição, reforça-se a condição de atuação da mídia, anteriormente sugerida. É ainda relevante a escolha léxica referente ao verbo *dicendi* – “justificar”. O verbo introdutor, que orienta ou condiciona a interpretação, recompõe o posicionamento construído em relação a Andréia, explicitando sua condição de criminosa, uma vez que “justificar” é da ordem de construir argumentos para defender determinado ato. Uma leitura parcial sugere que, de acordo com o locutor citante, tal atitude seria indefensável. Na seqüência, entretanto, a materialidade textual em discurso direto marca a

subenunciação desse mesmo locutor, por meio do silêncio (forma de não aderência ao *dito*): com o apartamento explícito entre o discurso citante e o citado, o locutor apaga-se. Há aqui a concretização de um aspecto que será reiterado em diferentes ocasiões, na materialidade verbal: a mobilização discursiva de posições oscilantes (ora em relação ao pai, Antonio, ora em relação à filha) que mostra o progressivo estado de degradação moral por que passam. Nota-se, pois, uma alternância de construtos que dirigem o processo de estigmatização de cada um desses personagens, no decorrer da matéria.

A degradação como efeito de sentido

Na última página (82), dispõem-se quatro imagens. A primeira delas (e a que chamaria mais atenção, considerando-se o fato de ser uma página par) traz quatro policiais retirando um corpo de um matagal. Abaixo dela, em tamanho menor, aparece a arma do crime, um punhal. Ao lado da foto dos policiais, próximo à emenda, a foto denota Andréia, Antonio (o pai) e Deolinda (a mãe), na festa de formatura da menina. Apesar de sorrirem discretamente (à exceção de Deolinda), os três guardam uma certa distância física entre si (principalmente Andréia e Antonio). Abaixo dessa imagem, a última foto enquadra um pequeno jardim da casa da família Amaral, onde Antonio teria enterrado um feto que obrigara a mulher a abortar. Uma amurada separa esse espaço da rua, onde, rente ao muro, aglomeram-se pessoas curiosas. A legenda, entre as imagens, diz: “A polícia retira do matagal os corpos de Antonio e Deolinda (*acima*). O punhal do crime (*à esquerda*). Andréia entre os pais numa foto de formatura (*ao alto*). No jardim da casa da família em Santos foi encontrada a ossada que Andréia diz ser de um feto da mãe, que teria sido obrigada a abortar pelo marido (*à direita*)”.

Nesse conjunto, expressa-se a degradação da família, mediante as três imagens referentes aos crimes: o de Andréia e o do pai. A foto de um possível corpo envolto em um saco, sendo retirado pela polícia, lembra bastante a figura de um animal. A imagem do punhal faz reiterar a materialidade que tornaria inquestionável a ocorrência (assassinatos). Já a fotografia do quintal, ao apartar a casa dos Amaral e as pessoas (a *sociedade*), reforça a necessidade de se limitar (fisicamente, inclusive) o tabu, de forma a evitar o *contágio*, isolando-se a área da casa. A imagem da família, em vez de amenizar o caráter de desgraça, acaba por confirmá-lo: posada, a foto traz um ar de artificialismo, como se algo *não*

estivesse bem. Dos três personagens, apenas Andréia sorri de forma um pouco mais clara. A figura dela expressa um caráter excessivamente infantil (há, inclusive, um laço de fita no alto da cabeça), como se ainda estivesse alheia à degradação inexorável da família.

Em vista da força expressiva do texto imagético, mais uma vez o locutor citante *subtrai-se* discursivamente, empreendendo, na legenda, um distanciamento: “Ossada que Andréia diz ser de um feto da mãe, que teria sido obrigada a abortar pelo marido”. Observe-se que a instância enunciativa recorre à heterogeneidade mostrada com fins de indicar a não-coincidência entre dois campos discursivos (o dela própria e o da personagem Andréia).

Articulações do texto verbal

O título da matéria, ““Eu tinha nojo dele””, conforme já expressei, estrutura-se por meio de discurso direto, dando voz ao locutor citado (Andréia). Além de apontar para uma possível valoração negativa em relação a Antonio (que será retomada no curso do texto), esse recurso sobrevém, acima de tudo, com o intuito de transferir a responsabilidade do que é dito, eximindo assim o locutor citante – mesmo porque, não há verbo introdutor a marcar tal ocorrência.

Relações temporais: o transbordo do momento enunciativo

No texto da linha fina, em que se lê: “Estudante ajuda a matar os pais e diz que não agüentava mais apanhar e ser violentada”, há um efeito de presentificação, uma vez que o marcador temporal *ajuda* não denota uma pontualidade, em que houvesse coincidência entre o marco enunciativo e o marco referencial. Na verdade, pode-se falar em um processo de embreagem, neutralizando o pretérito perfeito (“ajudou”), em vista do referido presente do indicativo. Como efeito de sentido, esse tempo verbal parece expressar um

acontecimento que transborda o momento da enunciação, tanto em termos de anterioridade como de posterioridade, marcando um *continuum* que tornará Andréia *desde sempre* (entendendo-se esse *desde sempre* como subproduto da inserção da personagem em um discurso, aquele construído pelo conjunto título–linha fina) uma assassina. Quando se interpreta, no mesmo sintagma, a forma “agüentava”, depreende-se um marco referencial anterior ao momento da enunciação (do locutor citante), assim como ao da primeira debreagem de segundo grau (tangível pelo verbo “diz”, que expressa a voz do locutor citado, ainda que em discurso indireto). A forma “agüentava”, assim, assenta-se em um momento de referência pretérito, que está implícito (podendo ser, por exemplo: “à época em que Andréia vivia com o pai”) – em relação a ele, depreende-se a repetição do ato (se ela “não agüentava mais” apanhar e ser violentada, é porque isso teria ocorrido mais de uma vez).

A assinatura da matéria, que expressa: “Mônica Bergamo, de Santos”, opera em dois eixos. Por um lado, tange o efeito de sentido de configurar o outrora citado princípio de regularidade, que viria a reboque da função do autor. Por outro, a explicitação do dêitico temporal “de Santos” (equivalendo a “daqui de Santos”) reintroduz o lugar-comum de *estar o repórter no lugar dos acontecimentos*, ainda que a pretensa concomitância seja frustrada, uma vez que o assassinato já havia ocorrido. Nota-se, então, que o discurso opera em um segundo nível: na impossibilidade de se empreender o efeito derivado da simultaneidade construída, empreende-se o trabalho da reconstituição.

Em vista disso, a reportagem é iniciada por meio de um marco pretérito, conjugado a partir dos termos “Na madrugada do dia 1º. de abril” e “(Andréia) foi”, expressando uma decontinuidade na duração do momento referência. Propõe-se, assim, um aspecto de dinamicidade, de algo que se olha do exterior (posição reiteradamente empreendida pela instância enunciativa). Concomitantemente, a figuração do mais-que-perfeito: “Andréia disse que vira sua mãe, Deolinda Pereira, ser assassinada por seu próprio pai”, denota também um aspecto durativo em relação ao momento de referência (1º. de abril), uma vez que o fato ocorreu antes desse instante, marcado pela ida da garota à delegacia. Dessa forma, o mais-que-perfeito estrutura-se para sublinhar os elementos que devem ser anteriormente conhecidos, em uma narrativa, para que se compreenda a ação tida como mais importante.

O teor de realce derivado da palavra “próprio” (antecedendo “pai”) coaduna-se a tal efeito de sentido, uma vez que o termo só tem razão de ser na relação com um sujeito (Andréia). Dessa maneira, a instância enunciativa recorre a uma modalização em discurso segundo que faz emergir a alteridade: “Segundo sua versão [de Andréia], o pai teria dado sumiço no corpo da mãe e fugido” (p.80).

Escolhas léxicas: o horror

O estabelecimento dessa separação, via a não aderência discursiva, respalda determinadas escolhas léxicas relativas ao crime, que operam sob a temática do terror, do bizarro, como: “uma história de arrepiar”, “uma descoberta ainda mais espetacular [a de que a garota estava envolvida]” (p.80). Dessa maneira, atribui-se à narrativa algum ar ficcional, afastando-a, em parte, das materialidades que viabilizam a construção da identidade do locutor citante. Na seqüência, advém uma reconstrução do discurso de Andréia, pelo locutor, que reforça esse panorama: “No domingo de Páscoa, a garota confessou que ajudou a planejar o crime. Não chorou e até soltou algumas risadas ao contar como dopou os pais, colocou seu alçóforo dentro de casa e escutou o barulho do punhal sendo enterrado em seus corpos” (p.80). A se observar as construções: “não chorou”, “até soltou algumas risadas” e “colocou seu alçóforo dentro de casa”, torna-se depreensível como o discurso indireto empreende uma interpretação que explicita a posição do sujeito enunciativo.

Em relação à descrição da personagem Andréia, entretanto, a primeira parte da reportagem tende a mobilizar construções que remetem a ela um viés antes positivo do que negativo. O texto parece trabalhar, nesse contexto, conforme uma das idéias acerca do *fait divers*: a insuficiência de relações causa-efeito. Observe-se: “Era considerada uma garota exemplar. Alegre, delicada e generosa, estudava direito na Universidade Católica de Santos e tinha média escolar acima de 8 em quase todas as matérias. Coordenava o núcleo da Campanha contra a Fome, de Betinho, na faculdade” (p.80). Aqui, a presença de estereótipos (boa aluna, inteligente, cordata, generosa) movimenta uma articulação que denota a materialização do crime no *lugar* pretensamente menos propício a ele. Esse estatuto é reiterado, ainda, por construções que aludem a um crime de elite: “Era mais rica do que muitos dos amigos. O pai possuía mais de cinquenta imóveis em Santos, uma

fortuna avaliada em cerca de 2 milhões de dólares, e a estudante circulava com um Omega novinho pela cidade. Moravam num sobrado de três andares em Campo Grande, um bairro de classe média” (p.80). Trabalhando, pois, a ilusão de transparência, a instância enunciativa relaciona a riqueza material com a não-propensão a uma violência de tal ordem.

Novamente por uma sucessão de estereótipos, no entanto, inicia-se uma empreitada para explicitar um princípio de degradação inerente à família Amaral, aproximando-se o estatuto dessa riqueza não mais a um caráter tradicionalista (como no caso Delmanto Bouchabki, sobretudo no que tange a matéria 2B). Antes, o fato de Antonio ser bem sucedido parece derivado de uma característica de arrivismo, latente nesse personagem: “Todos sabiam que Antonio, um imigrante português com primário incompleto que criava porcos, cabritos e galinhas, era rigoroso com a filha. Não a deixava namorar, nem sair à noite com as amigas” (p.80). Para empreender tal julgamento, no entanto, expressa-se uma remetência ao exterior discursivo – “todos sabiam” –, em um princípio sobrenunciativo que apaga a origem do locutor citado, apelando à cristalização de determinadas características pelo senso comum (“semi-analfabeto”, “imigrante”, “criador de porcos, galinhas e cabritos”). Em uma articulação semelhante, denota-se ainda a agressividade do personagem: “O pai de Andréia chegou do trabalho, jantou, brigou com a mulher e às 23 horas foi dormir” (p.80).

Nesse contexto, o processo discursivo ainda não visa a desqualificar o personagem de maneira individualizada. Ao contrário, tal valorização depreciativa respalda-se, no referido momento, no reconhecimento da pertença de Antonio a uma minoria anômica, coletivamente encarada (a se pensar no posicionamento de uma classe social estabelecida, dominante) como inferior (Elias e Scotson, 2000). Após ser empreendida tal estratégia, o locutor citante subenuncia-se, dessa vez para dar voz à personagem Andréia: “Ao ser desmascarada pela polícia, Andréia justificou o crime com um rosário de denúncias contra o pai. ‘Ele me estuprou duas vezes e sempre me espancava’, diz ela. ‘Eu tinha ódio dele’” (p.80).

A partir desse ponto, também a Andréia passa a ser estendido o estereótipo que a posiciona no âmbito da minoria anômica – tanto é que foi “desmascarada pela polícia”, em uma remetência à instituição social que faz cumprir a lei. Novamente, o emprego do

dicendi “justificar” expressa uma avaliação do locutor citante em relação à personagem, como já explicitado. Caso o declaratório fosse “dizer”, “afirmar” ou “declarar”, por exemplo, o efeito de sentido preconizado seria diferente.

O enunciador: acima do conflito

Uma nova remetência a espaços discursivos heterogêneos pode ser apreendida por meio da escolha lexical “rosário de denúncias”: já incorporado por boa parte dos falantes, o termo “rosário”, tomado de empréstimo do âmbito religioso, traz, subjacentemente, a idéia de algo que fixa seu significado pela repetição (as sucessivas orações). Da mesma maneira, a palavra “denúncia”, ainda que tenha ampliada sua significação por extensão de sentido, pertence originalmente ao campo discursivo da lei, enquanto “peça inaugural da ação penal, de atribuição do Ministério Público”²⁹.

Dessa forma, o discurso referente à lei é remetido ao campo discursivo da moça, a fim de respaldar a declaração literal, logo a seguir, que apresenta as variáveis dos estupros e dos espancamentos. Esse excerto torna-se relevante à análise na medida em que denota uma estreita relação com o título da matéria: o meio empreendido para valorar negativamente Antonio Amaral é estender à filha (enquanto posição discursivamente construída) tal responsabilidade. O locutor citante apela à heterogeneidade para se colocar acima do conflito, como referenda a construção: “‘Dizem que foi pela herança, mas é mentira’, afirma [Andréia]. ‘Eu tinha um problema e queria me livrar dele. Sei que escolhi o caminho errado e estou arrependida. Mas me sinto aliviada’”. O silenciamento da instância citante indica, pois, a forma de se resguardar da alteridade que emerge no discurso.

A mesma estratégia é empregada para introduzir uma mudança de assunto, no corpo da reportagem, chamando-se atenção para ele por meio de uma palavra ou uma frase, tipologicamente destacada em negrito (marcação chamada de “retranca”). A primeira retranca da matéria 3A é “Foi uma doideira”. A heterogeneidade mostrada e marcada remete, assim, ao discurso de Andréia, cuja declaração foi estruturada para descrever como teria sido o assassinato de seus pais. Em termos editoriais, a escolha dessa retranca chama ainda a atenção para outro aspecto. Pertencente ao universo da gíria, o termo “doideira” denota a condição adolescente da garota, mas, principalmente, do então namorado dela

²⁹ Holanda Ferreira, A.B. *Novo Dicionário Básico da Língua Portuguesa Folha – Aurélio*. P. 201.

(referencializado apenas como Daniel C., por ter menos de 18 anos). Essa remetência não se estrutura em vista de uma valoração eufórica, mas disfórica, como sublinha o excerto sobrenunciativo: “‘Tudo [foi] em questão de segundos’”, conta Andréia, como quem relata uma aventura. “‘Foi uma doideira’” (p.80).

As referencializações sexuais também têm espaço na reportagem, de forma a mobilizar um julgamento acerca do comportamento de Andréia: “(…) Ela e Daniel, que eram vizinhos e namoravam há três semanas, foram a um motel. Aos primeiros carinhos, segundo Andréia, o garoto ficou trêmulo e caiu no chão. Ao sair do motel, deu a ela uma explicação macabra” (p.80). Aqui, além da alusão ao encontro sexual dos dois personagens, que ajuda a articular uma idéia de marginalidade (o termo “motel”, no contexto, vai nesse sentido), também reforça a característica do horror, do bizarro, antevista, por meio da construção “explicação macabra” (conforme diz a reportagem, Daniel teria afirmado estar sob a influência de um demônio).

Outra materialidade a compor esse panorama é: “Meia hora depois, [Andréia] estacionou na casa de outro namorado, o mecânico Paulo Santos da Costa, com quem saía há um mês. (...) Andréia voltou para casa com Paulo. Insistiu em que ele entrasse. ‘Estava um cheiro insuportável de podre, mas pensei que viesse dos cachorros’, diz Paulo. ‘Ela estava um pouco assustada. Fomos para o quarto e transamos. Bebemos cerveja, descansamos, transamos outra vez’” (p.81). A aparente subenunção (dando relevo à declaração de Paulo) visa a um efeito de transparência ao repassar ao citado personagem o *ônus* do relato, sem que haja envolvimento discursivo explícito do locutor citante. Ocorre, no entanto, que a partir dessa subenunção, o mesmo locutor empreende uma dinâmica que associa o sexo transgressivo e o processo de degradação da personagem Andréia. A qualificação desta como afim a uma minoria anômica também é referencializada por meio das expressões “outro namorado” e “mecânico Paulo”.

A segunda retransa apresentada na reportagem também traz a heterogeneidade mostrada e marcada: “Desgraçado!!”. Pela remissão à seqüência textual, percebe-se que ela é referente a um discurso de Deolinda, mãe de Andréia, no momento em que era assassinada por Daniel. A exemplo do caso anterior, essa remetência ao discurso direto apresenta uma particularidade que faz sobressair o posicionamento do locutor citante. Primeiramente, ainda que a materialidade denote apenas menção, a análise em relação à

instância enunciativa faz pensar em um caso de menção e uso, com a sofisticação de, cuidadosamente, marcar a fronteira entre os dois campos discursivos, a fim de que o locutor não seja imiscuído no *lugar* condenado à degradação. Em segundo lugar, pode-se pensar em uma intertextualidade referente à própria materialidade da reportagem. “Desgraçado”, com efeito, é aquele privado da graça divina – formulação que bem assentaria, na ótica do locutor, ao personagem Daniel (lembre-se que, anteriormente, já havia sido expresso na matéria o estatuto dele como possuído pelo demônio).

Discursivização do conflito

Um recurso próprio às narrativas clássicas³⁰, a exacerbação do conflito, é trabalhado nesta reportagem com o fim de imprimir o efeito de dinamismo às construções discursivas: “Andréia subiu para seu quarto. ‘É agora, Daniel, não dá para voltar atrás’. O garoto saiu do esconderijo, tirou o tênis, benzeu-se, deu um beijo em Andréia, colocou o revólver na cintura, tirou o punhal do bolso e foi para o quarto de Antonio” (p.80).

Em termos enunciativos, tal efeito é engendrado pela disposição das referências temporais segundo o pretérito perfeito, que viabiliza um olhar externo à ação. A emergência da heterogeneidade mostrada e marcada advém como meio de se conotar uma imediaticidade ao momento da ação, além de apontar para a personagem Andréia como a mentora intelectual do crime. A omissão do verbo *dicendi* para introduzir as declarações literais propõe uma homogeneização desse discurso, dando relevo à posição do locutor citante. Um recurso semelhante é empregado ainda outra vez na matéria: “Suado, Daniel tirou a camiseta e foi para o quarto da namorada. ‘E aí, tá morto?’, perguntou Andréia. ‘Tá. Quer ver?’. A garota disse que não” (p.81). A matéria parece amplificar um teor dito ambivalente da personalidade de Daniel (condição que se reveste por um ar de autenticidade, uma vez que as duas ocorrências são materializadas por meio de discurso direto): ao mesmo tempo em que seria influenciado pelo demônio, mostra-se tributário da assunção ao sagrado, uma vez que se benze antes de assassinar Antonio e Deolinda. Essa articulação dual faz lembrar personagens esféricos, não lineares, a exemplo de cangaceiros e matadores de aluguel, que teriam a morte como ofício.

³⁰ Ver, para isso: Bremond, C. *Logique du récit*. Paris: Seuil, 1973.

Declarações literais

A profusão, no decorrer da matéria, das formas em discurso direto são, na maioria, identificadas aos excertos que descrevem os requintes de crueldade que envolveram o crime. Nesse âmbito, o locutor pretende-se como um mediador das referidas falas, ainda que tal pretensão de objetividade seja frustrada por outros elementos, conforme a análise já denotou até aqui. Um exemplo disso refere-se a uma declaração atribuída a Daniel, após as introduções intercaladas, feitas pelo locutor: “O assassino tentou enforcar Deolinda durante vinte minutos. ‘Meus dedos doíam de tanto apertar’, lembra. Deu dez cabeçadas em sua testa e uma facada em seu seio. ‘O sangue manchou a parede. Ela se debatia muito. Enfiei o punhal na garganta, até o cabo. Rodei a faca para alargar o furo. Aí, ela parou de vez’, relata Daniel. Eram duas horas da manhã” (p.81). Aqui, nota-se, sutilmente, a disposição da instância enunciativa quanto à modalidade alética. O locutor traz a seu próprio âmbito discursivo a palavra “assassino”. Para assentar seu enunciado em uma conformação de *verdade*, então, recorre ao discurso direto, como se, das próprias palavras de Daniel, fizesse emergir a constatação de ser o garoto, realmente, um assassino. Após sinalizar em seu discurso essa tensão, resguardando-se no entanto, o locutor (re)assume a posição da neutralidade constativa: “Eram duas horas da manhã”.

O processo de estigmatização da personagem Andréia, que aparece na matéria segundo uma pontualidade (como será descrito em breve) e é progressivamente posto em movimento pela sucessão de estereótipos, parece atingir o ápice quando ela e Daniel cooperam na morte do casal. Nesse momento, as referências discursivas em relação aos namorados denotam uma idéia de satisfação instintiva – que se mostra bem acabada quando da emergência de outra declaração literal de Daniel, mais uma vez sem a presença de verbo introdutor: “Durante cinco minutos, ele descansou sobre o cadáver de Deolinda. Foi para a cozinha, comeu um bife e uma maçã e voltou ao quarto de Andréia. ‘Já fiz’. Foi para o banheiro vomitar. Ao ver o sangue nas mãos do namorado, Andréia também vomitou. Teve uma crise de choro. Sempre no escuro, foi para a cozinha e fez um chá de louro para se acalmar” (p.81).

Intertextualidade

Aqui, torna-se interessante a formulação intertextual que relata o efeito fisiológico em Andréia quando da visão das mãos do namorado manchadas de sangue. Qual a heroína shakespeariana³¹ que manipula o marido para matar o Rei da Escócia – e que sonâmbula, vê as próprias mãos manchadas de um sangue indelével –, ela também é figurativizada, nesse âmbito da reportagem, segundo as variáveis do crime, do remorso, do padecimento físico, uma vez que está implicada nos assassinatos. Novamente, o locutor utiliza-se do efeito dinâmico próprio das narrativas, sobrenunciando sua posição similarmente ao funcionamento da consciência (por isso, denota o vômito e a crise de choro que teriam acometido Andréia). Em articulação solidária a esse tema, emerge a escolha léxica: “sempre no escuro”.

Uma vez empreendido o percurso discursivo que ressalta a degradação da garota, a matéria passa a enlaçar construções, nesse mesmo sentido, em relação a Antonio. Já presentes na reportagem em um primeiro momento, como descrito, no final da matéria elas passam a ser mais sistemáticas, a partir da terceira retransmissão: “Feto no quintal” (em alusão ao bebê de Deolinda que teria nascido prematuramente e que Antonio teria estrangulado, enterrando no quintal da casa). Como forma de não adesão ao dito do locutor citado, o locutor subenuncia-se, explicitando uma declaração de Andréia, ao mesmo tempo em que silencia face esse estatuto: “Andréia contou que foi violentada pela primeira vez aos 15 anos. ‘Eu estava no quarto com roupas íntimas. Ele entrou, segurou meus pulsos, tirou minha roupa e me estuprou. Perdi a virgindade com meu pai’” (p.82).

Em duas ocorrências, a convivência com Antonio é descrita, sem que se recorra (ao menos explicitamente) a uma heterogeneidade, sob o termo “inferno” – “inferno conjugal”, em relação ao primeiro casamento dele, com Fernanda (de quem não há indícios de sobrenome), e “inferno familiar”, sobre o relacionamento dele com Deolinda, Andréia e Rodrigo, um menino de um ano e meio que Antonio nunca aceitou como filho. Como componente do “inferno conjugal”, a reportagem materializa uma construção um tanto parecida com o que se verificou na matéria 1A, aludindo a deficiências físicas e mentais dos dois filhos de Amaral com Fernanda, que morreram ainda crianças (p.82).

Uma das construções possivelmente mais expressivas da matéria estabelece-se para referencializar discursivamente a emergência pontual de um estigma relacionado a Andréia

³¹ Shakespeare, W. *Macbeth*. Cambridge University Press, 1998.

– o fato de ela própria ter vivido como filha ilegítima durante 17 anos: “O relacionamento de Amaral com a filha foi problemático desde o nascimento. Andréia é fruto de uma relação extraconjugal de Amaral com Deolinda (...). Só foi reconhecê-la oficialmente quando ela completou 17 anos, permitindo que usasse o sobrenome Amaral. O comerciante tinha ainda um filho ilegítimo com outra funcionária da avícola [da qual era proprietário]” (p.82). Sob o eflúvio de um mal-dizer que rotula (Didier-Weill, 1997), o personagem Amaral é construído a partir da marca da ilegitimidade, desde sua condição de imigrante até a relação com os filhos.

Preconizando um efeito de transparência, o discurso do locutor alude, por mais de uma vez, às formas que Antonio encontrou para ganhar a vida: tratando com animais. Em relação a Andréia, a explicitação de que era filha ilegítima trabalha com o interdiscurso ao remeter a citada formulação ao âmbito da metáfora da lei paterna. Ao preconizar a condição da moça, é possível inferir que Andréia foi, literalmente, privada do *nome do pai*. Por extensão, a anomia torna-se difusa em diferentes níveis da vida familiar. Nesse sentido, a matéria é predominantemente estruturada em vista das modalidades epistêmicas e aléticas: ao veicular o saber e validar suas asserções por meio de um estatuto de *verdade*, preconiza-se o efeito de sentido de referencialidade (um indício dessa constatação seria o elevado número de emergências de discurso direto, até mesmo no título da reportagem, que promove o apagamento do enunciador, uma vez que ele não sobrevém como responsável pelas referidas falas, nem as ancora em sua situação de enunciação).

Já ao final da matéria, há uma discreta operacionalização da modalidade volitiva, que denunciaria um certo desejo do locutor: “As revelações escabrosas sobre sua família [de Andréia] em nada melhoram sua situação judicial. ‘É sempre assim: a pessoa mata e depois culpa a vítima’, diz o delegado Cassio Luís Nogueira, que conduziu o inquérito”. Haveria, por parte do locutor, uma implícita propensão à condenação de Andréia. Note-se, ainda, o componente léxico “escabrosa”, a recompor a idéia de terror, presente já no início do texto. Em seguida, a remetência à heterogeneidade marcada e mostrada (declaração do delegado) vem respaldar o posicionamento. É pertinente observar que, pela primeira vez na matéria, aparece referencializado dessa forma (pela literalidade) o discurso de um representante da polícia, como se o caso “escabroso” não fosse legítimo nem de figurar

entre os discursos das autoridades – diferentemente do que ocorre com as outras matérias do *corpus*, sobretudo as do grupo 2 e 4.

A característica de não envolvimento, ou antes, de simulação de não envolvimento, por parte do locutor citante, aparece, no último parágrafo da matéria, na forma de uma subenunciação que destaca uma declaração de Andréia: “‘Eu me sinto arrependida’, diz. ‘Tenho pena do que aconteceu com minha mãe’. Pelo pai, o sentimento é diferente. ‘Eu entro na cela e não penso nele. É como se tivéssemos empatado o jogo. É como se o placar estivesse agora em 0 a 0’”. Pelas formulações advindas desta análise, é pertinente pensar que tal silenciamento do locutor respaldar-se-ia antes em uma concordância – com efeito de homologação do discurso heterogêneo – do que propriamente em uma não adesão. O locutor, dessarte, subenuncia-se pontualmente, para sobrenunciar-se globalmente.

Matéria 3B: “Casa de horrores” (Revista *IstoÉ*, 13/04/94)

Disposição gráfica da matéria

Distribuído em duas páginas, o objeto 3B é iniciado em uma página ímpar (59), desdobrando-se à par subsequente. Já de início, percebe-se uma quebra no sintagma da reportagem, uma vez que a necessidade em se virar a página ímpar para continuar a leitura interrompe o aspecto de conjunto – diferentemente do que ocorre quando o texto é disposto em sintagma duplo (par-ímpar) ou tem extensão de apenas uma página. A primeira fotografia, disposta na parte superior da página 59, ocupa a extensão de duas colunas e figurativiza Andréia Gomes do Amaral em um chamado primeiríssimo plano (PPP)³², recurso que enquadra a personagem segundo os limites da testa e do queixo, geralmente empregado com fins de referencializar um drama individual. Essa condição é reiterada,

³² Ver, para isso: Metz, C. *A significação no cinema*. São Paulo: Perspectiva, 1977.

conjuntamente, com a disposição do “olho” (em linguagem jornalística, fragmento textual evidenciado, graficamente, em partes estratégicas da página, chamando atenção para determinado aspecto do texto), limitado por um quadrado em vermelho, que expressa uma declaração da personagem: ““Eu tinha ódio de meu pai, ele me estuprou duas vezes. Foi por isso que quis matá-lo””.

Nessa composição, a materialidade verbal parece preconizar uma relação causa-efeito, por meio da hierarquização do sintagma fotografia-olho, apresentado em uma das porções consideradas mais favoráveis à leitura. Assim, a se observar o segundo conjunto desse tipo, a significação é matizada: nele, co-operam uma foto de Leopoldina Gomes, avó de Andréia, e o respectivo olho. O texto imagético traz a personagem fotografada em meio-primeiro plano (ou plano americano), com sua casa ao fundo. A imagem de Leopoldina, que olha obliquamente, é quase toda imersa em uma sombra, com pequenos fragmentos de iluminação, apenas. O texto verbal, disposto no olho, referencializa: ““Não consigo entender por que minha neta fez isso. Ela era uma menina tão carinhosa””.

Com base na observação conjunta dos dois sintagmas presentes na página 59, depreende-se determinado trabalho, por parte da instância enunciativa, de responder antecipadamente à indagação proposta.

Na página 60, dispõe-se, na parte superior central, a fotografia de Paulo Afonso, um dos citados namorados de Andréia, em uma oficina (o texto propriamente verbal, no decorrer da reportagem, referencializa a profissão dele: mecânico, o que se torna inferível pela imagem). Com as roupas sujas de graxa, trajando bermudas e chinelos, o personagem apóia-se no porta-malas de um carro. Pela heterogeneidade mostrada e marcada, denota-se o discurso dele: ““Andréia era estranha. O que uma menina rica iria querer com um índio cheio de graxa?””. Há, aqui, alusão a uma formação discursiva que se repete no decorrer da reportagem: sendo rica, a degradação de Andréia teria como pano de fundo seus relacionamentos com pessoas de estatutos sociais diferentes do dela. Ainda que se faça referência aos pretensos desvios do pai, Antonio, isso não se apóia tão inexoravelmente em uma ilusão de transparência que identificaria a ruína dos Amaral aos estigmas *em estado puro*, a exemplo da condição de imigrante do personagem, como ocorre na análise do objeto 3B.

Essa disposição só se torna mais visível na interpretação do último sintagma imagético-verbal da matéria. Ao fim da página, também ao centro, dispõe-se horizontalmente uma foto da casa da família Amaral, em que se destaca o muro pichado com as palavras: “Liberdade para Andréia. O pai não valia nada. Eles vão ressuscitar [sic]”. O texto do olho diz: “A revelação da conturbada vida familiar levou uma parte da população de Santos a apoiar a estudante”. Aqui, parece ser retomado o tema da degradação, por meio da inscrição no muro. Sobre esse escrito, inclusive, o termo “ressuscitar” propõe a permanência de um mal-dizer como inerente à família. O texto do olho limita-se a tratar tais relações como “conturbadas”, aludindo a um apoio (parcial, sublinhe-se) da população em relação a Andréia.

Articulações do texto verbal

O título da matéria, “Casa de horrores”, por ser um sintagma nominal (sem verbo), sublinha um aspecto de estaticidade, imutabilidade, que faz direcionar ao objeto “casa” (aqui identificado ao campo semântico de lar, reduto da vida em família) um atributo indelével que o marca e o qualifica (os horrores). Na disposição da linha fina – “Estudante de Direito confessa o bárbaro assassinato dos pais e denuncia os podres de sua família” –, é discursivizado um caráter ambivalente em relação a Andréia, por meio de escolhas léxicas que ora remetem ao universo da lei, da regra (estudante de Direito, denuncia), ora da anomia que seria latente à família Amaral (bárbaro assassinato, podres).

A reconstrução do dito

Uma observação panorâmica da materialidade estritamente verbal mostra que as estratégias de reconstrução discursiva (por meio da modalização em discurso segundo) predominam no texto; as formulações em discurso direto são escassas. A reportagem inicia-se pela apresentação da personagem Leopoldina de Jesus Gomes, com estratégias que marcam um recuo no tempo: “Acompanhada do marido, Manoel Pereira, e de seis filhos, a dona-de-casa Leopoldina de Jesus Gomes, então com 38 anos, desembarcou no porto de Santos, em 1964, para tentar a vida no que considerava um país cheio de possibilidades para os jovens. Entusiasmada com a nova vida, teve outros três filhos. Passados 30 anos, Leopoldina acredita hoje que algo de muito errado aconteceu com a esperança que depositava na juventude do País e de sua própria família” (p.59).

O marco temporal pretérito (o ano de 1964), em função do qual se distribuem os demais indicadores presentes no excerto, denota que o locutor recorre a uma referência dita “fora de contexto” (Maingueneau, 2004), uma vez que não aparece recorrência ao cotexto (trata-se da primeira referência verbal disposta na reportagem), assim como, levando-se em conta o isolamento desse marco em relação à enunciação, não se pode falar em dêitico. A referência cotextual é verificada em “passados 30 anos”, que expressa um aspecto de duratividade em relação a 1964, remetendo aos dias atuais.

Esse recurso faz com que seja plausível uma identificação da personagem Leopoldina como *aquela que ficou para contar a história*. Nesse contexto, torna-se importante matizar a especificação de sua chegada ao Brasil à luz do construto que sustenta a idéia de “tentar a vida no que considerava um país cheio de possibilidades para os jovens”. A questão da juventude, a que se reitera ainda outra vez no texto, parece expressar um ímpeto de futuro glorioso, apostando-se nos descendentes: advém aqui a emergência do ideal de adolescência – bastante implícito – segundo uma vontade inconformista que estende aos jovens a necessidade de uma vida bem sucedida. Ao mesmo tempo em que são estimulados o amor e a obediência, há uma injunção para que os jovens superem a condição em que foram criados, correspondendo assim à expectativa dos pais e da sociedade como um todo (Calligaris, 2000: 64).

Não por acaso, a referência ao ano em que Leopoldina e a família desembarcaram no porto de Santos, em termos de elaboração discursiva, coincide com o início do período militar no país, em que uma expressiva vertente da propaganda ufanista era centrada

justamente nos jovens, a exemplo de uma canção que se tornou muito popular ao entoar: “Ninguém segura a juventude do Brasil”³³, o que ajudava a galvanizar um projeto econômico orientado pela acumulação de riquezas.

A modalização em discurso segundo (verificável por meio da forma verbal “considerava”, referente a Leopoldina) propõe uma subtração do locutor citante, que, dessa forma, coloca sob a responsabilidade da referida personagem a asserção de que “algo de muito errado” teria vitimado o país e sua própria família. Há, pois, um dimensionamento do parricídio nos âmbitos privado e coletivo, em remetência interdiscursiva à necessidade de se qualificar o ato segundo uma ameaça social. Note-se que a seqüência da matéria preconiza a modalidade volitiva, ressaltando, indiretamente, uma emotividade da instância enunciativa: “Com os olhos inchados por quatro dias de lágrimas (...) Leopoldina debruçou-se no muro de sua casa (...) para dizer que perdeu as ilusões no país e desencantou-se com a juventude. Hoje, sua única esperança é a Justiça” (p.59).

O componente social que cerca o assassinio de pais por filhos é então referendado, no texto, pela disposição da personagem em se debruçar no muro para fazer circular uma narrativa. Aqui, é antevista a imagem de um interlocutor próximo, donde a composição torna presente a semelhança com a fofoca: para além do caráter de maledicência, pensa-se, sobretudo, no estatuto público daí derivado, de acordo com o alastramento do *fato*. Em adição, alude-se à Justiça para amplificar a aura de legitimidade da instituição à qual é atribuída a última esperança de recompor a lei, a ordenação social, vista a dissolução da família.

Tem-se, ao longo da reportagem, um conjunto de formulações que, polarizando valorações relativas a Andréia e a D. (como é tratado o namorado, que teria executados os crimes) empreendem uma ilusão referencial tangente a uma influência negativa do segundo sobre a primeira: “A meiga e carinhosa Andréia, que afagava os cabelos da avó” (p.80); “residência do casal, no bairro de classe média de Campo Grande” (p.80); “casa de três andares da família Amaral (p.80); cursou “um ano de Direito” (p.80); “o Omega da família” (p.81), assim como: “[Leopoldina] prefere crer que Andréia foi influenciada por más companhias. É o caso do namorado D.L.C” (p.80); “D. era rude, refutava afagos e se

³³ *Eu te amo, meu Brasil*, composição de Dom, gravada por Dom e Ravel e popularizada pelo conjunto “Os Incríveis”.

deliciava em falar das maravilhas do inferno” (p.80); “D. tratou de preparar os corpos (...). Conseguiu apenas cortar uma das pernas de Deolinda. Quebrou a espinha da mulher para poder dobrar o corpo” (p.60).

Dispõe-se, assim, uma vontade de verdade que arrolaria Andréia sob o mal da sedução, uma vez que o namorado a teria *desviado do caminho*. Na matéria, isso se torna explícito quando da formulação “Embora namorasse (...) o mecânico Paulo Afonso, ela não resistiu aos encantos do alto e forte D.” (p.59).

A motivação financeira dos crimes é referencializada apenas enquanto possibilidade, ainda que a qualidade de premeditação seja bem estabelecida (“O crime bárbaro, que dividiu a opinião pública de Santos, foi gestado calmamente durante pelo menos uma semana e talvez tenha um componente financeiro, já que Amaral era dono de cerca de 50 imóveis na cidade” – p.59).

Na matéria 3B, preconiza-se a formação discursiva que sustenta a idéia de incoerência entre os assassinatos e a condição de riqueza material. Com efeito, a condição de “má influência” atribuída a D. não se assenta em uma eventual disparidade socioeconômica entre ele e a namorada (a matéria, inclusive, aponta que os dois eram quase vizinhos), mas, sobretudo, em uma inclinação ao mal, ao desvio, que seria a ele inerente. Auxiliando essa ponderação, advém a caracterização do mecânico Paulo Afonso enquanto “carinhoso e cordato” (p.59). Essa valoração, entretanto, não é unilateral: a própria fotografia dele em trajes sujos de graxa e a presença da declaração, em discurso direto, reiterando a condição de desnível socioeconômico, são indícios do contrário. Há que se observar, no entanto, que a instância enunciadora emprega procedimentos cujos efeitos de sentido a eximem da responsabilidade do *dito*.

O parricídio à luz do incesto

O arrefecimento da idéia de que o crime teria motivos financeiros parece fortalecer uma outra formação discursiva: a caracterização de um pai incestuoso sob a marca do desvio. Na reportagem, essa divisão é posta em cena a partir do construto: “Mas algo de bem mais podre começa a ser desvendado sobre os 17 anos de um casamento com o qual Leopoldina nunca concordou” (p.59). Com uma alusão intertextual ao *Hamlet* de

Shakespeare (notadamente, a fala solitária do soldado Marcellus segundo a qual haveria “algo de podre no reino da Dinamarca”)³⁴, insinua-se uma degradação moral de Antonio.

Cabe reforçar em que circunstâncias são empreendidos os casos de discurso direto, uma vez que, diferentemente do que se verifica na matéria 3A, eles são escassos, fazendo predominar o discurso do locutor. Essas construções prestam-se, em um primeiro momento, a denotar os detalhes mais desconcertantes do crime e do relacionamento entre Andréia e o pai, viabilizando a não adesão entre a identidade do discurso e a alteridade (que, nesse caso, refere-se à heterogeneidade marcada). Observe-se como exemplo: “Meu pai me estuprou duas vezes, me batia toda semana (...), obrigou minha mãe a fazer uns oito abortos. Eu tinha ódio dele” (p.59); “Sempre tive vontade de matar com um punhal. Com um revólver seria rápido demais (...). Pensei em matar Andréia também” (p.60 – declaração de D.); “Ele disse que havia muito sangue, que minha mãe iria desconfiar. Ela teria de ser morta também” (p.60).

Discurso direto: a adesão enunciativa

Contrariamente a essa estratégia, recorre-se às declarações literais, em um segundo momento, a fim de se denotar uma convergência ideológica entre o posicionamento de determinados sujeitos (notadamente, aqueles que se assentam no lugar discursivo da ciência) e o sujeito enunciador, por meio de uma subenunciação relativa (posto que pontual). Os exemplos a seguir dispõem-se na última parte da matéria (p.60) e referem-se, respectivamente, a declarações do psiquiatra forense Guido Palomba e do psicanalista Sérgio Telles: “Andréia e D. estão num interregno entre a normalidade e a loucura”; “Se o pai praticou o incesto, ele deixou de exercer sua principal função na organização da família, que é impor a lei. Quando a lei é rompida, tudo é possível”. Entre a primeira e a segunda frases citadas, o locutor, remete ao campo discursivo dos dois personagens (Palomba e Telles), recorrendo a uma heterogeneidade mostrada, para se resguardar: “Tanto Palomba quanto o psicanalista Sérgio Telles acreditam que Andréia padece de uma deformidade afetiva, fruto de problemas da infância”.

É interessante observar, em relação a isso, que, mesmo quando se trata da instituição policial, o locutor *nega-se* a *dar voz* a ela, optando pelo mesmo recurso

³⁴ Shakespeare, W. *Hamlet*. Trad.: Millor Fernandes. São Paulo, Peixoto Neto, 2004.

sobrenunciativo: “Acreditando na versão da garota, a polícia pediu a prisão preventiva do morto Amaral” (p.60); “Até aí, a polícia estava diante de dois psicopatas” (p.60). Parece expressar-se, assim, uma disposição veritativa que se atém mais ao discurso médico-científico do que às instâncias investigativa e punitiva, intenção que parece qualificar os dois crimes (o parricídio e o incesto) segundo a mesma ordem de gravidade.

Ponderações derivadas das análises

O caráter ambivalente que permeia os dois objetos que compõem este grupo 3 opera sobretudo no sentido de conferir aspecto de *verdade* à depreciação tanto da filha parricida quanto do pai incestuoso. É nesse sentido que o excesso de ocorrências de discurso direto, na matéria 3A, e a escassez delas, na 3B, parecem trabalhar segundo efeitos de sentido semelhantes.

Na reportagem de *Veja*, tornam-se mais explícitas, entretanto, as tentativas de se expor as origens de um processo de degradação que subjuga a família Amaral, na profusão de materialidades que revelam tal condição como própria a uma minoria anômica. As alusões a Antonio como imigrante, truculento, marido infiel, assassino de um bebê prematuro e, finalmente, incestuoso, operacionalizam uma verdade discursiva segundo a qual haveria certa afinidade entre esse personagem e a filha ilegítima, afeita ao sexo transgressor e com diferentes parceiros, que acaba por se tornar parricida.

Em *IstoÉ*, verifica-se menor propensão a detalhar tais características, seja pela falta de aprofundamento em relação a elas, seja pela simples omissão. Com efeito, o locutor parece invalidar a legitimidade de certas posições subjetivas (da polícia, do namorado D., do mecânico Paulo Afonso – cuja única declaração aparece no sentido de denotar seus próprios estereótipos, mostrando a incoerência do relacionamento entre ele e Andréia, “uma menina rica”), privando-as de uma formulação literal. Curiosamente, a deferência nesse sentido em relação a Leopoldina traz ao âmbito da reportagem um teor um tanto ficcional. Quando o locutor passa a narrar os acontecimentos, no início do texto, segundo uma pretensa incorporação do ponto de vista dela, sobrevém um efeito de distanciamento que, no decorrer da matéria, é recomposto de acordo com um julgamento de anormalidade tangente aos Amaral. Os dois objetos analisados, em tal contexto, guardam uma idéia de

segurança, de forma a defender (seja pela exacerbação do bizarro, seja por um processo de não dar tanta relevância a ele) que a sina dos Amaral só poderia acontecer naquele universo particular. Dessa forma, o locutor não se insere nesse campo, viabilizando também uma salvaguarda aos leitores (daí as alusões à opinião pública).

A se tanger a leitura freudiana acerca da tragédia de Édipo, intui-se, neste grupo de análise, uma predisposição interdiscursiva que remete à inviabilização de um “pai orientado”³⁵, do qual emanariam os processos de identificação, na descrição da família Amaral. O pai, Antonio, conforme construído discursivamente, empreende um *crime* em dois níveis. Inicialmente, negaria reconhecimento a Andréia enquanto filha, qual o Laio que *despeja* Édipo para fora da estrada do simbólico. Em segundo lugar, teria consumado com ela o ato sexual, afrontando literalmente uma interdição elementar.

Nas reportagens, essa pretensa *suspensão da lei* abre a possibilidade para que sejam postas em movimento as articulações derivadas do caráter de bizarrice, horror, escândalo. De uma forma ou de outra, elas fazem-se presentes nos dois objetos. O caráter regulador advindo desses discursos opera no sentido de neutralizar tanto quanto possível tais formulações, quer silenciando sobre elas, quer falando excessivamente delas, de forma a manter uma conveniente distância.

4. Caso Suzane Louise von Richthofen: a frustração do ideal

Sinopse do crime

No final de outubro de 2002, o casal Manfred e Marísia von Richthofen foi morto a golpes de barra de ferro, enquanto dormia, em sua casa no Campo Belo, zona sul da capital paulista. Uma semana depois, a filha deles, Suzane, então com 19 anos, confessou a participação no crime, ao lado de outros dois envolvidos, Daniel Cravinhos de Paula e Silva, namorado dela, 21 anos, e o irmão dele, Cristian, de 26 (também confessos). Em julho de 2006, os três foram julgados culpados. Suzane e Daniel foram condenados a 39 anos de prisão em regime fechado, mais seis meses de detenção em regime semi-aberto.

³⁵ Forbes, J. *Provocações Psicanalíticas I – As possibilidades da psicanálise*. In: <http://www.jorgeforbes.com.br/br/index.asp>

Cristian foi condenado a 38 anos de prisão em regime fechado, mais seis meses de detenção em regime semi-aberto.

Matéria 4A: “Ela matou os próprios pais” (Revista *Veja*, 13/11/02)

Disposição gráfica da matéria

Composta por um sintagma em páginas duplas (108 e 109), o objeto 3A não se apresenta como matéria de capa (consta apenas a chamada, na porção superior à esquerda: “Crime: a filha que matou os pais”) e tem como chapéu (referência ao assunto abordado na reportagem) também a palavra “crime”. Na parte superior da composição, há a disposição de duas fotografias justapostas, tangendo todo o conjunto. Na página par, aparece uma cena do enterro do casal Richthofen. Suzane chora, ao lado do irmão, Andreas. Os dois são amparados por pessoas que participam da cerimônia. No limite da imagem, à esquerda, há a figura de Daniel, que é, entretanto, *cortado* pela moldura. A legenda expressa: “Suzane, ao lado do irmão Andreas, chora no enterro dos pais: ela diz que matou por amor”.

Na página ímpar, Cristian, Daniel e Suzane aparecem no DHPP, Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (é perceptível o símbolo da Polícia, atrás dos personagens), um ao lado do outro, quando já haviam confessado o crime. Cristian está sem camisa (aparecem tatuagens em seu tórax) e olha à frente. Daniel e Suzane têm as cabeças baixas. A legenda diz: “Cristian, Daniel e Suzane, depois da confissão à polícia: consumo de drogas”.

A despeito de cada imagem figurar em uma página específica, no caso da 108, a foto estende-se até a emenda da página e, no caso da 109, inicia-se nesse mesmo lugar. A construção propõe uma idéia de continuidade que implica, sobretudo, os personagens Daniel e Suzane. Ele, que aparece no limite da primeira foto (como se não fizesse realmente parte do cotidiano familiar, nem mesmo no momento do enterro), figura na segunda olhando para baixo, sob a qualificação de assassino. A garota, que aparece na primeira imagem com o rosto aparentemente transtornado pelo luto, na seqüência tem a face escondida, coberta pelo cabelo, também como uma criminosa. Cristian é retratado, sobretudo, com base em seu olhar impassível; além disso, evidenciam-se as diversas

tatuagens de seu corpo. A esse respeito, cabe apontar para a denotação desses desenhos, no conjunto da matéria, como referentes a um estigma (literalmente, “marca infamante, vergonhosa”³⁶). A observação do texto estritamente verbal mostrará o mesmo funcionamento discursivo em relação ao personagem Daniel.

Formações discursivas: o lugar desviante

A estruturação desse sintagma imagético-verbal hierarquiza, implicitamente, uma operação temporal que parece baseada em um esquema de *antes e depois*, explicitando um desenvolvimento visto, discursivamente, segundo um julgamento disfórico. Daniel, que nem *cabia nos limites da cena familiar*, tem reforçada essa condição. No caso de Suzane, a formação discursiva remete a uma idéia de traição. Cristian, estigmatizado, olha para frente como se nada tivesse a esconder (a característica de marginalidade seria, então, encarada como própria a ele).

A se considerar um indício de que a fotografia teria sido posada, a ordenação desses personagens, da esquerda para a direita, expressaria uma intenção de graduar o *desvio de conduta* dos personagens, em ordem decrescente: Cristian, Daniel, Suzane. A primeira legenda traz o termo “choro” contextualizado na ordem de um fingimento – que se expressa pela modalização em discurso segundo “ela diz que matou por amor”. A segunda alude à confissão dos três acusados e traz um caráter explicativo (haja vista a presença de dois pontos) viabilizado pela formulação: “consumo de drogas”, que trabalha a ilusão de transparência no sentido de apontar uma das eventuais agravantes ao comportamento dos personagens.

A segunda composição imagético-verbal, disposta ao centro (também ocupando as duas páginas, mas em extensão menor) traz um retrato de Manfred von Richthofen, que se assemelha ao formato 3x4 (em característica *documental*, portanto). Ao lado direito, faz par uma fotografia panorâmica da casa da família Richthofen, em que se torna perceptível o requinte do prédio – a imagem expressa, inclusive, uma parte da piscina. A legenda conjunta diz: “Manfred von Richthofen (*acima*) e a casa onde ocorreu o crime: a filha queria a herança”. O posicionamento das fotografias tende a defender a figura de Manfred

³⁶ Holanda Ferreira, A.B. *Novo Dicionário Básico da Língua Portuguesa Folha – Aurélio*. P. 276.

enquanto *o dono da casa* (o pai, o chefe, a Lei), ainda outra vez tentando empreender uma explicação plausível para o crime.

Articulações do texto verbal

A se observar o título da reportagem (“Ela matou os próprios pais”), assinada por Gabriela Carelli e Rosana Zakabi, destaca-se o termo “próprios”, de modo semelhante a outra ocorrência anteriormente vista nesta análise, com o efeito de sentido de se reforçar uma condição peculiar ao sujeito citado (*ela*). Tal articulação referenda no contexto o caráter negativo que emana do verbo “matou”. Pensando-se, à guisa de hipótese, em grupos léxicos distintos, uma eventual construção como: “Ela ajudou os próprios pais” soaria mesmo impertinente, a não ser que as referências contextuais impelisses o enunciador a tornar transparente uma circunstância não esperada, que motivasse o uso desse adjunto adnominal. Da mesma maneira, caso a construção fosse: “Ela matou os pais”, poder-se-ia assinalar (à luz da característica de predição inerente a títulos) um efeito de sentido que dispensaria ao ato uma valoração de *corriqueiro*, fazendo esmaecer o ponto de vista que incorpora a seu discurso um estatuto de gravidade sobre os assassinatos.

A linha fina é apresentada pela construção: “Adolescente ajuda namorado a roubar e assassinar o pai e a mãe no quarto em que dormiam”. Nota-se, aqui, uma estreita semelhança que identifica a citada linha fina e aquela referente à matéria 3A, inclusive em termos de coincidências léxicas e embreagem enunciativa (neutralização do tempo verbal “ajudou” em vista de “ajuda”), com o efeito de presentificação que, no entanto, transcende o momento enunciativo. Dessa maneira, o *lugar* relativo ao sujeito Suzane constrói-se também em vista desse *transbordo* temporal, denotando à condição dela como criminosa uma anterioridade ao momento da enunciação (definido pela data da publicação). A referência ao fato de que a garota “ajuda o namorado” abre a perspectiva para que se apreenda a construção que faz do personagem Daniel o executor dos assassinatos, enquanto a garota seria uma espécie de auxiliar. Caso se proponha uma remetência aos elementos constituintes das narrativas³⁷, é possível pensar-se em uma composição do tipo vilão-comparsa (polarização oposta à dupla herói-aliado).

³⁷ Ver, para isso, Bremond, C. *Logique du récit*. Paris: Seuil, 1973.

Ausência de formas marcadas

Em nenhum momento da reportagem são referencializadas declarações literais das fontes: ou o enunciador *encampa* os discursos de maneira mais ou menos homogênea, como se fossem seus (o que faz arrefecer o efeito de polifonia), ou recorre a formas derivadas da modalização em discurso segundo (característica que, em certa medida, torna a polifonia um tanto mais presente). Exemplos dessa modalização são encontrados em: “Desconfiavam [os pais de Suzane] que a moça consumisse drogas em sua companhia [de Daniel]” (p. 109); “Os vizinhos contam que desde a adolescência os irmãos consomem drogas e estão envolvidos com o tráfico” (p.109); “A uma amiga, Marísia contou que a filha havia voltado a ser a menina maravilhosa que era antes de conhecer Daniel” (p. 109).

Nos excertos referidos, o enunciador empreende uma forma discreta (em comparação ao discurso direto, por exemplo) de apoiar sua enunciação em outras, fazendo do discurso citado um objeto do discurso citante (Maingueneau, 2004: 139). Afirma-se, dessarte, a posição subjetiva do locutor (que, não raras vezes, deixa explícitos seus julgamentos), sem, no entanto, atribuir-se a ele a responsabilidade imediata pela materialização de certos *ditos*. Há, pois, uma referencialização mútua entre as modalidades alética (o discurso segundo, como forma de se aludir a um caráter testemunhal advindo das fontes) e a epistêmica (a própria homogeneização do discurso citante, sem recorrências explícitas à heterogeneidade).

Pondera-se, no entanto, que, ao se aludir às citadas fontes, ocorre um processo de sobrenunciação, pelo apagamento da origem do locutor citado, no caso de: “Os vizinhos contam”. Como se trata de um julgamento em relação aos irmãos Cravinhos, é possível pensar que tal apagamento prestar-se-ia a respaldar uma idéia *generalizada*, aceita pelo senso-comum, sobre a condição marginal de Daniel e Cristian. Quando o julgamento é remetido ao âmbito de Suzane (ainda que à luz de seu relacionamento com Daniel), há ao contrário a explicitação da origem do discurso citado (Manfred e Marísia), o que legitima as posições subjetivas das duas fontes segundo a discriminação nominal.

Menção e uso

A única ocorrência de aspas, em toda a matéria, apresenta-se em: “Suzane disse à polícia que matou ‘por amor’” (p.109). Em um primeiro momento, pode-se associar esse recurso à marcação da heterogeneidade, o que eximiria o locutor citante do *ônus* do segmento discursivo. Uma segunda interpretação, no entanto, torna depreensível que o locutor citante explicita o fragmento entre aspas não apenas sob o viés da menção, mas também do uso. Com isso, a marcação tipológica presta-se ainda a denotar um caráter de inadequação (remetido ao âmbito de Suzane) àquele estatuto, veiculando a vontade de *verdade* que desautoriza a validade de se *matar por amor*.

No âmbito do discurso do locutor, empreende-se, no curso da reportagem, uma série de articulações que denotam a dissimetria entre as vidas de Suzane e de Daniel, a se observar: “A família Von Richthofen tinha um padrão de vida de alta classe média” (p.109) vs. “O mundo de Cristian e Daniel era bem diferente do de Suzane. Eles são de uma família de classe média baixa” (p.109); “(...) casa confortável no Campo Belo, bairro de classe média alta de São Paulo” (p.108) vs. “(...) pequeno sobrado numa vila num bairro da Zona Sul de São Paulo” (p.109); “Assim que [Suzane] foi aprovada no vestibular e ganhou o carro (...)” (p.109) vs. “Apesar de não trabalharem, Cristian e Daniel têm carros novos e usavam roupas de grife” (p.109).

No que tange as escolhas léxicas, torna-se latente uma polarização maniqueísta que concorre para reforçar uma característica de *des-originação* que se estende aos Cravinhos, à luz da reiteração da origem do universo de Suzane: ainda que ela e Daniel morassem na zona sul (o que indicaria certa proximidade), no primeiro caso é explícita a referência ao bairro do Campo Belo – no segundo, não há indicações nesse sentido. Da mesma maneira, a variável *carro* é empregada como núcleo de efeitos de sentido distintos: no caso da garota, explicita-se a procedência dele (um presente pela aprovação no vestibular); no caso dos irmãos, a não especificação da procedência, reforçada pelo segmento “apesar de não trabalharem”, levanta a idéia de suspeição, em vista da condição de “classe média baixa” dos Cravinhos.

Essas estratégias parecem mobilizar os ideais acerca de *minoría nômica* (referente a Suzane) e *minoría anômica* (referente aos Cravinhos), no sentido proposto por Elias e Scotson: “O grupo estabelecido tende a atribuir ao conjunto do grupo outsider as características ‘ruins’ de sua porção ‘pior’ – de sua minoría anômica. Em contraste, a auto-

imagem do grupo estabelecido tende a se modelar em seu setor exemplar, mais ‘nômico’ ou normativo – na minoria de seus ‘melhores membros’. Essa distorção *pars pro toto*, em direções opostas, faculta ao grupo estabelecido provar suas afirmações a si mesmo e aos outros; há sempre algum fato para provar que o próprio grupo é ‘bom’ e que o outro é ‘ruim’” (Elias e Scotson, 2000: 23-24).

Quando aparece uma remissão a Suzane segundo o fragmento: “Tinha um carro novo, que ganhou de presente do pai, uma mesada generosa e passava as férias com a família na Europa” (p.109), ou ainda: “Suzane estudou numa escola de elite e cursava o 1º. ano de Direito na Pontifícia Universidade Católica” (p.109), apreende-se como pano de fundo a presença do já citado ideal de adolescência. Nesse contexto, o fato de ela não trabalhar (não ter de se sustentar), mesmo implícito, corresponde a uma valoração positiva – diferentemente do que ocorre em relação aos Cravinhos. Advém, pois, a posição do pai (Manfred) como tributário a esse ideal, ao prover à filha tudo o que fosse necessário para que ela se mantivesse segundo o *status* de uma juventude bem sucedida. Ao *atentar* contra o lugar do pai, portanto, a garota estaria traindo, de forma mais ampla, a própria sociedade. Emergindo como uma adolescente *real*, Suzane conspurcaria o ideal identificatório da coletividade.

Entre as construções discursivas que remetem ao lugar do pai, encontra-se: “Nascido na Alemanha, Manfred era sobrinho-neto do lendário piloto da I Guerra conhecido como Barão Vermelho” (p.109)³⁸. A discursivização da *marca* que remete à ascendência do personagem – em alusão a um *outro* campo discursivo, o da historiografia – traz uma valoração positiva no que diz respeito à linhagem nobre, característica de uma elite (posição legitimada pela recorrência ao próprio discurso histórico: “I Guerra”, “Barão Vermelho”).

Uma estratégia semelhante, porém em sentido divergente, é posta em movimento em relação ao personagem Daniel Cravinhos: “Daniel teve problemas de aprendizado na

³⁸ Veiculada por diversos veículos de comunicação à época do assassinato de Manfred e Marísia, a facticidade dessa informação é, entretanto, controversa: “Em novembro de 2002, quando o crime ocorreu, o psiquiatra Sérgio Telles escreveu um artigo em que mencionava reportagem do *Estadão* de 9 de novembro daquele ano, tratando das repercussões do caso na Alemanha. Richthofen se apresentava como sobrinho-neto do Barão Von Richthofen, conhecido como o ‘Barão Vermelho’ – o notável aviador da Primeira Guerra Mundial. A revista *Der Spiegel* foi atrás da notícia. O porta-voz da família do Barão assegurou não haver nenhuma relação de parentesco e que eles sabiam que, há muitos anos, o engenheiro se fazia passar por descendente da família nobre”. Nassif, L. *O mistério de Suzane*. Site *La insignia* (http://www.lainsignia.org/2006/abril/cul_020.htm), 16/04/04.

infância, largou cedo os estudos e não é capaz de pronunciar certos sons. Sua única habilidade é o aeromodelismo. Chegou a ganhar um prêmio pela qualidade de seus modelos” (p.109). Quando se discursiviza a literalidade do estigma que submete o rapaz (a incapacidade de articular determinados fonemas), tende-se a identificar sob a mesma formação discursiva os estereótipos de *inteligência parca* (“problemas de aprendizado”) e de uma característica pretensamente anti-social (“largou cedo os estudos”).

Formações ideológicas: o apartamento

De tal forma *desviantes*, Cristian e Daniel aparecem na reportagem como o fator a desestabilizar a vida familiar dos Richthofen: “O que transformou uma banal desavença familiar num crime odioso foram a vida dupla de Suzane e seu envolvimento com o mundo de delitos e drogas dos irmãos Cravinhos” (p.109). Advém, aqui, a formulação ideológica que revestiria com um ar de transparência discursiva a *necessidade natural* de um apartamento entre os universos da minoria nômica e da minoria anômica. A palavra “envolvimento” expressaria, assim, um princípio de degradação pelo contato (má influência) de uma instância em relação a outra. A identidade discursiva que se constrói no texto incorpora essa vontade de *verdade*, tornando-a homogênea, referencial. Respaldam-se em tal característica, inclusive, as escolhas léxicas que apresentam a briga entre Suzane e os pais como “banal”, e o crime como “odioso”. Ainda que Suzane apareça *condenada* por ter traído suas origens – assim como a um ideal coletivo –, sua maior *culpa* diz respeito ao fato de ter atravessado a fronteira rumo ao espaço da minoria anômica.

Matéria 4B: “Hediondo” (Revista *IstoÉ*, 13/11/02)

Disposição gráfica da matéria

Na capa da edição que veicula a matéria 4B (que é assunto principal), predominam as tonalidades de preto, branco e vermelho. É possível depreender que a fotografia trata de uma cena do enterro do casal Richthofen (ao fundo, sob tons escuros, algumas pessoas aparecem chorando, como se fossem sombras). No primeiro plano, colorida, apresenta-se

uma fotografia de Suzane, destacando-se dos outros personagens anônimos (pela própria generalização empreendida pelo trabalho com a cor). A garota também veste preto, mas o corpo dela apresenta um tom avermelhado, que dialoga com a palavra “cruel”, também disposta nessa cor, em letras bem maiores do que o restante do texto verbal. Haveria, assim, uma remetência ao sangue (vermelho), em um processo de identificação que denota ser Suzane a responsável pelo crime. O termo “cruel”, aliás, faz parte da chamada de capa, que expressa: “Suzane Louise von Richthofen, 19 anos, estudante de Direito, classe média alta. Ela planejou e participou do bárbaro assassinato a pauladas de seu pai, o engenheiro Manfred, e de sua mãe, a psiquiatra Marísia”. Abaixo, articula-se o segundo sintagma textual da chamada de capa: “Jovem, rica, bela e cruel”.

Na fotografia, a personagem ergue a mão, que, no conjunto, aponta em direção ao citado texto verbal, com um ar de estupefação – idéia que será reiterada no corpo da reportagem. Os sintagmas “estudante de Direito” e “classe média alta”, ao remeterem ao âmbito discursivo da lei e da origem elitista da família von Richthofen apóiam-se em uma vontade de *verdade* segundo a qual o crime *está onde não deveria estar*. Ocorre, no entanto, que em tal composição são as escolhas lexicais “19 anos” e “jovem” que parecem determinantes a respaldar tal vontade. Acompanhando-se a leitura de Calligaris (2007)³⁹, isso se torna mais depreensível: “Os jovens de hoje sabem que sua origem não fecha seu destino: sua vida não tem que acontecer necessariamente no lugar onde nasceram, sua profissão não tem que ser a continuação da de seus pais. Pelo acesso a uma proliferação extraordinária de ficções e informações, eles conhecem uma pluralidade inédita de vidas possíveis”.

Ideal de adolescência

No âmbito das articulações ideológicas advindas do objeto 2B, a “vida possível” escolhida por Suzane, entretanto, frustra um ideal coletivo acerca da adolescência, no que tange seu relacionamento com os Cravinhos (sobretudo Daniel), conforme será denotado no desenvolvimento da análise. Se, em termos de ideal social, a “pluralidade inédita” das escolhas parece responder a uma das características-chave que emanam da aspiração a *manter-se sempre jovem*, ela o é prioritariamente em termos da figura do *self made man*,

³⁹ *O sonho dos adolescentes*. Folha de S. Paulo, quinta-feira, 11/01/07: 5-12, Ilustrada.

aquele que se torna bem sucedido em vista de seus dotes individuais. Tal pluralidade (que, a rigor, talvez não seja assim tão plural) não poderia contemplar, sob o viés de um ideal, identificações subjetivas com o universo de alguém que “não tem emprego e consegue algum dinheiro vendendo aeromodelos para conhecidos” (p.26), ou ainda um “desempregado, que morava com a avó (...) e costumava consertar motos de amigos” (p.26), formas pelas quais a reportagem se refere, respectivamente, a Daniel e a Cristian. Daí o tom de estupefação e, sobretudo, as pretensas tentativas de explicação sobre o crime que permeiam a reportagem.

Iniciada em uma configuração conjunta, que tange as páginas 24 e 25, a matéria apresenta uma fotografia de Cristian, Daniel e Suzane (muito semelhante àquela que consta da reportagem 4A), após a confissão, na sede do DHPP. Com a imagem ampliada, as tatuagens de Cristian tornam-se mais nítidas. A única diferença em relação à referida foto é que, nesta, também Daniel olha à frente (apenas Suzane tem a cabeça baixa, ainda que haja uma reprodução, em modelo 3x4, na mesma página, para que se possa identificar o rosto dela). Logo abaixo, também em formato semelhante ao 3x4, vem uma fotografia de Manfred. Sob o chapéu “Capa”, o título da reportagem expressa a modalidade volitiva ao denotar uma só palavra: “Hediondo”. As letras que compõem a palavra tomam quase toda a largura das páginas, sendo dispostas sobre as imagens dos acusados, como a rotulá-los. Há aqui, clara referência intertextual ao campo discursivo da lei, que considera o crime contra os Richthofen sob essa característica (pelas agravantes de motivo torpe, meio cruel e impossibilidade de defesa das vítimas).

Entre as fotografias 3x4 de Suzane e Manfred, estrutura-se a legenda: “Premeditado – Durante dois meses, Cristian, Daniel e Suzane (*no detalhe*) prepararam o assassinato de Manfred (*abaixo*) e Marísia: frieza, cinismo e golpes de barra de ferro”. Já ao lado do título, a legenda é: “Estudante de direito vai para o motel depois de matar os pais com a ajuda do namorado e abre discussão sobre os motivos da violência doméstica”.

Em par com o título, o referido texto discursiviza, sob a valoração de “hediondo” (aqui nem tanto em vista do caráter qualificado dos assassinatos, mas do significado que se generaliza na direção do terror, da crueldade), a ligação entre a morte e o sexo. Insinua-se, pois, uma vontade reguladora, normativa, que opera no sentido de explicitar uma *afrenta*. À luz da leitura freudiana (1913/1999) da aniquilação do pai terrífico por seus filhos, seguida

de um festim, sobrevém o estatuto de uma reorganização, baseada, entretanto, na continuidade do *nome do pai*. Essa metáfora conjuga ao âmbito da morte uma idéia de transformação: a ordenação das relações sociais teria como inspiração a figura orientad(or)a do genitor. No caso da matéria analisada, o que trabalha como avesso do discurso, pela força do *não dito*, é a falência desse paradigma. Daí a polarização, verificável na matéria, entre a vontade de *verdade* que condena e a vontade de *verdade* que interroga.

A reportagem parece basear-se, com efeito, em um movimento duplo, orientado pela já referida modalidade volitiva, assim como pela epistêmica (ao trabalhar as variáveis de certeza e probabilidade, na tentativa de elaborar alguma explicação para o crime). Isso pode ser apreendido no sintagma composto pelas páginas 26 e 27, em que se apresenta a mesma foto da matéria 4A, relativa ao enterro do casal Richthofen, com a imagem de Daniel *cortada*. A fotografia ocupa horizontalmente duas colunas à esquerda, na porção superior da página 26, e tem como legenda: “Encenação – Suzane, o irmão Andreas e Daniel (*de gravata*): choro no enterro dos pais”. Na mesma página, abaixo dispõe-se um box, com o título: “A medicina explica?”.

Remetência à memória

A seguir, na página 27, apresentam-se dois quadros, ocupando a totalidade das duas últimas colunas (à direita). O primeiro deles traz como referência: “Barbárie em família”, apresentando sete casos de parricídio, com a data do crime e a foto dos autores: Marcelino Souto Maia Neto (março de 1970), Roberto Peukert Valente (janeiro de 1985), Constantino Cheretis (janeiro de 1993), Andréia Gomes Pereira do Amaral (março de 1994), Gustavo Pissardo (setembro de 1994), Haroldo Alves de Andrade Filho (outubro de 1996) e Carlos Fabiano Faccion (março de 2002). Na descrição dos assassinatos, a matéria preconiza o “motivo alegado” pelos autores. Dessa forma, há duas alusões a motivos financeiros – recebimento de herança ou seguro de vida (Marcelino e Haroldo), duas que expressam o fato de os filhos não saberem explicar as razões dos crimes (Gustavo e Carlos Fabiano), uma referente a violências domésticas (Constantino), uma de abuso sexual (Andréia) e uma

que indica: “A mãe sempre reclamava que ele ouvia música num volume muito alto. Na madrugada do crime, ela pediu que ele abaixasse o som” (Roberto).

O segundo quadro, com o título: “O mistério da Rua Cuba”, traz uma foto de Jorge Delmanto Bouchabki com seu então advogado José Carlos Dias, rodeado por fotógrafos e cinegrafistas. O texto verbal correspondente faz menção aos fatos de que o autor do crime jamais foi descoberto e de que o filho foi apontado como principal suspeito (“acusado duas vezes pelo Ministério Público”), ainda que que a Justiça tenha decidido pelo arquivamento do processo por falta de provas. O mesmo texto sublinha que “houve suspeitas” de que o cenário do crime tenha sido adulterado (as matérias do grupo 2, conforme a análise, defendem a factualidade da alteração da cena).

Esses dois quadros denotam uma investida de se conferir ao conjunto da reportagem uma característica construída para viabilizar o efeito de *memória*, de acordo com uma remetência episódica. É pertinente observar que o sintagma “motivo alegado”, presente em todas as descrições, baseia-se em uma idéia de causa e efeito, com a tentativa de se articular um *núcleo comum* original aos crimes. Daí a predominância, em quatro dos sete casos, dos pares: “não soube explicar o motivo” (estatuto identificado a algum desvio psíquico, nos textos) e “herança/seguro de vida”.

Na última página, as fotografias mostram, na parte superior à direita, uma imagem panorâmica da casa da família Richthofen (a mesma presente no objeto 4A, em que aparece a piscina) e, abaixo dela, a foto da motocicleta que Cristian Cravinhos teria comprado com o dinheiro roubado no dia do crime. A legenda é: “Ambição – Suzane queria morar com Daniel na casa onde matou os pais. À direita, a moto que Cristian comprou com os dólares roubados”. Todas as legendas correspondentes a fotografias, no conjunto da reportagem, propõem uma qualificação acerca do ato de Suzane, por meio de palavras-chave: “premeditado”, “encenação”, “ambição”. No contexto, é relevante observar que, diferentemente do que ocorre com a matéria 4A, o discurso mobiliza, prioritariamente, efeitos de sentido que se assentam na formação discursiva que alude à *traição* (de Suzane em relação aos pais), em lugar da idéia de *más influências* (dos Cravinhos em relação à garota), ainda que esse estatuto não esteja ausente da reportagem.

Formações discursivas: a elite

Ao lado esquerdo da página, dispõe-se um box, em toda a extensão vertical da primeira coluna, sob o título: “Às aristocrata”. O texto verbal traz dados biográficos sobre Manfred Albrecht Freiherr von Richthofen, o Barão Vermelho. Aludindo ao parentesco entre ele e o pai de Suzane, destaca-se a coragem e a origem aristocrática do personagem: “O frio e temível caçador aéreo, que fez da luta nos céus uma extensão de sua paixão pela caça e dizia sentir prazer em abater o inimigo, entretanto, fora criado nas regras do cavalheirismo militar aristocrático. Chegou a fazer de um piloto inimigo derrubado um convidado de honra de seu esquadrão”. Aqui, percebe-se uma comparação implícita entre o Barão Vermelho e seu referido sobrinho-neto: ambos frios, austeros, mas cavalheiros. Da mesma maneira, denota-se algum paralelo relativo às circunstâncias de morte dos dois, já que o Barão teria sucumbido a um ataque inimigo: “A 21 de abril de 1918, Manfred von Richthofen foi alvejado por um avião canadense sobre Vaux sur Somme (França). Os britânicos lhe prestaram honras militares”.

Articulações do texto verbal

Assinado por Mário Simas e Madi Rodrigues, o componente verbal do objeto 2B apresenta bastante ressonância com a predisposição que parece emanar das materialidades imagético-verbais, em contemplar simultaneamente as valorações de condenação e de incredulidade relativas ao crime. No primeiro caso, a matéria empreende construções como: “Na madrugada de sexta-feira (...), se tornou pública uma outra face de Suzane. Uma face extremamente cruel” (p.25); “A cena ganha cores ainda mais macabras quando descritas pelos assassinos” (p.25); “O primeiro passo para a barbárie foi a preparação das armas” (p.26); “Dividiram o dinheiro, guardaram tudo o que foi usado para o crime em um saco, reviraram a biblioteca com a pretensão de forjar um latrocínio e saíram” (p.27).

Por meio da observação das escolhas léxicas nos três primeiros fragmentos, torna-se perceptível a remetência a campos discursivos cujas idéias se associam ao universo do anti-social (mais bem expresso, talvez, sob a rubrica *contra-social*), no sentido de espreitar à margem do humano: a “outra face”, em alusão ao caráter traiçoeiro, imprevisível; o “macabro” como o lúgubre (no medievo, era esse o nome conferido à dança alegórica que representava a Morte, “arrastando consigo pessoas de todas as idades e condições”⁴⁰); a “barbárie”, enfim, como contraposta ao próprio conceito de civilização. Nesse último sentido, as formulações presentes no quarto fragmento (“dividiram o dinheiro”, “reviraram”, “saíram”) reforçam a idéia de *usurpar, despojar com violência*. Contrapõem-se, assim, os campos do público - enquanto ordenado, normatizado - e o do individual - nesse caso, anômico, violento.

Por essa razão, quase na totalidade, as ocorrências de heterogeneidade mostrada e marcada (declarações em discurso direto) respaldam o intuito de condenação, em uma remetência ao lugar discursivo dos representantes de instituições sociais: “‘A violência do crime foi uma coisa pavorosa’, diz o promotor Marcelo Milani, que acompanhou a investigação. ‘O casal foi morto a pauladas, na cama, e ambos ficaram com os rostos desfigurados’” (p.25); “‘O plano da garota era ficar com a herança’” (declaração do delegado Domingos de Paula Neto, diretor do DHPP) (p.26); “‘Também estranhamos o fato de Suzane não derramar nenhuma lágrima em nenhum dos dois depoimentos (...). Ela mostrava uma incrível frieza para quem acabara de perder o pai e a mãe’, lembra o delegado Paula Neto” (p.27). Essa última frase, aliás, é repetida na página 28, quando a reportagem narra a prisão de Cristian, Daniel e Suzane.

Recorrências à heterogeneidade

Depreende-se, assim, o posicionamento enunciativo de se recorrer à heterogeneidade discursiva como forma de adesão a esse campo. Exemplo diverso, entretanto, ocorre em relação a este segmento, em que a marcação do lugar do *outro* presta-se a uma defesa do lugar do *eu* que enuncia: “‘Ela [Marísia] colocou as mãos na frente da cara, mas não adiantou nada. Depois de desacordada (...), coloquei uma toalha em sua boca,

⁴⁰ Holanda Ferreira, A. B. *Novo Dicionário Básico da Língua Portuguesa Folha – Aurélio*. P. 404.

cobri a cabeça com um saco de lixo e apertei seu pescoço’, contou Cristian à polícia” (p.26).

A modalização em discurso segundo, que reconstrói o *dito* do locutor citado conforme o ponto de vista do locutor citante, obedece prioritariamente à mesma operacionalização de *aderência* e *não aderência*. No primeiro caso, a estratégia visa a referendar a identidade enunciativa, ao mesmo tempo em que a isenta da responsabilidade imediata de determinadas formulações: “Segundo a polícia, Daniel e Suzane são usuários de maconha. Cristian já teria passagens na polícia por dependência química (cocaína)” (p.28). Ainda que o tempo verbal futuro do pretérito procure empreender uma virtualidade, a explicitação da fonte (a polícia) trabalha em consonância com a modalidade epistêmica mais no âmbito da certeza do que da dúvida, revestindo assim a veiculação de um *saber* – derivado da configuração legitimada da instituição no âmbito da sociedade - e não exatamente de uma *crença*.

No segundo, também há o realce da instância enunciativa, mas por meio de uma valoração disfórica que garante a não convergência das posições construídas no discurso (a do locutor e a da personagem Suzane): “Suzane, que desde o início do ano mentia aos pais dizendo que estava dando aulas particulares à noite, saiu de casa por volta das 19 horas e foi para a casa do namorado” (p.26).

Duas ocorrências de sobrenúnciação do locutor citante constroem-se de maneira análoga (pelo apagamento da origem literal do locutor citado), a fim de reiterar a vontade de *verdade* que generaliza opiniões favoráveis em torno do casal Richthofen e desfavoráveis em relação a Cristian Cravinhos. O fragmento que denota a primeira ocorrência diz: “Para a vizinhança, Manfred e Marísia constituíam uma família feliz. Os companheiros de Suzane na faculdade também pensavam assim. ‘Ela tinha alguns desentendimentos com os pais, mas nada anormal’, disse um colega de classe” (p.28). No segundo caso, expressa-se: “Agressivo, segundo vizinhos, adorava contar vantagens e exibir-se para os colegas. Sonhava virar herói da PM trabalhando para o Grupo de Operações Especiais. Era uma espécie de Rambo” (p.26). Nessas composições, os conflitos que circundam os Richthofen são eufemizados, da mesma maneira que, aqueles referentes a Cristian, são maximizados sob as idéias de autopromoção e exibicionismo.

Latente também na reportagem, conforme referido, a idéia de um deslocamento (um crime que está onde não deveria estar) apresenta-se logo de início: “Universitária, bonita, nascida em berço privilegiado, Suzane Louise von Richthofen, 19 anos, tinha tudo para um futuro promissor. Boa aluna, até a quinta-feira 7 ela cursava o primeiro ano de Direito na PUC de São Paulo, onde era vista pelas colegas como uma pessoa alegre e bastante simpática” (p.25). Os marcos referenciais temporais no pretérito imperfeito (“tinha”/“era”) expressam um fato contínuo *no passado*, cuja fluência é interrompida pela deflagração de sua participação no homicídio (figurativizado pelo momento de referência “quinta-feira 7”). Dessa maneira, emerge uma espécie de *pontualidade* que orienta o efeito de sentido acerca de uma ocorrência localizada: a transgressão do limite.

Ainda que a reportagem faça alusões superficiais a conflitos entre Suzane e os pais – ou mesmo a seu envolvimento com Daniel –, não é empreendida uma estratégia discursiva a se denotar o processo que a transformaria em *criminosa*. Nesse contexto, as tentativas de explicação (estabelecimento de causas) sobre os assassinatos correspondem ao referido aspecto de pontualidade. No box “A medicina explica?” (p.26), é possível depreender tal característica: “A medicina já conseguiu descrever comportamentos comuns a autores de barbáries como o crime do Brooklin. Parte deles tem transtorno de personalidade. Não é uma doença, mas um problema caracterizado pela indiferença em relação aos sentimentos alheios (...). A frieza de Suzane levanta a suspeita de que a jovem tenha tal distúrbio”.

A modalidade do saber

A recorrência ao campo discursivo da psiquiatria, galvanizada pelo procedimento do enunciador segundo a modalidade epistêmica (do *saber*), intenta conferir um efeito de estabilidade (justamente em vista da construção de explicações) ao enunciado, pela remetência a formações discursivas que determinam o lugar das formulações científicas. Em vista disso, o locutor citante apóia-se na heterogeneidade mostrada e marcada, por meio das declarações literais de especialistas: “‘O portador é frio, persiste em ser irresponsável, apresenta baixa tolerância à frustração e a respostas agressivas, tem incapacidade de se sentir culpado e infringe regras’, explica o psiquiatra José Del Porto”. Ocorre, no entanto, que a mesma estratégia *trai* a identidade do discurso, ao apontar a um exterior que não

estava previsto, como denota a última frase: “‘Não adianta medicalizar a questão. A sociedade tem de rever seus valores. Não existe mais o bem e o mal, o certo e o errado’, analisa o psicanalista Jorge Forbes”. Como o box é finalizado com esse enunciado, instala-se, ainda, um processo de subenunção por parte do referido locutor: pelo silenciamento, ele marca sua não adesão ao *dito*.

A insuficiência de respostas conclusivas a justificar o assassinato dos Richthofen, a despeito das sucessivas recorrências à heterogeneidade, avoluma-se no decorrer da matéria. E é por meio de uma formulação do mesmo tipo (declaração em discurso direto) que a instância enunciativa procura suavizar esse efeito de não pertinência: “Compreender o que leva um filho a matar os próprios pais é um desafio. Independentemente das explicações que possam ser dadas, o presidente do STF, Marco Aurélio de Mello, considera o crime hediondo e diz que casos como esse exigem justiça rápida. ‘O julgamento deve sofrer o impacto da reação da sociedade, conclui’” (p.28). Em detrimento do campo discursivo da ciência médica (que não teria oferecido respostas *plenamente satisfatórias*), adere-se, então, ao campo discursivo da Justiça, em uma formulação dada como conclusiva (pelo fato de finalizar a matéria, observando-se a literalidade presente no verbo *dicendi*: “conclui”).

Quando o discurso traz à cena “o impacto da reação da sociedade”, torna-se claro o ponto de vista em que se assentaria a instância enunciativa, ao menos nesse momento. Entre indagar e condenar, a segunda opção torna-se mais pronunciada, uma vez que a própria Justiça (figurativizada pelo presidente do STF) remete à sociedade – que tem na personagem Suzane a figura acabada da traição de seu ideal de juventude – a legitimidade do julgamento.

Matéria 4C: “Monstro em casa” (Revista *Época*, 11/11/02)

Disposição gráfica da matéria

De forma muito semelhante ao que ocorre com o objeto 4B, a matéria 4C trabalha a composição da capa (da qual o crime de Suzane também é assunto principal) nas tonalidades de preto (o luto) e vermelho (o choque, o crime). Dessa maneira, do fundo preto destaca-se a imagem do rosto da garota, que tem a face transtornada e olha para baixo. A legenda dessa fotografia relata apenas: “Suzane Louise Richthofen, 19 anos”. A emergência

da imagem, assim, viabiliza seu impacto discursivo sob a rememoração da lógica do espanto: “A experiência subjetiva do espanto (...), através da qual se revela que a experimentação de um acontecimento súbito detém o poder de introduzir, na continuidade do saber, a hiância súbita de uma descontinuidade” (Didier-Weill, 1997: 17).

Qual uma “hiância na continuidade”, o rosto da personagem recompõe, nesse espaço institucionalizado, a idéia apriorística do choque do *real* (não simbolizável). Da reportagem, inicialmente, parece emanar um efeito de sentido correspondente a uma tentativa de se *suturar* a hiância, falando-se sobre ela. É precisamente o que faz a chamada de capa: “Matou os pais e foi para o motel – A tragédia da estudante que ajudou a planejar o assassinato do pai e da mãe com uma barra de ferro”.

Apoio intertextual

Em uma remetência a “Matou a família e foi ao cinema”⁴¹, o enunciado tende a expressar alguma similaridade com a narrativa que serve de base à construção intertextual: o “alhores da causa” (Barthes, 2003: 60), na discursivização de um *fato* que não pode ser explicado de imediato. Tal dissimetria causa um intervalo em princípio intransponível entre “matar os pais” e “ir ao motel”. Justamente na tentativa de se preencher essa lacuna, em uma pretensa relação causal, é que entram em movimento os estereótipos, conforme denotará a análise da matéria.

Procedendo-se ao exame das construções gráficas do objeto, observa-se que a reportagem é iniciada em um conjunto de páginas duplas (36 e 37), sob o chapéu “Brasil”. O título, “Monstro em casa”, associa à idéia institucional do *lar* (da proteção, da ordem, da regulação própria ao simbólico) o substrato do real inominável, *i-mundo*: “Confrontados ao encontro de um real que ‘é’ silenciosamente, sem por isso existir, somos subitamente remetidos a esse real que, em nós, não existe por ter sido subtraído ao poder da palavra. Que saída daremos à nossa camaradagem com esse gêmeo monstruoso que é o real? O monstro detém pois o poder de nos remeter para esse lugar de nosso ser em que reina um silêncio absoluto” (Didier-Weill, 1997: 57).

⁴¹ Representante da estética marginal cinematográfica, esse filme de Júlio Bressane, lançado em 1969, relata a história de um rapaz que mata os pais e vai ao cinema assistir a “Perdidos de Amor”.

Na seqüência, as articulações discursivas com essa insinuação do inominável são expressas também pela linha fina: “Suzane tramou a morte dos pais, foi para o motel, deu festa de aniversário, ia gastar a herança...”. A seqüencialização citada *estanca* em um momento determinado, por meio da marca tipográfica das reticências, sinal que explicita uma interrupção intencional no fluxo do *dito*. Como a materialidade textual circunda o *não dito*, o *não simbolizável*, operacionaliza-se uma tensão: o enunciador divide com o coenunciador tal impossibilidade, atenuando explicitamente a fronteira entre as duas instâncias. Co-ocorre, no entanto, uma conotação do universo ideológico desse enunciador, veiculando efeitos de sentido derivados da imbricação de outros segmentos discursivos (o que, se não determina, ao menos restringe o feixe de interpretações possíveis).

É nesse contexto que emerge, ainda no conjunto formado pelas páginas 36 e 37, a mesma foto disposta nas matérias 4A e 4B (aquela que traz Cristian, Daniel e Suzane na sede do DHPP, após a confissão), implicando a ilusão de transparência que, sobretudo, qualifica-os segundo a vertente de *assassinos*. Também se repete nesse objeto a imagem de Manfred von Richthofen, em tamanho 3x4, na porção inferior à direita da página ímpar. Essa disposição confere lugar privilegiado àquele qualificado como *vítima* (nas três reportagens deste grupo até aqui analisadas, não apareceu nenhuma foto de Marísia). Isso porque a fotografia se apresenta em um segmento propício à leitura, tendo em vista que é o ponto preconizado quando da ação de se virar a página. A legenda correspondente a esse sintagma denota: “Na delegacia – Cristian, Daniel e Suzane confessaram o assassinato do engenheiro Manfred Albert von Richthofen e da mulher, Marísia, depois de cerca de 12 horas de interrogatório policial”.

Recomposição da origem

No sintagma composto pelas páginas 38 e 39, ao centro, dispõe-se a imagem de peritos do Instituto Médico Legal carregando um dos corpos, no jardim da casa dos Richthofen. Na legenda, é referido: “Pistas – Peritos do Instituto Médico Legal removeram os corpos do casal e encontraram indícios de crime premeditado”. Em conjunto com a legenda das páginas 36 e 37 (citada acima), a ênfase às atividades da polícia, tanto durante o interrogatório quanto durante o trabalho na cena do crime, faz sobressair a figurativização discursiva da instituição como competente para a *recomposição* das origens do crime,

mesmo antes do reconhecimento de seus autores. Associando tal construção discursiva (a imagem do policial) ao âmbito do *fait divers*, escreve Barthes:

Quanto ao crime misterioso (...), sua relação fundamental é constituída por uma causalidade diferida: o trabalho policial consiste em preencher de trás para diante o tempo fascinante e insuportável que separa o acontecimento de sua causa; o policial, emanação da sociedade inteira sob sua forma burocrática, torna-se então a figura moderna do decifrador de enigmas (Édipo), que faz cessar o terrível porquê das coisas (Barthes, 2003: 61).

É ainda nessa égide da recomposição da *verdade* pelo ajuste dos fragmentos que emerge a segunda materialidade imagético-verbal das páginas 38 e 39: um *storyboard* estruturado em seis quadros, propondo a reconstituição dos assassinatos. O título é também tributário da ilusão referencial que circunda tal empreitada: “Como foi executado o crime – Suzane, o namorado e o cunhado tramaram o assassinato. Depois, tentaram simular um assalto à casa para despistar a polícia”. O efeito de objetividade é contemplado, ainda, pela referência, em cada um dos quadros, ao horário em que as ações teriam ocorrido. Em alguns casos, como no último desenho, tal efeito é maximizado pela denotação do horário pretensamente exato (“4h09”).

Nas páginas 40 e 41, a imagem mais pronunciada é uma fotografia panorâmica da casa da família Von Richthofen (novamente, é a piscina que sobressai), com o caminhão do Instituto Médico Legal ao fundo. Ao lado esquerdo dessa imagem, na primeira coluna da página 40, apresentam-se duas pequenas fotografias: a da motocicleta que teria sido comprada por Cristian e a de um aparelho de som, aberto, de onde saem maços de dinheiro. A legenda é: “Três dias após o crime, Daniel e Suzane foram vistos na piscina. A polícia chegou a eles depois de achar a moto comprada por Cristian com os dólares roubados. Parte do dinheiro foi escondida em um aparelho de som”.

Memória discursiva

Na página 41, nas duas colunas à direita, estrutura-se um quadro sob o título: “Assassinos em família – Crimes cometidos dentro de casa chocam pela frieza”. A exemplo

do que ocorre no objeto 4B, esse quadro propõe uma remetência episódica a casos anteriores de parricídio, articulando assim a memória intertextual. É interessante observar que, no caso do objeto 4C, todos esses ditos assassinos são homens (Carlos Alberto Pinto de Oliveira, Gustavo Pissardo e Carlos Fabiano Faccion). Da mesma forma, as possíveis motivações aos três crimes são associadas a problemas familiares – em nenhum momento fala-se em interesse financeiro, mas alude-se à condição de classe média de dois dos três acusados. Além disso, o fato de serem homens parece não motivar as construções que trabalham segundo a formação discursiva das *más influências* atribuídas aos namorados pobres e ligados ao mundo *marginal* (estatuto que se verifica nas duas matérias do grupo 3 – Andréia – e, mais ou menos incisivamente, nas quatro matérias do grupo 4).

A última página da reportagem (42) traz como imagem principal a fotografia do enterro do casal Richthofen, que já havia aparecido nos dois primeiros objetos deste grupo. A diferença, entretanto, é que a imagem de Daniel não é, dessa vez, *cortada*: ele aparece de forma nítida, no limite esquerdo da foto. Uma das motivações para isso parece estar na segunda das imagens apresentadas na página, que traz Daniel acompanhado pelo pai, Astrogildo Cravinhos, saindo de um dos depoimentos na polícia, antes de confessar a participação no caso Richthofen. Os dois personagens mostram-se sorridentes e Astrogildo tem a mão sobre o ombro do filho. Segue-se a legenda: “Frieza – ao lado de Andreas, Suzane chorou no enterro. Mas, nos depoimentos à polícia, demonstrou indiferença com a morte dos pais. O namorado, Daniel (*de gravata, à esq., na foto acima*), apareceu com a fisionomia compungida no cemitério. Mas saiu sorridente, ao lado do pai, Astrogildo Cravinhos, de um dos interrogatórios feitos pela polícia”.

Articulações do texto verbal

Nas sete páginas que fazem parte da matéria 4C, assinada por Solange Azevedo e Tito Montenegro, não aparece nenhuma ocorrência de heterogeneidade mostrada e marcada (declaração em discurso direto) relativa aos irmãos Cravinhos. A *legitimidade da voz*, com a conseqüente explicitação da fonte, ou é atribuída às autoridades policiais ou a personagens da convivência do casal Richthofen. Assim, emergem construções a exemplo de: “‘Ela é fria, calculista e impetuosa’, diz o delegado Domingos de Paula Neto, diretor do

Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa” (p.38); ““Manfred já tinha sugerido a Daniel que voltasse a estudar, aprendesse inglês, fizesse alguma coisa para ficar no nível da filha’, conta Walter Abrahão Nimir, amigo e ex-chefe de Manfred” (p.38); ““Ela se mostrava tranqüila demais. Nos preocupamos tanto com o assaltante da esquina que nem imaginamos que havia uma criminosa na cadeira ao lado’, diz Ana Carolina Caires, estudante da mesma faculdade [que Suzane]” (p.40); “Apenas no enterro, acompanhado pela imprensa, ela [Suzane] demonstrou emoção. ‘Só nesse momento ela fez o papel de órfã’, diz o delegado Armando Oliveira, do DHPP” (p.41).

A heterogeneidade ‘solidária’

Na totalidade, esses casos de heterogeneidade mostrada e marcada emergem de forma solidária à identidade discursiva, que preconiza, no aspecto global da matéria, mais a idéia de *ruptura de pacto*, pela personagem Suzane, do que a *degradação pelo contato*, eventualmente atribuída a Daniel. Um indício dessa observação pode ser denotado pelas materialidades que remetem ao lugar do enunciador, sem recorrência (explícita) à alteridade. Observe-se: “Bonita, alegre e rica, Suzane não trabalhava, tinha automóvel e tudo o que queria, além de um futuro promissor” (p.38); “Demonstrando que tiveram tempo e estômago para pensar em detalhes, para não deixar impressões digitais usaram luvas cirúrgicas roubadas da mãe, que é médica” (p.39); “Apesar da crueldade dos irmãos Cravinhos, o que mais choca no assassinato dos Richthofen é a participação da filha” (p.42). A mesma característica é observável em um caso de modalização em discurso segundo, via a reconstrução dos *ditos* do locutor citado, por meio do discurso indireto: “A polícia ficou impressionada com o sangue-frio dos três – principalmente de Suzane” (p.39).

É também pela modalização em discurso segundo – seja com a indicação da fonte, seja com o processo sobrenunciativo de apagamento da origem dela – que se estruturam os aspectos valorativos tangentes aos irmãos Cravinhos. Nota-se, nesse caso, que a explicitação da origem do locutor citado tende a ocorrer quando este for identificado a representantes das instituições sociais ou às instâncias privilegiadas segundo a identidade discursiva da reportagem (o *lugar do pai*): “Os dois [Daniel e Suzane] namoravam havia três anos, mas de oito meses para cá Manfred e Marísia tentaram forçar a filha a romper o relacionamento. Achavam que o namoro estava sério demais e queriam ver Suzane longe

daquele rapaz que não estudava, não tinha emprego fixo e levava um padrão de vida inferior” (p.38).

Nas ocorrências de apagamento, as fontes (por isso mesmo quase intangíveis) referem-se a vizinhos, amigos, pessoas da convivência de Cristian e Daniel – a minoria anômica: “Os irmãos Cravinhos eram considerados delinquentes na vila em que moravam com os pais. São dez casas iguais numa travessa estreita e sem saída, onde todos se conhecem há muito tempo. Há alguns anos, Daniel e Cristian tocavam bateria, cantavam alto, gritavam palavrões e fumavam maconha com frequência, segundo os vizinhos” (p.41).

Depreende-se, a partir dessas considerações, um posicionamento ideológico que tende a *normalizar* o espectro da condição criminosa em vista das condições socioeconômicas discursivizadas como desfavoráveis. A asserção de que aqueles que habitam a “travessa estreita e sem saída se conhecem há muito tempo” traz implícito um julgamento valorativo que tange a indiferenciação própria a uma vida comum, sem privacidade. O sintagma “sem saída” parece ainda remeter à impossibilidade de se desprender dessa origem. Em uma construção textual diversa, a mesma disposição de *verdade* orienta o movimento do *dizer*: “Segundo o vendedor [da motocicleta], Cristian ainda pediu que a moto não fosse registrada em seu nome, pois estaria com o ‘nome sujo’”(p.41).

A análise do emprego das aspas leva, inicialmente, a se pensar na denotação do campo discursivo da linguagem vulgarizada (como própria ao universo figurativo do personagem Cristian), em uma estratégia de não adesão por parte da instância enunciativa, à qual esse uso seria *inadequado*. Para além disso, pode-se considerar um emprego autonímico do qual emanaria a configuração do signo lingüístico em si mesmo, em um processo de substantivação. Respalda-se na ilusão referencial, o “nome sujo” não poderia, no contexto, ser materializado de outra forma, uma vez que marca a alusão à origem do personagem.

A contraparte do mencionado “nome sujo” seria o *nome do pai*: “Uma hora depois, o rapaz [Daniel] saiu sozinho e foi até a *residência dos Richthofen* buscar o irmão da namorada” (p.39); “A suspeita em relação à *filha de Richthofen* acentuou-se dois dias depois do crime” (p.40) – grifos da pesquisadora. À luz dessa posição empreendida, organizam-se os enunciados que emanam de uma formação discursiva que implica o

juízo de Suzane segundo uma traição. Aqui, o tema da usurpa assenta-se na qualificação da filha então proscrita, que perde a legitimidade do acesso ao espólio paterno por ter se desgarrado da origem: “[Manfred] só não podia imaginar que, além de enganá-lo, a filha fosse capaz de planejar o assassinato dele e da mulher” (p.38); “Antes de ser presa, Suzane chegou a mostrar-se interessada em vender a casa da família para tomar posse do dinheiro. Por alto, o imóvel é avaliado em R\$ 1 milhão” (p.38).

Interdiscurso: a lei

A valoração da *ilegitimidade em vista da usurpa* também perpassa as construções que posicionam Suzane como estudante de Direito: nelas, apresentam-se descrições dos atos da personagem (em conjunto com os Cravinhos) segundo um desvio em relação à lei, a exemplo de: “Livres dos pais, *ficariam com a herança* – enquanto Cristian *seria recompensado* com todo o dinheiro que encontrassem na casa” (p.39); “Depois do assassinato (...) o casal de namorados foi *preparar seu álibi*. Entraram no Motel Colonial, na Zona Sul da capital, e escolheram a melhor suíte” (p.40) – grifos da pesquisadora.

Esse juízo é levado a cabo recorrendo-se a uma heterogeneidade mostrada e marcada que, além de remeter ao posicionamento discursivo referente à Justiça, ainda estende a Suzane uma sanção negativa advinda de outro tipo de autoridade: a relação professor-aluno, como se a garota não fizesse jus à instituição de ensino a que pertencia: “Para a promotora Eliana Passareli, que é professora de Direito na faculdade de Suzane, o comportamento da moça é característico de assassinos perversos. ‘No meio penal, são conhecidos pelo prazer na execução do crime e porque nunca se arrependem’”. Note-se, nesse ponto, que a instância enunciativa empreende uma adesão à heterogeneidade (em termos de ponto de vista) que se revela também pela ausência de verbo *dicendi* explícito após a marcação tipográfica (aspas).

Em vista de tais ponderações, que hierarquicamente ordenam-se nos segmentos finais do objeto 4C, depreende-se a orientação da instância que enuncia segundo o juízo expresso na já citada construção: “Apesar da crueldade dos irmãos Cravinhos, o que mais choca no assassinato dos Richthofen é a participação da filha” (p.42). É recomposta assim a idéia, que emana já a partir da capa da reportagem, do poder aterrorizante da invasão impetuosa do *real*, alheio à simbolizações: “Suzane levou para

dentro da prisão os mistérios de seu horror, que se reconhece, se descreve, mas não se explica”.

Matéria 4D: “No rastro de Suzane” (Revista *Época*, 9/12/02)

Disposição gráfica da matéria

De forma bastante destoante das ocorrências relativas aos objetos 4B e 4C, a capa da reportagem 4D é estruturada em tonalidades de branco. Nela, o caso von Richthofen também figura como assunto principal. Uma fotografia que mostra apenas o rosto de Suzane, em que a menina sorri, é envolta por um efeito de iluminação que confere à imagem um aspecto evanescente. A personagem olha à frente, na direção do coenunciador. Em conjunto com a legenda (“Suzane von Richthofen, que ajudou a matar o pai e a mãe a pauladas”), a construção tende a denotar uma ambivalência entre o *angelical* e o *diabólico*. A imagem, assim, faz lembrar as fotografias dispostas em túmulos. Após pouco mais de um mês da morte de Manfred e Marísia von Richthofen (a edição corresponde à data de 09/12/02), tal construção discursiva parece lembrar que o *fantasma chamado Suzane* ainda espreita a sociedade.

Sob o chapéu “Exclusivo”, a chamada de capa diz: “A verdadeira história – A PM costumava ser chamada para apartar as brigas do pai de Suzane com o namorado dela. Até hoje o órfão de 15 anos visita a família dos irmãos assassinos. Usuária de maconha, Suzane diz que os pais bebiam muito”.

A se ter em consideração o caráter episódico das matérias adjacentes ao caso von Richthofen (em parte contemplado quando da observação deste grupo 4, visto o deslocamento temporal da reportagem ora em análise), cabe indagar sob que procedimentos discursivos a reportagem de *Época* se credita a veiculação da “verdadeira história”. Inicialmente, torna-se apreensível pela materialidade da capa o intento de se arrefecer a característica de imanência do fato (Barthes, 2003), latente nos demais objetos do grupo. Mostrando recorrência a um saber pretensamente extensivo, o texto começa a articular referências que circundam o universo externo ao *acontecimento*.

As demarcações temporais

No mencionado texto de capa, as sistematizações do tempo denotam uma estratégia enunciativa condizente com uma vontade de *verdade* que remete o caso von Richthofen a um para além do *fato* pontual, representado pelo crime em si. A presença do pretérito imperfeito (“a PM costumava”) denota não uma continuidade em vista do momento de referência (implícito), mas uma ação que se repete (ou ainda, repetia-se) a intervalos regulares (Fiorin, 2002), expressando alguma frequência relativa às brigas entre Manfred e Daniel. Já a combinação entre o adjunto adverbial “até hoje” e o presente do indicativo “visita”, aludindo ao comportamento de Andreas, coloca em cena o próprio momento enunciativo. Ocorre, no entanto, que essa formulação transborda o referido momento. Tomando-se “até hoje” como marco de referência, percebe-se uma duratividade que chega a coincidir com o *agora*, mas é mais longa do que ele, ao menos em termos retroativos.

Finalmente, a construção “Suzane diz que os pais bebiam muito” operacionaliza o presente gnômico (omnitemporal), em vista de um estatuto tido como imutável, em vista do sujeito Suzane. O rótulo de “usuária de maconha”, assim, é matizado pela idéia que atribui aos pais da garota um outro vício.

Essas estratégias respaldam um efeito de sentido que prioriza uma aticulação causa-efeito considerada recorrente à “verdade” do caso von Richthofen. Do interior dessa composição textual, entretanto, emerge uma materialização que, obliquamente, retorna ao âmbito da imanência próprio ao *fait divers*: a polarização “órfão de 15 anos” vs. “irmãos assassinos”. Insinua-se, então, a presença do *real*, em remetência àquilo que subsiste para além do dizível, desviando-se da causa – daí a ambivalência que emana da fotografia de Suzane, que parece *voltar para assombrar*, uma vez que atenta inexoravelmente contra um ideal social: as construções imaginárias da aventura adolescente.

Na ordem da reconstituição

A matéria 4D tem início às páginas 84 e 85. O conjunto estrutura, assim, no segmento superior, três fotografias de Suzane, ocupando as metades das páginas. Na primeira imagem, denota-se o rosto da garota, aos três anos, em uma fotografia 3x4 ampliada. Na segunda, em uma cena escolar, a fotografia traz Suzane e uma professora (que a coloca no colo). A última imagem denota Suzane com um ar infantil e desprotegido,

logo após ter sido presa, cobrindo a metade da face com uma jaqueta. A legenda expressa: “Ontem e hoje – A pequena Suzane, aos três anos, no prontuário do Colégio Criativa. Na despedida da escola, aos 5 anos, já alfabetizada. Logo depois de ser presa ao confessar que planejou e ajudou o assassinato de Manfred e Marísia”.

Abaixo dessa composição, vem o sintagma título-linha fina, ocupando a metade inferior da página 84, com o texto: “No rastro de Suzane” (título); “Sexo, drogas e brigas familiares na história da menina meiga que tramou a morte dos pais”. Nota-se, aqui, uma polarização semelhante àquela contida na capa da matéria: o *antes* e o *depois* como uma proposição acerca do percurso que transformou a “pequena Suzane” na assassina dos pais. Nesse sentido, a palavra “rastro”, associada a uma idéia de *animalização* retoma o aspecto de crueldade relativa ao crime. Em uma formulação intertextual, subverte-se o lema “sexo, drogas e *rock and roll*”, identificado à juventude das décadas de 60 e 70. A rebeldia própria ao mencionado estilo musical ora é articulada segundo a idéia da exacerbação radical da contestação da autoridade. Pode, se, ainda, pensar em uma construção orientada por uma intenção irônica, motivado pelo confronto de pressuposições (Brait, 1995), que se viabiliza graças a um conhecimento partilhado entre enunciador e coenunciador.

Nas páginas 86 e 87, o modelo das três fotos é mantido. A primeira traz os irmãos Cristian e Daniel, aos 12 e 6 anos, respectivamente, em uma festa de aniversário. Na segunda, já adultos, os dois aparecem na sede do DHPP, após a confissão. Essa imagem (a mesma que aparece nos objetos 4B e 4C) *corta*, entretanto, a figura de Suzane, como se apenas os Cravinhos tivessem sido apontados pelo crime. Na terceira fotografia, estão Andreas, Marísia e Manfred, sentados em um sofá, em cena familiar. A mãe de Suzane tem um copo de bebida nas mãos (em alusão ao possível vício que o texto da capa menciona). Os três têm um ar descontraído. Na legenda, consta: “Família – Daniel (*de camisa cinza*), aos 6 anos, abraçado por Cristian, aos 12 anos, na festa de aniversário de um amigo. Os irmãos, logo depois de confessar que mataram Manfred e Marísia com golpes na cabeça. Andreas ao lado dos pais”.

A observação desse segundo conjunto também faz depreender uma idéia de reconstituição sobre a vida dos Cravinhos, ainda que denotando menos *etapas* nessa trajetória, em relação a Suzane (ver análise das páginas 84 e 85). Há, entretanto, uma certa tensão entre a primeira imagem, que mostra um ambiente desfavorecido, do ponto de vista

socioeconômico, e a última, que denota uma cena do cotidiano abastado dos Richthofen. Isso se torna depreensível por meio da palavra-chave da legenda: “Família”, o que traria implícita uma vontade de *verdade* de marcar a mencionada diferença. A foto do meio, que traz Cristian e Daniel posando como assassinos confessos, reafirma essa disposição (sobretudo a se ter em vista que Suzane não aparece na foto).

Nas duas últimas páginas duplas, parece operar um efeito de sentido que visa a aproximar os universos de Suzane e Daniel. A primeira foto traz o rapaz em meio a um grupo de aeromodelistas, que posam com seus aviões. A segunda apresenta Suzane em sua formatura, também entre os colegas, esperando para receber o diploma. Na última imagem, há a reprodução de um *frame* de um programa televisivo, em que uma fotografia mostra Suzane e Daniel abraçados, em uma praia. Há dois textos de legenda. O primeiro, ao lado da fotografia de Daniel, expressa: “Esporte – Daniel com amigos em competição de aeromodelismo na Argentina. O rapaz ficou em quinto lugar em uma competição mundial. Antes de conhecer Suzane, treinava todos os dias”. O segundo: “Álbum – Suzane na formatura no Colégio Humboldt e ao lado de Daniel em uma das viagens que faziam às escondidas dos pais dela”.

Tal composição tende a expressar um arrefecimento na valoração negativa que se teria atribuído a Daniel nos objetos 4B e 4C (e, de forma ainda mais pronunciada, no 4A). Emergem, inclusive, considerações ao seu bom desempenho na prática do aeromodelismo, aludindo a uma certa experiência internacional. À luz da imagem de Suzane na formatura, parece emanar do conjunto um julgamento eufórico baseado na assunção ao ideal de adolescência: o de jovens bem sucedidos. A última das imagens, que mostra os dois juntos, reiteraria esse panorama, com a figurativização de uma vida saudável e livre (os dois personagens posam, abraçados e sorridentes, em frente ao mar).

Articulações do texto verbal

Assinada por Alexandre Mansur e Solange Azevedo, a reportagem 4D propõe, inicialmente, uma construção discursiva empreendida por uma relação fora de contexto (Maingueneau, 2004), uma vez que não se assenta no momento da enunciação (a data de veiculação da matéria), nem em uma referência cotextual (já denotada no enunciado).

Dessa maneira, busca-se, qual a maioria dos textos historiográficos, relatar um fato de acordo com estratégias que viabilizam a ilusão referencial, preconizando-se um efeito de distanciamento, objetividade: “No início de setembro, o 12º Batalhão da Polícia Militar de São Paulo foi chamado para apartar uma briga numa casa em Campo Belo, bairro de classe média na Zona Sul de São Paulo. Os policiais chegaram ao lugar às 2 da manhã. Encontraram o engenheiro Manfred von Richthofen no portão, vestindo bermuda, camisa e chinelos. Transtornado, Manfred batia boca com o namorado da filha, Daniel Cravinhos, de 21 anos” (p.85).

O personagem Manfred, a quem se alude nas outras matérias do grupo segundo as variantes da *cortesia* e da *reserva*, ora é apresentado de acordo com as figurativizações de uma certa *descompostura*: “vestindo bermuda, camisa e chinelos”, “transtornado”, “batia boca”. No mesmo segmento, o excerto relata que “Pai e namorado saíram da discussão remoendo pequenas ameaças” e que “Era a terceira intervenção da polícia em brigas entre os dois”. Há como que uma disposição discursiva visando a ressaltar um comportamento semelhante entre Manfred e Daniel.

Essa é a única ocorrência no texto, entretanto, em que uma valoração que tende ao disfórico submete Manfred. Em um excerto posterior, estrutura-se: “[Manfred] é descrito por colegas de colégio – o Liceu Pasteur – como um homem reservado, mas bem-humorado e educado” (p.88). As figurativizações em termos negativos, que emergem sob a discursivização de certos estereótipos, recaem sobre uma personagem até então *desconsiderada* nas matérias do grupo 4: Marísia. Mais à frente, a análise denotará que esse recurso presta-se a respaldar uma vontade de *verdade* relativa a incongruências latentes na vida familiar dos von Richthofen.

O decifrador de enigmas

Tributário da idéia de perplexidade circundante a um crime visto como *fora de lugar*, o objeto 4D alude implicitamente à inconsistência das instâncias jurídicas em revelar a *verdadeira* explicação sobre o assassinato dos von Richthofen: “O interrogatório [no Fórum da Barra Funda] pouco acrescentou ao que já se sabia do crime que há um mês chocou o país por envolver uma adolescente bem educada, inteligente e bonita que se

revelou capaz de premeditar a morte dos próprios pais. Mas os depoimentos dão pistas de como uma família de classe média se enredou numa tragédia” (p.85).

Da escolha léxica que tange a “pistas”, no sentido de fragmentos, a instância enunciativa reveste-se de uma autoridade que a converte na *decifradora de enigmas*: reunindo as micro-histórias sobre a família Richthofen, propõe-se, então, a dar conta da “verdadeira história”, qual as emanções da leitura de Édipo segundo Foucault. A principal estratégia enunciativa a denotar tal intento refere-se a uma embreagem de pessoa: “Durante 30 dias, *Época* conversou com amigos, parentes, vizinhos e colegas de trabalho da família Richthofen. Os relatos obtidos descrevem uma menina que, aos poucos, foi se perdendo dos pais” (p.85). Ocorre, assim, uma neutralização da categoria actancial, em termos de uma possível primeira pessoa (o repórter *pessoa física*) que sucumbe à terceira (*Época*), ressaltando o lugar da instituição revista. Da mesma forma, a referência temporal, “durante 30 dias”, expressa o caráter durativo da empreitada jornalística, cujo ápice é materializado na figura da própria reportagem.

O mencionado posicionamento da instância enunciativa motiva diversas construções baseadas no processo de sobrenúnciação (pelo apagamento da origem do locutor citado), conforme mostra o fragmento: “Os relatos apontam para aspectos estranhos por trás da aparente normalidade da família Richthofen” (p.85). É justamente esse aspecto ambíguo que começa a ser preconizado na tentativa de se estabelecer relações de causa e efeito acerca do crime, pela descrição dos comportamentos referentes aos personagens Andreas e, principalmente, Marísia.

Em relação a Andreas, é pertinente que seja observado o excerto: “Andreas tinha no escrivão aposentado Astrogildo Cravinhos, pai de Cristian e Daniel, confiança e apego típicos de um filho. Daniel era como o irmão mais velho. Depois da morte de seus pais, os laços continuaram. Para surpresa dos amigos e parentes, Astrogildo compareceu ao culto de sétimo dia da morte do casal, a convite de Andreas. A perplexidade aumentou quando, na igreja, o menino desgarrou-se da mão do tio Miguel Abdalla (...) e correu para Astrogildo. Abraçados, os dois choraram juntos” (p.86).

A vontade de *verdade* latente nesse trecho articula a referida “perplexidade” ao fato de Andreas ter empreendido um outro *nome do pai*. Percebe-se, pois, que a matéria arrefece o efeito de sentido segundo o qual Manfred seria identificado ao lugar da lei, tendo

referencializado, anteriormente, essa condição: “Por algum motivo, Manfred e Marísia, comprovadamente esmerados na educação dos filhos, deixaram um vazio emocional que levou Suzane e Andreas a adotar a família de Daniel como uma casa alternativa” (p.85).

O julgamento valorativo sobre esse argumento, entretanto, não se respalda em uma adesão total por parte do locutor citante, como refere o advérbio “comprovadamente”, que modaliza sob um efeito de certeza o estatuto da boa educação dada pelos von Richthofen aos filhos. Mais especificamente, isso reaparece na forma de uma heterogeneidade mostrada e marcada: “Pessoas próximas ao garoto dizem que seu comportamento pode se explicar por conta do choque. ‘Ele perdeu tudo o que tinha. O abalo foi tão forte que, pelo menos agora, ou ele enlouquece ou sublima isso tudo’, diz um profissional da equipe que acompanha Andreas” (p.86). A instância enunciadora, então, ao mesmo passo em que menciona esse arrefecimento do *lugar original do pai*, também mostra reservas em relação a ela, aderindo ao discusso direto. A posição sobrenunciativa, se não especifica literalmente o nome da fonte, referencializa-a por meio da qualificação “profissional”.

A heterogeneidade e o movimento de estereótipos

O procedimento discursivo que viabiliza a construção do lugar referente à personagem Marísia recorre diversas vezes à heterogeneidade mostrada para firmar a posição enunciativa que remete a ela determinado aspecto de anormalidade. Inicialmente, isso se processa segundo uma reconstrução do dito – assim como pelo apagamento da origem do locutor citado – sob o processo da modalização em discurso segundo: “Pessoas que conviveram com ela apontam para um passado com fases complicadas. Filha de descendentes libaneses, Marísia teve uma infância difícil em José Bonifácio, no interior de São Paulo” (p.86); ou ainda: “Colegas de turma descrevem Lourdes [mãe e professora de Marísia] como uma mulher rígida, que costumava punir os alunos com golpes de varas de bambu” (p.86).

Precisamente neste momento do texto, a modalização em discurso segundo cede lugar ao discurso direto: “‘Nesses momentos, Marísia gargalhava. Ela tinha um prazer sádico em ver os outros sofrendo’, conta uma ex-colega”. Aqui, a aderência do sujeito enunciativo mobiliza no contexto possíveis estereótipos como “passado com fases complicadas”, “filha de descendentes libaneses”, “infância difícil”, no intuito de amplificar o efeito de sentido de uma eventual perturbação psíquica de Marísia. O recurso da heterogeneidade mostrada e marcada (declaração literal) mostra-se solidário a esse posicionamento, ao mesmo tempo em que isenta o locutor citante da responsabilidade de um julgamento *vulgarizado* (referente ao sadismo), que alude interdiscursivamente ao registro da psiquiatria (área seguida pela própria Marísia, conforme diz a reportagem).

Hierarquicamente, as formulações sobre uma noção de anormalidade que seria tangente à vida íntima da família von Richthofen são na maioria dispostas em proximidade às descrições da mencionada personagem. Emergem, assim, fragmentos como: “O lado cinzento da família Richthofen” (p.86) ou “Só mesmo os integrantes da família Richthofen conhecem o avesso da normalidade que exibiam em público” (p.87). Há uma alusão, é verdade, ao consumo excessivo de bebidas alcoólicas, tanto por Marísia quanto por Manfred. Ocorre que, na fotografia disposta à página 87, é ela quem aparece segurando um copo. Essas acepções valorativas são ainda sublinhadas por outra ocorrência em discurso direto: “‘Marísia achava que dialogava com a filha. Só que falava mais do que ouvia’, diz uma pessoa que acompanhou Suzane de perto” (p.86).

De maneira paralela, a recorrência à heterogeneidade, no caso da personagem Suzane, movimenta-se em sentido oposto. As construções preconizam conferir a ela um aspecto de normalidade, condizente com o ideal de adolescência (ainda quando são relatados possíveis *defeitos* relativos a essa faixa etária): “A garota tirava as notas mais altas da turma, mas não era a mais certinha. ‘Ela passava cola e matava mais aula que a gente. Ia ao shopping ou ficava num barzinho ao lado do colégio’, lembra uma amiga” (p.87); “‘Jamais a vi perder o controle durante as aulas. Ela estava sempre tranquila e disciplinada’, conta o professor [de caratê] Luciano Basile” (p.87); “Na PUC, onde cursava o primeiro ano de Direito, era uma aluna alegre. ‘Sentava no fundo da sala, raramente fazia intervenções e tirava boas notas’, descreve a professora Daniela Libório” (p.87). Por vezes, o locutor nem mesmo recorre às declarações literais para sustentar esse posicionamento

relativo a Suzane, incorporando a seu próprio espaço discursivo valorações semelhantes: “Meiga, simpática e um pouco tímida, Suzane sempre foi popular entre os amigos. Louca por bichinhos de pelúcia, tinha predileção por um urso marrom. Também gostava de distribuir brinquedos do gênero” (p.87).

A reportagem chega mesmo a apresentar posicionamentos discursivos ambivalentes em relação à família von Richthofen. Se, por um turno alude ao “lado cinzento” ou ao “avesso da normalidade”, por outro, expressa julgamentos eufóricos em relação ao mesmo tema. Para tanto, recorre mais uma vez à heterogeneidade mostrada e marcada, como forma de revestir sua posição com um ar de *verdade* imanente à composição dos relatos testemunhais: “Nas vizinhanças da casa onde a família morou por quase 15 anos, na Zona Sul de São Paulo, os quatro são lembrados com simpatia. ‘Era a família Dorian, a família feliz’, diz a psicóloga Luciane Mazzolenis, vizinha do casal, a quem Suzane chamava de tia” (p.88).

Essa ambivalência é até certa medida encampada pelo sujeito enunciador como forma de, articulando as modalidades epistêmica e alética, visar ao efeito de *verdade* emanado por uma disposição global que preconiza as relações causa-efeito. Quando tal empreitada chega ao limite (as causas aparecem como desviadas), novamente pela mobilização de estereótipos as formações discursivas respaldam determinados efeitos de sentido. É precisamente isso o que se expressa em: “A vida pacata da família só começou a ruir diante dos conhecidos quando Daniel entrou em cena” (p.88).

O desvio da causa

As qualificações viabilizadas discursivamente para denotar o personagem Daniel oscilam entre a disposição que estende a ele a vontade de *verdade* circundante a uma aprovação do ideal de adolescência (o jovem esportista) e a vontade de *verdade* que condena um estilo de vida tido como *desregrado* (os trabalhos incertos, a interrupção dos estudos, a má influência sobre a namorada). É assim que se estruturam textualizações a exemplo de: “Daniel levava o menino [Andreas] para andar de bicicleta e para disputar corridas de autorama. Manfred e Marísia não se importaram quando Suzane começou a ter um namorico com o novo amigo da família” (p.88); e “Suzane perdeu a virgindade com Daniel. Passaram a fumar maconha quase todos os dias. Experimentaram ecstasy (...). No

final de 2001, Suzane começou a passar as noites com Daniel, às escondidas. Dizia aos pais que ia ficar na casa de amigas, estudando” (p.89).

Já ao final da matéria, como tributária de uma pretensa tentativa de se “fazer calar os porquês”, a modalidade alética associa-se à volitiva, estruturando um juízo de valor reencenado, no entanto, à luz do desvio da causa: “De olho no julgamento, os jovens que disseram cometer um crime atroz em nome do amor agora exibem a face triste de quem faz acusações para salvar a própria pele”.

Ponderações a partir das análises

A observação dos objetos relativos ao grupo 4 denotam, em um primeiro momento (quando da observação das três matérias iniciais), uma filiação bastante aparente ao âmbito do *fait divers*, tendo em vista a estruturação dos textos segundo a idéia do espanto. Dessa maneira, as formulações apresentam determinada característica de “imanência do fato”, preconizando excessivamente detalhes referentes a ele.

Na reportagem de *Veja*, isso é menos pronunciado – até mesmo em vista de um silenciamento relativo a não *estender* ao caso von Richthofen um lugar privilegiado: das quatro matérias que compõem o grupo, é a única que não traz o episódio como assunto principal da capa. No mencionado objeto, uma relativa *simplificação* das relações causa-efeito parece circunscrever o crime segundo elementos bem delimitados: a má influência que emana da vida anômica dos irmãos Cravinhos e a traição de Suzane às origens.

Uma semelhança muito estreita une as matérias de *IstoÉ* e *Época* (neste caso, a primeira relativa à publicação, no referido grupo), já denotada a partir da organização gráfica dos dois objetos. Nesses textos, também é observada a mobilização de estigmas e estereótipos que se assentam na valoração segundo a qual o crime ocorreria *fora do espaço propício à realização*, como se a elite, naturalmente, pudesse estar isenta de gerar *assassinos* – sobretudo parricidas. É nesse sentido que, dos textos, emanam os efeitos de sentido que visam a resguardar o *nome do pai*. Ocorre, no entanto, que há a amplificação de uma intenção de julgamento sobre a personagem Suzane em vista de uma *ruptura de pacto*: símbolo propício do ideal de adolescência que orienta as construções imaginárias, ela

extrapola o limite da insubordinação consentida, *celebrando* conforme sua própria versão o fim da moratória que a separaria do universo *adulto*.

Observando-se o chapéu de cada uma das três matérias, a se ter em vista um princípio de classificação temática, as mencionadas características são ressaltadas. *Veja* estrutura sua reportagem segundo a nomenclatura: “Crime”, em uma atitude enunciativa de remeter o caso ao âmbito daquilo que pode ser considerado à margem dos assuntos legitimados na sociedade, donde emanariam, por exemplo, a economia, a política, as ciências, as relações internacionais. Na matéria de *IstoÉ*, cujo chapéu é “Capa”, assim como na primeira dentre as duas da Revista *Época*, cujo chapéu é “Brasil”, depreende-se a diferença. Nestas, o grau de relevância atribuído ao caso von Richthofen vem a reboque do espanto suscitado pela já mencionada *quebra do pacto*.

Em *Época*, no que é tangente à segunda matéria da publicação (no grupo, o objeto 4D), emerge, em certa medida, uma orientação veritativa tributária ao enfraquecimento do *nome do pai* como característica da sociedade contemporânea. Empreendendo a busca dos pequenos fragmentos que reconstituíam a “verdadeira história”, como expressa a chamada de capa, tenta articular relações causais baseadas na falência dessa orientação verticalizante (a própria metáfora do pai). A meio caminho, entretanto, a reportagem parece se confrontar com o “alhores da causa”, ao qual remete Barthes, e, *antes que seja tarde*, volta ao campo do *já conhecido*.

Afluem dessas matérias efeitos de sentido que derivam desde uma predisposição sectária de não tanger o lugar discursivo dos ditos *criminosos* (como é o caso de *Veja*, em que, não recorrendo explicitamente à heterogeneidade, propõe uma espécie de neutralização de vozes sob o *dito* monofônico do enunciador) até uma adesão aparentemente indiferenciada ao discurso do *outro*, como ocorre na segunda matéria de *Época*. Nesse caso, qual o *decifrador de enigmas*, a instância enunciativa parece levar em consideração versões que, mesmo marcando posicionamentos discursivos em certa medida discrepantes, possam trazer implícito um pequeno fragmento da *verdade*.

Entre a reserva e a adesão ao lugar do *outro*, a matéria de *IstoÉ* tenta fazer confluírem o *show do horror* e o caráter referencial da ciência e da história. É dessa maneira que as alusões ao sexo *transgressor*, a descrição do crime segundo uma “barbárie” e a riqueza de detalhes acerca dos assassinatos (via declarações supostamente literais)

dividem espaço com os dados biográficos do Barão Vermelho e as *análises* psiquiátricas e psicanalísticas acerca do crime. A primeira reportagem de *Época*, também tangendo a dimensão do *horror* (sobretudo nas construções de capa), reveste-se, no entanto, de um caráter de maior neutralidade, recorrendo às fontes institucionais – sobretudo a polícia – para sustentar seu posicionamento enunciativo.

A se pensar no fazer jornalístico segundo uma prática institucional estabelecida, depreende-se em que medida as vontades de *verdade* emanadas pelas materializações que empreende (as reportagens) ressoam os valores, julgamentos e aspirações latentes na própria sociedade. As construções discursivas sobre crimes de parricídio denotam, assim, cada vez mais as ambivalências que circundam o tema, mas, em última análise, ainda ordenam seu espaço em consonância ao *nome do pai*.

Considerações Provisórias

“As coisas são o único sentido oculto das coisas”

(Alberto Caeiro)

À luz de um aforisma de Maingueneau (1984), foi posta em movimento a trajetória desta pesquisa: relembrando-se, então, de que não se polemiza a não ser consigo mesmo, em uma aventura – imaginária – de se desprender da alteridade que determina o sujeito, não haveria como se falar, neste ou em outros momentos, em *conclusões* ou mesmo em

considerações finais. Qualquer menção nesse sentido invocaria o olhar de esguelha do *alter*. O desejo do *não começo* é premente:

Eu não queria ter de entrar nesta ordem arriscada do discurso; não queria ter de me haver com o que tem de categórico e decisivo; gostaria que fosse ao meu redor como uma transparência calma, profunda, indefinidamente aberta, em que os outros respondessem à minha expectativa, e de onde as verdades se elevassem, uma a uma; eu não teria senão de me deixar levar, nela e por ela, como um destroço feliz (Foucault, 2002).

Mas é preciso falar. Diz ainda Foucault que o discurso não é meramente o que traduz a luta, mas aquilo por que se luta, a força da qual se quer apoderar. As palavras demarcariam então o espaço de uma separação. E, quando *certos* discursos são trazidos à cena, ainda que se silencie sobre eles (ou mesmo que os deixe falar), é sempre sob a condição do alerta.

Em uma análise que remete a um intervalo de 32 anos sobre discursivizações do parricídio, essa condição se mostra latente. Do lado avesso, os *jovens assassinos* foram impelidos a falar. Não raras vezes, é verdade, isso foi feito em nome deles. Mas a *censura*, que aparentemente se materializava apenas em vista de uma proibição do dizer, amiúde exerceu sua força obrigando a dizer (segundo seu posicionamento regulador).

É notável que, em algumas das matérias observadas, essa disposição refere-se quase exclusivamente ao fato de se *noticiar* o crime, levando-o ao espaço institucionalizado das revistas, sem que se amplifique a voz atribuída aos personagens assassinos. Noutros, as freqüentes recorrências ao âmbito da heterogeneidade (seja pela própria materialização do discurso direto, seja em vista da reconstrução pela modalização em discurso segundo) denotam uma predisposição em trazer a esse mesmo espaço, segundo as intencionalidades de aderência e não aderência, a presença dos parricidas. Ocorre, entretanto, que o olhar regulador sempre esteve vigilante, exercendo seu papel: ou pela força do silenciamento que impede o discurso de circular no âmbito da sociedade ou pela injunção que determinava os parricidas a se pronunciarem, enquanto personagens, para que seus dizeres pudessem, assim, ser convenientemente interpretados.

Nesse sentido, cabe empreender uma rápida descrição, em vista de cada um dos quatro casos, com o intuito de se observar em que medida (e de que maneiras) foi *solicitada* a voz dos mencionados adolescentes.

A primeira e única matéria referente ao caso Marcelino, publicada em *Veja*, corresponde a um referido princípio de *não classificação* que mostra o intuito da instância enunciativa em não valorar o caso segundo um critério de relevância. Sem assinatura, ocupando um terço de página, *prensada* pelo anúncio, a reportagem recorre à reconstrução do discurso, apoiando-se, inclusive, no *dito* de outra instituição midiática para recompor a história. A alusão a Marcelino, aliás, só ocorre ao final do texto – sendo acompanhada por uma única ocorrência de discurso direto que aludiria à ganância como motivação para o crime.

Como as demais revistas (*IstoÉ* e *Época*) não circulavam na data do assassinato da família Souto Maia, não há como se empreender uma comparação entre os veículos. Em *Veja*, no entanto, o *pouco caso* atribuído ao crime parece derivar de uma condição anômala: o texto alude por mais de uma vez à doença mental do filho mais novo da família (também morto por Marcelino). Sob essa condição, insinua-se uma vontade reguladora que, apesar de valorar disforicamente o ato do rapaz, parece não se preocupar muito, uma vez que, no ramo da descendência, os Souto Maia estariam envoltos em uma espécie de *maldição* emanada pelo estigma – o crime estaria assim *dentro da ordem*.

Um tanto diferente é o tratamento dispensado a Jorge Delmanto Bouchabki. Nesse episódio, depreende-se maior interesse das publicações em cobrir o caso (mesmo porque *IstoÉ* já estava em circulação), ainda que possam ser denotados posicionamentos ideológicos não coincidentes. *Veja* chega a noticiar o indiciamento de Jorginho, mas pauta-se pela viabilização da ilusão referencial, respaldando-se no conseqüente efeito de objetividade. Também em um terço de página, figura a matéria sobre Jorginho (o suspeito), em conjunto com outro texto relativo a crime. Esta última ocorrência refere-se a um episódio de *colarinho branco*, portanto, também remissível à elite. Na página par, a matéria dispõe-se em um lugar pouco propício à leitura. Aqui, a aura de *pouca relevância* por parte da instância enunciativa não parece, entretanto, corresponder à mesma intenção de verdade que estruturou a reportagem sobre Marcelino.

Uma possível identificação entre o personagem Jorginho e seu universo de leitores (ou ainda, os filhos de leitores) parece desencorajar a instância enunciativa de *Veja* a empreender uma cobertura excessivamente detalhada. É nesse contexto que ela parece furtar-se a levantar polêmicas. Ao contrário, limita-se a dizer que Jorginho é um acusado (e remete à heterogeneidade mostrada e marcada, pela declaração do advogado do garoto, que ressalta que as investigações não teriam sido competentes).

Um possível intento de se *resguardar* o personagem Jorginho é exacerbado na matéria da variante *Veja em São Paulo*. O sujeito enunciativo parece solidário ao rapaz (que tão bem encarna o ideal de adolescência), chegando mesmo a valorar, por vezes disforicamente, a instância policial, a família Delmanto (eximindo o rapaz), Maria Cecília e até mesmo a namorada, Flávia Soares. É pertinente lembrar, sobre esse objeto, que praticamente não aparecem referências a Jorge Toufic Bouchabki, em um arrefecimento da *verdade do pai*.

IstoÉ, que também preconizou a cobertura do crime da Rua Cuba, enveredou em outra direção: enquanto *Veja em São Paulo* aludia sistematicamente à condição do rapaz enquanto *acusado*, para fazer sobressair a presunção da inocência, a revista da Editora Três fazia o mesmo, mas com o intuito de explicitar a desconfiança de que ele seria culpado. Nesta revista, o *nome do pai* se faz presente sob as variantes da correção moral e do caráter tranqüilo. Enquanto *Veja em São Paulo* parece clamar para que não se condene previamente *um dos seus*, *IstoÉ* tende a defender a urgência de não se deixar impune um crime possivelmente praticado por um representante da elite. Nesse âmbito, é interessante notar que, ao procurar a heterogeneidade mostrada e marcada para ressaltar o caráter testemunhal de pessoas que conviviam com Jorginho, uma das fontes da primeira revista é o cabeleireiro do bairro dos Jardins. Na segunda, é a faxineira do apartamento de praia dos Bouchabki.

Em relação ao caso Andréia Gomes do Amaral, parece haver um movimento inverso. *Veja* dá mais destaque à matéria e recorre sistematicamente ao discurso direto para denotar, sobretudo, os aspectos de crueldade relativos ao crime. Nessa reportagem, inclusive, é pronunciada a mobilização de estigmas e estereótipos, tanto em relação à personagem Andréia, quanto ao pai, Antonio. Em *IstoÉ*, a instância enunciativa opta por, ela própria, reconstituir os discursos citados – e o faz, no início da matéria, sob o ponto de

vista da avó de Andréia, Leopoldina, como aquela que narra uma tragédia. Há que se observar, nesse caso, que o tema do parricídio é matizado pelo do incesto. Paradoxalmente, *Veja*, que tinha mostrado reserva quando da cobertura dos casos Marcelino e Jorginho, ora preconiza o aspecto bizarro do *fait divers* – e o faz justamente pela movimentação de estereótipos. *IstoÉ*, por seu turno, parece guardar um *respeitoso* silêncio em relação a essas materializações, aludindo apenas ao que parece considerar essencial (o próprio parricídio e o incesto).

O caso Suzane von Richthofen apresenta-se como o mais rico de toda a análise, em termos das construções discursivas empreendidas pelas revistas. A matéria 4A, de *Veja*, em uma estratégia da recomposição dos discursos, nega voz a Suzane e restringe o caso a uma relação causa-efeito simplista: a garota teria sucumbido ao crime, em última instância, pela influência de Daniel, *pobre* e com tendências *marginais*. Observe-se que a matéria tem apenas duas páginas e não figura como assunto de capa, trazendo apenas uma chamada. Em *IstoÉ*, como referido, o bizarro mescla-se ao pretensamente científico: aqui, o papel de *instância reguladora* é remetido ao lugar discursivo da psiquiatria.

Na primeira das matérias de *Época*, a dimensão do horror também é tangenciada, porém a instância da censura, bastante referencializada, diz respeito à polícia. Já na segunda, uma aura de objetividade reveste a reportagem, que se propõe a relatar “A verdadeira história”. É por meio desse objeto que se torna possível pensar na organização de todos os grupos que compõem o *corpus*, à luz da vontade de *verdade* que parece orientar a enunciação dessas matérias sobre parricídio.

Com efeito, no objeto 4D, Suzane é instada a *falar*, ainda que pela recomposição de outros discursos (amigos e conhecidos que são convocados a reconstruir – a maior parte das ocorrências vem em discurso direto – o posicionamento subjetivo da personagem). A princípio essa delegação de voz parece identificar solidariamente a instância enunciativa à referida personagem. Ocorre, no entanto, que a estratégia opera de forma a marcar a separação pela palavra, à qual alude Foucault (2002), de uma outra maneira, bem mais sutil.

Em auxílio a essas formulações, acompanha-se agora a leitura de Calligaris:

Há certo gênero de filme pornográfico onde as situações extremas filmadas são reais, não atuadas. Pois bem, a adolescência real nos assusta

como um desses filmes, em que, de repente, se realizam de verdade fantasias que estão em nós, mas que preferiríamos esquecer (...). O adolescente não é só um ideal comparativo, como as criancinhas. Ele é um ideal possivelmente identificatório. Os adultos podem querer ser adolescentes (Calligaris, 2000: 69).

Depreende-se, assim, porque Suzane torna-se, especialmente nessa matéria, a personagem mais importante. Ao romper o pacto, ela frustra também um ideal relativo à adolescência. Pior ainda, passa a representar uma ameaça por levar a cabo desejos potencialmente reprimidos, nem tanto entre seus pares, mas, especificamente, em relação aos...adultos. Em uma sociedade que preconiza imaginariamente as variáveis da liberdade, da insubordinação e do individualismo, torna-se, cada vez mais latente um arrefecimento do *nome do pai*. Sendo Suzane um *exemplar* tão bem acabado do referido ideal – aquele que todos gostaríamos de ser –, onde ficaria a *lei*? Se, exclusivamente em vista de sua própria vontade, ela empreendeu uma perversão (uma nova *versão do pai*), em que âmbito cada um de nós não seria um parricida em potencial?

Relativamente a essa vontade de *verdade*, Marcelino e Andréia não constituiriam, a rigor, ameaças. Sob o signo do desvio e da degradação, eles estariam bem longe de nossos ideais identificatórios: ele, em vista da aura de uma possível “doença mental”; ela, “filha ilegítima”, “vítima de incesto”. Eis um possível motivo pelo qual, dentre as revistas analisadas, aquela que se mostrou mais afim às disposições de *verdade* da classe média (*Veja*) não se furtou a desvelar – segundo limites bem demarcados – o véu do bizarro, no caso Andréia Pereira. Qual um espetáculo de circo, que se observa da platéia, para, minutos depois, voltar-se ao cotidiano, esse episódio, à época pouco noticiado (sobretudo em comparação ao caso von Richthofen e ao crime da Rua Cuba), não parece mobilizar grande comoção.

A Revista *IstoÉ*, que, ao menos neste trabalho de análise, mostrou-se mais identificada ao âmbito dito popular, em uma aparente *desforra*, protege Andréia – a minoria anômica –, mas não poupa Suzane – a minoria nômica (da mesma forma como havia feito com Jorginho, mais de 10 anos antes). Em *Época*, há uma atitude ambivalente, em um primeiro momento (matéria 4C), mas depois, conforme referido, ela traz a personagem ao

âmbito de seus leitores, arrefecendo as valorações negativas anteriormente denotadas (“Monstro em casa”), para, assim, empreender a “Verdadeira História”.

No caso de Jorginho, a reportagem de *Veja em São Paulo*, em certa medida, fez um papel semelhante ao de *Época*, na segunda matéria sobre Suzane. Mas não precisou ir tão longe em suas perguntas: o rapaz acabou impronunciado por falta de provas. Salvando-se, teria feito o mesmo em relação à sociedade – ou, ao menos, a uma parcela da sociedade. Com Suzane, foi diferente. *Veja* preferiu então silenciar, tanto quanto possível. *IstoÉ* amplificou os detalhes, de forma a *celebrar* o espanto, porém resguardada pelo confortável discurso da ciência. Já em *Época*, a vontade de *verdade* que, de imediato, incorre na condenação, em um segundo momento, empenha-se na decifração do enigma que, a rigor, desafia a própria constituição da sociedade: empreitada explicitamente frustrada. Em crimes de parricídio, boa parte dos fragmentos não se articula. Melhor seria não ter de entrar nessa ordem arriscada do discurso. Mas é preciso falar.

Bibliografia

- ACHARD, P. “Formation discursive, dialogisme et sociologie”. *Langages*, n.117, 1995
- ADORNO, T.W. *A indústria cultural*. In: Cohn, G. (org.). *Comunicação e indústria cultural*. São Paulo, Nacional, 1977
- ALEXANDRESCU, S. “Sur les modalités croire et savoir”. *Langages*, n.43, 1976
- ALTHUSSER, L. *Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado*. Lisboa, Presença, 1974
- ANSCOMBRE, J. & DUCROT. O. “L’argumentation dans la langue”. *Langages*, n.42, 1976
- ARISTÓTELES. *Arte retórica e arte poética*. Rio de Janeiro, Ediouro, s/d
- AUTHIER-REVUZ, J. *Heterogeneidade(s) enunciativa(s)*. In: *Cadernos de estudos lingüísticos*, n.19. Campinas, IEL-Unicamp, 1990

- _____. *Palavras incertas: As não-coincidências do dizer*. Campinas, Unicamp, 2001
- _____. *Entre a transparência e a opacidade: Um estudo enunciativo do sentido*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2004
- AZEVEDO, A. Z. *Mito e psicanálise*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2004
- BAKHTIN, M. (Volochínov). *Marxismo e filosofia da linguagem*. 11^a.ed. São Paulo, Hucitec, 2004
- BARROS, D.L.P. & FIORIN, J.L. (org.). *Dialogismo, polifonia, intertextualidade*. 2^a.ed. São Paulo, Edusp, 2003
- BARTHES, R. *Mitologias*. 4^a.ed. São Paulo – Rio de Janeiro, Difel, 1980
- _____. “Estrutura da notícia”. In: *Crítica e verdade*. 3^a.ed. São Paulo, Perspectiva, 2003
- _____. *O rumor da língua*. 2^a.ed. São Paulo, Martins Fontes, 2004
- BENVENISTE, E. *Problemas de lingüística geral I*. 4^a.ed. Campinas, Pontes, 1995
- _____. “O aparelho formal da enunciação”. In: *Problemas de lingüística geral II*. 4^a.ed. Campinas, Pontes, 1989
- BRAIT, B. *Ironia em perspectiva polifônica*. Campinas, Unicamp, 1996
- BRANDÃO, H.H.N. *Subjetividade, argumentação, polifonia: A propaganda da Petrobras*. São Paulo, Editora da Unesp, 1988
- _____. *Introdução à análise do discurso*. 2^a.ed. Campinas, Unicamp, 2004
- BREMOND, C. *Logique du récit*. Paris, Le Seuil, 1973
- CALLIGARIS, C. *A adolescência*. Col. Folha explica. São Paulo, Publifolha, 2000
- CASOY, I. *O quinto mandamento: ‘Honra teu pai e tua mãe’*. Col. Caso de polícia. São Paulo, ARX, 2006
- CHARAUDEAU, P. & MAINGUENEAU, D. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo, Contexto, 2004
- CHAUÍ, M. *Repressão sexual: essa nossa (des)conhecida*. São Paulo, Círculo do Livro, s/d
- COURTÉS, J. *Sémantique de l'énoncé: applications pratiques*. Paris, Hachette, 1989
- CULIOLI, A. *Sur quelques contradictions en linguistique*. *Communications*, n.20. Paris, 1973
- DESCARTES, R. *Discurso do método*. Col. Os pensadores. São Paulo, Nova Cultural, 1987
- DIDIER-WEILL, A. *Os três tempos da lei: o mandamento siderante, a injunção do supereu e a invocação musical*. Col. Transmissão da Psicanálise. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1997
- DISCINI, N. *O estilo nos textos: História em quadrinhos, mídia, literatura*. São Paulo, Contexto, 2004
- DUCROT, O. *O dizer e o dito*. Campinas, Pontes, 1987
- DUCROT, O. & TODOROV, T. *Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem*. 3^a.ed. São Paulo, Perspectiva, 2001
- ELIAS, N. & SCOTSON, J.L. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2000
- FIORIN, J.L. *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. 2^a.ed. São Paulo, Ática, 2002
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1986
- _____. *A ordem do discurso*. 8^a.ed. São Paulo, Edições Loyola, 2002
- _____. *A verdade e as formas jurídicas*. 3^a.ed. Rio de Janeiro, Nau Editora, 2005
- FREITAS, J.M.M. *Comunicação e psicanálise*. Col. Ensaio. São Paulo, Escuta, 1992a
- _____. *Bemaldivida*. Col. Campi. São Paulo, Edusp, 1992b

- FREUD, S. *O mal-estar na civilização*. Rio de Janeiro, Imago, 1997
_____. *Totem e tabu*. Rio de Janeiro, Imago, 1999
_____. *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*. Rio de Janeiro, Imago, 2002
- GADET, F. & HAK, T. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3ª.ed. Campinas, Unicamp, 2001.
- GANS, H. *Deciding what's news*. New York, Vintage Books, 1980
- GOMES, M.R. *Jornalismo e ciências da linguagem*. São Paulo, Hackers Editores/Edusp, 2000
- GREGOLIN, M.R. & BARONAS, R. *Análise do Discurso: as materialidades do sentido*. 2ª.ed. São Carlos, Claraluz, 2003
- GREIMAS, A.J. & COURTÈS, J. *Sémiotique: dictionnaire raisonné de la théorie du langage*. Paris, Hachette, 1979, v.1
- HAROCHE, C., HENRY, P. & PÊCHEUX, M. “La sémantique et la coupure Saussurienne: Langue, langage, discours”. *Langages*, n.6, 1971
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. *L'énonciation. De la subjectivité dans le langage*. Paris, Armand Colin, 1980
- KRISTEVA, J. *História da linguagem*. Col. Signos. Lisboa, Edições 70, 1981
- LAMPEREUR, A. & THINÉS, G. *Dicionário geral das ciências humanas*. Lisboa, Edições 70, 1984
- LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1964
- LÉVI-STRAUSS, C. *Introdução à obra de Marcel Mauss*. In: Mauss, M. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo, EPU/Edusp, 1974
- MAINGUENEAU, D. *Genèses du discours*. Bruxelas, Mardaga, 1984
_____. *Análise de textos de comunicação*. 3ª.ed. São Paulo, Cortez Editora, 2004
- MARNETTE, S. “L'effacement énonciatif dans la presse contemporaine”. *Langages*, n.156, 2004
- NASCIMENTO, P.C. *Jornalismo em revistas no Brasil: um estudo das construções discursivas em Veja e Manchete*. São Paulo, Annablume, 2002
- ORLANDI, E.P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, Pontes, 2000
- PÊCHEUX, M. *Les vérités de la palice*. Maspero, Paris, 1975
_____. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 4ª.ed. Campinas, Pontes, 2006
- POSSENTI, S. *Os limites do discurso*. 2ª.ed. São Paulo, Criar Edições, 2004
- ROCHA, E. *O que é mito*. 9ª.ed. São Paulo, Brasiliense, 2001
- SAUSSURE, F. *Curso de lingüística geral*. 7ª.ed. São Paulo, Cultrix, 1976
- SOARES, R.L. *Imagens veladas: aids, imprensa e linguagem*. São Paulo, Annablume, 2001
- SÓFOCLES. *Édipo Rei / Antígona*. Col. A obra-prima de cada autor. São Paulo, Martin Claret, 2006
- SOPHOCLES. *The complete plays of Sophocles*. New York, Bentam Classic, 2006

Anexos

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)